

2018

PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO PEDAGOGIA



Catálogo na fonte

Projeto Político-pedagógico de Pedagogia. Barra Bonita/ SP, 2018.

Projeto Político-pedagógico do Curso Pedagogia. Aprovado pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE) do curso de Pedagogia. Organizado por Soeli Aparecida Vieira Corrêa (Coordenadora do Curso), Antonio Aparecido Mendes Júnior, Fernando Frederico de Almeida Junior; Otávio Barduzzi Rodrigues da Costa; Fabiana Frolini Marques Mangili. Barra Bonita: Faculdade Gran Tietê, 2018.

Tema: Projeto Pedagógico.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Print Tela e-mec. Detalhamento do curso de Pedagogia.	20
Figura 2. Diário Oficial da União em 26 de maio de 2014. Portaria 438, de 23 de maio de 2014. Credenciamento da Faculdade Gran Tietê.....	25
Figura 3. Esquema com a Relação entre PDI, PPI e PPC.	71

LISTA DE MAPAS

Mapa 1. Malha ferroviária da FEPASA em 1987.....	30
Mapa 2. Localização de Barra Bonita no Estado de São Paulo e Brasil.	36
Mapa 3. Macrorregião de Barra Bonita.	40

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Dispositivos legais atendidos pela IES.....	12
Quadro 2- Resumo – Dados Gerais do Curso.....	20
Quadro 3- Dados da Mantenedora.....	21
Quadro 4- Dados do Dirigente Principal da Mantenedora.....	22
Quadro 5- Dados da Mantida.....	22
Quadro 6- Dados do Dirigente Principal da Mantida.....	23
Quadro 7. Algumas das principais indústrias da região da macrorregião de Barra Bonita.....	47
Quadro 8- Fatos para mudanças nas diretrizes curriculares.....	52
Quadro 9- Disciplinas e Componentes que materializam a flexibilização curricular..	77
Quadro 10- Disciplinas para garantir a materialização da interdisciplinaridade curricular.....	78
Quadro 11- Matriz Curricular do Curso de Pedagogia.....	89
Quadro 12- Resumo da Distribuição da Carga Horária do Curso.....	90
Quadro 13- Organização Curricular e Campo de Formação.....	91
Quadro 14- Horário das aulas dos cursos da Instituição.....	143
Quadro 15- Percentual de desconto – Programa parceria.....	188
Quadro 16- Descrição do Laboratório de Informática.....	233
Quadro 17- Descrição da Brinquedoteca.....	234

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. POPULAÇÃO DA MACRORREGIÃO DE BARRA BONITA.....	39
Tabela 2. PIB DA MACRORREGIÃO DE BARRA BONITA.....	48
Tabela 3. Comparativo – Hora-Aula.....	142
Tabela 4. Carga Horária Efetiva Para Disciplinas De 40 E 80 Horas-Aula.....	142

SUMÁRIO

1.	DISPOSITIVOS LEGAIS E NORMATIVOS.....	11
1.1.	LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA.....	12
1.2.	REQUISITOS DAS DCN PARA O PPC.....	13
2.	DADOS GERAIS DO CURSO.....	20
3.	INFORMAÇÕES INSTITUCIONAIS.....	21
3.1.	DA MANTENEDORA.....	21
3.1.1.	Condição Jurídica e Fiscal.....	21
3.1.2.	Dirigente Principal.....	21
3.1.3.	Histórico da Mantenedora.....	22
3.2.	DA MANTIDA.....	22
3.2.1.	Identificação.....	22
3.2.2.	Dirigente Principal.....	23
3.2.3.	Histórico da Instituição.....	23
3.2.4.	Proposta da Instituição.....	25
3.2.5.	Finalidades.....	27
3.3.	Contextualização em relação às suas Inserções institucional, política, geográfica e social.....	27
3.3.1.	Centro-Oeste Paulista.....	27
3.3.2.	O município de Barra Bonita.....	32
3.3.3.	Aspectos Históricos de Barra Bonita.....	34
3.3.4.	Aspectos Geográficos de Barra Bonita.....	35
3.3.5.	Aspectos Demográficos da Região de Influência.....	38
3.3.6.	Aspectos Econômicos e Sociais da região de influência.....	40
3.3.7.	Inserção Regional.....	48
3.4.	O ENSINO DE PEDAGOGIA NO BRASIL.....	49
4.	organização didático-pedagógica.....	51
4.1.	Apresentação.....	51
4.1.1.	Aspecto Institucional.....	52
4.2.	CARACTERÍSTICAS DA INSTITUIÇÃO.....	53
4.2.1.	Missão da Instituição.....	53
4.2.2.	Estrutura Organizacional.....	53
4.2.3.	Representação Docente e Discente.....	54
4.2.4.	Conselho Superior – CONSU.....	54
4.2.5.	Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE.....	56

4.2.6.	Estrutura e Atribuições das Coordenações de Curso.....	57
4.2.7.	Coordenadoria do Curso.....	58
4.2.8.	Integração entre Gestão Administrativa e Órgãos Colegiados	59
4.2.9.	Participação da Comunidade Universitária nos Órgãos Superiores Administrativos e Acadêmicos	60
4.2.10.	Relações e Parcerias com a Comunidade	60
4.3.	ADMINISTRAÇÃO	60
4.3.1.	Condições de Gestão da IES.....	60
4.4.	POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO	61
4.4.1.	Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI.....	62
4.4.2.	Políticas institucionais.....	64
4.5.	JUSTIFICATIVA DA OFERTA DO CURSO.....	66
4.6.	O CENÁRIO EDUCACIONAL	67
4.7.	VISÃO.....	68
4.8.	PRINCÍPIOS E VALORES	68
4.9.	VOCAÇÃO.....	69
4.10.	MISSÃO DO CURSO.....	70
4.11.	CONCEPÇÃO.....	70
4.12.	PRINCIPIOS	71
4.13.	Objetivos do curso	71
4.13.1.	Objetivo Geral do Curso.....	72
4.13.2.	Objetivos Específicos do Curso.....	72
4.14.	Perfil Profissional do Egresso	73
4.14.1.	Campo de Atuação	75
4.15.	ORGANIZAÇÃO CURRICULAR	76
4.15.1.	Coerência dos Conteúdos Curriculares com os Objetivos do Curso	79
4.15.2.	Coerência dos Conteúdos Curriculares com o Perfil Desejado do Egresso	80
4.15.3.	Adequação da Metodologia de Ensino à Concepção do Curso.....	81
4.15.4.	Inter-Relação das Disciplinas na Concepção e Execução do Currículo	84
4.15.5.	Aspectos da Estrutura Curricular	85
4.16.	Estrutura Curricular e dimensionamento da carga horária por período letivo	88
4.16.1.	Resumo da Matriz Curricular e Dimensionamento da Carga Horária	89
4.16.2.	Organização Curricular e Campo de Formação	90
4.16.3.	Organização Curricular e a Legislação	92
4.17.	Ementário e Bibliografia.....	92
4.17.1.	Adequação e atualização das ementas e programas das disciplinas.....	92

4.17.2.	Adequação, atualização e relevância da bibliografia.....	92
4.17.3.	Descrição do ementário e bibliografia do curso.....	92
4.18.	HORA-AULA.....	140
4.18.1.	Aspecto Legal.....	140
4.18.2.	Ação Institucional.....	141
4.19.	Informações acadêmicas	143
4.20.	Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana (Resolução CNE/CP N° 01 de 17 de junho de 2004)	145
4.21.	diretrizes nacionais para a educação em direitos humanos	145
4.22.	Política de Educação Ambiental.....	147
4.22.1.	Princípios da Educação Ambiental.....	148
4.22.2.	Objetivos da educação ambiental	149
4.22.3.	Ações previstas para implantação na IES da educação ambiental	149
4.23.	PROTEÇÃO DOS DIREITOS DA PESSOA COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA	150
4.24.	ATIVIDADES COMPLEMENTARES (teórico-práticas)	151
4.24.1.	Regulamento das Atividades Complementares (teórico-práticas)	152
4.24.2.	Mecanismos efetivos de acompanhamento e cumprimento das atividades	154
4.24.3.	Oferta regular de atividades pela IES.....	155
4.25.	ESTÁGIO SUPERVISIONADO	155
4.25.1.	Carga Horária de Estágio.....	156
4.25.2.	Sistema de acompanhamento e avaliação de Estágio	157
4.25.3.	Sistema de Avaliação do Estágio.....	157
4.25.4.	Relatórios de Atividades de Estágio.....	158
4.25.5.	Participação em atividades reais conveniadas.....	158
4.25.6.	Regulamento do Estágio Supervisionado	159
4.26.	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC) - TRABALHO DE CURSO ..	163
4.27.	SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO ENSINO APRENDIZAGEM	164
4.27.1.	Formas de Avaliação do Ensino Aprendizagem.....	165
4.27.2.	Coerência do sistema de avaliação	166
4.27.3.	Avaliação do processo ensino-aprendizagem.....	168
4.27.4.	Sistema de Autoavaliação do Curso	171
4.28.	Ações acadêmico-administrativas decorrentes das autoavaliações e das avaliações externas	173
4.29.	ADMINISTRAÇÃO acadêmica.....	179

4.30.	Atuação do coordenador.....	179
4.31.	COLEGIADO DE CURSO.....	180
4.32.	REGULAMENTO DO COLEGIADO DE CURSO	181
4.33.	Apoio técnico-administrativo e didático-pedagógico aos docentes.....	183
4.34.	Organização acadêmico-administrativa	183
4.34.1.	Organização do controle acadêmico.....	183
4.34.2.	Pessoal técnico e administrativo	184
4.35.	Atenção aos Discentes	184
4.35.1.	Apoio pedagógico	185
4.35.2.	Acompanhamento psicopedagógico	185
4.35.3.	Mecanismos de nivelamento.....	185
4.35.4.	Programas de Apoio Financeiro.....	186
4.35.4.1.	Programa Motivacional	186
4.35.4.2.	Programa Parceria – Desconto e Premiação	188
4.35.4.3.	Bolsas de Trabalho ou de Administração.....	189
4.35.4.4.	Convênios.....	189
4.35.4.5.	Bolsas Acadêmicas Fornecidas pela Mantenedora.....	189
4.35.4.6.	Financiamento ao Estudo do Ensino Superior – FIES.....	190
4.35.4.7.	Bolsa do Programa Escola da Família	190
4.35.4.8.	Programa Universidade para Todos - Prouni	190
4.35.4.9.	Estágio Não Obrigatório.....	191
4.35.4.10.	Intercâmbio Acadêmico e Cultural	191
4.36.	ACOMPANHAMENTO DE EGRESSOS	192
4.36.1.	Meios de divulgação de trabalhos e produções de alunos	194
4.36.2.	CRIATIVIDADE E INOVAÇÃO.....	194
□	PROJETO INTEGRADOR	194
5.	CORPO DOCENTE	195
5.1.	Perfil do Corpo Docente.....	195
5.2.	Contratação dos Professores.....	197
5.3.	Política e Plano de Carreira	197
5.3.1.	Critérios de admissão e de progressão na carreira	198
5.3.2.	Ações de Capacitação	198
5.3.3.	Plano de Cargos e Salários	198
5.4.	ESTÍMULOS PROFISSIONAIS.....	199
5.4.1.	Apoio à produção científica, técnica, pedagógica e cultural	199
5.4.2.	Apoio à participação em eventos	200

5.4.3.	Incentivo à formação/atualização pedagógica dos docentes.....	200
5.5.	Núcleo Docente Estruturante - NDE	201
5.6.	INTERDISCIPLINARIDADE NA PRÁTICA DOCENTE.....	202
5.7.	COORDENADAÇÃO ACADÊMICA	205
5.7.1.	Atuação do coordenador.....	205
6.	INSTALAÇÕES PARA O CURSO.....	207
6.1.	Espaço Físico do Curso.....	207
6.1.1.	Salas de Aula.....	207
6.1.2.	Sala coletiva de professores	208
6.1.3.	Instalações administrativas.....	208
6.1.4.	Espaço de trabalho para o coordenador	208
6.1.5.	Auditórios e Salas de Conferência	209
6.1.6.	Espaço de trabalho para docentes em tempo integral	209
6.1.7.	Condições de acesso para portadores de necessidades especiais.....	209
6.1.8.	Infraestrutura de segurança	211
6.2.	Equipamentos.....	211
6.2.1.	Acesso a equipamentos de informática pelos docentes.....	211
6.2.2.	Acesso a equipamentos de informática pelos alunos.....	211
6.2.3.	Recursos audiovisuais e multimídia	212
6.3.	Serviços.....	212
6.3.1.	Manutenção das instalações físicas.....	212
6.3.2.	Manutenção dos Equipamentos.....	212
6.4.	Tecnologias de informação e comunicação (TICs) previstas para o curso.....	214
6.5.	Biblioteca	216
6.5.1.	Espaço Físico	216
6.5.2.	Instalações para o acervo	216
6.5.3.	Instalações para estudos individuais.....	217
6.5.4.	Instalações para estudos em grupos	217
6.5.5.	Acervo Geral.....	217
6.5.6.	Periódicos Específicos do Curso de Pedagogia.....	217
6.5.7.	Informatização do acervo.....	221
6.5.8.	Política de aquisição, expansão e atualização	222
6.5.9.	Horário de funcionamento.....	223
6.5.10.	Serviço de acesso ao Acervo.....	224
6.5.10.1.	Filiação institucional a entidade de natureza científica.....	225
6.5.10.2.	Apoio na elaboração de trabalhos acadêmicos.....	226

6.5.11.	Pessoal técnico-administrativo.....	226
6.6.	Laboratórios.....	226
6.6.1.	Laboratório de Informática	226
6.6.2.	Política de Aquisição, atualização, e manutenção dos equipamentos.....	227
6.6.3.	Área Academicas Atendidas	227
6.6.4.	Normas de Segurança	228
6.6.5.	Pessoal Técnico	228
6.6.6.	Laboratórios didáticos especializados.....	228
6.6.7.1.	BRINQUEDOTECA.....	234
7.	BIBLIOGRAFIA CONSULTADA / REFERENCIADA	237

1. DISPOSITIVOS LEGAIS E NORMATIVOS

Seguem as informações sobre os dispositivos legais e normativos, conforme o Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação - presencial e a distância (INEP).

	Dispositivo Legal	Explicitação do Dispositivo Pela IES
1	Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso	O PPC está coerente com as Diretrizes Curriculares Nacionais
2	Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana (Resolução CNE/CP N° 01 de 17 de junho de 2004)	A Educação das Relações Étnico-Raciais, bem como o tratamento de questões e temáticas que dizem respeito aos afrodescendentes estão incluídas na disciplina de <u>Sociologia Geral</u> (1º Termo) e atividades curriculares do curso previstas no Plano de Implantação da Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana .
	Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos , conforme disposto no Parecer CNE/CP N° 8, de 06/03/2012, que originou a Resolução CNE/CP N° 1, de 30/05/2012.	A Gran Tietê garantiu na forma de Portaria da Direção Geral a inclusão da Educação em Direitos Humanos, de modo transversal, na construção dos Projetos Político-Pedagógicos (PPP), do Regimento Interno, do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), dos Projetos Pedagógicos de Curso (PPC). Além disso, a IES optou na inserção dos conhecimentos concernentes à Educação em Direitos Humanos na organização curricular como um conteúdo específico da disciplina de <u>Ética e Cidadania</u> (3º Termo).
	Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista , conforme disposto na Lei N° 12.764, de 27 de dezembro de 2012.	A IES, por meio de PORTARIA específica da Direção Geral, estabeleceu as políticas institucionais referentes ao assunto. No curso, a questão da Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista também é tratada na disciplina <u>Sociologia da Educação</u> (2º Termo).
3	Titulação do corpo docente (Art. 66 da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996)	Todo corpo docente tem formação em pós-graduação.
4	Núcleo Docente Estruturante (NDE) (Resolução CONAES N° 1, de 17/06/2010)	O NDE atende à normativa pertinente.
5	Carga horária mínima, em horas – para Bacharelados e Licenciaturas Resolução CNE/CES N° 02/2007 (Graduação, Bacharelado, Presencial). Resolução CNE/CES N° 04/2009 (Área de Saúde, Bacharelado, Presencial). Resolução CNE/CP 2 /2002 (Licenciaturas)	O curso possui carga-horária de 3.560 horas .

	Dispositivo Legal	Explicitação do Dispositivo Pela IES
	Resolução CNE/CP Nº 1 /2006 (Pedagogia)	
6	Tempo de integralização Resolução CNE/CES Nº 02/2007 (Graduação, Bacharelado, Presencial). Resolução CNE/CES Nº 04/2009 (Área de Saúde, Bacharelado, Presencial). Resolução CNE/CP 2 /2002 (Licenciaturas)	O tempo mínimo de integralização do curso é de 8 semestres (4 anos). O tempo máximo de integralização do curso é de 14 semestres (7 anos).
7	Condições de acesso para pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida (Dec. Nº 5.296/2004, com prazo de implantação das condições até dezembro de 2008)	A IES apresenta condições de acesso para pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida.
8	Disciplina obrigatória/optativa de Libras (Dec. Nº 5.626/2005)	O PPC prevê a inserção de <u>Libras</u> (8º Termo) na estrutura curricular do curso como obrigatório (8º Termo).
9	Informações acadêmicas (Portaria normativa nº 23, de 21 de dezembro de 2017, alterada pela Portaria Normativa nº 742, de 3 de agosto de 2018)	As informações acadêmicas exigidas estão disponibilizadas na forma impressa e virtual.
10	Políticas de educação ambiental (Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 e Decreto Nº 4.281 de 25 de junho de 2002)	Há integração da educação ambiental às disciplinas do curso de modo transversal, contínuo e permanente – garantido pela Política de Educação Ambiental da IES. Inclusive com conteúdo abordado na ementa da disciplina <u>Educação Ambiental</u> (6º Termo) do curso proposto.

Quadro 1- Dispositivos legais atendidos pela IES.

1.1. LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA

A legislação específica que engloba a Pedagogia é a seguinte:

- **Parecer CNE/CP nº 3/2006, aprovado em 21 de fevereiro de 2006.** Reexame do Parecer CNE/CP nº 5/2005, que trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia.
- **Resolução nº 1, de 15 de maio de 2006.** Institui Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Pedagogia.
- **Resolução nº 2, de 1º de julho de 2015.** Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada.

1.2. REQUISITOS DAS DCN PARA O PPC

As Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Pedagogia (Resolução CNE/CES nº 1, de 15 de maio de 2006, publicada no Diário Oficial da União, Brasília, 16 de maio de 2006, Seção 1, p. 11. prevê que o Projeto Pedagógico do Curso Pedagogia deverá conter:

[...]

Art. 1º A presente Resolução institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura, definindo princípios, condições de ensino e de aprendizagem, procedimentos a serem observados em seu planejamento e avaliação, pelos órgãos dos sistemas de ensino e pelas instituições de educação superior do país, nos termos explicitados nos Pareceres CNE/CP nos 5/2005 e 3/2006.

Art. 2º As Diretrizes Curriculares para o curso de Pedagogia aplicam-se à formação inicial para o exercício da docência na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nos cursos de Ensino Médio, na modalidade Normal, e em cursos de Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar, bem como em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos. § 1º Compreende-se a docência como ação educativa e processo pedagógico metódico e intencional, construído em relações sociais, étnico-raciais e produtivas, as quais influenciam conceitos, princípios e objetivos da Pedagogia, desenvolvendo-se na articulação entre conhecimentos científicos e culturais, valores éticos e estéticos inerentes a processos de aprendizagem, de socialização e de construção do conhecimento, no âmbito do diálogo entre diferentes visões de mundo. § 2º O curso de Pedagogia, por meio de estudos teórico-práticos, investigação e reflexão crítica, propiciará: I - o planejamento, execução e avaliação de atividades educativas; II - a aplicação ao campo da educação, de contribuições, entre outras, de conhecimentos como o filosófico, o histórico, o antropológico, o ambiental-ecológico, o psicológico, o lingüístico, o sociológico, o político, o econômico, o cultural.

Art. 3º O estudante de Pedagogia trabalhará com um repertório de informações e habilidades composto por pluralidade de conhecimentos teóricos e práticos, cuja consolidação será proporcionada no exercício da profissão, fundamentando-se em princípios de interdisciplinaridade, contextualização, democratização, pertinência e relevância social, ética e sensibilidade afetiva e estética. Parágrafo único. Para a formação do licenciado em Pedagogia é central: I - o conhecimento da escola como

organização complexa que tem a função de promover a educação para e na cidadania; II - a pesquisa, a análise e a aplicação dos resultados de investigações de interesse da área educacional; III - a participação na gestão de processos educativos e na organização e funcionamento de sistemas e instituições de ensino.

Art. 4º O curso de Licenciatura em Pedagogia destina-se à formação de professores para exercer funções de magistério na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nos cursos de Ensino Médio, na modalidade Normal, de Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar e em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos. Parágrafo único. As atividades docentes também compreendem participação na organização e gestão de sistemas e instituições de ensino, englobando: I - planejamento, execução, coordenação, acompanhamento e avaliação de tarefas próprias do setor da Educação; II - planejamento, execução, coordenação, acompanhamento e avaliação de projetos e experiências educativas não-escolares; III - produção e difusão do conhecimento científico-tecnológico do campo educacional, em contextos escolares e não-escolares.

Art. 5º O egresso do curso de Pedagogia deverá estar apto a: I - atuar com ética e compromisso com vistas à construção de uma sociedade justa, equânime, igualitária; II - compreender, cuidar e educar crianças de zero a cinco anos, de forma a contribuir, para o seu desenvolvimento nas dimensões, entre outras, física, psicológica, intelectual, social; III - fortalecer o desenvolvimento e as aprendizagens de crianças do Ensino Fundamental, assim como daqueles que não tiveram oportunidade de escolarização na idade própria; IV - trabalhar, em espaços escolares e não-escolares, na promoção da aprendizagem de sujeitos em diferentes fases do desenvolvimento humano, em diversos níveis e modalidades do processo educativo; V - reconhecer e respeitar as manifestações e necessidades físicas, cognitivas, emocionais, afetivas dos educandos nas suas relações individuais e coletivas; VI - ensinar Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, História, Geografia, Artes, Educação Física, de forma interdisciplinar e adequada às diferentes fases do desenvolvimento humano; VII - relacionar as linguagens dos meios de comunicação à educação, nos processos didático-pedagógicos, demonstrando domínio das tecnologias de informação e comunicação adequadas ao desenvolvimento de aprendizagens significativas; VIII - promover e facilitar relações de cooperação entre a instituição educativa, a família e a comunidade; IX - identificar problemas socioculturais e educacionais com postura investigativa, integrativa e propositiva em face de realidades complexas,

com vistas a contribuir para superação de exclusões sociais, étnico-raciais, econômicas, culturais, religiosas, políticas e outras; X - demonstrar consciência da diversidade, respeitando as diferenças de natureza ambiental-ecológica, étnico-racial, de gêneros, faixas geracionais, classes sociais, religiões, necessidades especiais, escolhas sexuais, entre outras; XI - desenvolver trabalho em equipe, estabelecendo diálogo entre a área educacional e as demais áreas do conhecimento; XII - participar da gestão das instituições contribuindo para elaboração, implementação, coordenação, acompanhamento e avaliação do projeto pedagógico; XIII - participar da gestão das instituições planejando, executando, acompanhando e avaliando projetos e programas educacionais, em ambientes escolares e não-escolares; XIV - realizar pesquisas que proporcionem conhecimentos, entre outros: sobre alunos e alunas e a realidade sociocultural em que estes desenvolvem suas experiências nãoescolares; sobre processos de ensinar e de aprender, em diferentes meios ambiental-ecológicos; sobre propostas curriculares; e sobre organização do trabalho educativo e práticas pedagógicas; XV - utilizar, com propriedade, instrumentos próprios para construção de conhecimentos pedagógicos e científicos; XVI - estudar, aplicar criticamente as diretrizes curriculares e outras determinações legais que lhe caiba implantar, executar, avaliar e encaminhar o resultado de sua avaliação às instâncias competentes. § 1º No caso dos professores indígenas e de professores que venham a atuar em escolas indígenas, dada a particularidade das populações com que trabalham e das situações em que atuam, sem excluir o acima explicitado, deverão: I - promover diálogo entre conhecimentos, valores, modos de vida, orientações filosóficas, políticas e religiosas próprias à cultura do povo indígena junto a quem atuam e os provenientes da sociedade majoritária; II - atuar como agentes interculturais, com vistas à valorização e o estudo de temas indígenas relevantes. § 2º As mesmas determinações se aplicam à formação de professores para escolas de remanescentes de quilombos ou que se caracterizem por receber populações de etnias e culturas específicas.

Art. 6º A estrutura do curso de Pedagogia, respeitadas a diversidade nacional e a autonomia pedagógica das instituições, constituir-se-á de: I - um núcleo de estudos básicos que, sem perder de vista a diversidade e a multiculturalidade da sociedade brasileira, por meio do estudo acurado da literatura pertinente e de realidades educacionais, assim como por meio de reflexão e ações críticas, articulará: a) aplicação de princípios, concepções e critérios oriundos de diferentes áreas do conhecimento, com pertinência ao campo da Pedagogia, que contribuam para o desenvolvimento das

pessoas, das organizações e da sociedade; b) aplicação de princípios da gestão democrática em espaços escolares e não-escolares; c) observação, análise, planejamento, implementação e avaliação de processos educativos e de experiências educacionais, em ambientes escolares e não-escolares; d) utilização de conhecimento multidimensional sobre o ser humano, em situações de aprendizagem; e) aplicação, em práticas educativas, de conhecimentos de processos de desenvolvimento de crianças, adolescentes, jovens e adultos, nas dimensões física, cognitiva, afetiva, estética, cultural, lúdica, artística, ética e biossocial; f) realização de diagnóstico sobre necessidades e aspirações dos diferentes segmentos da sociedade, relativamente à educação, sendo capaz de identificar diferentes forças e interesses, de captar contradições e de considerá-lo nos planos pedagógico e de ensinoaprendizagem, no planejamento e na realização de atividades educativas; g) planejamento, execução e avaliação de experiências que considerem o contexto histórico e sociocultural do sistema educacional brasileiro, particularmente, no que diz respeito à Educação Infantil, aos anos iniciais do Ensino Fundamental e à formação de professores e de profissionais na área de serviço e apoio escolar; h) estudo da Didática, de teorias e metodologias pedagógicas, de processos de organização do trabalho docente; i) decodificação e utilização de códigos de diferentes linguagens utilizadas por crianças, além do trabalho didático com conteúdos, pertinentes aos primeiros anos de escolarização, relativos à Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, História e Geografia, Artes, Educação Física; j) estudo das relações entre educação e trabalho, diversidade cultural, cidadania, sustentabilidade, entre outras problemáticas centrais da sociedade contemporânea; k) atenção às questões atinentes à ética, à estética e à ludicidade, no contexto do exercício profissional, em âmbitos escolares e não-escolares, articulando o saber acadêmico, a pesquisa, a extensão e a prática educativa; l) estudo, aplicação e avaliação dos textos legais relativos à organização da educação nacional; II - um núcleo de aprofundamento e diversificação de estudos voltado às áreas de atuação profissional priorizadas pelo projeto pedagógico das instituições e que, atendendo a diferentes demandas sociais, oportunizará, entre outras possibilidades: a) investigações sobre processos educativos e gestoriais, em diferentes situações institucionais: escolares, comunitárias, assistenciais, empresariais e outras; b) avaliação, criação e uso de textos, materiais didáticos, procedimentos e processos de aprendizagem que contemplem a diversidade social e cultural da sociedade brasileira; c) estudo, análise e avaliação de teorias da educação, a fim de elaborar propostas educacionais consistentes e inovadoras; III - um núcleo de

estudos integradores que proporcionará enriquecimento curricular e compreende participação em: a) seminários e estudos curriculares, em projetos de iniciação científica, monitoria e extensão, diretamente orientados pelo corpo docente da instituição de educação superior; b) atividades práticas, de modo a propiciar vivências, nas mais diferentes áreas do campo educacional, assegurando aprofundamentos e diversificação de estudos, experiências e utilização de recursos pedagógicos; c) atividades de comunicação e expressão cultural.

Art. 7º O curso de Licenciatura em Pedagogia terá a carga horária mínima de 3.200 horas de efetivo trabalho acadêmico, assim distribuídas: I - 2.800 horas dedicadas às atividades formativas como assistência a aulas, realização de seminários, participação na realização de pesquisas, consultas a bibliotecas e centros de documentação, visitas a instituições educacionais e culturais, atividades práticas de diferente natureza, participação em grupos cooperativos de estudos; II - 300 horas dedicadas ao Estágio Supervisionado prioritariamente em Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, contemplando também outras áreas específicas, se for o caso, conforme o projeto pedagógico da instituição; III - 100 horas de atividades teórico-práticas de aprofundamento em áreas específicas de interesse dos alunos, por meio, da iniciação científica, da extensão e da monitoria.

Art. 8º Nos termos do projeto pedagógico da instituição, a integralização de estudos será efetivada por meio de: I - disciplinas, seminários e atividades de natureza predominantemente teórica que farão a introdução e o aprofundamento de estudos, entre outros, sobre teorias educacionais, situando processos de aprender e ensinar historicamente e em diferentes realidades socioculturais e institucionais que proporcionem fundamentos para a prática pedagógica, a orientação e apoio a estudantes, gestão e avaliação de projetos educacionais, de instituições e de políticas públicas de Educação; II - práticas de docência e gestão educacional que ensejem aos licenciandos a observação e acompanhamento, a participação no planejamento, na execução e na avaliação de aprendizagens, do ensino ou de projetos pedagógicos, tanto em escolas como em outros ambientes educativos; III - atividades complementares envolvendo o planejamento e o desenvolvimento progressivo do Trabalho de Curso, atividades de monitoria, de iniciação científica e de extensão, diretamente orientadas por membro do corpo docente da instituição de educação superior decorrentes ou articuladas às disciplinas, áreas de conhecimentos, seminários, eventos científico-culturais, estudos curriculares, de modo a propiciar vivências em algumas modalidades e experiências, entre outras, e opcionalmente, a

educação de pessoas com necessidades especiais, a educação do campo, a educação indígena, a educação em remanescentes de quilombos, em organizações não-governamentais, escolares e não-escolares públicas e privadas; IV - estágio curricular a ser realizado, ao longo do curso, de modo a assegurar aos graduandos experiência de exercício profissional, em ambientes escolares e não-escolares que ampliem e fortaleçam atitudes éticas, conhecimentos e competências: a) na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, prioritariamente; b) nas disciplinas pedagógicas dos cursos de Ensino Médio, na modalidade Normal; c) na Educação Profissional na área de serviços e de apoio escolar; d) na Educação de Jovens e Adultos; e) na participação em atividades da gestão de processos educativos, no planejamento, implementação, coordenação, acompanhamento e avaliação de atividades e projetos educativos; f) em reuniões de formação pedagógica. Art. 9º Os cursos a serem criados em instituições de educação superior, com ou sem autonomia universitária e que visem à Licenciatura para a docência na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nos cursos de Ensino Médio, na modalidade Normal, de Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar e em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos, deverão ser estruturados com base nesta Resolução.

Art. 10. As habilitações em cursos de Pedagogia atualmente existentes entrarão em regime de extinção, a partir do período letivo seguinte à publicação desta Resolução.

Art. 11. As instituições de educação superior que mantêm cursos autorizados como Normal Superior e que pretenderem a transformação em curso de Pedagogia e as instituições que já oferecem cursos de Pedagogia deverão elaborar novo projeto pedagógico, obedecendo ao contido nesta Resolução. § 1º O novo projeto pedagógico deverá ser protocolado no órgão competente do respectivo sistema ensino, no prazo máximo de 1 (um) ano, a contar da data da publicação desta Resolução. § 2º O novo projeto pedagógico alcançará todos os alunos que iniciarem seu curso a partir do processo seletivo seguinte ao período letivo em que for implantado. § 3º As instituições poderão optar por introduzir alterações decorrentes do novo projeto pedagógico para as turmas em andamento, respeitando-se o interesse e direitos dos alunos matriculados. § 4º As instituições poderão optar por manter inalterado seu projeto pedagógico para as turmas em andamento, mantendo-se todas as características correspondentes ao estabelecido.

Art. 12. Concluintes do curso de Pedagogia ou Normal Superior que, no regime das normas anteriores a esta Resolução, tenham cursado uma das

habilitações, a saber, Educação Infantil ou anos iniciais do Ensino Fundamental, e que pretendam complementar seus estudos na área não cursada poderão fazê-lo. § 1º Os licenciados deverão procurar preferencialmente a instituição na qual cursaram sua primeira formação. § 2º As instituições que vierem a receber alunos na situação prevista neste artigo serão responsáveis pela análise da vida escolar dos interessados e pelo estabelecimento dos planos de estudos complementares, que abrangerão, no mínimo, 400 horas.

Art. 13. A implantação e a execução destas diretrizes curriculares deverão ser sistematicamente acompanhadas e avaliadas pelos órgãos competentes. Art. 14. A Licenciatura em Pedagogia, nos termos dos Pareceres CNE/CP n os 5/2005 e 3/2006 e desta Resolução, assegura a formação de profissionais da educação prevista no art. 64, em conformidade com o inciso VIII do art. 3º da Lei nº 9.394/96. § 1º Esta formação profissional também poderá ser realizada em cursos de pós-graduação, especialmente estruturados para este fim e abertos a todos os licenciados. § 2º Os cursos de pós-graduação indicados no § 1º deste artigo poderão ser complementarmente disciplinados pelos respectivos sistemas de ensino, nos termos do parágrafo único do art. 67 da Lei nº 9.394/96.

Art. 15. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas a Resolução CFE nº 2, de 12 de maio de 1969, e demais disposições em contrário.

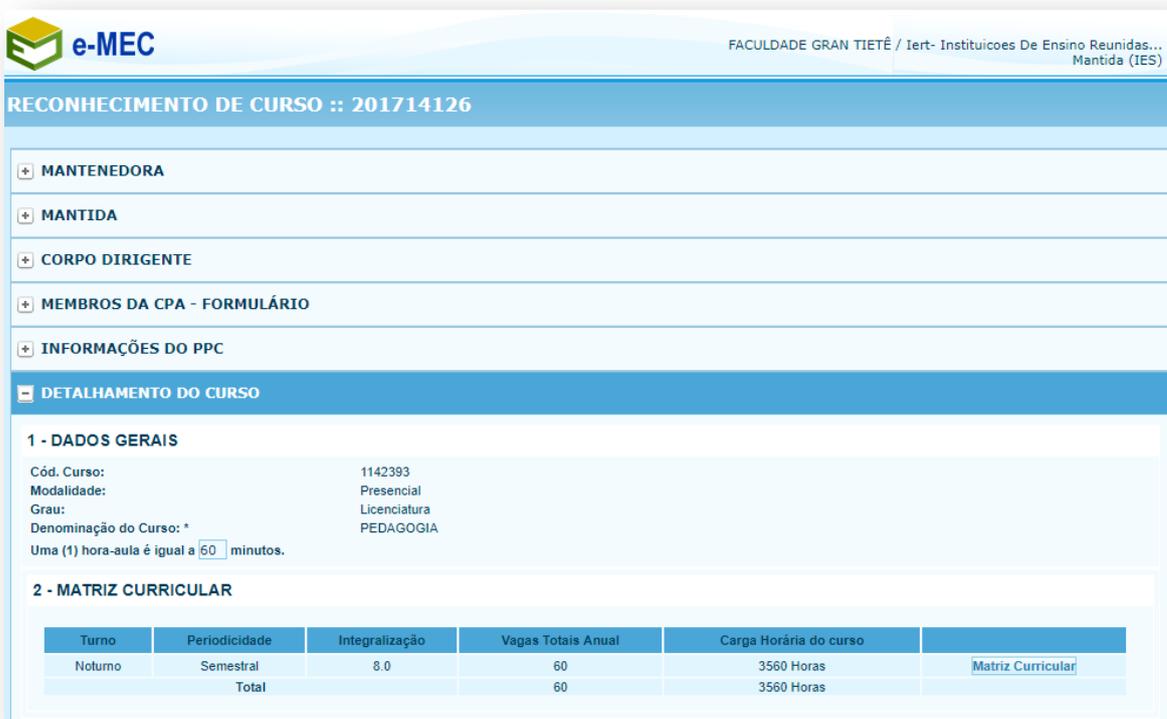
EDSON DE OLIVEIRA NUNES Presidente do Conselho Nacional de Educação

2. DADOS GERAIS DO CURSO

Os dados gerais do curso constam no quadro a seguir.

Dados Gerais do Curso					
DENOMINAÇÃO DO CURSO:	PEDAGOGIA				
MODALIDADE:	Licenciatura				
ENDEREÇO DE OFERTA DO CURSO:	Av. XV de Novembro nº 125 - Centro - Barra Bonita/SP CEP: 17340-970				
TURNOS DE FUNCIONAMENTO:	Integral	Matutino	Vespertino	Noturno	Totais
Nº. DE VAGAS ANUAIS OFERECIDAS:	0	0	0	60	60
REGIME DE MATRÍCULA:	Seriado semestral				
DURAÇÃO DO CURSO:	Carga Horária	Tempo Mínimo	Tempo Máximo		
	3.560	8 semestres	14 semestres		

Quadro 2- Resumo – Dados Gerais do Curso.



The screenshot shows the e-MEC interface for course recognition. At the top, it displays 'e-MEC' and 'FACULDADE GRAN TIETÊ / Iert- Instituições De Ensino Reunidas... Mantida (IES)'. The main heading is 'RECONHECIMENTO DE CURSO :: 201714126'. Below this, there are several expandable sections: 'MANTENEDORA', 'MANTIDA', 'CORPO DIRIGENTE', 'MEMBROS DA CPA - FORMULÁRIO', and 'INFORMAÇÕES DO PPC'. The 'DETALHAMENTO DO CURSO' section is expanded, showing '1 - DADOS GERAIS' with the following information: Cód. Curso: 1142393; Modalidade: Presencial; Grau: Licenciatura; Denominação do Curso: * PEDAGOGIA. A note states 'Uma (1) hora-aula é igual a 60 minutos.' Below this is '2 - MATRIZ CURRICULAR', which includes a table with columns for Turno, Periodicidade, Integralização, Vagas Totais Anual, and Carga Horária do curso. The table shows data for the Noturno (Night) shift, Semestral (Semester) periodicity, with 8.0 integralization, 60 total annual vacancies, and 3560 hours of course load. A link for 'Matriz Curricular' is also visible.

Figura 1. Print Tela e-mec. Detalhamento do curso de Pedagogia.

3. INFORMAÇÕES INSTITUCIONAIS

3.1. DA MANTENEDORA

Informações – Mantenedora			
Razão Social	IERT- INSTITUIÇÕES DE ENSINO REUNIDAS TIETÊ LTDA.		
CNPJ	13.153.035/0001-02		
Endereço	Av. XV de Novembro	Nº	125
Bairro	Centro	Cidade	Barra Bonita
UF	São Paulo	CEP	17.340-970
Fone	(14) 38147221	Fax	
E-mail	contato@grantiete.com.br		

Quadro 3- Dados da Mantenedora

3.1.1. Condição Jurídica e Fiscal

A IERT - Instituições de Ensino Reunidas Tietê Ltda. é constituída como Sociedade Civil por quotas de responsabilidade limitada, pessoa jurídica de direito privado, com sede e foro na cidade de Barra Bonita (SP), e com seu Contrato Social devidamente registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas de Barra Bonita e inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF) sob o nº 13.153.035/0001-02, doravante denominada apenas Mantenedora.

3.1.2. Dirigente Principal

Seguem os dados do dirigente principal da mantenedora.

Dirigente Principal – Mantenedora			
Nome	Mauro Afonso Rizzo		
Cargo	Superintendente Executivo		
CPF	261.864.598-70	RG	23700791-5
Endereço	Rua Antonio Corvino	Nº	30

Bairro	Vila Mariana	Cidade	Botucatu
UF	São Paulo	CEP	18604-390
Fone	14-997754505	FAX	
E-mail	mauro.rizzo@uol.com.br		

Quadro 4- Dados do Dirigente Principal da Mantenedora.

3.1.3. Histórico da Mantenedora

A entidade mantenedora da **FACULDADE GRAN TIETÊ** é a **IERT-Instituições de Ensino Reunidas Tietê Ltda.**, é constituída como Sociedade civil por quotas de responsabilidade limitada com sede e foro na cidade de Barra Bonita (SP), Estado de São Paulo, na Rua XV de novembro, 125 e com seu estatuto registrado no Cartório de Registros de Imóveis da Comarca de Barra Bonita. A Entidade foi fundada em junho de 2011. Idealizada e sonhada pelo Prof. Marcos Roberto Fernandes Corrêa, formado em História e em Pedagogia, e com o apoio imprescindível do idealizador e fundador Dr. Mauro Afonso Rizzo.

3.2. DA MANTIDA

3.2.1. Identificação

Informações - Mantida			
Nome	Faculdade Gran Tietê		
Sigla	FGT		
Endereço	Av. XV de Novembro	Nº	125
Bairro	Centro	Cidade	Barra Bonita
UF	São Paulo	CEP	17340-970
Fone	(14) 3642-3219		
E-mail	contato@grantiete.com.br		
Site	http://www.grantiete.com.br		

Quadro 5- Dados da Mantida.

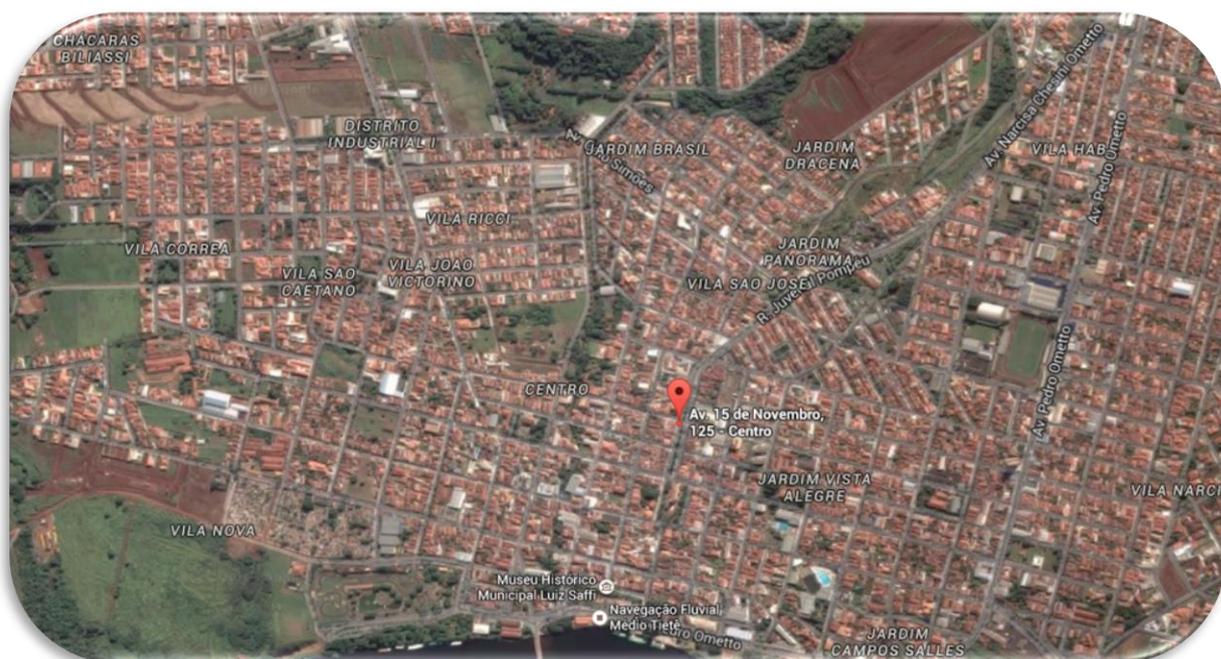


Foto 1 – Localização da Gran Tietê.
Fonte: Google Maps.

3.2.2. Dirigente Principal

Dirigente Principal - Mantida

Nome	Antonio Ap. Mendes Junior		
CPF	2534028880-3		
Endereço	Rua Damião Pinheiro Machado	Nº	676
Bairro	Centro	Cidade	Botucatu
UF	São Paulo	CEP	18603-560
Fone	14-997985413		
E-mail	prof.antoniomendes.14@gmail.com		

Quadro 6- Dados do Dirigente Principal da Mantida.

3.2.3. Histórico da Instituição

A Faculdade Gran Tietê foi credenciada junto ao Ministério da Educação (MEC) pela Portaria 438 de 23 de maio de 2014 e publicada no DOU em 26 de maio de 2014. Obtendo Conceito Institucional (CI) 4. Juntamente com o Credenciamento

da IES foram autorizados os cursos de Engenharia Civil (Portaria nº 360, de 10 de junho de 2014, publicada no D.O.U. em de 11 de junho de 2014), Engenharia de Produção (Portaria nº 516, de 14 de agosto de 2014, publicada no D.O.U. em de 15 de agosto de 2014), Administração (Portaria nº 360, de 10 de junho de 2014 publicada no D.O.U. em de 11 de junho de 2014) e Pedagogia (Portaria nº 516, de 14 de agosto de 2014, publicada no D.O.U. em de 15 de agosto de 2014). Com o claro objetivo de resgatar o ensino de qualidade na cidade de Barra Bonita, visando servir toda a região centro-oeste do Estado de São Paulo com o que há de mais moderno e qualificado no Ensino Superior, buscando se firmar como uma das mais respeitadas entidades de ensino superior privado do interior paulista.

Sua intenção é formar com qualidade e seriedade os jovens da região que até então não têm ao seu alcance um ensino superior com a qualidade proposta pela Faculdade Gran Tietê, vindo suprir uma lacuna até então existente, qual seja, a falta de cursos superiores atuais e modernos, com compromisso de absorção pelo mercado de trabalho, tanto local quanto nacional. Apresentando infraestrutura moderna e adequada ao perfil dos cursos que oferece, a Faculdade Gran Tietê é enfática na busca pela qualidade de ensino, com excelentes computadores à disposição dos alunos e o acesso à Internet banda larga, além de possuir uma moderna biblioteca. Sua intenção é formar os jovens da região que até então não têm ao seu alcance um ensino superior com a qualidade proposta, vindo suprir uma lacuna até então existente.

Dessa forma, destacando-se pela sua sólida base regional, pois a família dos mantenedores está instalada na região há mais de 100 anos. A Faculdade Gran Tietê tem como meta a modernidade, qualidade, seriedade e honestidade, para atingir e disponibilizar aos seus alunos uma formação adequada aos cenários atuais.

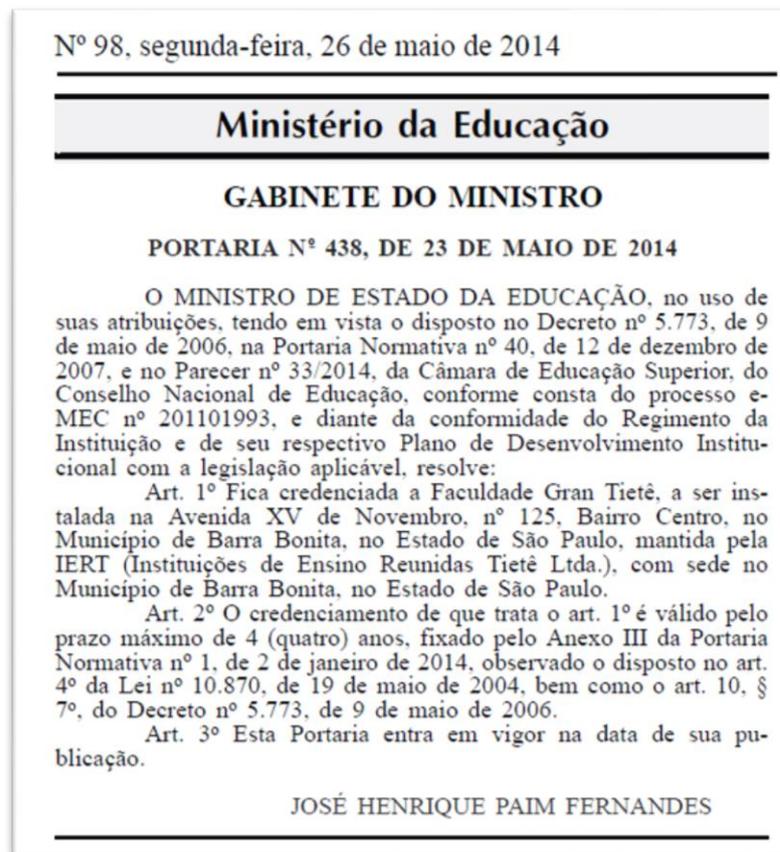


Figura 2. Diário Oficial da União em 26 de maio de 2014. Portaria 438, de 23 de maio de 2014. Credenciamento da Faculdade Gran Tietê.

3.2.4. Proposta da Instituição

A sociedade contemporânea vive momentos de intensas transformações decorrentes da necessidade de se compatibilizar, otimizar, adequar ou mesmo transmutar valores que a ela não se convergem, visto que, no século XXI cada vez mais a valorização do Capital Intelectual está em voga. Não se pode negar que a Universidade é o meio pelo qual se materializa o produto do saber, que doravante será chamado de Capital Intelectual. As Instituições de Ensino Superior, de Extensão e de Pesquisa deverão se desenvolver a ponto de, não só garantirem a sua inserção no mundo globalizado, mas para exercer, com primor inigualável, aquilo que se pode definir como função sustentadora dos aspectos básicos para garantir o direito a uma vida digna a todo e qualquer Homem.

A demanda cada vez maior por novas vagas nas universidades e a falta de recursos governamentais para criação e ampliação de vagas no setor público vêm sendo um grande desafio e têm encontrado na instalação de universidades privadas

a garantia do comprimento do direito ao acesso ao ensino superior a todo cidadão, em especial, o brasileiro que assim desejar. Discutir as causas do crescimento de demanda pelos cursos de graduação e as maneiras para suprir tal demanda sem a “massificação do ensino” é indispensável. Superar a concepção de ensinar por ensinar é também necessário. Atender a demanda por vagas nas universidades, de forma consciente, facilitará a formação de uma sociedade crítico-reflexiva e, jamais, simplesmente, portadora de diplomas e certificados que não garantem ao indivíduo uma postura ética e um comprometimento moral com o seu próximo.

Dado às transformações sofridas pela universidade, no que concerne aos seus objetivos e finalidade, e por estar o conhecimento disseminado em todos os segmentos sociais, representado nas mais diversas formas e propagado por intermédio dos meios de comunicação de massa, é preciso pensar e repensar, com bastante moderação: a missão institucional de uma universidade; a maneira de se buscar formas de assegurar um ensino de qualidade que contemple a diversidade cultural e de conhecimento daqueles a que ela se destina, simultaneamente, ao atendimento da oferta e procura pelos cursos superiores.

Preocupadas em formar profissionais com competências e habilidades para atuarem nas mais diversas áreas e ainda capazes de exercerem sua própria cidadania, a **IERT - INSTITUIÇÕES DE ENSINO REUNIDAS TIETÊ LTDA**, por intermédio de sua **FACULDADE GRAN TIETÊ** propõem, no presente projeto, uma ampla discussão acerca da postura e do perfil que deverá sustentar doravante. Todos os seus esforços estarão voltados para a análise de fatores que ela considera imprescindíveis na realização do seu trabalho, ou seja, na formação de cidadãos críticos que, ao atuarem no mercado de trabalho local ou em outro, estarão se portando de maneira coerente e consciente.

A Faculdade Gran Tietê como uma instituição preocupada com a construção de novos conhecimentos e de profissionais éticos e tecnicamente capacitados, pretende adotar uma prática pedagógica que parta da realidade econômica, social e cultural do aluno (senso-comum) incluindo-o no universo catedrático, para que possa refletir a sua prática e por meio da comparação crítico-reflexiva, adquirir o conhecimento elaborado sistematicamente (o conhecimento científico). Em face do exposto, pretende a Instituição, com este projeto, inserir-se no conjunto das grandes instituições do Brasil e do Mundo que trabalham em prol do crescimento do Homem

na sua totalidade pessoal, espiritual e profissional.

3.2.5. Finalidades

Alinhada aos novos tempos, a Faculdade Gran Tietê desenvolve esforços objetivando o processo de permanente atualização administrativa com uma gestão participativa, buscando a otimização de seus processos e a consolidação de sua atuação junto à sociedade. A qualidade dos serviços oferecidos, o pronto atendimento à sua clientela e a permanente busca da melhoria, são princípios que balizam as ações internas e relações externas da Faculdade Gran Tietê. Nesse contexto, esta Instituição de Ensino Superior é consciente de seu papel como instituição promotora de mudanças, mediante a formação e qualificação do homem-cidadão que interage ativamente junto à sociedade, promovendo o crescimento e desenvolvimento local, regional e nacional.

3.3. CONTEXTUALIZAÇÃO EM RELAÇÃO ÀS SUAS INSERÇÕES INSTITUCIONAL, POLÍTICA, GEOGRÁFICA E SOCIAL

A seguir estão destacados os aspectos da contextualização em relação a inserção institucional da IES, tanto política, quanto geográfica e social.

3.3.1. Centro-Oeste Paulista

O Centro-Oeste Paulista é uma grande região do Estado de São Paulo, que se destacou ao longo do século XIX e até a primeira metade do século XX, ao lado do Nordeste e Noroeste Paulista, como a principal região cafeeira do estado, grão que impulsionou a economia e a colonização local durante o período. Atualmente, a região ainda conta com forte presença do setor agropecuário em sua economia, que está associado a um significativo crescimento do terceiro setor, desde o final do século XX.

Historicamente, antes da colonização por não índios, a presença humana

existente era predominantemente marcada índios da etnia Kaingang, ao lado de outras etnias minoritárias, como os Guaranis, Ipó-Xavante, Terena e Krenak. Com a colonização por não-índios, que se deu a partir da segunda metade do século XIX até a primeira metade do século XX, tais grupos acabaram se tornando minoritários, predominando a presença dos colonizadores não-índios, provenientes do exterior ou de outras partes do país. Atualmente, segundo dados da FUNAI em 2010, vivem na região cerca de 322 índios, das etnias Kaingang, Terena e Krenak, nas Reservas Índigenas Vanuire (localizada em Tupã) e Icatu (localizada em Braúna). Com a colonização impulsionada pela necessidade de expansão da produção cafeeira, colonos provenientes de Minas Gerais, do Rio de Janeiro, do Nordeste, além das regiões Litorânea, Sudoeste e Nordeste Paulista, se dirigiram em rumo ao Centro-Oeste Paulista. Esta primeira leva colonizadora, que tem como principal característica a demarcação de grandes latifúndios e a presença de uma colonização desorganizada, foi fator contributivo para o surgimento dos conflitos de terra no Pontal do Paranapanema, região de terras devolutas que fora ocupada por latifúndios neste período. Com a expansão da produção cafeeira rumo ao Oeste do estado de São Paulo, surgiu-se a necessidade do escoamento desta produção para o Porto de Santos, dando-se início a expansão das linhas férreas rumo ao interior do Estado. Com a vinda das estradas de ferro para o Centro-Oeste Paulista, a economia regional ganharia um novo impulso, se destacando em todo estado, pelo seu potencial cafeeiro.

Com a economia aquecida e a abolição da escravatura, deu-se início a segunda leva colonizadora da região. A necessidade de mão-de-obra para trabalhar nos cafezais fez com que os cafeicultores da região, assim como os cafeicultores do Noroeste e do Nordeste Paulista, trouxessem para suas propriedades, imigrantes europeus (Italianos, Espanhóis e Letões) ou asiáticos (Japoneses), para realizar tal função. A vinda dos colonos europeus e asiáticos vinha em contro com as teorias eugenistas, predominantes no fim do século XIX, todavia, o desejo do imigrante em se tornar proprietário de terras e os interesses nacionais, deram origem a Terceira Leva Colonizadora. A Terceira Leva Colonizadora fora marcada pelo planejamento colonizatório, feito através de companhias colonizadoras, como por exemplo a Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização (CAIC). Esta modalidade colonizadora deu-se em virtude da Crise de 1929, que afetou diretamente a

produção cafeeira regional, não havendo outra escolha aos latifundiários, se não, lotear suas propriedades e vendê-las à colonos, em especial, de origem imigrante, que aspiravam em se tornar proprietários de terra na América. Posteriormente, a Colonização dos Territórios Despovoados do Oeste, era de interesse nacional, surgindo neste momento, a colonização da Alta Paulista, que se deu em torno da Estrada de Ferro Paulista, que ligava Bauru a Panorama. Na Alta Paulista, a colonização se deu através de colonos imigrantes, com destaque à cidade de Bastos, de predominância japonesa e o Distrito de Varpa, na cidade de Tupã, com predominância de colonos letões. A presença de cidades planejadas e de pequenas propriedades rurais, fizeram com que a colonização desta região se divergisse do restante da região, tornando-a peculiar, até os dias atuais.

A forte presença de colonos japoneses na região rendeu a visita do Príncipe Japonês Naruhito a cidade de Bastos, no ano de 2008, não sendo essa, a primeira vez que um membro da Família Imperial Japonesa à região, sendo que a primeira vez ocorreu em 1958, cinquenta anos antes da vinda do Príncipe Naruhito, quando o Príncipe Mikasa, veio até Marília, nas comemorações do Cinquentenário da Imigração Japonesa no Brasil. Como ícones da forte presença da região, é comum a presença da arquitetura japonesa em algumas praças, sendo isto facilmente notado, na cidade de Bastos, marcada pela grande concentração de nipo-brasileiros, que ali residem e preservam suas culturas e tradições. Em virtude da colonização japonesa, a região ganhara o título de "Capital Nacional do Ovo", em função da grande quantidade de granjas construídas e mantidas por famílias nipo-brasileiras. Foi também em Bastos, que ocorrerá o primeiro crime da Shindo Renmei, que foi o assassinato do japonês Ikuta Mizobe, no dia 7 de março de 1946. A partir da segunda metade do século XX, a produção cafeeira local viria a enfraquecer e dar lugar a criação de bovinos e ao plantio de cana-de-açúcar, amendoim e algodão, gêneros que hoje se destacam no potencial da agricultura local. Todavia, o golpe final à Produção Cafeeira, se deu com a Geada Negra, sobrevivendo a produção cafeeira apenas na região de Marília, modificando totalmente o cenário econômico das regiões que ainda persistiam em se dedicar à cultura cafeeira. Após a Geada Negra e a desativação das estradas de ferro locais, inicia-se na região, um forte êxodo rural e conseqüentemente, um aquecimento do terceiro setor e o crescimento das áreas urbanas locais. Com a elevada taxa de urbanização das principais

compreendidos na área territorial que se encontra entre a margem sul do Rio Tietê e a margem norte do Rio Paranapanema, totalizando uma área territorial de 87.402,23 km², um pouco menor que a área do estado de Pernambuco. Sendo assim, caso fosse um estado, a Região Cento-Oeste Paulista seria o 20º estado da Federação em área territorial. A área territorial da região corresponde a 35,21% do território paulista. A Bacia do Rio Paraná, a bacia que abrange todos os principais rios da região. Os principais rios da região são: Rio Aguapeí, Rio Paraná, Rio Paranapanema, Rio do Peixe e Rio Tietê. Todos esses rios citados, percorrem relevos planálticos (Planalto Ocidental Paulista) e possuem grande potencial hidroelétrico, percorrendo altitudes que normalmente variam entre 200 a 600 metros acima do nível do mar. A região toda se encontra abrangida sobre o Aquífero Guarani, a maior reserva subterrânea de água doce do mundo e parte da Bacia Hidrográfica do Rio Paraná. O relevo predominantemente é planáltico, e as altitudes giram em torno de 350 metros, na região do Baixo Tietê, até 890 metros, na Serra de Botucatu. O relevo da região é de origem sedimentar, de predominância planáltica, onde se encontra em quase todo território o solo de coloração avermelhada, que foi apelidado pelos imigrantes italianos como Terra Roxa, que serviu como principal atrativo para o cultivo de café na região, mais tarde abandonado por motivos climáticos (geadas), ou econômicos (desvalorização do café no mercado internacional). O clima predominante na região é o Tropical de Altitude, nas variedades Aw e Cwa na escala de Köppen. Sendo assim, é comum na região a presença de verões quentes e úmidos, com temperaturas acima de 18 °C e invernos amenos ou frios, com baixa precipitação chuvosa.

O Produto Interno Bruto (PIB) da região, segundo dados do IBGE de 2012, gira em torno de R\$ 40.090.504.884,00 - pouco superior ao do Maranhão (16º estado da Federação quanto ao PIB) e o PIB per capita em torno de R\$ 9.998,93 - um pouco superior ao do Acre (18º estado da Federação quanto a PIB per capita). A economia local tem sido impulsionada pela agropecuária, com destaque à criação de bovinos, que tornaram a região, um dos principais criadores de gado bovino do país.

O Centro-Oeste Paulista conta com uma das menores densidades populacionais do estado de São Paulo. De acordo com o Censo, realizado pelo IBGE em 2012, a população da região é de aproximadamente 4.009.476 habitantes, ou seja, um pouco maior que a população da Paraíba. Sendo assim, se fosse um

estado, a região seria o 13º estado do país, em população. Atualmente, a população corresponde a 9,6% da população do Estado de São Paulo. A densidade demográfica da região é de 45,87 habitantes por km², equivalente a do estado do Paraná (12º maior em concentração populacional) e aproximadamente 3,6 vezes menor que a média geral do estado de São Paulo. Considerando a hipótese de que a região fosse um estado, este seria o 13º estado da federação em densidade populacional.

A região se destaca pelos baixos índices de criminalidade, segundo estudo da Organização dos Estados Americanos, feito durante o período de 2002 a 2006, que apresentou na região, baixos índices de assassinato, cuja taxa de assassinatos, na maioria dos municípios, dificilmente excede ao número de 25 mortes a cada 100 mil habitantes, sendo que a única exceção é o município de Clementina onde as taxas de homicídios ficam entre 25,01 a 50 mortes para cada 10 mil habitantes. A criminalidade na região aumentou porém nos últimos anos, em função da vinda de casas de detenções para a região, fortemente rejeitadas pela população e pelo fato da região ser rota de tráfico de drogas oriundos do Paraguai e Bolívia, que chegam a região através dos estados do Mato Grosso do Sul e Paraná, com destino a capital do estado, São Paulo. O estudo sobre a qualidade de vida e desigualdade na região torna-se complexo, por não haver estudos detalhados, por órgãos oficiais na região, mas, por uma média de índices entre as principais cidades da região (Araçatuba, Assis, Bauru Marília, Ourinhos e Presidente Prudente, equivalente a 28,63% da população, pode se obter, um IDH médio de 0,830 segundo dados da PNUD em 2000. Tal índice é equivalente ao índice obtido pelo estado de São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, que ocupam o 3º ao 5º lugar no ranking nacional, de índices mais elevados¹.

3.3.2. O município de Barra Bonita

A FACULDADE GRAN TIETÊ está instalada na cidade de Barra Bonita no Estado de São Paulo. Barra Bonita, é um dos 29 municípios paulistas considerados

¹ Wikipedia. Centro-Oeste Paulista. Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Centro-Oeste_Paulista acessado em 10/03/2016.

estâncias turísticas pelo Estado de São Paulo, por cumprirem determinados pré-requisitos definidos por Lei Estadual. Tal status garante a esses municípios uma verba maior por parte do Estado para a promoção do turismo regional. Também, o município adquire o direito de agregar junto a seu nome o título de Estância Turística, termo pelo qual passa a ser designado tanto pelo expediente municipal oficial quanto pelas referências estaduais. A Gran Tietê pretende dentro das características regionais, oferecer os cursos de graduação, atendendo à demanda regional e cumprindo seu papel social.

É importante ressaltar a relevância do credenciamento da IES para região e sua reconhecida proposta de qualidade de ensino. Apresentando uma excelente estrutura física, corpo docente qualificado e inovadora proposta pedagógica. A IES apresenta um pessoal técnico-administrativo em quantidade adequada e sempre que necessário recruta e qualifica novos funcionários para atender o nível de qualidade exigido. A Gran Tietê foi pensada a partir da sua missão, visão, princípios, valores e inserção regional que constituem a vocação do mesmo, de que a mudança provocada pelos avanços tecnológicos e pelo cenário globalizado é a grande certeza. As organizações e os seus talentos humanos necessitam estar preparadas para trabalharem com mudanças a cada momento. Entende-se que a economia não é só global, mas, também, instantânea e que não se trata de inovações de produtos ou serviços, mas de inovação estratégica, ou seja, a capacidade de mudar profundamente os modelos de gestão e de negócio atuais, para criar novas formas de servir os clientes, criando riquezas para todos. Outra característica é a sociedade da informação que está ingressando, a passos largos, no que pode ser chamado de era da economia do conhecimento. Muita riqueza está e será criada; muita riqueza está e será destruída. A inovação estratégica envolve três aspectos básicos: o desafio às ortodoxias, a descontinuidade e competências-chave. O desafio às ortodoxias compreende ações revolucionárias, que possam quebrar tabus e abrir novos caminhos. As ações relativas à descontinuidade devem conduzir a estratégias a serem operacionalizadas em um futuro que se pode fazer acontecer; nada irreal ou falso, mas com os pés no chão. As competências-chave dizem respeito ao profundo autoconhecimento das potencialidades das organizações; quais os conhecimentos que têm e para onde podem esses conhecimentos conduzir.

3.3.3. Aspectos Históricos de Barra Bonita

A região foi explorada desde o bandeirantismo, na época que desciam o rio Tietê, em direção ao oeste, mas a colonização efetiva somente teve início entre os anos de 1883 e 1886, quando o Coronel José de Salles Leme, o “Nhonhô de Salles”, procedeu o desmatamento para cultivo de café e criação de gado, introduzindo grande número de imigrantes italianos. Salles Leme, em sociedade com o Major João Batista Pompeu, abriu uma casa comercial e, auxiliados por Salvador de Toledo Pizza e Ezequiel Otero, entre outros, promoveram a formação do povoado, junto à barra do córrego afluente do Tietê, de grande beleza, posteriormente denominado Córrego Barra Bonita, originando, também, o nome do povoado.

A travessia do rio, entretanto, era difícil, de forma tal que o aglomerado surgido na margem oposta somente pode ser integrado a Barra Bonita, em 1915, quando Manuel Ferraz de Campos Salles, proprietário de terras no local e então Presidente da República, construiu a ponte ligando as duas partes.

Apesar da Estrada de Ferro Barra Bonita ter entrado em atividade na década de 1920, o desenvolvimento do Município (criado em 1906) somente ocorreu vinte anos depois, com novos loteamentos, melhoramentos públicos, instalação de pequenas indústrias e cultura da cana-de-açúcar que possibilitou uma grande demanda de mão-de-obra.²

² Fonte: IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível no site <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/saopaulo/barrabonita.pdf>

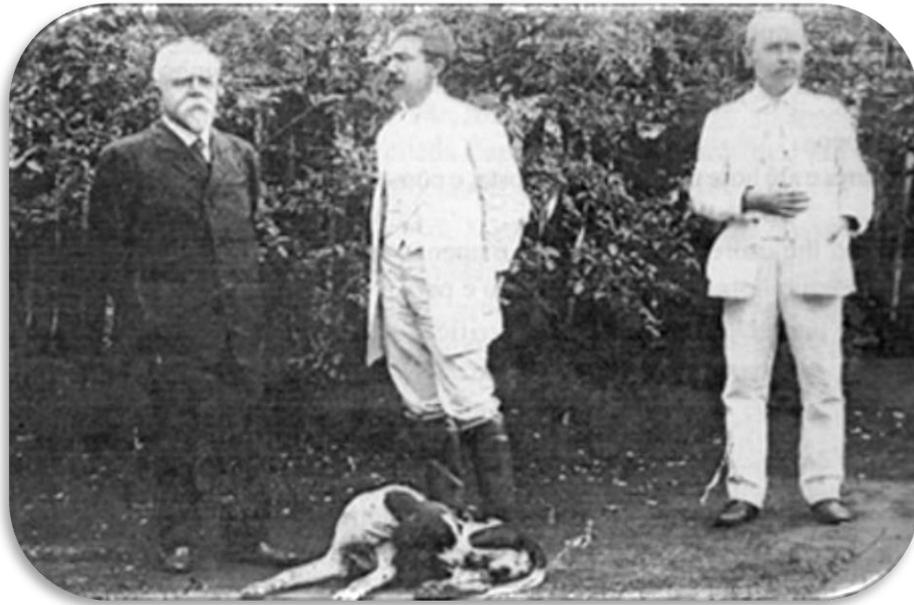


Foto 1. Dr. Campos Salles, José de Salles Leme e João Baptista Pompeu.
Fonte: <http://www.barrabonitatur.com.br/historia-barra-bonita.html>

3.3.4. Aspectos Geográficos de Barra Bonita

Barra Bonita está localizada a 278 km da capital de São Paulo, ocupando hoje uma área de 150,121 km², com população estimada em 2018 de 36.127 habitantes (IBGE/2018), é palco de um dos mais belos passeios fluviais do Brasil. Faz limites com os municípios de Igarçu do Tietê, Jaú, Mineiros do Tietê e São Manuel e Macatuba. Barra Bonita possui uma latitude de 22°29'41" sul e uma longitude 48°33'29" oeste, estando a uma altitude de 475 metros.



Mapa 2. Localização de Barra Bonita no Estado de São Paulo e Brasil.

O município de Barra Bonita possui uma superfície de 14.991 hectares, com um clima subtropical úmido. Vivendo de turismo, do artesanato, da cerâmica e da cultura da cana-de-açúcar, com a Usina da Barra, maior produtora individual de açúcar e álcool do mundo, Barra Bonita tem excelente índice de qualidade de vida.

O Rio Tietê nasce em Salesópolis, numa altitude de 1.027 m. Corta o Estado de São Paulo e desemboca no Rio Paraná, a 1.136 km de sua nascente. Foi rota dos bandeirantes que desbravaram o interior do Brasil nos séculos XVII e XVIII em busca de riqueza e apresamento de índios. Os sertanistas que partiram do município de Porto Feliz rumo ao Oeste do Estado, depois de navegarem pelas águas tranqüilas do Tietê, depararam com as corredeiras do Barreirinho (hoje, a Usina Hidrelétrica de Barra Bonita), e, logo a seguir, a calmaria das águas, onde se destaca a orla de areia alvíssima, formando o estuário de um pequeno córrego, hoje conhecido como córrego Barra Bonita, que deságua no Rio Tietê. Ali pararam para repousar e apreciar o magnífico pôr-do-sol. Em meados de 1883, sob indícios de minerais preciosos e terra roxa localizados às margens do rio, famílias italianas e espanholas, chefiadas pelo Coronel José de Salles Leme, fixaram residências, fazendo a derrubada da mata ali existente. Iniciaram o plantio de café, a criação de gado e outras formas de exploração dos recursos existentes, dando origem ao povoado de Barra Bonita. A Hidrovia Tietê-Paraná também desponta como exótica oferta turística nacional. As grandes superfícies de água dos reservatórios, as extensões de rios em corrente livre, as paisagens naturais e os recursos energéticos privilegiam, além do turismo clássico de lazer e cultural, o ecológico, o fluvial e o agroturismo. Do turismo à agricultura, à indústria e ao comércio, a Hidrovia Tietê-Paraná é, enfim, um rio de negócios, com retorno financeiro garantido³.

A Eclusa de Barra Bonita começou sua construção em 1962 e sua inauguração foi em 1973, levando aproximadamente 11 anos para ficar pronta.

³ Fonte: Barra Tur disponível no site: <http://www.barrabonitatur.com.br/hidrovia-tiete-barra-bonita.html>.

Possui 25 metros de desnível e o tempo de eclusagem leva doze minutos para subir e descer. Tem importante poder econômico por viabilizar a Hidrovia Tietê-Paraná. Foi a primeira eclusa a ser explorada turisticamente no Estado de São Paulo. É a atração turística mais procurada em Barra Bonita pelos turistas do Brasil inteiro. As empresas de Navegação turística em Barra Bonita oferecem passeios em seus barcos que levam os turistas para fazer a eclusagem. Existem três empresas, e os turistas podem optar pelos passeios com duração de tempo maior ou menor, além disso, algumas empresas alugam seus barcos para eventos particulares.



Foto 2. Navegação na Hidrovia Tietê.

Em Barra Bonita foram implementados sistemas de eclusas que viabilizaram a manutenção da navegação fluvial. Muitas barcaças fazem o transporte da produção da região a um custo menor do que o do transporte rodoviário. A hidrovia

Tietê-Paraná "permite a navegação numa extensão de 1 100 quilômetros entre Conchas, no rio Tietê, em São Paulo e São Simão, em Goiás, no rio Paranaíba, até Itaipu, atingindo 2.400 quilômetros de via navegável. Somente a hidrovia do Paraná movimentou em 2010, mais de 3,7 milhões de toneladas de cargas. A hidrovia Tietê-Paraná, em 2011, movimentou cerca de 5,8 milhões de toneladas de carga, ficando muito próxima de sua capacidade de carga. Foi a segunda hidrovia brasileira em quantidade de carga, sendo superada apenas pela quantidade transportada na bacia amazônica, que foi de cerca de 9,8 milhões de toneladas. Desta hidrovia, cerca de 450 km do rio Tietê são plenamente navegáveis⁴.



Foto 3. Imagem aérea na Usina Hidrelétrica de Barra Bonita.

3.3.5. Aspectos Demográficos da Região de Influência

⁴ Wikipedia. Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Rio_Tiet%C3%AA

O município é parte de uma região do Estado de São Paulo em franco desenvolvimento, cuja economia é fundamentada na agricultura, comércio, serviços e, principalmente, um parque industrial bastante significativo. A região possui importantes indústrias, tais como:

A população estimada de Barra Bonita em 2018 é de 36.127 habitantes. **A região de Barra Bonita com potencial influência da Faculdade Gran Tietê possui população superior a 700 mil habitantes**, como pode ser observado na tabela a seguir.

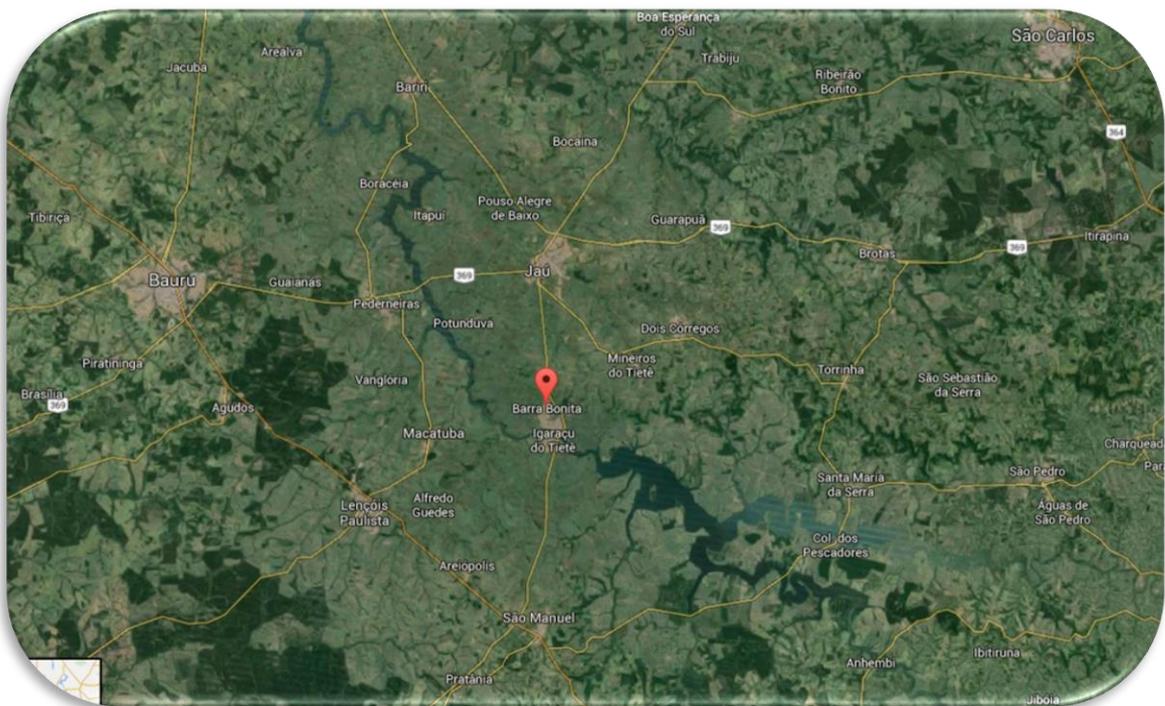
Tabela 1. POPULAÇÃO DA MACRORREGIÃO DE BARRA BONITA.

População	
Águas de São Pedro	3.139
Agudos	36.524
Anhembi	5.653
Arealva	8.351
Areiópolis	10.579
Bariri	34,048
Barra Bonita	36.321
Bofete	9.618
Boraceia	4.631
Botucatu	136.269
Brotas	23.419
Conchas	16.288
Dois Córregos	24.761
Igaraçu do Tietê	23.362
Itatinga	18.041
Itirapina	17.160
Jaú	131.040
Laranjal Paulista	25.251
Lençóis Paulista	61.428
Macatuba	16.259
Manduri	8.999
Mineiros do Tietê	12.042

Pardinho	5.582
Pederneiras	44.910
Porangaba	8.326
Pratânia	4.599
Santa Maria da Serra	5.902
São Manuel	38.342
São Pedro	34.284
Torrinha	9.846
Total populacional Barra Bonita + Macrorregião	780.960

Fonte: IBGE/2016.

A seguir é apresentado o mapa da macrorregião de Barra Bonita.



Mapa 3. Macrorregião de Barra Bonita.
Fonte: Google Maps

3.3.6. Aspectos Econômicos e Sociais da região de influência

O município é parte de uma região do Estado de São Paulo em franco desenvolvimento, cuja economia é fundamentada principalmente por sua Usina de

Açúcar e álcool e pelo seu turismo que é bastante difundido: além de suas indústrias exportadoras de óleos essenciais, cerâmicas e produtos eletrônicos e, principalmente, um parque industrial bastante significativo.



Foto 4. Vista Aérea de Barra Bonita.
Fonte: Panoramio - Photos by Pedro A. Ribeiro.

O município é parte de uma região do Estado de São Paulo em franco desenvolvimento, cuja economia é fundamentada na agricultura, comércio, serviços e, principalmente, um parque industrial bastante significativo. A macrorregião possui importantes indústrias, tais como:

- CAIO Induscar - empresa encarregadora de ônibus, líder na produção de carrocerias urbanas no Brasil;



Foto 5. Visão aérea da Caio Induscar.

- IRIZAR - empresa espanhola encarregadora de ônibus rodoviários;



Foto 6. Visão externa da Irizar.

- EMBRAER - uma das maiores empresas aeroespaciais do mundo;



Foto 7. Visão aérea da EMBRAER.



Foto 8. Linha de produção da EMBRAER.

- DURATEX - hoje a maior empresa produtora de painéis de madeira industrializada, louças e metais sanitários do Hemisfério Sul;



Foto 9. Foto aérea da DURATEX.



Foto 10. Usina da Barra – Raízen.

Além da Staroup Indústria Têxtil, Cervejaria Belco, Usina São Manuel, Usina da Barra/Cosan, Usina Barra Grande, Grupo Centroflora e EUCATEX, empregando

grande número de pessoas. A seguir é apresentada uma Tabela com algumas das principais indústrias da macrorregião de abrangência de Barra Bonita.

Indústria	Atividade
ABAETE PARQUES INFANTIS	Fabricação de brinquedos de fibra, metal, troncos, quiosques, toboáguas e restauração de brinquedos e toboáguas.
ADRIA	Em 1999, foram consolidadas as empresas Adria, Basilar, uma das maiores fábricas de massas do interior paulista, a Isabela, uma importante indústria de massas e biscoitos, que atua fortemente na região sul do Brasil e, posteriormente, a Zabet, grande fábrica de biscoitos.
AMBEV	A Companhia de Bebidas das Américas (AmBev) é uma empresa de capital aberto produtora de bens de consumo do Brasil. Atualmente é a maior empresa da América Latina.
B3 FERRAMENTARIA	Especializada no desenvolvimento de ferramentas, usinagem de precisão, nacionalização de peças, moldes e projetos especiais.
BIGNARDI PAPÉIS	Além do reciclado, são produzidos papéis apergaminhado, autocopiativo, autoadesivo, vergê, cartolinas, envelopes e linhas de conversão para stock forms.
CAIO INDUSCAR	Encarroçadora de ônibus, líder na produção de carrocerias urbanas - Tem cerca de 4.000 colaboradores em empregos diretos na fábrica.
CERVEJARIA BELCO	É uma indústria de cerveja e refrigerante com matriz situada no distrito industrial de Aparecida de São Manuel, município de São Manuel.
COMPANY FACAS	Produção de matrizes para corte e vinco, além de planejar e dar consultoria no desenvolvimento de embalagens.
DI CHIACHIO INDÚSTRIA DE CALÇADOS	Fábrica de calçados.
DURATEX	É uma empresa brasileira, privada, de capital aberto e controle compartilhado pelos Grupos Itaúsa. maior empresa produtora de painéis de madeira industrializada do Hemisfério Sul e líder no mercado brasileiro – chapas de fibra, MDP, MDF/HDF/SDF e pisos laminados.

Indústria	Atividade
EMBRAER	Fabricante do avião agrícola e de componentes e subconjuntos para os Jatos Regionais Embraer da família 145 e 170, assim como para a linha de aviões militares.
EUCATEX	Pioneira na América Latina na produção de aglomerados pelo sistema Hydro Dyn, processo que confere ao produto características tecnológicas únicas e superiores.
FRIGOL FRIGORÍFICO	Fundada em 1970 é um dos maiores frigoríficos do País.
GLOBO	Empresa especializada no fornecimento de peças, e prestação de serviços na área de usinagem.
GRUPO CENTROFLORA	Indústria que desenvolve produtos alimentícios, frutas e vegetais em pó, cosméticos, farmacêuticos, orgânicos, entre outros.
GRUPO VICUNHA	É a maior indústria têxtil da América Latina. Empresa de capital aberto e líder em diversos mercados, conta atualmente com 15 unidades operacionais em todo o Brasil.
INDÚSTRIA METALÚRGICA RIVERTEC	Possui grande variedade de itens, produzindo peças para caminhões, ônibus e utilitários de praticamente todas as marcas.
IRIZAR BRASIL	Indústria encarregadora de ônibus rodoviários que atua no Brasil desde 1998, com capacidade para produzir 4 veículos por dia.
JULIAN INDÚSTRIA E COMÉRCIO	Atua no setor de equipamentos para graxaria.
KROMA EQUIPAMENTOS ESPECIAIS	Empresa dotada de engenharia especializada, altamente capaz de propor e desenvolver soluções industriais para diversos processos e produtos.
LWARCEL CELULOSE	A Lwarcel Celulose, empresa do Grupo Lwart, é especializada na produção de celulose de eucalipto, utilizada como matéria-prima, no Brasil e exterior, para a fabricação de papéis de imprimir e escrever, papel-cartão, papéis sanitários e uma variedade de papéis especiais.

Indústria	Atividade
METALÚRGICA FIVEFACAS	Indústria especializada na fabricação de fivelas e facas.
MOMIQUE INDÚSTRIA TERMOPLÁSTICA	Há 30 anos é uma das principais engrenagens do exigente mercado de componentes calçadistas.
ORSI ALIMENTOS	Em 1949, nascia a empresa Orsi com o objetivo de produzir a melhor massa italiana no Brasil. Uma das maiores no setor do país.
SOLETROL	Maior fabricante de Aquecedores Solares das Américas.
STARROUP INDÚSTRIA TÊXTIL	Uma das maiores fabricantes de jeans em atividade no Brasil, 55 anos de existência.
USINA BARRA GRANDE	A Zilor é uma das acionistas da Copersucar S.A., maior empresa brasileira de açúcar e etanol e uma das maiores exportadoras mundiais desses produtos.
USINA DA BARRA/ (RAÍZEN)	Com suas vinte e três unidades, quatro refinarias e dois terminais portuários, a Raízen é um dos maiores produtores e vendedores de açúcar e álcool do mundo.
USINA SÃO MANUEL	É referência no setor sucroalcooleiro, produz atualmente cerca de 180 mil toneladas de açúcar, 160 milhões de litros de álcool e duas mil toneladas de levedura por ano.
VETRORESINA DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO	Atua no ramo de Laminado Plástico, tendo como principal produto a fabricação de painéis de poliéster reforçados com vidro produzidos automaticamente.
WINNSTAL	Serviços de estamperia nos segmentos aeroespacial, automotivo, equipamentos agrícolas e de telecomunicações.

Quadro 7. Algumas das principais indústrias da região da macrorregião de Barra Bonita.

O produto interno bruto (PIB) que representa a soma (em valores monetários)

de todos os bens e serviços finais produzidos na região é superior a **16 bilhões de reais**.

Tabela 2. PIB DA MACRORREGIÃO DE BARRA BONITA.

PIB	
Município	PIB (em milhões)
Aguas de São Pedro	69.706
Agudos	1.761.411
Anhembi	104.110
Arealva	412.310
Areiópolis	97.077
Bariri	803.881
Barra Bonita	809.910
Bofete	126.100
Boraceia	513.309
Botucatu	2.860.584
Brotas	247.806
Conchas	258.075
Dois Córregos	483.479
Igaraçu do Tietê	180.646
Itatinga	262.076
Itirapina	355.885
Jaú	2.050.437
Laranjal Paulista	462.010
Lençóis Paulista	2.126.645
Macatuba	769.686
Mineiros do Tietê	112.174
Pardinho	128.606
Pederneiras	178.178
Porangaba	77.630
Pratânia	61.507
Santa Maria da Serra	118.128
São Manuel	841.580
São Pedro	455.929
Torrinha	146.248
Total PIB (em milhões) R\$	16.875.123

3.3.7. Inserção Regional

A **GRAN TIETÊ** pretende dentro das características regionais, oferecer os cursos de graduação - atendendo à demanda regional e cumprindo seu papel social.

É importante ressaltar a relevância do credenciamento da IES para região e sua reconhecida proposta de qualidade de ensino, pois apresenta uma excelente estrutura física, corpo docente qualificado e inovadora proposta pedagógica.

A IES apresenta um pessoal técnico-administrativo em quantidade adequada e, sempre que necessário, recruta e qualifica novos funcionários para atender o nível de qualidade exigido. A **GRAN TIETÉ** foi pensada a partir da sua missão, visão, princípios, valores e inserção regional que constituem a sua vocação, pois está ciente de que a mudança provocada pelos avanços tecnológicos e pelo cenário globalizado é a grande certeza.

As organizações e os seus talentos humanos necessitam estar preparadas para trabalharem com mudanças que ocorrem na atualidade. Entende-se que a economia não é só global, mas, também, instantânea e que não se trata apenas de inovações de produtos ou serviços, mas também de inovação estratégica, ou seja, a capacidade de mudar profundamente os modelos de gestão e de negócio atuais, para criar novas formas de atender os clientes, criando riquezas para todos.

Outra característica é a sociedade da informação que está ingressando, a passos largos, no que pode ser chamado de era da economia do conhecimento. Muita riqueza estará sendo gerada e muita riqueza também poderá estar sendo destruída e isto depende, em grande parte, das técnicas de gestão e empreendedorismo.

A inovação estratégica envolve três aspectos básicos: o desafio às ortodoxias, a descontinuidade e competências-chave. O desafio às ortodoxias compreende ações revolucionárias, que possam quebrar tabus e abrir novos caminhos. As ações relativas à descontinuidade devem conduzir a estratégias a serem operacionalizadas em um futuro que se pode fazer acontecer; nada irreal ou falso, mas com os pés no chão. As competências-chave dizem respeito ao profundo autoconhecimento das potencialidades das organizações; quais os conhecimentos que têm e para onde podem esses conhecimentos conduzir.

3.4. O ENSINO DE PEDAGOGIA NO BRASIL

O ensino da Pedagogia no Brasil teve início em 1939, quando o governo federal promulgou o decreto-lei n. 1.190/39, criando o curso de Pedagogia ao organizar a Faculdade Nacional de Filosofia - FNFfi. Os anos de 1930 foram marcados por importantes iniciativas no campo educacional, dentre elas o trabalho

desenvolvido pelos institutos de educação, tendo como base as experiências escolares.

Ao ser criado, o curso visava à formação de bacharéis em Pedagogia para ocuparem os cargos técnicos em educação, fato que representou, conforme sua opinião, uma distorção da própria concepção da FFCL, uma vez que sua função seria a de formar "um núcleo de pesquisas não profissionais, voltado especificamente para a formação cultural e específica, por meio dos estudos históricos, filosóficos e sociológicos, principalmente". Quando licenciado, o pedagogo poderia lecionar nas escolas normais, instituições responsáveis pela formação de professores primários. Dessa forma, os cursos de Pedagogia passaram a ser objeto de disputa - para a formação do professor primário - e de crítica - devido à sua natureza e função.⁵

⁵ http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742012000100019

4. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

4.1. APRESENTAÇÃO

Os valores e princípios da civilização moderna estão em profunda mutação, fazendo com que a sociedade possa evoluir em uma dinâmica de adaptação jamais vista. Este fato é reforçado pelos desafios impostos pela abertura político-econômica das fronteiras dos países. Assim, é possível verificar a pertinência das transformações ocorridas a partir do desenvolvimento de novas tecnologias e do alastramento do fenômeno chamado globalização. Diversas áreas da sociedade têm se defrontado com grandes desafios, no sentido de lidar com particularidades específicas originadas dos vários segmentos da sociedade. Entretanto, para que essa evolução possa ser acompanhada, os macro-setores econômicos, sociais e políticos necessitam dispor de mecanismos eficientes e eficazes para atender à diversificação no volume de demandas.

O alinhamento entre evolução e sociedade passa necessariamente pela discussão e maturação das Instituições de Ensino e Educação, já que essas são responsáveis pela difusão e aplicação do conhecimento. Para responder as mudanças que estão ocorrendo na sociedade contemporânea, as Instituições de Ensino e Educação estão se mobilizando, no sentido de iniciar um processo de discussão direcionado à normatização e reformulação dos cursos de graduação, especialmente no Brasil. A finalidade é adequar as políticas e diretrizes pedagógicas dos cursos, no sentido de atender em sua plenitude às demandas provocadas pela sociedade.

A questão crucial é compreender de forma qualitativa quais demandas apresentam maior impacto e quais os seus reflexos para os setores responsáveis pelo preenchimento destas lacunas. A academia como propulsora dos fóruns de discussões tem legitimidade para iniciar este processo de mudanças globais, já que deve adequar sua base de conhecimentos para atender às necessidades derivadas

dos diversos segmentos da sociedade.

Com o objetivo de se adaptarem à nova dinâmica social, os cursos de graduação já estão em fase de transição, modificando suas estruturas político-pedagógicas e buscando se adequarem às tendências de evolução global. Durante vários anos, os cursos de graduação não dispunham de qualquer mecanismo regulatório que pudesse auxiliar na melhoria dos recursos ofertados aos profissionais egressos no mercado, em particular quanto às disciplinas que deveriam, ao menos teoricamente, responder e atender às demandas de segmentos do ambiente de mercado. Esta constatação é verificada especialmente no Brasil.

A partir de 1996 algumas iniciativas começaram a ser implantadas com a finalidade de normatizar o funcionamento e evolução dos cursos de graduação nas Instituições de Ensino e Educação do País. O quadro a seguir ilustra os principais fatos que vêm provocando alterações nas diretrizes dos cursos de graduação.

Fato	Significado
Lei de Diretrizes e Bases da Educação Profissional (LDB)	Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996 (Art. 53, inciso II), assegura que as Universidades têm o direito de fixar os currículos dos seus cursos e programas, desde que fossem observadas as diretrizes gerais pertinentes.
Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura.	O Ministério da Educação por meio da RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 1, DE 15 DE MAIO DE 2006, instituiu as diretrizes curriculares nacionais dos Cursos de Graduação em Pedagogia, licenciatura.
Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior	Resolução nº 2, de 1º de julho de 2015, define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada.
Carga Horária, duração e integralização de Cursos	O Conselho Nacional de Educação (CNE) e a Câmara de Educação Superior (CES) por meio da Resolução Nº. 2 de 18 de junho de 2007 dispõem sobre a carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial.

Quadro 8- Fatos para mudanças nas diretrizes curriculares.
Fonte: Núcleo Docente Estruturante (2018).

4.1.1. Aspecto Institucional

A Gran Tietê busca promover uma formação profissional que vá ao encontro das necessidades da região. Este contexto reafirma a necessidade de capacitar pessoas para atuarem com eficiência nas diversas organizações, não só a nível

local, mas também a nível regional e nacional, pois a área administrativa ainda impõe grandes desafios ao poder público e privado dado o elevado contingente de empreendimentos que deixam de existir antes de completar um ano, tendo como uma das causas mais expressivas a falta de profissionais com visão, liderança, capacitados para análise, planejamento e ação. O curso tem como estilo de educação e formação a busca do perfil do novo cidadão, com outra mentalidade, com mais sensibilidade, senso cooperativo, solidário, cristão e cidadão. Além disso, pessoa que saiba trabalhar em equipe, com criatividade e ética, saiba conviver com o novo e com o imprevisto, que busque sempre novas aprendizagens, abrindo-se a novas perspectivas, qualificando cada vez mais o trabalho educativo desenvolvido.

Por último, nota-se também que as expectativas da sociedade com relação à Gran Tietê são otimistas, muitas pessoas manifestam o desejo de que novos cursos superiores sejam instalados, principalmente o curso de Pedagogia.

4.2. CARACTERÍSTICAS DA INSTITUIÇÃO

4.2.1. Missão da Instituição

A Missão da Gran Tietê é

“Propiciar ao universitário uma educação superior de qualidade por meio da construção crítica e criativa do conhecimento - fundamentada na pluralidade de ideias, respeito às diferenças étnicas, sociais e de gênero, propiciando a inserção na vida da comunidade e na cidadania plena”.

4.2.2. Estrutura Organizacional

A administração da Faculdade é assegurada por órgãos deliberativos e executivos. Os deliberativos e normativos são:

- Conselho Superior (CONSU);
- Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE);
- Conselhos de Curso.
- CPA – Comissão Própria de Avaliação.

Os órgãos executivos são:

- Diretoria Geral;
- Diretoria Acadêmica;
- Diretoria Financeira;
- Coordenadoria dos Cursos;
- Coordenadoria do ISE – Instituto Superior de Educação.

4.2.3. Representação Docente e Discente

As formas de participação do corpo docente, nas atividades de direção da GRAN TIETÊ, estão disciplinadas no Regimento da seguinte maneira:

- a) No Conselho Superior (CONSU), órgão máximo de natureza normativa, consultiva e deliberativa, com a participação de um representante do corpo docente, indicado por seus pares;
- b) No Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE), órgão técnico de coordenação e assessoramento, em matéria de ensino, pesquisa e extensão, com a participação dos coordenadores e por quatro professores indicados por seus pares;
- c) Os professores exercem, ainda, como membros do corpo docente, suas atribuições, relacionadas do Título V no Capítulo I no art. 86 do Regimento da Gran Tietê.

Quanto ao corpo discente, a representação está disciplinada no Regimento da seguinte forma:

- a) No Conselho Superior, órgão máximo de natureza normativa, consultiva e deliberativa, com a participação de um representante do corpo discente, indicado por seus pares;
- b) No Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, órgão técnico de coordenação e assessoramento, em matéria de ensino, pesquisa e extensão, com a participação de um representante do corpo discente, indicado por seus pares.

4.2.4. Conselho Superior – CONSU

O Conselho Superior (CONSU), órgão máximo deliberativo em matéria administrativa, didático-científica e disciplinar, é constituído:

- I. Pelo Diretor Geral da Gran Tietê, seu Presidente nato;
- II. Pelo Diretor Acadêmico;
- III. Pelo Coordenador do Instituto Superior de Educação;
- IV. Por um representante dos coordenadores de cursos de graduação, escolhidos por seus pares;
- V. Por um representante dos coordenadores de cursos de pós-graduação, escolhidos por seus pares;
- VI. Por um representante do corpo docente;
- VII. Por um representante da comunidade, indicado pelo CONSU;
- VIII. Por um representante da Mantenedora, por ela indicado;
- IX. Por um representante do pessoal técnico-administrativo; e
- X. Por um representante do corpo discente, indicado por seus pares.

Compete ao Conselho Superior (CONSU):

- I. Deliberar, em instância final, sobre a criação, organização e extinção de cursos de graduação e programas de educação superior, fixando-lhes as vagas anuais;
- II. Autorizar o funcionamento de cursos de pós-graduação;
- III. Deliberar, em instância final sobre o Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da Gran Tietê;
- IV. Elaborar e reformar o seu regimento, em consonância com as normas gerais atinentes;
- V. Regulamentar as atividades de todos os setores da Gran Tietê;
- VI. Emitir parecer sobre contratos, acordos, convênios e demais assuntos que lhe forem submetidos pelo Diretor Geral;
- VII. Aprovar o orçamento e o plano anual de atividades da Gran Tietê;
- VIII. Decidir os recursos interpostos de decisões dos demais órgãos;
- IX. Deliberar sobre o relatório anual da Diretoria Geral;
- X. Aprovar medidas que visem ao aperfeiçoamento e desenvolvimento das atividades da Gran Tietê;
- XI. Emitir parecer sobre o Plano de Carreira Docente e Programa de Capacitação Docente;

- XII. Deliberar, em instância final, sobre normas e instruções para o processo de avaliação institucional;
- XIII. Decidir sobre a concessão de dignidades acadêmicas;
- XIV. Fixar normas para ingresso, promoção, premiação, suspensão ou dispensa de professor e coordenador de curso;
- XV. Praticar todos os demais atos de sua competência, como instância de recursos, segundo os dispositivos deste Regimento;
- XVI. Respeitar e executar as decisões do Conselho Nacional de Educação, na qualidade de instância recursal superior em matéria educacional; e
- XVII. Exercer as demais atribuições que lhe forem previstas em lei e neste Regimento.

4.2.5. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE

O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE), órgão deliberativo de coordenação e assessoramento em matéria didático-científica e administrativa, é constituído pelos seguintes membros:

- I. Pelo Diretor Geral, seu Presidente nato;
- II. Pelo Diretor Acadêmico;
- III. Por um representante (docente ou coordenador) do Instituto Superior de Educação, eleito por seus pares;
- IV. Por um representante dos coordenadores de cursos, eleito por seus pares;
- V. Por um representante do Corpo Docente, eleito pelos docentes;
- VI. Por um representante do Corpo Discente, indicado por seus pares.

Compete ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE):

- I. Deliberar sobre o Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da Gran Tietê;
- II. Emitir parecer nos processos sobre a criação de cursos de graduação ou pós-graduação e de fixação das vagas iniciais;
- III. Regulamentar o funcionamento dos cursos sequenciais, de graduação, de pós-graduação, de extensão e as atividades de pesquisa e de extensão;

- IV. Aprovar os projetos pedagógicos de curso, programas e matrizes curriculares que lhe forem submetidos pelo Diretor Acadêmico, com parecer da coordenação do curso respectivo, observadas as diretrizes gerais pertinentes;
- V. Deliberar sobre toda matéria didático-científica, produção artística e atividades de extensão;
- VI. Estabelecer planos, programas e projetos de pesquisa científica;
- VII. Aprovar medidas para a melhoria da qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão;
- VIII. Regulamentar o desenvolvimento de estágios supervisionados, monitorias, atividades práticas e de simulação, trabalhos monográficos de graduação e atividades complementares;
- IX. Opinar sobre normas ou instruções para avaliação institucional e pedagógica da Gran Tietê e de suas atividades de ensino, pesquisa e extensão;
- X. Aprovar o calendário acadêmico;
- XI. Disciplinar a realização do processo seletivo, para ingresso nos cursos sequenciais, de graduação e de pós-graduação;
- XII. Fixar normas, complementares a este Regimento, relativas ao ingresso do aluno, ao seu desenvolvimento e diplomação, transferências, trancamento de matrículas, matrícula de graduados, avaliação de desempenho, aproveitamento de estudos e regime especial, além de normas e procedimentos para o ensino de graduação e pós-graduação, a pesquisa e a extensão; e
- XIII. exercer as demais atribuições que lhe sejam previstas em lei e neste Regimento ou emitir parecer nos assuntos que lhe sejam submetidos pelo Diretor Geral.

4.2.6. Estrutura e Atribuições das Coordenações de Curso

O curso é a unidade básica da Faculdade para todos os efeitos de organização administrativa e didático-científica, sendo integrado pelos professores das disciplinas que compõem o currículo do curso, pelos estudantes nele

matriculados, e pelo pessoal técnico-administrativo, nele lotado.

O curso é integrado pelo Conselho de Curso, para as funções deliberativas, e pela Coordenadoria de Curso, para as tarefas executivas.

São atribuições do coordenador de curso:

- I. Superintender todas as atividades da Coordenadoria;
- II. Representar a coordenação junto às autoridades e aos órgãos da Gran Tietê
- III. Supervisionar e fiscalizar a execução das atividades programadas no âmbito do seu campo, bem como a assiduidade dos professores e alunos;
- IV. Convocar e presidir as reuniões do Conselho de Curso;
- V. Apresentar, anualmente, à Diretoria Acadêmica, relatório de suas atividades e das de sua Coordenadoria;
- VI. Sugerir a contratação ou dispensa do pessoal docente, técnico-administrativo e monitores;
- VII. Encaminhar à Secretaria Acadêmica, nos prazos fixados pelo Diretor Acadêmico, os relatórios e informações sobre avaliações e frequência de alunos;
- VIII. Promover, periodicamente, a avaliação das atividades e programas do Curso, assim como dos alunos e do pessoal docente e técnico-administrativo nele lotado;
- IX. Propor ou encaminhar proposta, na forma deste Regimento, para a criação de cursos sequenciais, de pós-graduação e o desenvolvimento de projetos de pesquisa e programas de extensão ou eventos extracurriculares, culturais ou desportivos;
- X. Delegar competência; e
- XI. Exercer as demais atribuições que lhe sejam previstas em lei e neste Regimento.

4.2.7. Coordenadoria do Curso

A Coordenadoria de Curso é a unidade básica da Faculdade, para todos os efeitos de organização administrativa e didático-científica, sendo integrada pelos

professores das disciplinas que compõem o currículo pleno do curso, pelos alunos, nelas matriculados, e pelo pessoal técnico-administrativo, nela lotado. A Coordenação de Curso é integrada pelo Conselho de Curso, para as funções deliberativas, e pelo Coordenador de Curso, para as tarefas executivas.

O Conselho de Curso é integrado pelos seguintes membros:

- I. O Coordenador de Curso, que o preside;
- II. Cinco representantes do corpo docente do curso, escolhidos por seus pares, com mandato de dois anos; e
- III. Um representante do corpo discente, indicado por seus pares, com mandato de um

Compete à Coordenação de Curso:

- I. Distribuir encargos de ensino, pesquisa e extensão entre seus professores, respeitadas as especialidades;
- II. Deliberar sobre os programas e planos de ensino das disciplinas;
- III. Emitir parecer sobre os projetos de ensino, pesquisa e de extensão que lhe forem apresentados, para decisão final do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE);
- IV. Pronunciar-se sobre aproveitamento de estudos e adaptações de alunos;
- V. Opinar sobre admissão, promoção e afastamento de seu pessoal docente;
- VI. Opinar sobre o plano e o calendário acadêmico, elaborado pelo Diretor Acadêmico; e
- VII. Exercer as demais competências que lhe sejam previstas em lei e neste Regimento.

4.2.8. Integração entre Gestão Administrativa e Órgãos Colegiados

O Regimento da Gran Tietê assegura, como forma de aplicação do princípio de gestão democrática, a integração entre a gestão administrativa, os seus órgãos colegiados e os cursos em suas diversas modalidades. Para tanto, foram instituídos órgãos colegiados deliberativos superiores com a participação de membros de sua

comunidade, da comunidade local e da representatividade legal do corpo docente, discente e administrativo.

Neste sentido estabelece, ainda, as responsabilidades e áreas de competência da Mantenedora e da Mantida, o que permite e promove, conseqüentemente, a democratização do conhecimento, mediante a liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber.

4.2.9. Participação da Comunidade Universitária nos Órgãos Superiores Administrativos e Acadêmicos

A integração entre gestão administrativa, órgãos colegiados e cursos está garantida no Regimento da Gran Tietê, uma vez que os órgãos colegiados contam com a representatividade dos coordenadores de cursos, docentes, servidores técnico-administrativos e discentes, além da presença de representante da comunidade. Pelos fatos acima expostos, também se evidencia a participação da comunidade universitária nos órgãos superiores administrativos e acadêmicos.

4.2.10. Relações e Parcerias com a Comunidade

A Gran Tietê possui parcerias com órgãos públicos e privados de ensino, organizações empresariais, comunitárias e outras entidades, além de prestar serviços de atendimento a demandas específicas das comunidades de sua área de abrangência.

4.3. ADMINISTRAÇÃO

A seguir estão descritos os aspectos relacionados com a administração e a gestão educacional na GRAN TIETÊ e que envolvem os princípios a seguir descritos.

4.3.1. Condições de Gestão da IES

A gestão educacional da Gran Tietê parte do princípio de que o ensino é livre à iniciativa privada, atendidas as condições de cumprimento das normas gerais da

educação nacional e a autorização e avaliação de qualidade do ensino pelo Poder Público, consubstanciadas na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece diretrizes e bases da educação nacional e legislação complementar.

O princípio de gestão democrática mencionada, na Lei n.º 9.394, de 1996 estabelece que o ensino deve ser ministrado com base na igualdade de condições para o acesso e permanência na escola. Além disso, considera a liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber, pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, respeito à liberdade e apreço à tolerância, coexistência de instituições públicas e privadas de ensino, gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais, valorização do profissional da educação escolar, gestão democrática do ensino público, conforme a Lei acima, e a legislação dos sistemas de ensino, garantia de padrão de qualidade, valorização da experiência extraescolar, vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.

Neste sentido, a Instituição valoriza a participação dos profissionais na elaboração do projeto pedagógico e na participação dos discentes e docentes nos órgãos colegiados e comissões específicas.

4.4. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO

A FACULDADE GRAN TIETÊ concebe a Educação como um processo voltado à formação social, científica e acadêmica nas diversas áreas do saber humano, integração que se estabelece pelo tripé “ensino, pesquisa e extensão”. Nesse contexto, a FACULDADE GRAN TIETÊ se propõe a ir ao encontro de um elevado padrão de qualidade educacional, desenvolvendo alternativas que gerem uma sólida capacitação humanística, técnica e profissional, claramente voltadas para a promoção de oportunidades de aprendizagem alinhadas ao perfil do egresso, adotando-se práticas comprovadamente exitosas ou inovadoras para a sua revisão, permitindo aos seus alunos a inclusão no mercado de trabalho altamente competitivo. O compromisso vai além, eles devem ser capazes de intervir, com alta competência humanística, técnica e profissional, nas atuais demandas de trabalho.

As políticas da IES, voltadas para o Curso de Pedagogia, estão descritas a seguir.

4.4.1. Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI

O Plano de Desenvolvimento Institucional da Gran Tietê foi estruturado tendo presente os objetivos que seguem:

- Definir fundamentos conceituais, aspectos metodológicos e operacionais do projeto, tendo como finalidade o desenvolvimento e crescimento da Faculdade;
- Comprometer-se para que o Plano não se limite a uma proposta teórica de cunho estratégico, mas que tenha aplicabilidade e objetividade dentro do cenário educacional e empresarial;
- Apresentar-se de forma sistemática para que seja mais bem compreendido desenvolvido e concretizado em condições reais e com efetividade, transpondo o caráter teórico e os elementos norteadores.

O PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional foi elaborado tendo como base a metodologia do Planejamento Estratégico e Situacional, um processo que diz respeito a um conjunto de princípios teóricos e procedimentos metodológicos e técnicos que podem ser aplicados a qualquer tipo de organização social que demanda um objetivo e que persegue uma mudança situacional futura.

O planejamento não trata apenas das decisões sobre o futuro, mas questiona, principalmente, qual é o futuro das decisões a serem tomadas. Busca-se, contudo não se deixar levar pelo ritmo dos acontecimentos do cotidiano, como a força da correnteza de um rio, mas saber aonde se quer chegar e concentrar as forças e potencialidades em uma direção definida. O planejamento elaborado estrategicamente, não é outra coisa senão a ciência e a arte de atribuir maior governabilidade às pessoas e organizações.

Planejando estrategicamente, a organização criou condições para a revelação de lideranças baseadas na participação e na delegação de autoridade, o que implica em uma postura intelectual e de gestão que compreende que não cabe ao planejador predizer o futuro, mas buscar viabilidade para criá-lo, como uma ferramenta que amplia o arco de possibilidades humanas, ou seja, um instrumento de liberdade.

O Plano de Desenvolvimento Institucional foi elaborado tendo como sustentação:

- Análise do Presente e sua interferência no Futuro. A Instituição tem consciência que as decisões que toma hoje têm múltiplos efeitos sobre o futuro porque dependem não só da avaliação sobre fatos presentes, mas da evolução futura de processos não controláveis, fatos que ainda não conhece;
- Previsão, Estratégia e Cenários alternativos. Na produção de fatos sociais, que envolvem múltiplos atores criativos que também planejam, a capacidade de previsão situacional e suas técnicas substituirão a previsão determinística, normativa e tradicional que observa o futuro como mera consequência do passado. Decorre desta percepção a necessidade de elaborar estratégias e desenhar operações para cenários alternativos e para surpresas, muitas vezes, não imagináveis;
- Capacidade para lidar com surpresas. O futuro sempre será incerto e nebuloso, não existe a hipótese de governabilidade absoluta sobre sistemas sociais, mesmo próximos desta condição, pois há sempre um componente imponderável no planejamento. A IES buscou então, por meio de técnicas de gestão apropriadas, preparar-se para enfrentar surpresas com planos de contingência, com rapidez e eficácia, desenvolvendo habilidades institucionais capazes de diminuir a vulnerabilidade do plano;
- Mediação entre o Passado e o Futuro. O processo de planejamento estratégico se alimenta da experiência prática e do aprendizado institucional relacionado aos erros cometidos. Portanto, serão desenvolvidos meios de gestão capazes de aprender com os erros do passado e colocar este conhecimento a serviço do planejamento;
- Mediação entre o Conhecimento e a Ação. O processo de planejamento pode ser comparado a um grande cálculo que não só deve preceder a ação, mas presidi-la. Este cálculo não é obvio ou simples, é influenciado e dependente das múltiplas explicações e perspectivas sobre a realidade e só acontece, em última instância, quando surge a síntese entre a apropriação do saber técnico acumulado e da *expertise* política. É um cálculo técnico-político, pois nem sempre a decisão puramente técnica é mais racional que a política e vice-versa.

O cálculo estratégico dissociado da ação será completamente supérfluo e formal, por sua vez, se a ação não for precedida e presidida pelo cálculo estratégico. Neste caso a Instituição permanecerá submetida à improvisação e ao ritmo da conjuntura. O enfoque de planejamento proposto, portanto, não é um rito burocrático

ou um conhecimento que possa ser revelado a alguns e não a outros, mas uma capacidade pessoal e institucional de governar, de fazer política no sentido mais original deste termo. O processo de planejamento não substitui a perícia dos dirigentes, nem o carisma da liderança, ao contrário, aumenta sua eficácia porque coloca estes aspectos a serviço de um projeto político coletivo.

4.4.2. Políticas institucionais

As políticas da IES estão descritas como contemplado no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI):

a) Políticas de ensino

O termo da sua política para o ensino superior a GRAN TIETÊ visa à compreensão do contexto no qual se insere, marcado por transformações geopolíticas, econômicas, sociais e culturais. Isto significa que as relações estabelecidas com a sociedade são abrangentes, complexas e variadas.

Desse entendimento e considerando a política educacional brasileira, a Faculdade apresenta como sua função primeira à formação profissional decorrente das demandas sociais e das necessidades do mercado de trabalho. Desta forma, a estruturação e o desenvolvimento do ensino elegem como eixo curricular a consolidação de uma educação geral e continuada, como base da formação profissional, sendo essencial o equilíbrio entre humanismo e tecnologia.

Assim, no Curso de Pedagogia e nos Cursos de Pós-graduação da área a serem ofertados deverá voltar-se para:

- O desenvolvimento de competências - valores, conhecimentos, habilidades e atitudes - essenciais à melhoria da qualidade de vida da população e ao desenvolvimento sustentável do Estado e região, levando à formação de profissionais com postura ética, empreendedora e crítica, que tenham incorporadas as perspectivas históricas e epistemológicas de produção do conhecimento, entendendo ainda os impactos exercidos pelas mudanças sobre a sociedade e a cultura;
- A integração e flexibilização de tarefas e funções, a capacidade de solucionar

problemas, a autonomia, a iniciativa e a criatividade como requisitos fundamentais no novo contexto social e de produção, constituindo-se o acesso à informação e o seu tratamento em condições essenciais à vida em sociedade, seja no cotidiano, seja nas situações de trabalho;

– A constituição do ser, nos níveis pessoal, cidadão e profissional, compreendendo o saber conviver com os outros; dominar conhecimentos integrando-os a vivências cidadãs; e dominar e interpretar várias linguagens, estruturando-se como profissional que dialoga com a ciência e a técnica e, ao mesmo tempo, é capaz de manter-se em equilíbrio consigo, com os outros e com o mundo.

b) Políticas de iniciação científica

A GRAN TIETÊ acredita que a iniciação científica é um grande diferencial de desenvolvimento humano e mercadológico. Nas mais diversas áreas do conhecimento, ela abre caminhos que permitem o amadurecimento acadêmico de professores e alunos dedicados a procurar respostas.

A realização da iniciação científica integrada à graduação reflete a busca incessante do homem na solução dos problemas do cotidiano. Assim, a Faculdade desenvolve a iniciação científica, o ensino e a extensão, a fim de produzir e divulgar o conhecimento através da produção científico-acadêmica nos campos técnico, científico e artístico-cultural.

c) Políticas de extensão

A política de extensão da GRAN TIETÊ mantém compromisso com a sociedade e seus movimentos sociais, políticos, econômicos e culturais, contribuindo para o aumento da produtividade de cada cidadão e para o desenvolvimento sustentável do Estado e região. Para alcançar esse objetivo, a Faculdade vem se relacionando com a sociedade por meio de programas de extensão, a partir dos quais o ensino da instituição é retroalimentado com a realidade social nos diversos aspectos. A discussão dos fatos e das demandas sociais é incorporada ao contexto do ensino, gerando propostas alternativas que contribuam para a melhor atenção aos problemas das populações, especialmente as mais carentes.

A prática extensionista obedece aos compromissos acadêmico-sociais e às políticas institucionais estabelecidas e estando norteada pela integração entre os cursos, os setores, os serviços e as comunidades envolvidas. Assim, deve-se ter prioridade como extensão as atividades e os trabalhos desenvolvidos por professores e alunos nas diferentes disciplinas e práticas integradas, bem como nas diferentes atividades complementares propostas à formação do aluno.

Neste âmbito da extensão a Faculdade e o Curso de Pedagogia preocupam-se em conhecer a realidade local regional, implementando suas ações (oferta de serviços e saberes) por meio principalmente dos projetos desenvolvidos nos Programas Institucionais de Extensão, vinculados às ações pedagógicas dos cursos de graduação.

Assim, o programa de extensão articula a teoria à prática, levando o discente a construir o seu próprio conhecimento através das atividades práticas e de prestação de serviços, colocando-o, ao mesmo tempo, a serviço da comunidade. Além das atividades didático-pedagógicas, o aluno será levado a deparar-se com o mundo real, vivenciando trocas de experiências com a comunidade, ao mesmo tempo em que amplia e fortalece a responsabilidade social da instituição junto à sociedade da região.

4.5. JUSTIFICATIVA DA OFERTA DO CURSO

Pensar no curso em questão na cidade de Barra Bonita é pretender ser um marco na educação superior da região. Dentro dessa perspectiva sua concepção foi pensada visando promover a qualidade na educação e na atenção as necessidades regionais.

A Instituição construiu uma proposta curricular que permite formar profissionais de mais humanos, críticos, reflexivos, voltados para a comunidade, com competência técnica e científica, capazes de desvelar a sua práxis profissional e de contribuir para transformação na região e no país.

Atualmente, observa-se ocorrer rápidas e profundas mudanças na sociedade e na cultura. Desta forma, são exigidas das instituições soluções que garantam uma transformação social justa. Com base nesse contexto, a FGT entende que a autorização do proposto irá favorecer largamente profissionais e estudantes não só

de Barra Bonita como de todo o centro-oeste do Estado de São Paulo. Tendo como fundamento a visão prospectiva do planejamento, foram estabelecidas como estratégias algumas opções que justificam a elaboração desse projeto. Essas ações podem ser identificadas a partir do pressuposto de que a capacitação humana e profissional da população é que constrói o desenvolvimento. Essa capacitação é traduzida pelo processo educacional que conduz à qualificação para o exercício profissional e à realização humana.

O desenvolvimento humano e, por consequência, organizacional, caracteriza-se como justificativa ímpar para a criação de novos empreendimentos, projetos e ações coordenadas. Para alcançá-lo, torna-se necessária a ação de profissionais hábeis, competentes e visionários.

Assim sendo, o ensino superior contribui significativamente para que a melhoria na qualidade de vida seja possível e alcançada. Ao traçar uma diretriz estratégica com o intuito de promover a capacitação da população, nota-se a elevação do perfil educacional e o nível de qualificação da população. A ação conjunta dos setores da Educação, Trabalho, Ciência e Tecnologia assegura a inserção das pessoas na sociedade do conhecimento e no mercado de trabalho.

A Faculdade Gran Tietê- FGT formará profissionais de acordo com as Diretrizes Curriculares. Este projeto justifica-se, então, pelo fato de que a garantia de melhores possibilidades de emprego e, em consequência, a redução de desigualdades sociais é possível de ser atingida quando se promove a formação profissional e humana do cidadão.

Desta forma, a Faculdade Gran Tietê- FGT, une-se aos esforços governamentais para proporcionar a oportunidade de ingresso a uma maior parcela da população no ensino superior, melhorando a qualidade de vida da população.

4.6. O CENÁRIO EDUCACIONAL

Com as constantes transformações ocorridas na Educação Superior no Brasil, novas exigências garantem uma alavancada para o desenvolvimento e para novas formas de promover o ensino, a pesquisa e a extensão, tornando-se premente a construção de um currículo mais flexível, centrado no aluno, com maior interação entre teoria e prática, voltada principalmente para a integração da metodologia

acadêmica para a comunidade. O estudo da Pedagogia também assume papel especial nesse momento de intensas transformações culturais, decorrentes do desenvolvimento científico, da valorização e promoção da qualidade de vida, do trabalho em equipe multidisciplinar, da exigência de maior autonomia e de rigorosa postura ética.

O Curso de Pedagogia proposto, dentro dos novos paradigmas, abre-se para discussões, das quais o colegiado participa ativamente, à luz das questões trazidas pela nova LDB - Leis de Diretrizes e Bases (1996), e fomentadas pelos estudos, desencadeados nacionalmente, acerca das diretrizes curriculares, estabelecendo novas abordagens e redefinindo o perfil profissional do egresso. O Curso acrescenta inovações que ao serem monitoradas contribuirão significativamente para a melhoria na qualidade da formação do Pedagogo. O projeto apresenta-se como uma ação compromissada com o planejamento, tendo como direção as perspectivas futuras. Calcado nas inovações, não deixa de lados às experiências adquiridas no campo da Pedagogia.

Esta proposta curricular permite formar profissionais mais humanos, críticos, reflexivos, voltados para a comunidade, com competência técnica e científica, capazes de desenvolver-se em suas práxis profissional e de contribuir para a transformação do modelo de atendimento na área de Pedagogia, incluindo em suas competências a responsabilidade e a necessidade social.

4.7. VISÃO

Configurar-se como um centro de referência de Ensino Superior em **PEDAGOGIA**, na Região e no Estado de São Paulo, na formação do profissional, desenvolvendo a habilidade e a competência para que este ofereça qualidade na educação superior e pratique o exercício da cidadania.

4.8. PRINCÍPIOS E VALORES

A Gran Tietê vislumbra o aprofundamento da proposta educativa, a transformação via inclusão social e a satisfação plena de seus colaboradores e parceiros internos e externos. Preconiza ainda a formação do senso crítico entendendo que é preciso saber distinguir entre o que a sociedade apresenta e os

valores humanos assumidos enquanto Instituição de Ensino Superior.

4.9. VOCAÇÃO

O curso de Pedagogia da Gran Tietê foi pensado a partir da sua missão, visão, princípios, valores e inserção regional que constituem a vocação do mesmo, de que a mudança provocada pelos avanços tecnológicos e pelo cenário globalizado é a grande certeza.

As organizações - os seus talentos humanos - necessitam estar preparadas para trabalharem com mudanças a cada momento. Entende-se que a economia não é só global, mas, também, instantânea e que não se trata de inovações de produtos ou serviços, mas de inovação estratégica, ou seja, a capacidade de mudar profundamente os modelos de gestão e de negócio atuais, para criar novas formas de servir os clientes, criando riquezas para todos.

Outra característica é a sociedade da informação que está ingressando, a passos largos, no que pode ser chamado de era da economia do conhecimento. Muita riqueza está e será criada; muita riqueza está e será destruída. A inovação estratégica envolve três aspectos básicos: o desafio às ortodoxias, a descontinuidade e competências-chaves. O desafio às ortodoxias compreende ações revolucionárias, que possam quebrar tabus e abrir novos caminhos. As ações relativas à descontinuidade devem conduzir a estratégias a serem operacionalizadas em um futuro que se pode fazer acontecer; nada irreal ou falso, mas com os pés no chão. As competências-chaves dizem respeito ao profundo autoconhecimento das potencialidades das organizações; quais os conhecimentos que têm e para onde podem esses conhecimentos conduzir.

Trata-se de profissional com capacidade crítica, ousados, criativos e comprometidos, permitindo a estes à compreensão da questão social, elaboração de propostas, bem como o domínio de um conjunto de métodos e técnicas de ação nesses processos sociais. Esse profissional deverá contribuir para a consolidação de bases mais igualitárias e democráticas das relações sociais, propondo estratégias de expansão de direitos.

4.10. MISSÃO DO CURSO

O curso de Pedagogia da Gran Tietê tem como missão:

“Criar, desenvolver, sistematizar e difundir conhecimentos na área de educação com o objetivo de responder às necessidades do homem e da sociedade contemporânea. Para tal, busca formar profissionais de educação autônomos e cooperativos, capazes de pensar, investigar, decidir, planejar, realizar e avaliar ações educacionais em várias instâncias e níveis.”

4.11. CONCEPÇÃO

A organização curricular do curso de Pedagogia da Gran Tietê privilegia a interdisciplinaridade, representada por um processo coletivo de produção articulada do saber, que busca compreender e transformar a realidade, entendida esta como totalidade concreta (homem e mundo em movimento de autocriação).

A postura interdisciplinar no ensino não pode prescindir do conflito entre posições opostas. A principal regra deste debate é o respeito à divergência e o seu objetivo é a superação das dificuldades ou contradições que se verificam tanto na prática docente quanto na produção de conhecimentos. A disposição em assumir uma postura interdisciplinar, que é coletiva e histórica, no dia-a-dia da atividade docente implica em aceitar o debate, a divergência e o conflito.

O único resultado que, de antemão, se pode esperar é a constatação que o êxito, tanto na produção quanto na difusão de conhecimentos, está na diferença e não na semelhança, na dúvida e não na certeza. Deste modo, o curso busca a formação de Pedagogos capacitados para atuar num mundo em constante mudança. Profissionais que estejam preparados para atuar seja no setor público ou no privado, na sociedade em quase todos os segmentos, com uma crescente demanda por serviços administrativos e de desenvolvimento de projetos que tenham a consciência de que fazem parte de uma realidade social contraditória, agindo na intermediação das demandas dos diferentes setores sociais, de forma reflexiva sobre as condições políticas e contribuindo, assim, para a construção de uma país

melhor e afinado com os diversos interesses existentes numa sociedade pluralista.

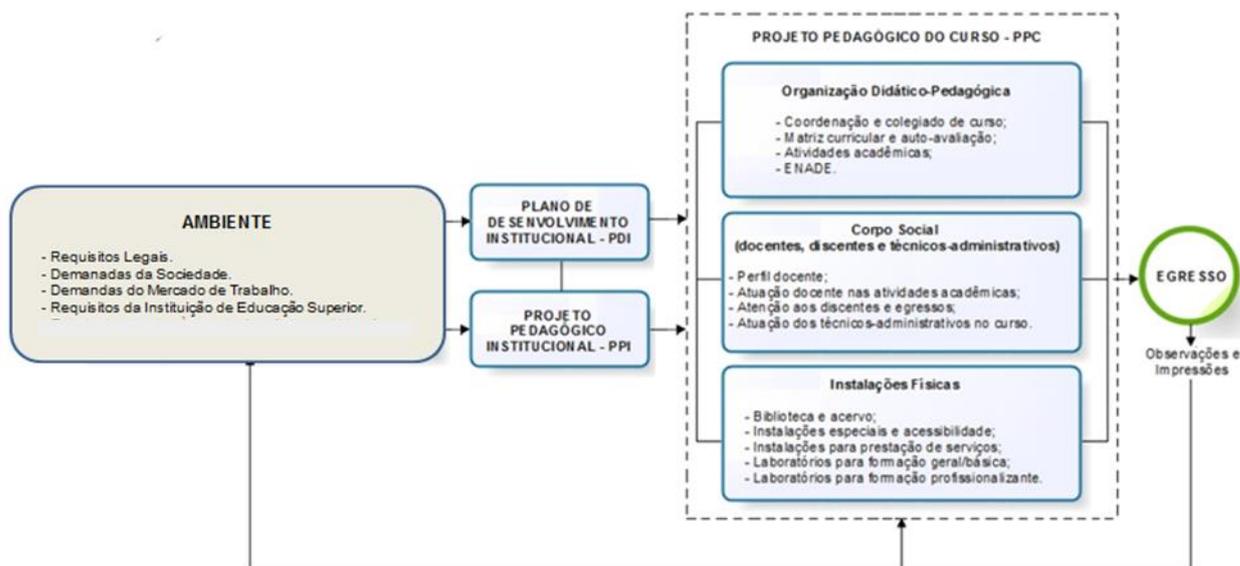


Figura 3. Esquema com a Relação entre PDI, PPI e PPC.

4.12. PRINCIPIOS

O curso deverá estabelecer ações pedagógicas com base no desenvolvimento de condutas e de atitudes com responsabilidade técnica e social, tendo como princípios:

- a) o respeito à fauna e à flora;
- b) a conservação e recuperação da qualidade do solo, do ar e da água;
- c) o uso tecnológico racional, integrado e sustentável do ambiente;
- d) o emprego de raciocínio reflexivo, crítico e criativo; e
- e) o atendimento às expectativas humanas e sociais no exercício das atividades profissionais.

4.13. OBJETIVOS DO CURSO

O presente projeto proposto tem por objetivo delinear os aspectos pedagógicos que norteiam a estruturação do curso de Pedagogia, a fim de atender educandos que queiram habilitar-se nesse campo do saber. O elemento preponderante do projeto é o conjunto de competências que caracterizam o perfil profissional do educador que se pretende formar, englobando dimensões de

conhecimento, habilidades e atitudes a serem apreendidas, que correspondam aos novos Parâmetros Curriculares Nacionais e que respondam aos anseios da sociedade.

Para tanto, o projeto foi fundamentado em estratégias metodológicas que enfatizam a construção/produção do conhecimento ao invés da transmissão e da aquisição das informações. Abrindo espaço para diversificações didáticas e pedagógicas que privilegiam a interdisciplinaridade, a pesquisa e a extensão enquanto instrumento de aprendizagem, estimulando a atitude científica e a construção crítica do conhecimento. O processo de ensino-aprendizagem é centrado no estudante, instigando sua autonomia e responsabilidade diante do seu próprio processo de aquisição do saber.

4.13.1. Objetivo Geral do Curso

O objetivo do curso de Licenciatura em Pedagogia da GRAN TIETÊ é a formação de professores para exercer funções de magistério na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nos cursos de Ensino Médio, na modalidade Normal, de Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar e em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos.

4.13.2. Objetivos Específicos do Curso

O objetivo do curso de Licenciatura em Pedagogia da GRAN TIETÊ é a formação de professores para exercer funções de magistério na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nos cursos de Ensino Médio, na modalidade Normal, de Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar e em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos tendo como objetivos. As atividades docentes também compreendem participação na organização e gestão de sistemas e instituições de ensino, englobando:

- I - Planejar, executar, coordenar, acompanhar e avaliar de tarefas próprias do setor da Educação;
- II - Planejar, executar, coordenar, acompanhar e avaliar de projetos e experiências educativas não-escolares;
- III - Produzir e difundir o conhecimento científico-tecnológico do campo educacional,

em contextos escolares e não-escolares.

4.14. PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO

São descritas as competências e habilidades a serem desenvolvidas pelo aluno, ao longo do curso, de forma coerente com a Resolução CNE/CP nº 2/2015.

O PPC, em articulação com o PPI e o PDI, deve abranger diferentes características e dimensões da iniciação à docência, entre as quais:

- I - Estudo do contexto educacional, envolvendo ações nos diferentes espaços escolares, como salas de aula, laboratórios, bibliotecas, espaços recreativos e desportivos, ateliês, secretarias;
- II - Desenvolvimento de ações que valorizem o trabalho coletivo, interdisciplinar e com intencionalidade pedagógica clara para o ensino e o processo de ensino-aprendizagem;
- III - planejamento e execução de atividades nos espaços formativos (instituições de educação básica e de educação superior, agregando outros ambientes culturais, científicos e tecnológicos, físicos e virtuais que ampliem as oportunidades de construção de conhecimento), desenvolvidas em níveis crescentes de complexidade em direção à autonomia do estudante em formação;
- IV - Participação nas atividades de planejamento e no projeto pedagógico da escola, bem como participação nas reuniões pedagógicas e órgãos colegiados;
- V - Análise do processo pedagógico e de ensino-aprendizagem dos conteúdos específicos e pedagógicos, além das diretrizes e currículos educacionais da educação básica;
- VI - leitura e discussão de referenciais teóricos contemporâneos educacionais e de formação para a compreensão e a apresentação de propostas e dinâmicas didático-pedagógicas;
- VII - cotejamento e análise de conteúdos que balizam e fundamentam as diretrizes curriculares para a educação básica, bem como de conhecimentos específicos e pedagógicos, concepções e dinâmicas didático-pedagógicas, articuladas à prática e à experiência dos

professores das escolas de educação básica, seus saberes sobre a escola e sobre a mediação didática dos conteúdos;

- VIII - desenvolvimento, execução, acompanhamento e avaliação de projetos educacionais, incluindo o uso de tecnologias educacionais e diferentes recursos e estratégias didático-pedagógicas;
- IX - sistematização E registro das atividades em portfólio ou recurso equivalente de acompanhamento .

O(A) egresso(a) do curso de Pedagogia, portanto, deverá estar apto a:

- I - Atuar com ética e compromisso com vistas à construção de uma sociedade justa, equânime, igualitária;
- II - Compreender o seu papel na formação dos estudantes da educação básica a partir de concepção ampla e contextualizada de ensino e processos de aprendizagem e desenvolvimento destes, incluindo aqueles que não tiveram oportunidade de escolarização na idade própria;
- III - trabalhar na promoção da aprendizagem e do desenvolvimento de sujeitos em diferentes fases do desenvolvimento humano nas etapas e modalidades de educação básica;
- IV - Dominar os conteúdos específicos e pedagógicos e as abordagens teórico-metodológicas do seu ensino, de forma interdisciplinar e adequada às diferentes fases do desenvolvimento humano;
- V - Relacionar a linguagem dos meios de comunicação à educação, nos processos didático-pedagógicos, demonstrando domínio das tecnologias de informação e comunicação para o desenvolvimento da aprendizagem;
- VI - Promover e facilitar relações de cooperação entre a instituição educativa, a família e a comunidade;
- VII - identificar questões e problemas socioculturais e educacionais, com postura investigativa, integrativa e propositiva em face de realidades complexas, a fim de contribuir para a superação de exclusões sociais, étnico-raciais, econômicas, culturais, religiosas, políticas, de gênero, sexuais e outras;

- VIII - demonstrar consciência da diversidade, respeitando as diferenças de natureza ambiental-ecológica, étnico-racial, de gêneros, de faixas geracionais, de classes sociais, religiosas, de necessidades especiais, de diversidade sexual, entre outras;
- IX - Atuar na gestão e organização das instituições de educação básica, planejando, executando, acompanhando e avaliando políticas, projetos e programas educacionais;
- X - Participar da gestão das instituições de educação básica, contribuindo para a elaboração, implementação, coordenação, acompanhamento e avaliação do projeto pedagógico;
- XI - realizar pesquisas que proporcionem conhecimento sobre os estudantes e sua realidade sociocultural, sobre processos de ensinar e de aprender, em diferentes meios ambiental-ecológicos, sobre propostas curriculares e sobre organização do trabalho educativo e práticas pedagógicas, entre outros;
- XII - utilizar instrumentos de pesquisa adequados para a construção de conhecimentos pedagógicos e científicos, objetivando a reflexão sobre a própria prática e a discussão e disseminação desses conhecimentos;
- XIII - estudar e compreender criticamente as Diretrizes Curriculares Nacionais, além de outras determinações legais, como componentes de formação fundamentais para o exercício do magistério.

4.14.1. Campo de Atuação

O profissional egresso do curso de Pedagogia com formação técnica e científica atuará nas séries iniciais da Educação Básica, Educação Infantil e Educação Especial em instituições escolares públicas e privadas. Este profissional possui ainda a possibilidade de desempenhar atividades de coordenação pedagógica, supervisão e administração escolar. Fora do âmbito escolar, o profissional será preparado para atuar em projetos e instituições educativas, como ONGs, Conselhos Tutelares, hospitais, penitenciárias, entre outros, ou mesmo por meio de ações coletivo-culturais com segmentos como jovens, adultos, idosos, etc.

Além destes campos mais tradicionais de atuação, o Pedagogo poderá participar da avaliação de sistemas, projetos educacionais, meios de comunicação, entre outros.

4.15. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

A organização curricular proposta para o curso em questão é resultado da reflexão sobre a missão, concepção, objetivos e perfil desejado do egresso estabelecidos para o curso. Por outro lado, a multiplicidade de funções desempenhadas pelo licenciado em **Pedagogia** justifica a oferta de um leque maior de opções ao estudante, no que se refere à sua formação, para que ele, já na graduação, possa, simultaneamente a uma formação de caráter geral, investir na carreira para a qual se sente mais vocacionado, demonstrando aptidão específica.

A) FORMAÇÃO DE QUALIDADE TÉCNICO-CIENTÍFICA E SOCIAL: o curso é o lugar institucional para assimilação, socialização e produção do conhecimento humano e técnico-científico. Nesse sentido, os conteúdos devem refletir a realidade sociocultural nacional, perpassada pela realidade internacional, com vistas a uma formação profissional de qualidade e consistente consoante o mundo contemporâneo;

B) FLEXIBILIDADE CURRICULAR: a materialização da flexibilização curricular é observada pela inclusão de disciplinas optativas, que têm por finalidade oferecer ao estudante diferentes alternativas para sua formação. Isso é percebido por meio das atividades curriculares complementares; nas diferentes práticas e programas institucionalizados que levam em consideração os espaços escolares e não escolares; na articulação das diferentes áreas que compõem o currículo do curso;

Materialização da Flexibilidade

Atividades Complementares

- Projeto Integrador I
 - Projeto Integrador II
 - Projeto Integrador III
 - Projeto Integrador IV
 - Projeto Integrador V
 - Oficina Pedagógica I
 - Oficina Pedagógica II
 - Oficina Pedagógica III
-

Oficina Pedagógica IV

Oficina Pedagógica V

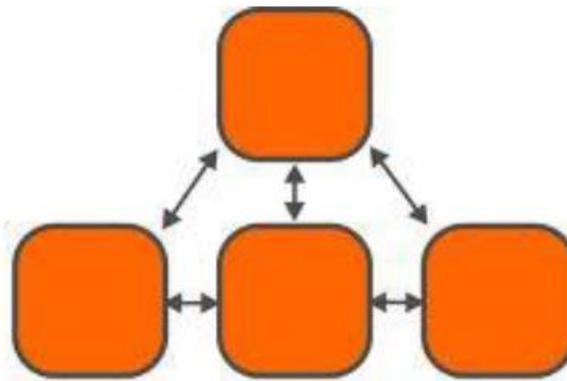
Optativa I

Optativa II

Atividades Complementares

Quadro 9- Disciplinas e Componentes que materializam a flexibilização curricular.

C) INTERDISCIPLINARIDADE: é entendida como um princípio que integra e dá unidade ao conhecimento e que permite o rompimento da fragmentação das disciplinas que compõem o currículo;



Interdisciplinaridade

Existe cooperação e diálogo entre as disciplinas

Existe uma ação coordenada

O quadro a seguir mostra disciplinas que garantem a interdisciplinaridade no Curso de Pedagogia.

Materialização da Interdisciplinaridade

Projeto Integrador I

Projeto Integrador II

Projeto Integrador III

Projeto Integrador IV

Projeto Integrador V

Oficina Pedagógica I

Oficina Pedagógica II

Oficina Pedagógica III

Oficina Pedagógica IV

Oficina Pedagógica V

Atividades Complementares

Projeto de Graduação

Estágio Supervisionado

Quadro 10- Disciplinas para garantir a materialização da interdisciplinaridade curricular.

D) RELAÇÃO TEORIA-PRÁTICA COMO EIXO ARTICULADOR DO CURRÍCULO: é estabelecida nas diferentes práticas de ensino e de laboratório que permeiam as disciplinas de cada curso, desde o seu início. É concretizada, também, nos estágios curriculares, entendidos como atividades teórico-práticas e desenvolvidos por meio de projetos de estágios integrados, com a finalidade de promover a aproximação concreta com o campo de trabalho;

Para definir pressupostos epistemológicos da relação da Teoria com a Prática assume-se o **materialismo histórico dialético** como referência fundamental, entende-se que o homem se caracteriza pelos seguintes atributos essenciais:

- É indivisível em corpo e mente (espírito), sendo estes aspectos de uma totalidade que se realiza em ato.
- Constitui-se nas e pelas interações sociais, sobrevivendo e se desenvolvendo, portanto, apenas em grupo.
- Sua consciência origina-se na atividade concreta exercida sobre a natureza, na luta pela sobrevivência, sendo essa consciência materializada na linguagem - portanto, mediada por signos.
- Diferencia-se de outros animais pela capacidade de produzir seus próprios meios de sobrevivência, transformando a natureza e transformando-se ao fazê-lo.
- Ao realizar trabalho, utiliza seu corpo e suas faculdades mentais, de modo que não há trabalho exclusivamente físico nem exclusivamente mental.

Diante de tais pressupostos, é possível definir:

- **Prática** como toda a ação do homem sobre a natureza e sobre outros homens.
- **Teoria** como a organização das representações que o homem constrói sobre objetos ou fenômenos, num sistema conceitual elaborado segundo critérios lógicos (estes, por sua vez, igualmente construídos pelo homem).
- **Reflexão** como o processo de confrontar sistematicamente as representações da realidade com um sistema ou conjunto de sistemas conceituais articulados (teorias). Desse processo podem resultar mudanças nas formas de representar a realidade, nas teorias ou em ambas.

Dadas tais definições, cabe notar que toda a atividade humana envolve, em alguma medida, tanto a ação concreta sobre a realidade quanto à representação dessa realidade. Assim sendo, quando tomamos teoria e prática em sentido amplo, podemos afirmar que não há prática sem teoria, nem teoria sem prática. Isso equivale a dizer, também, que toda a atividade humana envolve algum grau de reflexão.

Não obstante, é preciso considerar que a combinação entre prática, teoria e reflexão pode assumir formas muito diversas, variando de uma prática quase automatizada, com vaga consciência dos conceitos que a embasam, a uma teorização quase sem relação com a realidade concreta. Nesses casos extremos, o que definimos como reflexão ocorre em escala muito reduzida.

Outra variabilidade nas relações entre teoria, prática e reflexão ocorre em função da abrangência das representações que alguém tem sobre a realidade. Pessoas que compreendem apenas os aspectos imediatos de seu ambiente e de suas relações podem refletir muito ao agir, sem, contudo, ultrapassar os limites de sua compreensão da realidade.

E) INTEGRAÇÃO ENTRE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO: a integração é refletida em diferentes disciplinas que compõem os currículos e na dinâmica da sala de aula, mediada por meio de aprendizagens de pesquisa e extensão desenvolvidas durante o curso. Além disso, é parte integrante do projeto pedagógico a definição das linhas de pesquisa e dos programas de extensão de cada curso, que orientam o desenvolvimento de projetos de pesquisa e extensão apoiados pela instituição ou por fontes financiadoras externas;

F) PESQUISA COMO PRINCÍPIO EDUCATIVO E DE PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO: Os projetos pedagógicos incluem, em sua dinâmica curricular, metodologias formativas pelas quais se busca desenvolver a cultura investigativa, proporcionar condições de apropriação crítica do conhecimento e o desenvolvimento de competências e habilidades científicas;

G) GESTÃO COLEGIADA: envolve representantes de professores e de estudantes.

4.15.1. Coerência dos Conteúdos Curriculares com os Objetivos do Curso

O currículo do curso foi pensado de forma a possibilitar o desenvolvimento de

competências indispensáveis para a atuação profissional do egresso a ser formado. Atende aos objetivos gerais e específicos, promovendo disciplinas teóricas e práticas que abordam aspectos fundamentais na formação do Pedagogo.

Os estágios supervisionados oferecem oportunidade ao estudante para desenvolver e exercitar habilidades e competências relacionadas ao exercício profissional do Pedagogo, promovendo ações tanto em nível individual quanto coletivo. Em todos os estágios os alunos serão orientados e estimulados para a tomada de decisões baseadas nos princípios éticos que regem a profissão.

O currículo valoriza a clareza da adoção de enfoques pedagógicos e metodológicos e assegura a atuação do estudante como agente ativo do processo de aprendizagem, ou seja, aquele que age, pensa, faz, pesquisa, resolve, aprende, conforme sugere os objetivos do curso.

4.15.2. Coerência dos Conteúdos Curriculares com o Perfil Desejado do Egresso

O Curso oferecerá a seu acadêmico a oportunidade de construir uma formação que lhe permitirá uma ampla visão da Pedagogia, assim como um vasto campo de atuação, mantendo um perfil generalista, de acordo com as Diretrizes Curriculares. Os conteúdos curriculares contemplam a formação do perfil desejado.

O currículo atende às necessidades da sociedade e incorpora algumas características indispensáveis à formação do cidadão e do profissional de nosso tempo:

- **Perfil para a empregabilidade**, possibilitando a prática profissional do egresso em um ambiente em constante mutação;
- **Relacionamento interpessoal**, pois estabelece que o relacionamento humano seja primordial para a atuação e a realização profissional;
- **Ética profissional**, reafirmando a necessidade de se rever valores e princípios norteadores das ações humanas, sobretudo na esfera profissional. Entende que o diferencial profissional está calcado na competência, habilidade e, principalmente, na ética;
- **Uso de recursos computacionais e moderna tecnologia**, promovendo a utilização e o contato com recursos inovadores e atualizados, estabelecendo que a correta utilização das tecnologias atuais é que vai definir o sucesso profissional.

4.15.3. Adequação da Metodologia de Ensino à Concepção do Curso

O processo de ensino-aprendizagem, dinâmico por si mesmo, permite a utilização de métodos variados de ensino, seja na modalidade individualizada, coletiva ou em grupo. No curso de Pedagogia da Gran Tietê há oportunidade para o ensino individualizado, que atende as condições pessoais do aluno, valorizando suas aptidões e motivações. Há, ainda, possibilidade de atuação coletiva dos alunos no processo de ensino aprendizagem, seja através da realização de trabalhos em grupo, seja pela formação de grupos de estudo ou grupos de pesquisa ou, ainda, por meio dos trabalhos em equipe e nos projetos desenvolvidos nas atividades de extensão.

Além disso, as atividades desenvolvidas de forma coletiva dão ênfase à integração dos alunos, que devem interagir em pequenos grupos, seja nas dinâmicas das discussões e dos debates travados em sala de aula ou nas atividades extraclasse.

Trata-se, portanto, de uma metodologia de ensino dinâmica, articulada às diversas necessidades do aluno e que atende tanto a sua necessidade de elaboração individual de conhecimento, quanto à necessidade social de realizar trabalhos e atividades de forma coletiva. Esse método misto, cuja dinâmica visa abarcar formas variadas de ensinar, aprender e agir busca proporcionar ao aluno a vivência de diversas situações que terá de enfrentar ao longo de sua vida, onde, em determinadas situações, terá que agir sozinho, e em outras, deverá agir articulado com outras pessoas ou grupos.

Essa metodologia plural se justifica pela própria pedagogia que orienta este projeto, que é de formação do cidadão participativo, comprometido com as questões sociais de seu tempo, que seja capaz de refletir sobre a sua realidade e agir sobre ela. A crítica e a reflexão permanente permeiam as atividades docente e discente num compromisso entre professores, instituição e alunos. A sala de aula, por seu turno, não deve ser o lugar onde se transmite conhecimento, onde se profere a “aula conferência”, mas o espaço para o debate, o diálogo, a reflexão e para a própria construção do conhecimento.

Esse método misto, cuja dinâmica visa abarcar formas variadas de ensinar,

aprender e agir busca proporcionar ao aluno a vivência de diversas situações que terá de enfrentar ao longo de sua vida, onde, em determinadas situações, terá que agir sozinho, e em outras, deverá agir articulado com outras pessoas ou grupos. Essa metodologia plural se justifica pela própria pedagogia que orienta este projeto, que é de formação do cidadão participativo, comprometido com as questões sociais de seu tempo, que seja capaz de refletir sobre a sua realidade e agir sobre ela.

A crítica e a reflexão permanente permeiam as atividades docente e discente num compromisso entre professores, instituição e alunos. A sala de aula, por seu turno, não deve ser o lugar onde se transmite conhecimento, onde se profere a “aula conferência”, mas o espaço para o debate, o diálogo, a reflexão e para a própria construção do conhecimento.

O professor, por sua vez, não deve ter a postura de sábio, detentor do poder e do conhecimento cristalizado, hermético, alienado de sua realidade social e da realidade de seus alunos. A metodologia desenvolvida é aquela que respeita o aluno em sua dimensão holística, como ser dotado de inteligência, emoção e vontade. Partindo do princípio de que métodos e técnicas são apenas meios e não fins em si mesmos, o papel do professor é decisivo na busca de formas de ensino que sejam adequadas aos seus alunos e ao conteúdo a ser trabalhado, conforme as diretrizes curriculares propostas.

Salienta-se que não se faz aqui diferenciação substancial entre método e técnica, utilizando-se ambos com o mesmo sentido de meio pelo qual se deverá buscar maior eficiência na relação ensino/aprendizagem. Entre uma ampla gama de técnicas utilizadas no processo de ensino, enumeram-se algumas pela possibilidade pedagógica que oferecem. Cabe esclarecer, contudo, que elas não inviabilizam a utilização de outros métodos, uma vez que a dinâmica de ensino deve envolver uma metodologia diversificada e plural.

A) MÉTODO EXPOSITIVO – consiste na apresentação oral de temas logicamente estruturados. A mensagem não deve ser dogmática, mas aberta, permitindo a contestação, a discussão e a participação dos alunos;

B) EXPOSIÇÃO ORAL/ESTUDO DIRIGIDO - esta técnica consiste na exposição oral articulada ao estudo dirigido, em que o professor expõe um tema, indica as fontes de estudo e, em seguida, questões a serem estudadas e discutidas pela classe;

C) MÉTODO DA ARGUIÇÃO – o aluno deve estudar por conta própria conteúdos previamente orientados pelo professor e a verificação da aprendizagem é feita oralmente. A utilização deste método é uma oportunidade do aluno ir se familiarizando com a arguição que possivelmente enfrentará no futuro;

D) MÉTODO DA DUPLA ARGUIÇÃO – consiste na apresentação de um tema pelo professor aos alunos com indicação das fontes e dos textos a serem estudados. Os alunos podem efetuar o estudo em grupo ou individualmente. Após o estudo, os alunos passam a arguir o professor, visando esclarecer dúvidas, e o professor, por sua vez, na aula seguinte, faz a arguição da classe, baseado nos textos ou conteúdo previamente marcado;

E) MÉTODO DA ARGUIÇÃO COM MONITORES - este método envolve a participação de monitores, como um estímulo aos que pretendem seguir a carreira docente.

O método prevê o aproveitamento de alunos como auxiliares do professor, no processo de arguição, o que permite um nível maior de aproveitamento, visto que todos os alunos serão arguidos sobre todo o assunto estudado;

F) MÉTODO DA LEITURA - consiste em indicar textos de estudo sobre um determinado tema. Uma vez estudados os textos, os alunos passam por uma verificação da aprendizagem, por meio de uma prova escrita, cujos resultados fornecem material para se promover uma discussão;

G) MÉTODO DE LEITURA DIRIGIDA – este método é utilizado para se estudar determinada unidade, por meio de indicação de textos selecionados para este fim. Esta leitura é dirigida tanto para aprofundamento e ampliação da aprendizagem, como para melhor apreensão da unidade em foco;

H) TÉCNICA DE PROBLEMAS - consiste em propor situações-problema aos alunos, para que eles possam solucioná-los. Esta técnica é rica por envolver a necessidade de estudo e revisão de conteúdos não devidamente assimilados, tanto quanto exige que o aluno pesquise o tema e exercite a reflexão para solucionar os problemas propostos. Esta técnica pode ser desenvolvida por modalidades diversas, seja pela solução individual de problemas, seja pela solução coletiva, com a classe funcionando em um só grupo ou com a classe dividida em vários grupos. Os professores podem propor reuniões com os alunos, nas quais são apresentados e discutidos os casos mais complexos ou menos comuns de cada área, para que se

busque de forma coletiva a solução adequada;

I) TÉCNICA DE PROJETOS – esta técnica visa levar o aluno a projetar algo concreto e executá-lo. É uma atividade que se desenvolve em uma situação concreta, real e que busca soluções práticas. Por levar o aluno a passar por uma situação de vivência e experiência, e por estimular a iniciativa, a autoconfiança e o senso de responsabilidade. Esta técnica se apresenta como uma boa oportunidade para o aluno desenvolver projetos de pesquisa em temas de seu interesse, ou elaborar projetos que visem implementar atividades de extensão sob orientação do professor;

J) TÉCNICA DE CASOS - consiste em se propor uma situação real que já tenha sido solucionada, para exame e apreciação pelos alunos. É de certa forma uma variante da técnica de problemas, porém com situações reais e que já tiveram solução;

L) TÉCNICA DE PESQUISA – a pesquisa, de certo modo, está presente em todos os métodos apresentados. Aqui, contudo, ela é a atividade predominante. Ela pode ser bibliográfica, dando ênfase à consulta de livros e revistas que possam contribuir para a devida explicação e compreensão do tema em foco. Pode ser, ainda, de campo, em que o aluno vai buscar dados não em livros, mas junto à comunidade por meio de entrevistas e questionários.

4.15.4. Inter-Relação das Disciplinas na Concepção e Execução do Currículo

As disciplinas do curso estão inter-relacionadas e se integram em função dos objetivos do curso e do perfil do egresso. A interdisciplinaridade vem como resposta à fragmentação do conhecimento. Vista como questão gnosiológica, surgiu no final do século passado, pela necessidade de dar uma resposta à fragmentação causada por uma epistemologia de cunho positivista. As ciências haviam-se dividido em muitos ramos e a interdisciplinaridade restabelecia, pelo menos, um diálogo entre elas, embora não resgatasse ainda a unidade e a totalidade. A fragmentação representava uma questão essencial para o próprio progresso científico. Tratava-se de entender melhor a relação entre "o todo e as partes". Porém, ao longo do tempo criaram-se lacunas, que dificultavam a visão do todo e sua unidade. Nesse contexto, nasce a necessidade de integração - interdisciplinaridade.

A interdisciplinaridade busca a integração de dois ou mais componentes curriculares para construção do conhecimento. Com o processo de especialização do saber, a interdisciplinaridade mostrou-se como uma das respostas para os problemas provocados pela excessiva compartimentalização do conhecimento. No final do século XX surge a necessidade de mudanças nos métodos de ensino, buscando viabilizar práticas interdisciplinares.

A interdisciplinaridade ocorre na intercomunicação efetiva entre as disciplinas, pela fixação de um objeto comum diante do qual os objetos particulares de cada uma delas constituem-se em sub-objetos e como estratégia para integrar as disciplinas e chegar a uma prática multiprofissional por meio do trabalho sobre temas comuns e em novos cenários.

4.15.5. Aspectos da Estrutura Curricular

Os conteúdos curriculares promovem o efetivo desenvolvimento do perfil profissional do egresso, considerando a atualização da área, a adequação da carga horária, bibliografia, acessibilidade metodológica, além da abordagem de conteúdos pertinentes às políticas de educação ambiental, direitos humanos, educação das relações étnico-raciais e o ensino da história e cultura afro-brasileira, africana e indígena. Há um pleno dimensionamento da carga horária para o seu desenvolvimento e sendo complementados por atividades extraclasse (com apoio e acompanhamento dos professores em tempo integral e parcial), plenamente definidas e articuladas com o processo global de formação. As ementas e os programas estão atualizados e adequados às disciplinas e à concepção do curso. As bibliografias básicas e complementares são atualizadas e adequadas às respectivas disciplinas conforme pode ser comprovado no ementário apresentado.

CAMPO DE FORMAÇÃO [CONFORME RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 02/2015]

I. PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR [400 horas de prática como componente curricular distribuídas ao longo do processo formativo]

Componente Elencado: Projeto Integrador I (40h); Projeto Integrador II (40h); Projeto Integrador III (40h); Projeto Integrador IV (40h); Projeto Integrador V (40h); Oficina

Pedagógica I (40h); Oficina Pedagógica II (40h); Oficina Pedagógica III (40h); Oficina Pedagógica IV (40h); Oficina Pedagógica V (40h)

TOTAL – 400 horas

II. ESTÁGIO SUPERVISIONADO [conforme a RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 02/2015, devem ser 400 (quatrocentas) horas dedicadas ao estágio supervisionado, na área de formação e atuação na educação básica, contemplando também outras áreas específicas, se for o caso, conforme o projeto de curso da instituição]

Estágio Supervisionado I - 5º termo - 100h; Estágio Supervisionado II – 6º termo – 100h; Estágio Supervisionado III – 7º termo – 100h; Estágio Supervisionado IV – 8º Termo – 100h.

TOTAL – 400 horas

III. Atividades Formativas Estruturadas [pelo menos 2.200 (duas mil e duzentas) horas dedicadas às atividades formativas estruturadas pelos núcleos definidos nos incisos I e II do artigo 12 da Resolução CNE/CP Nº 02/2015, conforme o projeto de curso da instituição].

Componente Elencado: História da Educação (80h); Metodologia da Pesquisa (40h); História e Fundamentos Epistemológicos da Pedagogia (80h); Língua Portuguesa (80h); Sociologia Geral (80h); Sociologia da Educação (80h); Antropologia Cultural (40h), Filosofia da Educação (80h); Informática Aplicada (80h); Psicologia da Educação I (80h); Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Alfabetização (80h); Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Educação Infantil (80h); Estatística aplicada à Educação (80 h); Ética e Cidadania (40h); Psicologia da Educação II (80h); Fundamentos Teóricos e Metodológicos do Ensino da Língua Portuguesa (80h); Fundamentos Teóricos e Metodológicos do Ensino de Matemática (80h); Política e Legislação Educacional (80h); Didática (80h); Fundamentos Teóricos e Metodológicos do Ensino de História (80h); Fundamentos Teóricos e Metodológicos do Ensino de Jovens e Adultos (80h); Fundamentos Teóricos e Metodológicos do Ensino de Ciências (80h); Fundamentos Teóricos e Metodológicos do Ensino de Geografia (80h); Pesquisa Educacional (40h); Fundamentos Teóricos e Metodológicos do Ensino de Educação Física (80h); Avaliação da Aprendizagem (40h); Psicopedagogia (80h); Educação Ambiental (40h); Educação, Diversidade e Desigualdade (40h); Fundamentos Teóricos e Metodológicos do Ensino da Arte (80h); Trabalho de Curso I (40h); Gestão Educacional (80h); Fundamentos da

Educação Especial (40h); Tecnologia Educacional (40h); Trabalho de Curso II (80h); Projeto Político-Pedagógico (80h); Linguagem Brasileira de Sinais – LIBRAS (80h), Optativa I (40h); Optativa II (40h).

TOTAL – 2.560 horas

IV. Atividades Teórico-práticas [conforme a RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 02/2015, 200 (duzentas) horas de atividades teórico-práticas de aprofundamento em áreas específicas de interesse dos estudantes, conforme núcleo definido no inciso III do artigo 12 dessa Resolução, por meio da iniciação científica, da iniciação à docência, da extensão e da monitoria, entre outras, consoante o projeto de curso da instituição]

TOTAL – 200 horas

O currículo do curso está em pleno acordo com os objetivos apresentados e com o perfil do profissional que se pretende alcançar. Os conteúdos não são desenvolvidos de forma hierarquizada, mas articulados. O curso, também, não contempla em sua estrutura curricular pré-requisitos, o que colabora para minimizar a rigidez dos currículos, as disciplinas encadeadas, contribuindo para FLEXIBILIZAR o currículo e o fluxo contínuo do mesmo, ou seja, a organização do curso busca, paulatinamente, basear-se no princípio da flexibilização. O curso, também, não contempla em sua estrutura curricular pré-requisitos, o que colabora para minimizar a rigidez dos currículos, as disciplinas encadeadas, contribuindo para FLEXIBILIZAR o currículo e o fluxo contínuo do mesmo, ou seja, a organização do curso busca, paulatinamente, basear-se no princípio da flexibilização.

Nesse sentido, o curso vem procurando outras formas de atingir a flexibilidade, tais como: contabilizar no histórico do aluno atividades desenvolvidas por ele durante sua permanência na Instituição, as chamadas atividades complementares. Assim como essas atividades, as disciplinas, também, procuram refletir a flexibilização uma vez que a aprendizagem não se limita ao ensino de determinado conteúdo na sala de aula, os alunos fazem visitas técnicas, de modo a articular teoria e prática.

De modo, para aumentar a flexibilidade no percurso acadêmico, e satisfazer o Decreto nº. 5.626/2005, o NDE – Núcleo Docente Estruturante do curso propôs a inclusão de um elenco de disciplinas optativas que serão oferecidas no 9º e 10º semestres/período do Curso. A inscrição dos alunos na disciplina optativa

acontecerá no período regular de matrícula. Enfim, os conteúdos curriculares virão atender ao perfil profissional do egresso e às demandas do mundo do trabalho em constante atualização tecnológica, sem descumprir o disposto nos requisitos legais.

4.16. ESTRUTURA CURRICULAR E DIMENSIONAMENTO DA CARGA HORÁRIA POR PERÍODO LETIVO

A seguir está apresentada a matriz curricular idealizada para o Curso de Pedagogia da Gran Tietê. Observa-se que cada Termo equivale a um Período ou Semestre.

MATRIZ CURRICULAR DO CURSO DE PEDAGOGIA [CONFORME RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 02/2015]			
1º Termo	C/H	2º Termo	C/H
História da Educação	80	Sociologia da Educação	80
Metodologia da Pesquisa	40	Antropologia Cultural	40
História e Fundamentos Epistemológicos da Pedagogia	80	Filosofia da Educação	80
Língua Portuguesa	80	Informática Aplicada	80
Sociologia Geral	80	Psicologia da Educação I	80
Projeto Integrador I	40	Projeto Integrador II	40
Total	400	Total	400
3º Termo	C/H	4º Termo	C/H
Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Alfabetização	80	Oficina Pedagógica I	40
Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Educação Infantil	80	Fundamentos Teóricos e Metodológicos do Ensino da Língua Portuguesa	80
Estatística aplicada à Educação	80	Fundamentos Teóricos e Metodológicos do Ensino de Matemática	80
Ética e Cidadania	40	Política e Legislação educacional	80
Psicologia da Educação II	80	Didática	80
Projeto Integrador III	40	Projeto Integrador IV	40
Total	400	Total	400
5º Termo	C/H	6º Termo	C/H
Fundamentos Teóricos e Metodológicos do Ensino de História	80	Fundamentos Teóricos e Metodológicos do Ensino de Educação Física	80
Educação, Diversidade e Desigualdade	40	Avaliação da Aprendizagem	40
Fundamentos Teóricos e Metodológicos	80	Psicopedagogia	80

MATRIZ CURRICULAR DO CURSO DE PEDAGOGIA [CONFORME RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 02/2015]

do Ensino de Ciências			
Fundamentos Teóricos e Metodológicos do Ensino de Geografia	80	Educação Ambiental	40
Projeto Integrador V	40	Fundamentos Teóricos e Metodológicos do Ensino de Jovens e Adultos	80
Oficina Pedagógica II	40	Oficina Pedagógica III	40
Estágio Supervisionado I	100	Estágio Supervisionado II	100
Total	460	Total	460
7º Termo	C/H	8º Termo	C/H
Fundamentos Teóricos e Metodológicos do Ensino da Arte	80	Tecnologia Educacional	40
Optativa I	40	Optativa II	40
Trabalho de Curso I	40	Trabalho de Curso II	80
Gestão Educacional	80	Projeto Político-Pedagógico	40
Fundamentos da Educação Especial	40	Linguagem Brasileira de Sinais - LIBRAS	80
Oficina Pedagógica IV	40	Oficina Pedagógica V	40
Estágio Supervisionado III	100	Estágio Supervisionado IV	100
Total	420	Total	420

Optativas	C/H	Optativas	C/H
Trabalho e Educação	40	Higiene e Saúde	40
Literatura Infantil	40	Administração de Conflitos	40
Comportamento Organizacional	40	Gestão de Projetos	40
Introdução ao Marketing	40	Empreendedorismo	40

Quadro 11- Matriz Curricular do Curso de Pedagogia.

4.16.1. Resumo da Matriz Curricular e Dimensionamento da Carga Horária

O resumo que apresenta a consolidação e a distribuição da carga horária do Curso de Pedagogia é o seguinte.

RESUMO DA MATRIZ CURRICULAR [CONFORME RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 02/2015]

	C/H	%
I. PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR [400 horas de prática como componente curricular distribuídas ao longo do processo formativo]	400	11,24
II. ESTÁGIO SUPERVISIONADO [conforme a RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 02/2015, devem ser 400 (quatrocentas) horas dedicadas ao estágio supervisionado, na área de formação e atuação na educação básica, contemplando	400	11,24

também outras áreas específicas, se for o caso, conforme o projeto de curso da instituição]		
III. Atividades Formativas Estruturadas [pelo menos 2.200 (duas mil e duzentas) horas dedicadas às atividades formativas estruturadas pelos núcleos definidos nos incisos I e II do artigo 12 da Resolução CNE/CP Nº 02/2015, conforme o projeto de curso da instituição]. Sendo que, Carga horária sobre os objetos de ensino [mínimo de 20% para a dimensão pedagógica]	2.560	71,91
IV. Atividades Teórico-práticas [conforme a RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 02/2015, 200 (duzentas) horas de atividades teórico-práticas de aprofundamento em áreas específicas de interesse dos estudantes, conforme núcleo definido no inciso III do artigo 12 dessa Resolução, por meio da iniciação científica, da iniciação à docência, da extensão e da monitoria, entre outras, consoante o projeto de curso da instituição]	200	5,61
TOTAL GERAL DO CURSO [mínimo de 3.200 horas]	3.560	100

Quadro 12- Resumo da Distribuição da Carga Horária do Curso.

4.16.2. Organização Curricular e Campo de Formação

No quadro a seguir está apresentada a organização curricular e como ela atende a RESOLUÇÃO CES/CNE Nº 2, DE 17 DE JUNHO DE 2010, no que se refere aos campos de formação.

CAMPO DE FORMAÇÃO [CONFORME RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 02/2015]
<p>I. PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR [400 horas de prática como componente curricular distribuídas ao longo do processo formativo]</p> <p>Projeto Integrador I (40h); Projeto Integrador II (40h); Projeto Integrador III (40h); Projeto Integrador IV (40h); Projeto Integrador V (40h); Oficina Pedagógica I (40h); Oficina Pedagógica II (40h); Oficina Pedagógica III (40h); Oficina Pedagógica IV (40h); Oficina Pedagógica V (40h)</p> <p style="text-align: right;">TOTAL – 400 horas</p>
<p>II. ESTÁGIO SUPERVISIONADO [conforme a RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 02/2015, devem ser 400 (quatrocentas) horas dedicadas ao estágio supervisionado, na área de formação e atuação na educação básica, contemplando também outras áreas específicas, se for o caso, conforme o projeto de curso da instituição]</p> <p>[Estágio Supervisionado I - 5º termo - 100h; Estágio Supervisionado II – 6º termo – 100h; Estágio Supervisionado III – 7º termo – 100h; Estágio Supervisionado IV – 8º Termo – 100h].</p>

TOTAL – 400 horas

III. Atividades Formativas Estruturadas [pelo menos 2.200 (duas mil e duzentas) horas dedicadas às atividades formativas estruturadas pelos núcleos definidos nos incisos I e II do artigo 12 da Resolução CNE/CP Nº 02/2015, conforme o projeto de curso da instituição].

História da Educação (80h); Metodologia da Pesquisa (40h); História e Fundamentos Epistemológicos da Pedagogia (80h); Língua Portuguesa (80h); Sociologia Geral (80h); Sociologia da Educação (80h); Antropologia Cultural (40h), Filosofia da Educação (80h); Informática Aplicada (80h); Psicologia da Educação I (80h); Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Alfabetização (80h); Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Educação Infantil (80h); Estatística aplicada à Educação (80 h); Ética e Cidadania (40h); Psicologia da Educação II (80h); Fundamentos Teóricos e Metodológicos do Ensino da Língua Portuguesa (80h); Fundamentos Teóricos e Metodológicos do Ensino de Matemática (80h); Política e Legislação Educacional (80h); Didática (80h); Fundamentos Teóricos e Metodológicos do Ensino de História (80h); Fundamentos Teóricos e Metodológicos do Ensino de Jovens e Adultos (80h); Fundamentos Teóricos e Metodológicos do Ensino de Ciências (80h); Fundamentos Teóricos e Metodológicos do Ensino de Geografia (80h); Pesquisa Educacional (40h); Fundamentos Teóricos e Metodológicos do Ensino de Educação Física (80h); Avaliação da Aprendizagem (40h); Psicopedagogia (80h); Educação Ambiental (40h); Educação, Diversidade e Desigualdade(40h); Fundamentos Teóricos e Metodológicos do Ensino da Arte (80h); Trabalho de Curso I (40h); Gestão Educacional (80h); Fundamentos da Educação Especial (40h); Tecnologia Educacional (40h); Trabalho de Curso II (80h); Projeto Político-Pedagógico (80h); Linguagem Brasileira de Sinais – LIBRAS (80h), Optativa I (40h); Optativa II (40h).

TOTAL – 2.560 horas

IV. Atividades Teórico-práticas [conforme a RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 02/2015, 200 (duzentas) horas de atividades teórico-práticas de aprofundamento em áreas específicas de interesse dos estudantes, conforme núcleo definido no inciso III do artigo 12 dessa Resolução, por meio da iniciação científica, da iniciação à docência, da extensão e da monitoria, entre outras, consoante o projeto de curso da instituição]

TOTAL – 200 horas

Quadro 13- Organização Curricular e Campo de Formação.

4.16.3. Organização Curricular e a Legislação

O projeto Pedagógico proposto está em plena consonância com a Legislação vigente, atendendo plenamente as Diretrizes Curriculares do Curso de Licenciatura em Pedagogia conforme a RESOLUÇÃO CES/CNE Nº 1, DE 15 DE MAIO DE 2006 e a RESOLUÇÃO CNE Nº 2, DE 1º DE JULHO DE 2015 que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada.

4.17. EMENTÁRIO E BIBLIOGRAFIA

4.17.1. Adequação e atualização das ementas e programas das disciplinas

As ementas e os programas estão atualizados e adequados às disciplinas e à concepção do curso.

4.17.2. Adequação, atualização e relevância da bibliografia

As bibliografias básicas e complementares são atualizadas e adequadas às respectivas disciplinas. Conforme previsto no novo instrumento de avaliação (INEP), na bibliografia complementar foram utilizadas algumas referências com acervo virtual⁶. Todas com acesso universal via internet e com os **DIREITOS AUTORAIS PRESERVADOS**.

4.17.3. Descrição do ementário e bibliografia do curso

A seguir estão apresentadas as disciplinas, agrupadas por Termo, com o respectivo ementário e bibliografia básica e complementar correspondentes.

⁶ Acervo virtual é o conteúdo de uma coleção privada ou pública, podendo ser de caráter bibliográfico, artístico, fotográfico, científico, histórico, documental ou misto e com acesso universal via internet.

1º TERMO

HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO

Ementa: Síntese histórica da evolução da educação desde as Sociedades primitivas até o século XX dentro do contexto sócio-cultural de cada época. História da educação no Brasil nos períodos colonial, monárquico e republicano. Tendências da educação contemporânea e suas perspectivas.

Bibliografia Básica:

CAMBI, Franco; tradução de Álvaro Iorencini **Historia da Pedagogia**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

MANACORDA, Mario Alighiero. **Historia da Educação: da antiguidade aos nossos dias**. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

GADOTTI, Moacir. **História das Ideias Pedagógicas**. São Paulo: Ática, 1999.

Bibliografia Complementar:

COTRIM, Gilberto; PARISI, Mario. **Fundamentos da Educação: Historia e Filosofia da Educação**: 9. ed. São Paulo : Saraiva, 1984.

ROMANELLI, Otaiza de Oliveira. **Historia da Educação no Brasil 1930 / 197**. 1. ed. Petropolis: Vozes, 2010.

SAVIANI, Dermeval. **Educação Brasileira : estrutura e sistema**. 10. ed. Campinas : Autores Ass., 2008.

ARCANJO, Fernanda, HANASHIRO, Midori. **A historia da educação no Brasil**. Cerqueira César: Biblioteca 24 horas, 2010. Acesso link.

http://books.google.com.br/books?id=NivZvABkukC&pg=PA17&dq=historia+da+educa%C3%A7%C3%A3o&hl=pt-BR&sa=X&ei=MIFBT_raFOnr0gHbyjPBw&ved=0CG0Q6AEwCA#v=onepage&q=historia%20da%20educa%C3%A7%C3%A3o&f=false

ROMÃO, Jeruse. **Historia da educação do negro e outras histórias**. Brasília : CIBEC, 2005.

Acesso link.

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=649-vol6histneg-pdf&Itemid=30192

SÁ, Nicanor Palhares; SIQUEIRA, Elizabeth Madureira; REIS, Rosinete Maria. **Instantes & memória na história da educação**. (Organizadores) Brasília: Inep, 2006. Acesso link.

http://www.publicacoes.inep.gov.br/arquivos/%7BF5EDABCE-675B-43E0-884B-9D3F7A3004B3%7D_4067.pdf

METODOLOGIA DA PESQUISA

Ementa: O papel da ciência. Tipos de conhecimento. Métodos e técnicas de pesquisa. O processo de leitura. Citações bibliográficas. Trabalhos acadêmicos: tipos, características e composição estrutural. O projeto de pesquisa experimental e não experimental. Pesquisa qualitativa e quantitativa. Relatório de pesquisa. Estilo de redação. Referências bibliográficas. Apresentação gráfica. Normas da ABNT.

Bibliografia Básica:

CERVO, A. L.; BERVIAN, A. P. SILVA, R. **Metodologia científica**. 6^o ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

PÁDUA, E. M. M. **Metodologia da pesquisa: abordagem teórica prática**. 17^a ed. Campinas: Papyrus, 2011.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 23^a ed. São Paulo: Cortez, 2007.

Bibliografia Complementar:

DEMO, P. **Introdução à Metodologia da Ciência**. 3^a ed. São Paulo: Atlas, 2012.

LAKATO, E. M. MARCONI, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica**. 7^o ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARTINS, Rosilda Baron. **Metodologia científica: Como tornar mais agradável a elaboração de trabalhos acadêmicos**. 1^o ed. Curitiba: Juruá, 2009.

KAHLMAYER-MERTENS et al. **Como elaborar projetos de pesquisa: linguagem e método**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

Acesso link.

http://books.google.com.br/books?id=O-kzGOOzh70C&pg=PA24&dq=metodologia+da+pesquisa&hl=pt-BR&sa=X&ei=bDmQT5i_Nu7K0AGFvd2kBQ&ved=0CGkQ6AEwBw#v=onepage&q=metodologia%20da%20pesquisa&f=false

REA, L. M.; PARKER, R. A. **Metodologia: do planejamento a execução**. São Paulo: Pioneira, 2000.

Acesso Link.

<http://books.google.com.br/books?id=OdyvUxpmYEUC&printsec=frontcover&dq=metodologia+da+pesquisa&hl=pt-BR&sa=X&ei=QDiQT4zDNcOT0QGzx4iWBQ&ved=0CEMQ6AEwAQ#v=onepage&q=metodologia%20da%20pesquisa&f=false>

SANTOS, V. dos; CANDELORO, R. J. **Trabalhos acadêmicos: uma orientação para a pesquisa e norma técnica**. Porto Alegre: AGE, 2006.

Acesso link.

<http://books.google.com.br/books?id=REvrU90M2OUC&pg=PA70&dq=metodologia+da+pesquisa&hl=pt-BR&sa=X&ei=wzqQT6jxB6r10gHt2-mHBQ&ved=0CEQQ6AEwAjgK#v=onepage&q=metodologia%20da%20pesquisa&f=false>

HISTÓRIA E FUNDAMENTOS EPISTEMOLÓGICOS DA PEDAGOGIA

Ementa: Estudo dos aspectos e dos processos epistemológicos, metodológicos e ético-políticos envolvidos no conhecimento produzido pelo ser humano. Conhecimento e Identidade da Pedagogia. Histórico da Pedagogia no Brasil. A pedagogia como ciência da educação.

Bibliografia Básica:

CAMBI, Franco; tradução de Álvaro Iorencini **Historia da Pedagogia**. 1. ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

GADOTTI, Moacir. **História das ideias pedagógicas**: 8. ed. São Paulo : Ática, 1999.

MANACORDA, Mario Alighiero. **Historia da Educação**: da antiguidade aos nossos dias. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

Bibliografia Complementar:

HAYDT, Regina Célia C. **Curso de Didática Geral**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

ROMANELLI, Otaiza de Oliveira. **Historia da Educação no Brasil**. 36. ed. Petropolis, RJ: Vozes, 2010.

GILES, Thomas Ransom. **Filosofia da Educação**. São Paulo: EPU, 1983.

GUIMARÃES, M. **Desenvolvimento e aprendizagem**. Belo Horizonte: UFMG, 2002. Acesso Link.

<http://books.google.com.br/books?id=SWH80O3RywwC&pg=PA89&dq=arte+na+educa%C3%A7%C3%A3o+infantil&hl=pt-BR&sa=X&ei=1IVBT6HqNYTV0QG62aDyAQ&ved=0CEkQ6AEwAA#v=onepage&q=arte%20na%20educa%C3%A7%C3%A3o%20infantil&f=false>

SÁ, N. P.; SIQUEIRA, E. M.; REIS, R. M. **Instantes & memória na história da educação**. Brasília: Inep, 2006.

Acesso link.

http://www.publicacoes.inep.gov.br/arquivos/%7BF5EDABCE-675B-43E0-884B-9D3F7A3004B3%7D_4067.pdf

LÍNGUA PORTUGUESA

Ementa: Ortografia. Acentuação. Sufixos e Prefixos. Hífen. Formação de Palavras. Classes de Palavras. Plural. Plural Composto. Coesão e coerência a partir da análise e estudos de

textos dirigidos. A organização do pensamento: objetividade e clareza de idéias. Interpretação de textos.

Bibliografia Básica:

ANDRADE, M. M.; MEDEIROS, J. B. **Comunicação em Língua Portuguesa**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2009.

CUNHA, C.; CINTRA, L. F. L. **Nova gramática de português contemporâneo**. 5º Ed. Rio de Janeiro: LEXIKON, 2008.

MEDEIROS, J. B. **Novo acordo da língua portuguesa**. São Paulo: Atlas, 2009.

Bibliografia Complementar:

ANDRADE, M.M; HENRIQUES A. **Língua Portuguesa – Noções básicas para cursos superiores**. 9ºed. São Paulo: Atlas, 2010.

CUNHA, E. **Os sertões**. Ministério da Cultura. Fundação Biblioteca Nacional. Departamento Nacional do Livro.

Acesso link.

http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=2163

GERALDI, J. M. (organizador) **O Texto na sala de aula**. 4ºed. São Paulo: Ática, 2006.

FARACO, C. E; MOURA F.M; MARUXO Jr J. H. **Nova Gramática**. São Paulo: Ática, 2010.

MEDEIROS, J. B.; TOMASI, C. **Português**. 4ª ed. São Paulo: ATLAS, 2011.

SOCIOLOGIA GERAL

Ementa: Sociologia geral. Estratificação social. O indivíduo e a organização. Organização formal e informal. Processo de organização do trabalho frente aos novos modelos de gestão. Mudança organizacional. **Cultura das organizações. Ideologia. Aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira. O estudo da história da África e dos africanos. A luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil. A cultura negra e indígena brasileira. O negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil.**

Bibliografia Básica:

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Sociologia geral**. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MEKSENAS, P. **Sociologia**. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2010.

OLIVEIRA, P. S. de. **Introdução à sociologia**. São Paulo: Ática, 2011.

Bibliografia Complementar:

COSTA, CASSIACELINA PAULO M. **A função socioeconômica da propriedade**. 2º Edição. Ed. América jurídica. Rio de Janeiro. 2006.

KOENIG, S. **Elementos de sociologia**. 5^o Ed. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1976.

WEBER, M. **Ensaio de sociologia**. 5^a ed. Rio de Janeiro: LTC, 2010.

CARNEIRO, E. **Antologia do negro brasileiro**. Rio de Janeiro: Agir, 2005.

Acesso Link.

<http://books.google.com.br/books?id=xpt1927ApUwC&printsec=frontcover&dq=negro&hl=ptBR&sa=X&ei=20KQT8mGOaHW0QHBkln6BA&ved=0CFEQ6AEwBg#v=onepage&q=negro&f=false>

MAUS, M. **Sociologia e antropologia**. São Paulo: Cosac Naify, 2007.

Acesso Link.

<http://books.google.com.br/books?id=3dIPBqpKkHUC&printsec=frontcover&dq=sociologia&hl=ptBR&sa=X&ei=3kCQT4TNBqgy0QHembWPBQ&ved=0CEoQ6AEwAw#v=onepage&q=sociologia&f=false>

RUSSEL-WOOD, A. J. R. **Escravos e libertos no Brasil Colonial**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

Acesso Link.

http://books.google.com.br/books?id=6Lqsy9vCqjEC&printsec=frontcover&dq=escravos&hl=pt-BR&sa=X&ei=40OQT8G_MMfz0gHh-5C6BQ&ved=0CFAQ6AEwBQ#v=onepage&q=escravos&f=false

MENDRAS, H. **O que é sociologia?** Barueri: Manoele, 2004.

Acesso Link.

<http://books.google.com.br/books?id=Y2nGRwNow8C&printsec=frontcover&dq=sociologia&hl=pt-BR&sa=X&ei=y0GQT9aEIsLn0QH5mMStBQ&ved=0CGsQ6AEwCQ#v=onepage&q=sociologia&f=false>

TESKE, O. (coordenador). **Sociologia: Textos e contextos**. Canoas: Ed. ULBRA, 2005.

<http://books.google.com.br/books?id=1bPSqRDkMdgC&printsec=frontcover&dq=sociologia&hl=pt-BR&sa=X&ei=CECQT9rCLMXe0QGAx6mzBQ&ved=0CDcQ6AEwAA#v=onepage&q=sociologia&f=false>

PROJETO INTEGRADOR I

Ementa: Desenvolvimento, num grupo supervisionado, de um Projeto Integrador com base nas disciplinas que estão sendo cursadas, como parte integrante da proposta de uso de metodologias ativas de aprendizagem, baseada em problemas e por projetos.

Bibliografia Básica:

BROOKS JR., FREDERICK P. **o Projeto do Projeto da Modelagem à realização**. 1^o

Edição. Ed. CAMPUS. Rio de Janeiro. 2011.

PÁDUA, E. M. M. **Metodologia da pesquisa**: abordagem teórica prática. 17ª ed. Campinas: Papyrus, 2011.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 23ª ed. São Paulo: Cortez, 2007.

Bibliografia Complementar:

GIL, ANTONIO CARLOS. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 5ª Edição. Ed. Atlas. São Paulo. 2010.

MARCONI, MARIA DE ANDRADE. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 7ª Edição. Ed. Atlas. São Paulo, SP. 2004.

GOLDENBERG, Mirian. **Arte de pesquisar**. São Paulo: Ed. Record, 2004.

Acesso Link.

<http://www.ufjf.br/labesc/files/2012/03/A-Arte-de-Pesquisar-Mirian-Goldenberg.pdf>

CERVO, AMADO L. **Metodologia Científica**. 6ª Edição. Ed. CW Pearson. São Paulo, SP. 2007.

KUHN, THOMAS S. **A Estrutura das Revoluções Científicas**. 10ª Edição. Ed. Perspectiva. São Paulo, SP. 2011.

2º TERMO

SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO

Ementa: Sociologia, sociedade e educação. Socialização, família e cultura. Tendências teóricas do pensamento sociológico e a sua influência na educação brasileira. Desigualdade e exclusão social e sua interferência na desigualdade e exclusão educacional. Estudo sociológico da política educacional brasileira. Análise sociológica do currículo e da escola. Sociologia dos pequenos grupos. Conhecimento e Sociedade. **Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.**

Bibliografia Básica:

MEKSENAS, Paulo. **Sociologia**: 3.ed. São Paulo: Cortez, 2010.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Sociologia geral**. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.

OLIVEIRA, P. S. de. **Introdução à sociologia**. São Paulo: Ática, 2011.

Bibliografia Complementar:

KOENIG, S. **Elementos de sociologia**. 5ª Ed. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1976.

NETO, A. Delorenzo. **Sociologia aplicada a Administração**: Sociologia das organizações. São Paulo: Atlas, 1986.

WEBER, M. **Ensaio de sociologia**. 5ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 2010.

MENDRAS, H. **O que é sociologia?** Barueri: Manoele, 2004.

Acesso link.

<http://books.google.com.br/books?id=Y2nGRwNow8C&printsec=frontcover&dq=sociologia&hl=pt-BR&sa=X&ei=y0GQT9aEIsLn0QH5mMStBQ&ved=0CGsQ6AEwCQ#v=onepage&q=sociologia&f=false>

TESK, Ottmar. **Sociologia, textos e contextos**. Canoas: Ulbras, 2005.

http://books.google.com.br/books?id=1bPSgRDkMdgC&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false

SILVA, Golias. Sociologia organizacional. Brasília: CAPS, 2010.

Acesso link.

http://www.ead.uepb.edu.br/arquivos/Livros_UEPB_053_2012/02-sociologia%20organizacional/Livro%20de%20sociologia%20organizacional.pdf

ANTROPOLOGIA CULTURAL

Ementa: A Antropologia enquanto ciência e seus principais ramos. Metodologia da pesquisa em Antropologia Cultural. A cultura: características e formas. A natureza dos processos de aquisição e transmissão de uma cultura. Manutenção e transformação da cultura. Teorias antropológicas. Temas antropológicos.

Bibliografia Básica:

BOAS, Franz. **Antropologia Cultural**. Rio de Janeiro: Jorge Zhar Ed., 2010.

GOMES, Mércio Pereira. **Antropologia**. 6ª ed. São Paulo: Contexto, 2015.

LAPLANTINE, François. **Aprender Antropologia**. 1ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2007.

Bibliografia Complementar:

COSTA, CASSIACELINA PAULO M. **A função socioeconômica da propriedade**. 2ª Edição. Ed. América jurídica. Rio de Janeiro. 2006.

KOENIG, S. **Elementos de sociologia**. 5ª Ed. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1976.

WEBER, M. **Ensaio de sociologia**. 5ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 2010.

MAUS, M. **Sociologia e antropologia**. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

Acesso link.

<http://books.google.com.br/books?id=3dIPBqpKkHUC&printsec=frontcover&dq=antropologia&hl=pt-BR&sa=X&ei=k6QT7PsMqXX0QGYxKXEbQ&ved=0CEYQ6AEwBA#v=onepage&q=antropologia&f=false>

MAUS, M. **Sociologia e antropologia**. São Paulo: Cosac Naify, 2007.

Acesso Link.

<http://books.google.com.br/books?id=3dIPBqpKkHUC&printsec=frontcover&dq=sociologia&hl=ptBR&sa=X&ei=3kCQT4TNBqy0QHembWPBQ&ved=0CEoQ6AEwAw#v=onepage&q=sociologia&f=false>

FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO

Ementa: Origem da filosofia. A passagem da cosmogonia para a cosmologia. Fundamentos filosóficos. Objetivos e métodos da Filosofia. O homem e o mistério do homem. Raízes e problemas do desfilamento teológico. A explicação científica e suas limitações. Lógica, maiêutica e dialética. Filosofia e Ciência. Visão histórica da filosofia. Os escritos clássicos da filosofia. A compreensão filosófica: cosmovisão idealista e cosmovisão materialista. Tentativas de superação do idealismo e do materialismo. Conhecimento e prática. Tendências filosóficas.

Bibliografia Básica:

ARANHA, Maria L. de Arruda. **Filosofando:** Introdução à Filosofia. – 4. Ed. Ver.. São Paulo : Moderna, 2009.

CHAUI, Marilena.. **Filosófico:** Série Brasil. São Paulo: Ática, 2005.

COTRIM, Gilberto. **Fundamentos da Filosofia.** São Paulo: Saraiva, 2006.

Bibliografia Complementar:

CHAUI, Marilena. **Convite a Filosofando.** São Paulo : Ática, 2009.

GALLO, Sílvio. **Ética e Cidadania:** Caminho da Filosofia. – 20. Ed. . Campinas : SP : Papiros, 2011.

NOBRE. M. **Ensinar filosofia: uma conversa sobre aprender e aprender.** Campinas, Papyrus, 2007.

Acesso link.

[http://books.google.com.br/books?id=6zowR_0V-](http://books.google.com.br/books?id=6zowR_0V-U8C&pg=PA73&dq=fundamentos+da+filosofia&hl=pt-BR&sa=X&ei=-YFBT4SiH4T00gHu5by4Bw&ved=0CFgQ6AEwBzq8#v=onepage&q=fundamentos%20da%20filosofia&f=false)

[U8C&pg=PA73&dq=fundamentos+da+filosofia&hl=pt-BR&sa=X&ei=-](http://books.google.com.br/books?id=6zowR_0V-U8C&pg=PA73&dq=fundamentos+da+filosofia&hl=pt-BR&sa=X&ei=-YFBT4SiH4T00gHu5by4Bw&ved=0CFgQ6AEwBzq8#v=onepage&q=fundamentos%20da%20filosofia&f=false)

[YFBT4SiH4T00gHu5by4Bw&ved=0CFgQ6AEwBzq8#v=onepage&q=fundamentos%20da%20filosofia&f=false](http://books.google.com.br/books?id=6zowR_0V-U8C&pg=PA73&dq=fundamentos+da+filosofia&hl=pt-BR&sa=X&ei=-YFBT4SiH4T00gHu5by4Bw&ved=0CFgQ6AEwBzq8#v=onepage&q=fundamentos%20da%20filosofia&f=false)

LUCKESI, Cpriano Carlos. **Filosofia da Educação.** São Paulo, Cortez, 1994.

Acesso Link.

http://www.biblioteca.sumare.edu.br/vinculos/PDF_OBRAS/3307_miolo.pdf

SILVERIO, R. V. **Educação como prática da diferença.** Campinas: Autores Associados, 2006.

Acesso link.

<http://books.google.com.br/books?id=sRUOIZKSNFQC&pg=PA62&dq=pesquisa+e+pratica+na+educa%C3%A7%C3%A3o&hl=pt-BR&sa=X&ei=L4VBT->

KPLqTi0QGioMixBw&ved=0CDMQ6AEwADgo#v=onepage&q=pesquisa%20e%20pratica%20na%20educa%C3%A7%C3%A3o&f=false

INFORMÁTICA APLICADA

Ementa: Fundamentos de informática. O computador: história origem, funcionamento, componentes básicos. Conceitos de hardware e software. Sistemas Operacionais. Planilhas eletrônicas. Editores de texto. Banco de Dados.

Bibliografia Básica:

SANTOS, A. de A. **Informática na empresa**. 5º ed. São Paulo: Atlas, 2009.

SILVA, M. G. **Informática, terminologia básica: Ms Windows XP, Word, Excell, Access....** 5º Ed. São Paulo: Érica: 2011.

VELLOSO, F. C. **Informática conceitos básicos**. 8ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 2011.

Bibliografia Complementar:

ÁQUILA R. **Informática para concursos (com provas e questões comentadas)**. Rio de Janeiro: Roma Victor, 2007.

BERTOLA D; ARLE M. **Guia Prático de Informática**. Leme: Cronus, 2008.

CASTILHO A. L. **Questões comentadas de informática**. São Paulo: Premier Máxima, 2006.

FONSECA FILHO, C. **A história da computação**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007.

Acesso Link.

http://books.google.com.br/books?id=YRy1IKnniEC&pg=PA23&dq=computa%C3%A7%C3%A3o&hl=pt-BR&ei=9iebT7-GAobN6QHfK8n9Dg&sa=X&oi=book_result&ct=book-thumbnail&resnum=7&ved=0CG8Q6wEwBg#v=onepage&q=computa%C3%A7%C3%A3o&f=false

SAITO, JOSÉ HIROKI... **Introdução à arquitetura e à organização de computadores**. 2º Edição. Ed. Edufscar. São Carlos, 2010.

SAWAYA, M. R. **Dicionário de informática & internet**. Inglês/português. São Paulo: Nobel, 2005.

Acesso Link.

http://books.google.com.br/books?id=pJAnIST_RY0C&pg=PA5&dq=inform%C3%A1tica&hl=pt-BR&sa=X&ei=hT2QT5TJJ6L50gHS9ez8BA&ved=0CGsQ6AEwBw#v=onepage&q=inform%C3%A1tica&f=false

PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO I

Ementa: Desenvolvimento humano e suas relações com a educação. Desenvolvimento: físico, cognitivo, da linguagem e da personalidade da criança e do adolescente. Teorias da psicologia da aprendizagem como elemento constitutivo do processo educativo.

Bibliografia Básica:

BARROS, Célia Silva Guimarães. **Pontos de Psicologia Geral**. São Paulo: ABDR, 2010.

BRAGHIROLI, Elaine Maria. **Psicologia Geral**. Pétropolis, RJ: Vozes, 2010.

VERONESE, Marília V.. **Psicologia & Social Economia Solidária**. Aparecida; SP: Ideias & Letras, 2008.

Bibliografia Complementar:

VIGOTSKI, L. S. **Pensamento e Linguagem**. São Pulo: Martins Fontes, 2008.

VICTORA, Cesar G. **Epidemiologia da Desigualdade**. São Paulo : Hucitec, 2006.

LIMA, Aluisio Ferreira de. **Psicologia Social Crítica Paralex do Contemporâneo**. Porto Alegre: Sulina, 2012.

CABRAL, A; NICK, E. **Dicionário Técnico da psicologia**. São Paulo: Cultrix, 2006. Acesso Link.

http://books.google.com.br/books?id=lfFpKryM8VMC&printsec=frontcover&dq=PSICOLOGIA&hl=pt-BR&ei=I82QT7DQLOz06AHf08i3BA&sa=X&oi=book_result&ct=book-thumbnail&resnum=3&ved=0CFgQ6wEwAg#v=onepage&q=PSICOLOGIA&f=false

BERGAMINI, Cecília Whitaker. **Psicologia aplicada à administração de empresas**. São Paulo : Atlas, 1982.

SPERLING, A. P. **Introdução à psicologia**. São Paulo: Pioneira, 2003.

Acesso Link.

<http://books.google.com.br/books?id=65JPKfwP2UwC&printsec=frontcover&dq=PSICOLOGIA&hl=pt-BR&sa=X&ei=Lc6QT-KWFa-26QGmpJC5BA&ved=0CF0Q6AEwBDgK#v=onepage&q=PSICOLOGIA&f=false>

PROJETO INTEGRADOR II

Ementa: Desenvolvimento, num grupo supervisionado, de um Projeto Integrador com base nas disciplinas já cursadas, como parte integrante da proposta de uso de metodologias ativas de aprendizagem, baseada em problemas e por projetos.

Bibliografia Básica:

BROOKS JR., FREDERICK P. **o Projeto do Projeto da Modelagem à realização**. 1º Edição. Ed. CAMPUS. Rio de Janeiro. 2011.

PÁDUA, E. M. M. **Metodologia da pesquisa: abordagem teórica prática**. 17ª ed. Campinas: Papirus, 2011.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 23ª ed. São Paulo: Cortez, 2007.

Bibliografia Complementar:

GIL, ANTONIO CARLOS. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 5ª Edição. Ed. Atlas. São Paulo. 2010.

MARCONI, MARIA DE ANDRADE. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 7ª Edição. Ed. Atlas. São Paulo, SP. 2004.

CERVO, AMADO L. **Metodologia Científica**. 6ª Edição. Ed. CW Pearson. São Paulo, SP. 2007.

KUHN, THOMAS S.. **A Estrutura das Revoluções Científicas**. 10ª Edição. Ed. Perspectiva. São Paulo, SP. 2011.

GOLDENBERG, Mirian. **Arte de pesquisar**. São Paulo: Ed. Record, 2004.

Acesso Link.

<http://www.ufjf.br/labesc/files/2012/03/A-Arte-de-Pesquisar-Mirian-Goldenberg.pdf>

3º TERMO**FUNDAMENTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS DA ALFABETIZAÇÃO**

Ementa: O desenvolvimento do pensamento e da linguagem na criança. O processo de Alfabetização. Linguagem oral e escrita e os problemas de aprendizagem inerentes a este processo.

Bibliografia Básica:

LEMLE, Miriam. **Guia teórico do alfabetizador**. São Paulo: Atica, 2009.

MARUNY, Curto Lluís. **Escrever e Ler: Como as crianças aprendem e como professor pode ensinar-las a escrever e a ler VOL 1**. Porto Alegre : Artmed, 2008.

MARUNY, Curto Lluís. **Escrever e Ler: Materiais e recursos para sala de aula VOL 2**. Porto Alegre : Artmed, 2008.

Bibliografia Complementar:

FERREIRO, Emilia. **Psicogênese da Língua Escrita**. São Paulo : Artmed, 2007.

MOLL, Jaqueline. **Alfabetização Possível: reinventando o ensinar e o aprender**. Porto Alegre : Mediação, 2009.

LOURENÇO FILHO, M. B. **Testes abc: para a verificação da maturidade necessária à aprendizagem da leitura e da escrita**. 13. ed. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), 2008.

Acesso link.

http://www.publicacoes.inep.gov.br/arquivos/%7B93D6EB33-3B3F-41BC-8D27-9FD1F46F788B%7D_miolo_lourenço_filho.pdf

SOARES, M. B.; MACIEL, F. **Alfabetização**. Brasília: MEC/Inep/Comped, 2000.

Acesso Link.

http://www.publicacoes.inep.gov.br/arquivos/%7BE35088B3-B51D-482A-827D-66061A4AE11E%7D_alfabetização.pdf

SILVA, Vera Maria Tieztmann. **Literatura Infantil Brasileira**. Goiania, CANONE, 2009.

MELO, Terezinha T.. **A Alfabetização na perspectiva**. Juiz de Fora: UFMG, 2012.

Acesso Link.

<http://www.ufjf.br/ppge/files/2012/05/Terezinha-Toledo-Melquiades-de-Melo.pdf>

FUNDAMENTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Ementa: Correntes Teóricas da Educação Infantil. Contribuições dos teóricos: Rousseau, Pestalozzi, Montessori, Frobel, Freinet, Piaget, Wallon e Vigotsky para a educação infantil. Diretrizes curriculares. Referências Curriculares Nacionais para a Educação Infantil: Linguagem oral e escrita; matemática; natureza e sociedade, artes visuais, músicas e movimentos; jogos, brincadeiras e brinquedos. Planejamento de ensino. Projetos didáticos. Avaliação.

Bibliografia Básica:

MACGREGOR, Cynthia. **150 jogos não competitivos para crianças todo mundo ganha**. São Paulo : Madras, 2009.

RIZZO, Gilda. **Jogos inteligentes: A construção do raciocínio na escola natural**. Rio de Janeiro : Bertrand Brasil, 2010

TIEZTMANN, Vera Maria. **Literatura infantil brasileira**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004.

Bibliografia Complementar:

CAMBI, Franco; tradução de Álvaro Iorencini **Historia da Pedagogia**: 1. ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

HUETE, J. C. Sánchez; BRAVO, J. A. Fernández . **O ensino da Matemática**: Fundamentos teóricos e base psicopedagógicas. Porto Alegre : Artmed, 2007.

BERNABÉ, L.; ANDRADE, P. **Educação Infantil**: discurso, legislação e práticas institucionais. São Paulo: Cultura acadêmica, 2010.

Acesso link.

http://books.google.com.br/books?id=ua-Wqi9RuOMC&pg=PA70&dq=FUNDAMENTOS+TE%C3%93RICOS+E+METODOL%C3%93GICOS+DA+EDUCA%C3%87%C3%83O+INFANTIL&hl=pt-BR&ei=h1iQT66wMLCr0AHinqmsBQ&sa=X&oi=book_result&ct=book_thumbnail&resnum=8&ved=0CHQQ6wEwBw#v=onepage&q&f=false

GADOTTI, Moacir. **História das idéias pedagógicas**: 8. ed. São Paulo : Ática, 1999.

KISHIMOTO, T. M. **O jogo e a educação infantil**. São Paulo: pioneira, 2000.

Acesso link.

<http://books.google.com.br/books?id=MSPXPYdSAC4C&printsec=frontcover&dq=educa%C3%A7%C3%A3o+infantil&hl=pt-BR&sa=X&ei=x1OQT-GXAail0QH-mKWPBQ&ved=0CE4Q6AEwAA#v=onepage&q=educa%C3%A7%C3%A3o%20infantil&f=false>

ARAUJO, Aloisio. **Aprendizagem Infantil**. Rio de Janeiro: ACBdeC, 2011.

Acesso link.

<http://www.abc.org.br/IMG/pdf/doc-6821.pdf>

ESTATÍSTICA APLICADA A EDUCAÇÃO

Ementa: Introdução geral à compreensão da Estatística. Conceitos básicos de inferência e análise estatística. Métodos indispensáveis para levantamento, leitura e interpretação de dados estatísticos de pesquisa em educação. Arredondamento de acordo com a precisão desejada. Gráficos. Séries estatísticas. Preparação de dados para análise estatística. Medidas estatísticas. Probabilidades. Distribuição de probabilidades.

Bibliografia Básica:

BUSSADO, W. O, MORETIN, P. A. **Estatística básica**. 6ª ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

DOWING, D.; CLARK, J. **Estatística aplicada**. 3ª ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

MAGALHÃES, M. N.; LIMA, A. C. P. **Noções de Probabilidade e Estatística**. São Paulo: EDUSP, 2011.

Bibliografia Complementar:

BARBETTA, P. A. **Estatística aplicada às ciências sociais**. 7º Ed. Florianópolis: Ed. UFSC, 2011.

LAPPONI, J. C. **Estatística usando Excel**. 7 º Ed. São Paulo: Campus, 2005.

STEVENSON, WILLIAM J. **Estatística Aplicada à Administração**. 1º Edição. Ed. Harbra. São Paulo. 1981.

FRENUND, J. E. **Estatística aplicada**. São Paulo: Prentice Hall, 2004.

Acesso Link.

<http://books.google.com.br/books?id=oNrBvDGFIEC&pg=PA15&dq=estat%C3%ADstica&hl=pt-BR&sa=X&ei=fEWQT6S9Marq0QH3-gG1BQ&ved=0CDsQ6AEwAA#v=onepage&q=estat%C3%ADstica&f=false>

BIONDI, R. L.; FELÍCIO, F. **Atributos escolares e o desempenho dos estudantes**: uma análise em painel dos dados do Saeb. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2007.

Acesso link.

http://www.publicacoes.inep.gov.br/arquivos/%7BDCC60045-0DD5-443F-9EFD-D8337D94D36E%7D_Texto_para_discussão_28.pdf

BRASIL. **O desafio de uma educação de qualidade para todos:** educação no Brasil – 1990-2000. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Brasília: Inep, 2004.

Acesso link.

http://www.publicacoes.inep.gov.br/arquivos/%7B6597741C-393D-42B0-9265-49BDF99FDCB8%7D_desafio_educacao_qualidade_348.pdf

ÉTICA E CIDADANIA

Ementa: Ética e moral: problemática e conceituação. A liberdade e a independência. A necessidade do estudo da ética. O direito e o dever. Responsabilidade ética e consciência ética. Ética no Brasil. Responsabilidade Social. **Direitos Humanos. Princípios: I - dignidade humana; II - igualdade de direitos; III - reconhecimento e valorização das diferenças e das diversidades; IV - laicidade do Estado; V - democracia na educação; VI - transversalidade, vivência e globalidade; e VII - sustentabilidade socioambiental.**

Bibliografia Básica:

CAMARGO, M. **Fundamentos de Ética Geral e Profissional.** 10ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

NALINI, J. R. **Ética geral e profissional.** 8º Ed. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais. 2011.

VAZQUEZ, A. S. **Ética.** 32ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

Bibliografia Complementar:

ASHLEY, P. **Ética e responsabilidade social nos negócios.** 2ª edição São Paulo: Saraiva, 2005.

SA, A. L. de. **Ética profissional.** 9ª. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

SUNG J. M; SILVA J. C. **Conversando sobre Ética e Sociedade.** 16ª edição Petrópolis: Vozes, 2009.

SROUR, R. H. **Ética profissional.** 3º Ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

CHIAVACCI, E. **Ética social.** São Paulo: Loyola, 2001.

Acesso Link.

http://books.google.com.br/books?id=kOnpFILtZWMC&printsec=frontcover&dq=%C3%A9tica&hl=pt-BR&ei=1mQT8aiKIbL0QHW3JWKbQ&sa=X&oi=book_result&ct=book-thumbnail&resnum=8&ved=0CFwQ6wEwBw#v=onepage&q=%C3%A9tica&f=false

CORTINA, A.; MARTINEZ, E. **Ética.** São Paulo: Loyola, 2005.

Acesso link.

http://books.google.com.br/books?id=JpW1QzJwaYsC&printsec=frontcover&dq=%C3%A9tica&hl=pt-BR&ei=b9KQT9SdCbS26QHisLGBBA&sa=X&oi=book_result&ct=book-thumbnail&resnum=2&ved=0CD0Q6wEwAQ#v=onepage&q=%C3%A9tica&f=false

PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO II

Ementa: Aprendizagem e o processo de ensino. Abordagens: tradicional, comportamentalista, o modelo de aprendizagem social, abordagem humanista, a epistemologia genética de Piaget, a abordagem sócio-cultural. Fisiologia do conhecimento. Afetividade. Dificuldade de aprendizagem.

Bibliografia Básica:

BRAGHIROLI, Elaine Maria. **Psicologia Geral**. Pétopolis, RJ: Vozes, 2010.

BARROS, Célia Silva Guimarães. **Pontos de Psicologia Geral**. São Paulo: ABDR, 2010.

VERONESE, Marília V.. **Psicologia & Social Economia Solidária**. Aparecida; SP: Ideias & Letras, 2008.

Bibliografia Complementar:

BERGAMINI, Cecília Whitaker. **Psicologia aplicada à administração de empresas**. São Paulo : Atlas, 1982.

VIGOTSKI, L. S. **Pensamento e Linguagem**. São Pulo: Martins Fontes, 2008.

VICTORA, Cesar G. **Epidemiologia da Desigualdade**. São Paulo : Hucitec, 2006.

LIMA, Aluisio Ferreira de. **Psicologia Social Crítica Paralela do Contemporâneo**. Porto Alegre: Sulina, 2012.

CABRAL, A; NICK, E. **Dicionário Técnico da psicologia**. São Paulo: Cultrix, 2006. Acesso Link.

http://books.google.com.br/books?id=lfFpKryM8VMC&printsec=frontcover&dq=PSICOLOGIA&hl=pt-BR&ei=l82QT7DQLOz06AHf08i3BA&sa=X&oi=book_result&ct=book-thumbnail&resnum=3&ved=0CFgQ6wEwAg#v=onepage&q=PSICOLOGIA&f=false

SPERLING, A. P. **Introdução à psicologia**. São Paulo: Pioneira, 2003.

Acesso Link.

<http://books.google.com.br/books?id=65JPKfwP2UwC&printsec=frontcover&dq=PSICOLOGIA&hl=pt-BR&sa=X&ei=Lc6QT-KWFa-26QGmpJC5BA&ved=0CF0Q6AEwBDgK#v=onepage&q=PSICOLOGIA&f=false>

PROJETO INTEGRADOR III

Ementa: Desenvolvimento, num grupo supervisionado, de um Projeto Integrador com base nas disciplinas já cursadas, como parte integrante da proposta de uso de metodologias

ativas de aprendizagem, baseada em problemas e por projetos.

Bibliografia Básica:

CERVO, AMADO L. **Metodologia Científica**. 6º Edição. Ed. CW Pearson. São Paulo, SP. 2007.

RICCI, RENATO. **Estratégias competitivas**. 1º Edição. Ed. Qualitymark. Rio de Janeiro. 2005.

VERONESE, Marília V. **Psicologia & Social Economia Solidária**. Aparecida; SP: Ideias & Letras, 2008.

Bibliografia Complementar:

BROOKS JR., FREDERICK P. **o Projeto do Projeto da Modelagem à realização**. 1º Edição. Ed. CAMPUS. Rio de Janeiro. 2011.

GIL, ANTONIO CARLOS. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 5º Edição. Ed. Atlas. São Paulo. 2010.

GUERRA, Renata de Souza. **Gestão do conhecimento e gestão pela qualidade: uma análise comparativa**. Belo Horizonte: FUMEC, 2002.

KUHN, THOMAS S.. **A Estrutura das Revoluções Científicas**. 10º Edição. Ed. Perspectiva. São Paulo, SP. 2011.

MARCONI, MARIA DE ANDRADE. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 7º Edição. Ed. Atlas. São Paulo, SP. 2004.

4º TERMO**OFICINA PEDAGÓGICA I**

Ementa: Desenvolvimento dos temas: alfabetização, educação de portadores de necessidades especiais, educação inclusiva, higiene e saúde, criando várias formas de contextualização de conteúdos e projetos. Uso de softwares educativos. Uso de material alternativo. Adequação dos temas transversais. Uso de materiais didáticos e para-didáticos.

Bibliografia Básica:

COSTA, Marta Morais de, **Metodologia do ensino da literatura**. São Paulo: IbpeX, 2012.

MOTA, Carlos Guilherme, **Educação contraditória e cultural**. Curitiba: IbpeX, 2007.

TIEZTMANN, Vera Maria. **Literatura infantil brasileira**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004.

Bibliografia Complementar:

VERONESE, Marília V. **Psicologia & Social Economia Solidária**. Aparecida; SP: Ideias & Letras, 2008.

ATKINSON, R. L. **Introdução a psicologia de Hildgard**. 13. ed. Porto Alegre: Artmed,

2002.

MUTSCHELE, M. S.; GOSALES FILHO, J. **Oficinas pedagógicas: a arte e magia de fazer na escola.** São Paulo: Loyola, 1998.

Acesso Link.

<http://books.google.com.br/books?id=5ss6y78M0Y8C&printsec=frontcover&dq=oficina+pedag%C3%B3gica&hl=pt-BR&sa=X&ei=y2GQT4X4JtLD0AGbh522BQ&ved=0CDgQ6AEwAA#v=onepage&q=oficina%20pedag%C3%B3gica&f=false>

SANTOS, E.; ALVES, L. (org.). **Práticas pedagógicas e tecnologias digitais.** Rio de Janeiro: E-papers, 2006.

Acesso Link.

<http://books.google.com.br/books?id=KP3Nr4o3w6kC&pg=PA288&dq=oficina+pedag%C3%B3gica&hl=pt-BR&sa=X&ei=XWOQT4SBOabZ0QHDwby6BQ&ved=0CEoQ6AEwAw#v=onepage&q=oficina%20pedag%C3%B3gica&f=false>

RIZZO, Gilda. **Jogos Inteligentes.** 4º ed. São Paulo: Sertrand Brasil, 2008.

FUNDAMENTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS DO ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA

Ementa: A construção da linguagem e do pensamento. A linguagem oral e escrita como manifestação social e cultural. Análise de fatores psicossócio-lingüísticos que interferem no processo de ensino e aprendizagem da leitura e da escrita. Formação do produtor de texto nas séries iniciais, observando aspectos das regras ortográficas.

Bibliografia Básica:

BRINGHURST, Robert. **A formação sólida da linguagem.** 1ª ed. São Paulo: Rosario, 2006.

GERALDI, J. M. (organizador) **O Texto na sala de aula.** 4ºed. São Paulo: Ática, 2006.

SILVA, Vera Tietzmann. **Literatura Infantil Brasileira.** 1ª ed. Goiânia: Cãnone, 2009.

Bibliografia Complementar:

ANDRADE, M. M.; MEDEIROS, J. B. **Comunicação em Língua Portuguesa.** 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2009.

ANDRADE, M.M; HENRIQUES A. **Língua Portuguesa – Noções básicas para cursos superiores.** 9ºed. São Paulo: Atlas, 2010.

CUNHA, C.; CINTRA, L. F. L. **Nova gramática de português contemporâneo.** 5º Ed. Rio de Janeiro: LEXIKON, 2008.

FARACO, C. E; MOURA F.M; MARUXO Jr J. H. **Nova Gramática.** São Paulo: Ática, 2010.

MEDEIROS, J. B. **Novo acordo da língua portuguesa.** São Paulo: Atlas, 2009.

MEDEIROS, J. B.; TOMASI, C. **Português**. 4ª ed. São Paulo: ATLAS, 2011.

MEDEIROS, J. B.; TOMASI, C. **Português**. 4ª ed. São Paulo: ATLAS, 2011.

SMOLKA, Ana Luiza Bustamante. **A criança na fase inicial da escrita**. 12ª ed. Campinas: Cortez, 2008.

FUNDAMENTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS DO ENSINO DE MATEMÁTICA

Ementa: O conhecimento matemático. Tendência do ensino da Matemática. Resolução de Problemas. História da Matemática. A ação e o processo que a criança realiza na construção dos conceitos matemáticos. O desenvolvimento psicogenético da estrutura numérica e suas relações com as estruturas lógicas elementares. Educação matemática, desenvolvimento da autonomia e da cooperação e a reinvenção da matemática pela criança a partir de seu contexto sócio-cultural. O currículo, a organização do ensino e a construção do número e das primeiras aprendizagens matemáticas. A educação matemática e a organização do currículo nas Séries Iniciais.

Bibliografia Básica

HUETE, J. C. Sánchez; BRAVO, J. A. Fernández. **O ensino da Matemática: Fundamentos teóricos e base psicopedagógicas**. Porto Alegre : Artmed, 2007.

MISSAGIA, Luiz. **Aprendendo matemática**. 2º ed. Rio de Janeiro : Campus, 2012.

PAIS, Luiz Carlos. **Didática da Matemática: Uma análise da influencia francesa**. Belo Horizonte: Autentica, 2011.

Bibliografia Complementar:

CERQUENTTI-ABERKANE, Françoise; BERDONNEAU, Catherine. **O ensino da matemática na educação infantil**. Porto Alegre, RS : Artmed, 1997.

SILVA, Sebastião M. da. **Matemática básica para curso superior**. São Paulo : Atlas, 2011.

VIANNA, Ilca Oliveira de Almeida., **Planejamento participativo na escola**. São Paulo: EPU, 2000.

WEBER, Jean E. **Matemática**. São Paulo : Harbra, 1986.

ALVES, E. M. S. **A ludicidade e o ensino da matemática**. Campinas: Papyrus, 2007.

Acesso link.

http://books.google.com.br/books?id=LwWgxyPdJQC&printsec=frontcover&dq=ensino+da+matem%C3%A1tica&hl=pt-BR&sa=X&ei=tqqcT_K6B8Su6AHPz7HpDg&ved=0CEkQ6AEwAA#v=onepage&q=ensino%20da%20matem%C3%A1tica&f=false

GUIMARÃES, K. P. **Desafios e perspectivas do ensino da matemática**. Curitiba: IBPEX, 2010.

Acesso link.

http://books.google.com.br/books?id=hSAFzq-t8PAC&printsec=frontcover&dq=ensino+da+matem%C3%A1tica&hl=pt-BR&ei=N6ucT_7UOOWa6QHivbGnDw&sa=X&oi=book_result&ct=book-thumbnail&resnum=2&ved=0CFIQ6wEwAQ#v=onepage&q=ensino%20da%20matem%C3%A1tica&f=false

RIZZO, Gilda. **Jogos inteligentes: A construção do raciocínio na escola natural**. Rio de Janeiro : Bertrand Brasil, 2010

MACGREGOR, Cynthia. **150 jogos não competitivos para crianças todo mundo ganha**. São Paulo : Madras, 2009.

POLÍTICA E LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL

Ementa: Retrospectiva da educação no Brasil: políticas e planos. A Constituição Federal e o redimensionamento da educação básica no texto da atual LDB. A concepção de educação profissional no conjunto das políticas públicas. A política de formação dos profissionais da educação básica. Recursos financeiros da educação. Nocões. Direito do trabalho. Direito do Trabalho aplicado aos professores.

Bibliografia Básica:

BARROS, A. M. **Curso de direito do trabalho**. 8ª edição São Paulo: LTr, 2012. (

CARNEIRO, Moacir Alves. **LDB Fácil: Leitura crítico-compreensiva**. Petrópolis, RJ : Vozes, 2011.

VENOSA, SÍLVIO DE SALVO. **Introdução ao Estudo do Direito**. 3ª Edição. Ed. Atlas. São Paulo. 2010.

Bibliografia Complementar:

CARRION, V. **Comentários à consolidação das Leis do Trabalho**. 37ª edição São Paulo: Saraiva, 2012.

CHIARIONI, M. F. V. F. B. **Resumo Jurídico de Direito do Trabalho**, 5ª edição vol. 13. São Paulo: Quartier Latin, 2007.

DELGADO, M. G. **Curso de Direito do Trabalho**. 11ª ed. São Paulo: LTr, 2012.

JORGE NETO, F. F. **Curso de direito do trabalho**. 2ª Ed. São Paulo: Atlas, 2011.

NADER, PAULO. **Introdução ao Estudo do Direito**. 33ª Edição. Ed. GEN., Rio de Janeiro. 2011.

PASSANEZI, P. M. S. **Direito & Economia**. Rio de Janeiro: Rev. econ. Contemp, 2006. Acesso Link. <http://www.scielo.br/pdf/rec/v10n2/09.pdf>

DIDÁTICA

Ementa: Estudo das tendências e correntes existentes no pensamento pedagógico brasileiro. Ensino e aprendizagem. Objetivos Educacionais. Métodos e Técnicas de Ensino. As diferentes formas de ensino como planos de organização e processos de interação. Identificação e análise de estratégias de ensino. Currículo.

Bibliografia Básica:

CANDAU, Vera Maria. **Rumo a uma nova didática**. 21. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2011.

HAYDT, Regina Célia C. **Curso de Didática Geral**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

MARTINS, Pura Lúcia Oliveira. **Didática Teórica/ Didática Prática**. 9. ed. São Paulo: Loyola, 2008.

Bibliografia Complementar:

GIL, Antonio Carlos. **Didática do ensino superior**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

CANDAU, Vera Maria. **A didática em questão**. Petrópolis/RJ: 2014.

SANT'ANNA, I. M.; MENEGOLLA, M. **Didática: aprender a ensinar**. São Paulo: Loyola, 2002.

Acesso Link.

<http://books.google.com.br/books?id=9791A8VEIMgC&pg=PA25&dq=did%C3%A1tica&hl=pt-BR&sa=X&ei=pFyQT62vDaLw0qGNnNDABQ&ved=0CEcQ6AEwBA#v=onepage&q=did%C3%A1tica&f=false>

VEIGA, I. P. A. (Org.) **Didática: Ensino e suas relações**. Campinas: Papyrus, 2008.

Acesso Link.

http://books.google.com.br/books?id=fj7nglUCqVAC&printsec=frontcover&dq=did%C3%A1tica&hl=pt-BR&ei=maicT9aYKcml6AGktPzhDg&sa=X&oi=book_result&ct=book-thumbnail&resnum=1&ved=0CDcQ6wEwAA#v=onepage&q=did%C3%A1tica&f=false

URBAN, Ana Claudia. **Didática: Organização do trabalho pedagógico**. Curitiba: IESDE, 2009.

Acesso

Link

http://www.acpms.com.br/arquivos/5eabf6392549325412df46de08d02cd2.didatica_organizacao_do_trabalho_pedagogico.pdf

PROJETO INTEGRADOR IV

Ementa: Desenvolvimento, num grupo supervisionado, de um Projeto Integrador com base nas disciplinas já cursadas, como parte integrante da proposta de uso de metodologias ativas de aprendizagem, baseada em problemas e por projetos.

Bibliografia Básica:

BROOKS JR., FREDERICK P. **o Projeto do Projeto da Modelagem à realização**. 1^o Edição. Ed. CAMPUS. Rio de Janeiro. 2011.

CANDAU, Vera Maria. **Rumo a uma nova didática**. 21. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2011.

OLIVEIRA, Maria Alexandre de. **Dinâmica em literatura infantil**. São Paulo: Paulinas, 2012.

Bibliografia Complementar:

CANDAU, Vera Maria. **A didática em questão**. Petrópolis/RJ: 2014.

CERVO, AMADO L. **Metodologia Científica**. 6^o Edição. Ed. CW Pearson. São Paulo, SP. 2007.

FARACO, C. E; MOURA F.M; MARUXO Jr J. H. **Nova Gramática**. São Paulo: Ática, 2010.

GERALDI, J. M. (organizador). **O Texto na sala de aula**. 4^oed. São Paulo: Ática, 2006.

GIL, Antonio Carlos. **Didática do ensino superior**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

GIL, ANTONIO CARLOS. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 5^o Edição. Ed. Atlas. São Paulo. 2010.

HAYDT, Regina Célia C.. **Curso de Didática Geral**. 8. ed. Saõ Paulo: Atlas, 2006.

5^o TERMO

FUNDAMENTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS DO ENSINO DE HISTÓRIA

Ementa: Concepções do ensino de História. Objetivos e finalidades para o ensino de história nos anos iniciais do Ensino Fundamental séries iniciais. Metodologias e recursos auxiliares de ensino, planejamento e execução de atividades experimentais; relação com as demais áreas do conhecimento, estudo crítico dos conteúdos e metodologias direcionados ao ensino de história nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

Bibliografia Básica:

PENTEADO, Heloisa Dupas. **Metodologia do ensino de História e Geografia**. São Paulo: Cortez, 2011.

DALLA, Armando João. **Ensino de história e sua linguagens**. São Paulo: Intersaber, 2012. (Coleção Metodos e ensino de História...)

BAUKAT, Claudia Regina. **Didática de avaliação da aprendizagem no ensino de História e Geografia**. São Paulo: Intersaber, 2016

Bibliografia Complementar:

VASCONCELOS, José antonio. **Metodologia do ensino de História**. São Paulo: Intersaber, 2012.

PÁDUA, E. M. M. **Metodologia da pesquisa: abordagem teórica prática**. 17ª ed. Campinas: Papyrus, 2011.

MARTINS, Rosilda Baron. **Metodologia científica: Como tornar mais agradável a elaboração de trabalhos acadêmicos**. 1º ed. Curitiba: Juruá, 2009.

KAHLMAYER-MERTENS et al. **Como elaborar projetos de pesquisa: linguagem e método**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

Acesso link.

http://books.google.com.br/books?id=O-kzGOOzh70C&pg=PA24&dq=metodologia+da+pesquisa&hl=pt-BR&sa=X&ei=bDmQT5i_Nu7K0AGFvd2kBQ&ved=0CGkQ6AEwBw#v=onepage&q=metodologia%20da%20pesquisa&f=false

REA, L. M.; PARKER, R. A. **Metodologia: do planejamento a execução**. São Paulo: Pioneira, 2000.

Acesso Link.

<http://books.google.com.br/books?id=OdyvUxpmYEUC&printsec=frontcover&dq=metodologia+da+pesquisa&hl=pt-BR&sa=X&ei=QDiQT4zDNcOT0QGzx4iWBQ&ved=0CEMQ6AEwAQ#v=onepage&q=metodologia%20da%20pesquisa&f=false>

EDUCAÇÃO, DIVERSIDADE e DESIGUALDADE

Ementa: A educação e as relações raciais e étnicas no Brasil. O pensamento social brasileiro no século XIX até as pesquisas mais recentes sobre desigualdades e discriminação raciais. As relações raciais e educação. Os estudos de desigualdades raciais na distribuição da renda, no mercado de trabalho, nos locais de trabalho, nos locais de residência e na educação. A Educação e as políticas de promoção da igualdade racial no Brasil, mobilização política, identidade étnica e reações sociais.

Bibliografia Básica

MOTA, Carlos Guilherme. **Educação Contraideologia e Cultura**. São Paulo: Globo, 2011.

OLIVEIRA, Iolanda de. **Relações Raciais e Educacionais: Novo desafio**. Rio de Janeiro: DP&A, 2013.

QUEIROZ, Delcele Mascarenhas. **Universidade e desigualdade**: Brancos e negros no ensino superior. Brasília: Liber, 2014.

Bibliografia Complementar

BERLIN, Isaiah. **Estudos sobre a humanidade** : uma antologia de ensaios. São Paulo: Companhia das letras, 2002.

Sung, Jung Mo. Conversando sobre ética e sociedade. Petrópolis : Vozes, 2009.

VICTORA, Cesar G. **Epidemiologia da Desigualdade**. São Paulo: Hucitec, 2006.

KITTAEITLER, Ana Paulo. **Porque Pobreza: educação e desigualdade**. Rio de Janeiro: Fund. Roberto Marinho, 2014.

Acesso Link.

http://www.maletafutura.org.br/docs/caderno_artigos_digital.pdf

PIECZARKA, Thiciane. **Concepções de desigualdade**. Curitiba: Univ. Federal do Parana. Marinho, 2009.

Acesso Link.

http://www.ppge.ufpr.br/teses/M09_pieczarka.pdf

FUNDAMENTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS DO ENSINO DE CIÊNCIAS

Ementa: Fundamentos epistemológicos das Ciências Naturais: características; princípios históricos, filosóficos e metodológicos. Interação das ciências, tecnologia, ambiente e sociedade. O ensino de ciências no contexto das relações sociais. Fundamentos conceituais das Ciências Naturais: considerações gerais sobre a terra, formação do universo e formação da terra. O ensino das Ciências e a organização do currículo nas Séries Iniciais.

Bibliografia Básica:

PAULA, Diana Lucia de. **Metodologia do Ensino de Ciência biológicas e da natureza**. São Paulo: Intersaber, 2012.

ZALESKI, Tânia. **Fundamentos históricos do ensino de ciências**. São Paulo: Intersaber, 2012.

MALHEIROS, Bruno Taranto **Didática geral**. Belo Horizonte: LTC, 2012.

Bibliografia Complementar:

BARLOW, Maude. **Água futuro azul: como proteger a água potável para o futuro das pessoas e do planeta para sempre**. São Paulo: MBooks do Brasil, 2015.

RIBEIRO, Maurício Andrés. **Ecologizando a cidade e o planeta**. Belo Horizonte: C/Artes, 2008.

BRIDI, Sônia. **Diário do clima : as aventuras e a ciência por trás da série de televisão Terra, que tempo é esse?**. São Paulo: Globo, 2012.

KAHLMEYER-MERTENS et al. **Como elaborar projetos de pesquisa: linguagem e método**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

Acesso link.

http://books.google.com.br/books?id=O-kzGOOzh70C&pg=PA24&dq=metodologia+da+pesquisa&hl=pt-BR&sa=X&ei=bDmQT5i_Nu7K0AGFvd2kBQ&ved=0CGkQ6AEwBw#v=onepage&q=metodologia%20da%20pesquisa&f=false

KAHLMEYER-MERTENS et al. **Fundamentos e metodologia do ensino das ciências da natureza**. Ilheus: BH: EDITUS, 2008.

Acesso link.

<http://nead.uesc.br/arquivos/pedagogia/ciencia-natureza/modulo-ciencia.pdf>

FUNDAMENTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS DO ENSINO DE GEOGRAFIA

Ementa: Fundamentos da geografia escolar, concepções do ensino de Geografia. A construção do conceito de espaço pelas crianças. A representação do espaço geográfico. Métodos didáticos e ensino de geografia. Técnicas de ensino aplicadas ao ensino de geografia nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Elaboração de recursos didáticos acessíveis para o ensino de Geografia. Análise de programas oficiais e alternativos.

Bibliografia Básica:

PENTEADO, Heloisa Dupas. **Metodologia do ensino de História e Geografia**. São Paulo: Cortez, 2011.

BAUKAT, Claudia Regina. **Didática de avaliação da aprendizagem no ensino de História e Geografia**. São Paulo: Intersaber, 2016.

PAULO, Jacks Richard de. **Formação de professores de Geografia**. São Paulo: PACO, 2016.

Bibliografia Complementar:

FANTIN, Maria Eneide. **Metodologia do ensino de Geografia**. São Paulo: Intersaber, 2012.

PÁDUA, E. M. M. **Metodologia da pesquisa: abordagem teórica prática**. 17ª ed. Campinas: Papirus, 2011.

MARTINS, Rosilda Baron. **Metodologia científica: Como tornar mais agradável a elaboração de trabalhos acadêmicos**. 1º ed. Curitiba: Juruá, 2009.

KAHLMEYER-MERTENS et al. **Como elaborar projetos de pesquisa: linguagem e método**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

Acesso link.

http://books.google.com.br/books?id=O-kzGOOzh70C&pg=PA24&dq=metodologia+da+pesquisa&hl=pt-BR&sa=X&ei=bDmQT5i_Nu7K0AGFvd2kBQ&ved=0CGkQ6AEwBw#v=onepage&q=metodologia%20da%20pesquisa&f=false

REA, L. M.; PARKER, R. A. **Metodologia: do planejamento a execução**. São Paulo: Pioneira, 2000.

Acesso Link.

<http://books.google.com.br/books?id=OdyvUxpmYEUC&printsec=frontcover&dq=metodologia+da+pesquisa&hl=pt-BR&sa=X&ei=QDiQT4zDNcOT0QGz4iWBQ&ved=0CEMQ6AEwAQ#v=onepage&q=metodologia%20da%20pesquisa&f=false>

PROJETO INTEGRADOR V

Ementa: Desenvolvimento, num grupo supervisionado, de um Projeto Integrador com base nas disciplinas já cursadas, como parte integrante da proposta de uso de metodologias ativas de aprendizagem, baseada em problemas e por projetos.

Bibliografia Básica:

BROOKS J.; FREDERICK P. **O Projeto do Projeto da Modelagem à realização**. - 1º Edição. Ed. CAMPUS. Rio de Janeiro. 2011.

RICCI, Renato. **Hotel estratégias competitivas**. - 1º Edição. Qualitymark. Rio de Janeiro. 2005.

MARQUES, Andréa. **Laboratórios de idéias**. - 1º Edição. Qualitymark. Rio de Janeiro. 2008.

Bibliografia Complementar:

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. - 5º Edição. São Paulo: Ed. Atlas, 2010.

MARCONI, Maria de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica**. - 7ª Edição. Ed. Atlas. São Paulo, SP. 2004.

CARBONE, Pedro Paulo; TONET, Elena Correa. **Gestão por competência**. - 1ª Edição. Rio de Janeiro: FGV. 2016.

ENDE, Marta Von; REISDORFER, Vitor Kochhann. **Elaboração e análise de projetos**. Santa Maria - RS: UFSM, 2015.

Link.

<https://drive.google.com/file/d/0BzyqAd6fieozaF80VFFVY1pPcTg/view?usp=sharing>

RIBEIRO, Rafael Dias; RIBEIRO, Horácio da C. e S.. **Métodos ágéis: em gerenciamento de projetos**. Rio de Janeiro: SPIN, 2015.

Link.

<https://drive.google.com/file/d/0BzyqAd6fieozMnJmLXRVOWM5OEK/view?usp=sharing>

OFICINA PEDAGÓGICA II

Ementa: Desenvolvimento de estratégias educacionais por meio de trabalhos com jogos educativos. Uso de softwares de jogos educativos. Uso de material alternativo. Adequação dos temas transversais. Uso de materiais didáticos e para-didáticos. Simulações de atividade docente.

Bibliografia Básica:

SOLER, Reinaldo. **202 Jogos Cooperativos: para desenvolver a confiança**. Rio de Janeiro: Sprint, 2009.

AMARAL, Jader Denicol do. **Jogos cooperativos**. São Paulo: Editora Phorte, 2009.

JURADO, Juan José. **101 Jogos para motricidade limitada e espaço reduzidos**. São Paulo: Vozes, 2016.

Bibliografia Complementar:

CASTRO, Javier. **Um Mundo de Jogos**. Rio de Janeiro: TodoLivro, 2016.

ALVES, Paulo Vicente. **Jogos de simulação de empresas**. São Paulo: Alta Books, 2015.

ALVES, Lynn. **Jogos digitais e aprendizagem: fundamentos para uma prática baseada em evidências**. São Paulo: Papyrus, 2016.

TONELLI, Pedro Aladar. **Um Minicurso sobre Teoria dos Jogos**. Londrina: Autor, 2006.

Acesso Link.

<https://www.ime.usp.br/~tonelli/mae515/minislides1.pdf>

STOMAYOR, Marilda Antônia de Oliveira. **LIÇÕES DE TEORIA DOS JOGOS**. São Paulo: Autor, 2007.

Acesso Link.

<https://bugarinmauricio.files.wordpress.com/2014/03/livrolicoesjogos2013conceitosbc3a1sicos.pdf>

6º TERMO

FUNDAMENTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS DO ENSINO DE EDUCAÇÃO FÍSICA

Ementa: Histórico da evolução teórico-metodológica do ensino de Educação Física no Brasil. Teorias do jogo e do movimento humano. Ensino dos jogos e movimentos na Educação Infantil e nas séries iniciais. O ensino dos esportes nas séries iniciais. Nota Complementar: Diferentes concepções sobre o Corpo e suas expressões no mundo moderno, com especial atenção aos ambientes educacionais.

Bibliografia Básica:

MARINHO, Herminia Regina Bugeste. **Pedagogia do movimento: universo ludico e psicomotricidade**. São Paulo: Intersaberes, 2012.

OLIVEIRA, Frascimara N. de. **Resignificando o lúdico: jogar, brincar como espaço de reflexão**. Londrina: EDUEL, 2009.

ANDRADE R., Irene Conceição. **Educação física na infancia: Educação Física no ensino superior**. Rio de Janeiro. Guanabara. 2010.

Bibliografia Complementar:

ANTUNES, C. **Educação Infantil: prioridade imprescindível**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes 2014.

ALMEIDA, Marcos Teodorico Pinheiro de. **Atividades Lúdicas**. São Paulo: Editora Vozes. 2012.

FERREIRA, Carlos Alberto de Mattos. **Psicomotricidade**. São Paulo: 2010.

Ana Rita Lorenzini. **Educação Física: ensino fundamental e médio**. Pernambuco:

2010.

Acesso Link.

www.educacao.pe.gov.br/portal/upload/galeria/750/otm_educacao_fisica2010.pdf

Coletaniade autores. **METODOLOGIA DO ENSINO DE EDUCAÇÃO FÍSICA**. São Paulo: Cortez, 2009.

Acesso Link.

[https://fefd.ufg.br/up/73/o/Texto_49 - Coletivo de Autores - Metodologia de Ensino da Ed. Fsica.pdf](https://fefd.ufg.br/up/73/o/Texto_49_-_Coletivo_de_Autores_-_Metodologia_de_Ensino_da_Ed._Fsica.pdf)

AValiação DA APRENDIZAGEM

Ementa: Os conceitos de avaliação. Fundamentos teóricos que alicerçam a prática avaliativa. As diferentes modalidades e funções da avaliação da aprendizagem. Importância da avaliação para a prática educativa. As etapas e os cuidados necessários à construção de diferentes ferramentas para subsidiar o processo de avaliação da aprendizagem.

Bibliografia Básica:

ESTEBAM, M. T. (Org.). **Avaliação: uma prática em busca de novos sentidos**. Rio de Janeiro: DP&A, 2010.

LUCKESI, C. C. **Avaliação da aprendizagem escolar**. São Paulo: Cortez: 2003.

RAPHAEL, Hélio Sonia. **Avaliação escolar em busca de sua compreensão**. São Paulo: Brasiliense. 1998.

Bibliografia Complementar:

PERRENOUD, Philippe **Avaliação**. São Paulo: Artmed, 1999.

TENÓRIO, Robinson. **Avaliação e Descisão**. Edufsa, 2011.

ESTEBAN, M. T. **Escola, currículo e avaliação**. São Paulo: Cortez, 2013.

Jeanes Martins Larchert. **Avaliação da aprendizagem : Pedagogia, módulo 4**. Ilheus: EDITUS, 2010.

Acesso Link.

www.educacao.pe.gov.br/portal/upload/galeria/750/otm_educacao_fisica2010.pdf

Cleusa Erilene dos Santos Cacione. **AVAliação DA APRENDIZAGEM: DESVELANDO CONCEPÇÕES DE LICENCIANDOS DO CURSO DE MÚSICA**. Londrina: Autor, 2004.

Acesso Link.

<http://www.uel.br/pos/musica/pages/arquivos/Dissertacao%20Cleusa.pdf>

PSICOPEDAGOGIA

Ementa: Histórico da Psicopedagogia. A Psicopedagogia no Brasil. Fundamentos e objeto da Psicopedagogia. Abordagem psicopedagógica da aprendizagem. A interdisciplinaridade na Psicopedagogia. Novas contribuições.

Bibliografia Básica:

SAMPAIO, Simaia.. Dificuldades de aprendizagem: a psicopedagogia na relação sujeito, família e escola: contribuições a partir da prática. Rio de Janeiro: WAK Editora, 2017.

CAIERÃO, Iara; HICKEL, Neusa; KORTMAM, Gilda. **A Psicopedagogia entre conhecimentos e saberes: fazer pensar escrever**. Rio de Janeiro: WAK Editora, 2016.

SCOZ, Batriz Judith Lima. **Psicopedagogia: um portal para a inserção social**. São Paulo: Vozes, 2011.

Bibliografia Complementar:

AMARAL, S. et al. **Psicopedagogia: um portal para a inserção social**. Petrópolis: Ed. Vozes, 2004.

ACAMPORA, Beatriz; ACAMPORA, Bianca. **Psicopedagogia institucional: guia teórico e prático**. Rio de Janeiro: WAK Editora, 2017.

BALESTRA, Maria Marta Mazaro. **Psicopedagogia em Piaget: uma ponte para a educação da liberdade**. Curitiba: InterSaber, 2012.

Dayse Carla Gênero Serra. **Teorias e Práticas da Psicopedagogia Institucional**. Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2012.

Acesso Link.

https://arquivostp.s3.amazonaws.com/qcursos/livro/LIVRO_teorias_e_praticas_da_psicopedagogia_institucional.pdf

Luciana dos Santos. **Psicopedagogia: formação, identidade e ação profissional**. Campinas: PUC., 2007.

Acesso Link.

<http://bibliotecadigital.puc-campinas.edu.br/services/monografias/Luciana%20dos%20Santos%20Goncalves.pdf>

f

EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Ementa: Histórico e evolução dos conceitos. Objetivos, princípios e estratégias para a educação ambiental formal e não formal. Sustentabilidade. A abordagem sócio-ambiental. Incorporação da dimensão ambiental nos currículos de ensino fundamental e médio. PCNs. Globalização, Meio ambiente e sustentabilidade. Considerações sobre legislação ambiental. Epistemologia Ambiental: Interdisciplinaridade e Transdisciplinaridade. Educação Ambiental. Meio ambiente em suas múltiplas e complexas relações, envolvendo aspectos ecológicos, psicológicos, legais, políticos, sociais, econômicos, científicos, culturais e éticos. Problemática ambiental e social. **Educação Ambiental. Projetos de Educação Ambiental.**

Bibliografia Básica

Odum, Eugene Pleasants. **Fundamentos de ecologia**. São Paulo: Cengage, 2008.
Fornari Neto, Ernani. **Dicionário prático de ecologia**. São Paulo: Aquariana, 2001.
Dias, Reinaldo. **Gestão ambiental : responsabilidade social e sustentabilidade**. Rio de Janeiro: Forense, 2013.

Bibliografia Complementar

Pinto-Coelho, Ricardo Motta. **Fundamentos em ecologia**. Porto Alegre: Artemed, 2000.
AMADO, Frederico Augusto Di Trindade. **Direito ambiental**. São Paulo: Atlas, 2011.
Preve, Ana Maria. **Ambiente da Ecologia: Perspectivas em política e educação**. Santa Maria, RS : UFSM, 2007.
Sustentabilidade ambiental no Brasil. **Sustentabilidade Ambiental no Brasil: biodiversidade, economia e bem-estar humano**. Brasília: IPEA, 2010.
Acesso Link.
https://drive.google.com/file/d/0B_BRPr2ArvcjajRwTjdDVRiYIU/view?usp=sharing
BURSZTYN, Maria Augusta. **Fundamentos de política e gestão ambiental**. Rio de Janeiro: Caramond, 2012.
Acesso Link.
https://drive.google.com/file/d/0B_BRPr2ArvcjS2FwX1lwc2EwS0U/view?usp=sharing

FUNDAMENTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS DO ENSINO DE JOVENS E ADULTOS

Ementa: Análise da problemática histórica, social e ideológica do analfabetismo jovem e adulto no Brasil e das práticas alfabetizadoras de jovens e adultos em contextos escolares e não escolares. Estudo das contribuições específicas de Paulo Freire, Álvaro Vieira Pinto, Antonio Vinal Frago e Emília Ferreiro. Da alfabetização de jovens e adultos trabalhadores à construção da cidadania como elemento da emancipação.

Bibliografia Básica

LEAL, T. F.; ALBUQUERQUE, E. B. C. de. **Desafios da Educação de Jovens e Adultos**. São Paulo: Autêntica, 2005.

BRUNEL, Carmen. **Jovens cada vez mais, Jovens na educação de Jovens e adultos**. São Paulo: Mediação, 2014.

ALMEIDA, Laurinda Ramalho de. **Afetividade, aprendizagem e educação de jovens e adultos**. São Paulo: Loyola, 2012.

Bibliografia Complementar

SCHEIBEL, Maria Fani. **Saberes singularidade na educação de jovens e adultos** Editora MEDIAÇÃO, 2008.

SANTOS, Arlete Ramos dos. **Educação e contextos diversos**. São Paulo: Paco, 2017.

DEMO, Pedro. **Grandes Pensadores em educação**. Porto Alegre: Mediação, 2015.

CATELLI JR, Roberto. **Educação de Jovens e Adultos: insumos, processos e resultados**. São Paulo: Ação Educativa, 2010.

Acesso Link.

http://acaoeducativa.org.br/wp-content/uploads/2014/10/relatorio_final_INEP_EJA.pdf

Sandra Mara do Nascimento. **EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS**. Parana vai: Autor, 2013.

Acesso Link.

http://repositorio.roca.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/4489/1/MD_EDUMTE_2014_2_1_16.pdf

OFICINA PEDAGÓGICA III

Ementa: Desenvolvimento de estratégias educacionais por meio de trabalhos com jogos educativos. Uso de softwares de jogos educativos. Uso de material alternativo. Adequação dos temas transversais. Uso de materiais didáticos e para-didáticos. Simulações de atividade docente.

Bibliografia Básica:

SOLER, Reinaldo. 202 **Jogos Cooperativos:** para desenvolver a confiança. Rio de Janeiro: Sprint, 2009.

AMARAL, Jader Denicol do. **Jogos cooperativos.** São Paulo: Editora Phorte, 2009.

JURADO, Juan José. **101 Jogos para motricidade limitada e espaço reduzidos.** São Paulo: Vozes, 2016.

Bibliografia Complementar:

CASTRO, Javier. **Um Mundo de Jogos.** Rio de Janeiro: TodoLivro, 2016.

ALVES, Paulo Vicente. **Jogos de simulação de empresas.** São Paulo: Alta Books, 2015.

ALVES, Lynn. **Jogos digitais e aprendizagem: fundamentos para uma pratica baseada em evidencias.** São Paulo: Papirus, 2016.

TONELLI, Pedro Aladar. **Um Minicurso sobre Teoria dos Jogos.** Londrina: Autor, 2006.

Acesso Link.

<https://www.ime.usp.br/~tonelli/mae515/minislides1.pdf>

STOMAYOR, Marilda Antônia de Oliveira. **LIÇÕES DE TEORIA DOS JOGOS.** São Paulo: Autor, 2007.

Acesso Link.

<https://bugarinmauricio.files.wordpress.com/2014/03/livrolicoesjogos2013conceitosbc3a1sicos.pdf>

7º TERMO

FUNDAMENTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS DO ENSINO DA ARTE

Ementa: A Arte e suas relações com a educação. A arte como mediadora do diálogo entre o ser humano e sua realidade, facilitando a tradução da experiência de vida em conceitos significativos promovendo a comunicação não verbal. A formação do

pensamento pelo caminho da simbolização, da percepção sensível e do envolvimento emocional.

Bibliografia Básica:

RAMOS, A. F. (Org). **Criações artísticas, representações da história.** São Paulo: HUCITEC, 2010.

CANDAU, Vera Maria. **Didática em questão.** São Paulo: Vozes, 2014.

ARGAN, G. **Arte Moderna: Do Iluminismo aos movimentos contemporâneos.** São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

Bibliografia Complementar:

SOUZA, Vera Lucia Trevisan. **A psicologia da arte e promoção do desenvolvimento r da aprendizagem.** São Paulo: Loyola, 2016.

OSTROWER, F. **Universos da Arte.** São Paulo: Editora Campus, 2003.

FERRAZ, M. H.; FUSARI, M. F. **Arte na educação escolar.** São Paulo: Cortez, 2013.

Danieli E. F. Wroblewski. **Como elaborar projetos de pesquisa.** Curitiba: PUCPR, 2009.

Acesso link.

http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2009/anais/pdf/3057_1891.pdf

Vanderléia Santos de Jesus Nascimento. **ENSINO DE ARTE: CONTRIBUIÇÕES PARA UMA APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA.** EMI, 2000.

Acesso link.

http://www.funarte.gov.br/encontro/wp-content/uploads/2013/04/artigo-para-submissao-pela-funarte_Vanderleia-Santos.pdf

TRABALHO DE CURSO I

Ementa: O regulamento do TCC. Desenvolvimento da pesquisa definida no projeto de Trabalho de Conclusão de Curso realizado na disciplina Pesquisa em Educação e Projeto de TCC (coleta e análise de dados).

Bibliografia Básica:

CERVO, A. L.; BERVIAN, A. P. SILVA, R. **Metodologia científica.** 6º ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

PÁDUA, E. M. M. **Metodologia da pesquisa: abordagem teórica prática.** 17ª ed. Campinas: Papyrus, 2011.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 23ª ed. São Paulo: Cortez, 2007.

Bibliografia Complementar:

DEMO, P. **Introdução à Metodologia da Ciência**. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2012.

LAKATO, E. M. MARCONI, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica**. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARTINS, Rosilda Baron. **Metodologia científica: Como tornar mais agradável a elaboração de trabalhos acadêmicos**. 1ª ed. Curitiba: Juruá, 2009.

KAHLMAYER-MERTENS et al. **Como elaborar projetos de pesquisa: linguagem e método**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

Acesso link.

http://books.google.com.br/books?id=O-kzGOOzh70C&pg=PA24&dq=metodologia+da+pesquisa&hl=pt-BR&sa=X&ei=bDmQT5i_Nu7K0AGFvd2kBQ&ved=0CGkQ6AEwBw#v=onepage&q=metodologia%20da%20pesquisa&f=false

REA, L. M.; PARKER, R. A. **Metodologia: do planejamento a execução**. São Paulo: Pioneira, 2000.

Acesso Link.

<http://books.google.com.br/books?id=OdyvUxpmYEUC&printsec=frontcover&dq=metodologia+da+pesquisa&hl=pt-BR&sa=X&ei=QDiQT4zDNcOT0QGzx4iWBQ&ved=0CEMQ6AEwAQ#v=onepage&q=metodologia%20da%20pesquisa&f=false>

GESTÃO EDUCACIONAL

Ementa: Aspectos históricos do estudo da administração. Teorias Administrativas. Modelos organizacionais. Técnicas administrativas. Políticas públicas em educação, planos e cronogramas governamentais. A gestão democrática da unidade escolar: o processo administrativo e sua dimensão político-pedagógica. A Supervisão e Coordenação Pedagógica no contexto histórico-político social da educação brasileira. A supervisão/coordenação Pedagógica no contexto atual: função e cotidiano. Áreas de atuação do Supervisor/Coordenador Pedagógico. Fundamentos e análise da organização escolar. Visão geral, sistemática e crítica do desenvolvimento de teorias das organizações educacionais.

Bibliografia Básica:

PARO, Vitor Henrique. **Administração escolar: introdução crítica**. São Paulo: Cortez, 2012.

ANDREOTTI, Azilde L. (Org.). **História da administração escolar no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Aline, 2012.

FILHO, Geraldo Francisco. **Administração escolar: analisada no processo histórico**. São Paulo: Aline, 2013.

Bibliografia Complementar:

ALBERTIN, Marcos Ronaldo. **Administração da produção e operações**. 1. ed. São Paulo: Intersaberes, 2016.

REGINA, mÁRCIA. **Paulo Freire e administração escolar a busca de um sentido**. São Paulo: Liber Livros, 2007.

ALBERTIN, Marcos Ronaldo. **Gestão de processos e técnicas de produção enxuta**. São Paulo: Intersaberes, 2016.

DRUCKER, F. P. **Prática da administração de empresas**. Rio de Janeiro: Pioneira, 1955.

Acesso link.

<http://books.google.com.br/books?hl=pt>

DRUCKER, F. P. **Administrando em tempo de grande mudança**. Rio de Janeiro: Pioneira, 2006.

Acesso

link.

<http://books.google.com.br/books?id=iDKI52WkGWYC&printsec=frontcover&dq=d>

FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

Ementa: Estudo da especificidade do ato pedagógico nas suas dimensões básicas do saber, do fazer, do ser e as implicações dessa especificidade na dimensão social e política, na Educação Especial e em particular do deficiente mental. Princípios e principais procedimentos da Análise Funcional do Comportamento Aplicado à Educação Especial. Aspectos conceituais, técnicos e éticos da Educação Especial.

Bibliografia Básica

FERREIRA, Carlos Alberto de M.. **Psicomotricidade: educação especial e inclusiva social** São Paulo: Educa, 2014.

MATTOS F., Carlos Alberto de. **Psicomotricidade, educação e inclusão social**. WAK. 2012.

FACION, José Raimundo. **Transtornos do desenvolvimento e do comportamento**. Curitiba: InterSaberes. 2013.

Bibliografia Complementar

CUNHA, Eugênio. **Autismo e inclusão: psicopedagogia e práticas educativas na escola e na família**. Campinas: WAK, 2010.

MENDES, Eniceia Gonçalves. **Temas em educação especial: avanços recentes**. EDUFSCAR, 2004.

GARDNER, H. **Inteligências múltiplas: a teoria na prática**. Porto Alegre: Artmed, 2010.

WELL, Plerre. **Manual de psicologia aplicada**. 2ª Edição. São Paulo: Editora Itatiaia, 1967.

Link.

<https://drive.google.com/file/d/0BzyqAd6fieozd1J1cXBZZIJvVkk/view?usp=sharing>

VALLE, Tânia G. M. do; MAIA, Ana C. B. **Psicologia do desenvolvimento humano e aprendizagem**. São Paulo: Cultura acadêmica, 2011.

Link.

<https://drive.google.com/file/d/0BzyqAd6fieozVF8wRXkwMUtLYzA/view?usp=sharing>

OFICINA PEDAGÓGICA IV

Ementa: Desenvolvimento de estratégias educacionais por meio de trabalhos com jogos educativos. Uso de softwares de jogos educativos. Uso de material alternativo. Adequação dos temas transversais. Uso de materiais didáticos e para-didáticos. Simulações de atividade docente.

Bibliografia Básica:

SOLER, Reinaldo. **202 Jogos Cooperativos: para desenvolver a confiança**. Rio de Janeiro: Sprint, 2009.

AMARAL, Jader Denicol do. **Jogos cooperativos**. São Paulo: Editora Phorte, 2009.

JURADO, Juan José. **101 Jogos para motricidade limitada e espaço reduzidos**. São Paulo: Vozes, 2016.

Bibliografia Complementar:

CASTRO, Javier. **Um Mundo de Jogos**. Rio de Janeiro: TodoLivro, 2016.

ALVES, Paulo Vicente. **Jogos de simulação de empresas**. São Paulo: Alta Books, 2015.

ALVES, Lynn. **Jogos digitais e aprendizagem: fundamentos para uma prática baseada em evidências**. São Paulo: Papyrus, 2016.

TONELLI, Pedro Aladar. **Um Minicurso sobre Teoria dos Jogos**. Londrina: Autor, 2006.

Acesso Link.

<https://www.ime.usp.br/~tonelli/mae515/minislides1.pdf>

STOMAYOR, Marilda Antônia de Oliveira. **LIÇÕES DE TEORIA DOS JOGOS**. São Paulo: Autor, 2007.

Acesso Link.

<https://bugarinmauricio.files.wordpress.com/2014/03/livrolicoesjogos2013conceitosbc3a1sicos.pdf>

8º TERMO

TECNOLOGIA EDUCACIONAL

Ementa: Tecnologia educacional: trajetória histórica, contribuições e desafios atuais. Tecnologia educacional e prática pedagógica. Meios tecnológicos de comunicação e educação. Temas atuais.

Bibliografia Básica:

TARJA, Sanmya Feitosa. **Informática na educação: novas ferramentas pedagógicas para o professor na atualidade**. São Paulo: SENAC, 2012.

BACICH, Lilian **Ensino Híbrido: personalização e tecnologia na educação**. Porto Alegre: Penso, 2015.

SILVA, M. G. **Informática, terminologia básica: Ms Windows XP, Word, Excell, Access....** 5ª Edição. São Paulo: Érica: 2011.

Bibliografia Complementar:

ALVES, Lynn. **Jogos digitais e aprendizagem: fundamentos para uma prática baseada em evidência** 1ª Edição. São Paulo: Papyrus: 2016.

ESTERAS, S. R. **Infotech english for computer users**. 2ª ed. Student Books, 2008.

CASTILHO A. L. **Questões comentadas de informática**. São Paulo: Premier Máxima, 2006.

REYS, Luis F.; MACEDO, Jocin N. A.; DAMALIO, Julio C. P. **Dogma central da introdução à informática**. Brasília: W. Educacional, 2011.

Link.

<https://drive.google.com/file/d/0BzyqAd6fioezeERrdXBsT3BLVmM/view?usp=sharing>

PROSDOCIMI, Dr. Francisco. **Introdução à informática**. Belo Horizonte: UFMG, 2007.

Link.

<https://drive.google.com/file/d/0BzyqAd6fioezUmo0RIYyd3J3Rm8/view?usp=sharing>

TRABALHO DE CURSO II

Ementa: Conclusão do TCC conforme as normas previstas no regulamento. Apresentação do TCC.

Bibliografia Básica:

CERVO, A. L.; BERVIAN, A. P. SILVA, R. **Metodologia científica**. 6^o ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

PÁDUA, E. M. M. **Metodologia da pesquisa: abordagem teórica prática**. 17^a ed. Campinas: Papyrus, 2011.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 23^a ed. São Paulo: Cortez, 2007.

Bibliografia Complementar:

DEMO, P. **Introdução à Metodologia da Ciência**. 3^a ed. São Paulo: Atlas, 2012.

LAKATO, E. M. MARCONI, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica**. 7^o ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARTINS, Rosilda Baron. **Metodologia científica: Como tornar mais agradável a elaboração de trabalhos acadêmicos**. 1^o ed. Curitiba: Juruá, 2009.

REA, L. M.; PARKER, R. A. **Metodologia: do planejamento a execução**. São Paulo: Pioneira, 2000.

Acesso Link.

<http://books.google.com.br/books?id=OdyvUxpmYEUC&printsec=frontcover&dq=metodologia+da+pesquisa&hl=pt-BR&sa=X&ei=QDiQT4zDNcOT0QGz4iWBQ&ved=0CEMQ6AEwAQ#v=onepage&q=metodologia%20da%20pesquisa&f=false>

SANTOS, V. dos; CANDELORO, R. J. **Trabalhos acadêmicos: uma orientação para**

a pesquisa e norma técnica. Porto Alegre: AGE, 2006.

Acesso link.

<http://books.google.com.br/books?id=REvrU90M2OUC&pg=PA70&dq=metodologia+da+pesquisa&hl=pt-BR&sa=X&ei=wzqQT6jxB6r10gHt2-mHBQ&ved=0CEQQ6AEwAjgK#v=onepage&q=metodologia%20da%20pesquisa&f=false>

PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO

Ementa: Construção do Projeto Pedagógico. Missão. Objetivos. Dimensão. Análise dos fundamentos da organização do trabalho pedagógico na Educação básica em seus diferentes níveis e modalidades de ensino. Elaboração e Organização do Projeto Pedagógico.

Bibliografia Básica:

OLIVEIRA, A. C. **Projetos pedagógicos:** práticas interdisciplinares. São Paulo: Avercamp, 2005.

CAMPBELL, Selma Inês. **Projeto político pedagógico da escola.** Campinas: Wak, 2010.

PÁDUA, Elisabete Matallo. **Metodologia da pesquisa : abordagem teórica-prática..** Campinas: Papyrus, 2004.

Bibliografia Complementar:

ACKER, M. T. V. Van . **A reflexão e a prática docente:** considerações a partir de uma pesquisa-ação. São Paulo: Catálogo USP, 2010.

LÜCK, H. **Ação integrada:** administração, supervisão e orientação educacional. Petrópolis: Vozes, 1991.

MEDEL, Cássia Rovená M. de Assis. **Projeto político pedagógico.** Campinas: Aurores Associados, 2012.

SERIE DE ESTUDOS / EDUCAÇÃO A DISTANCIA. **Construindo a Escola Cidadã Projeto político-pedagógico.** Brasília: MEC, 1997.

Acesso Link.

<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me002687.pdf>

Luiz Marine Jose do Nascimento. **Projeto político-pedagógico da Educação de Jovens e Adultos : Rede Municipal de Ensino de Salvador.** São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2012.

Acesso Link.

<http://www.portal.educacao.salvador.ba.gov.br/site/documentos/espaco-virtual/espaco-educar/ensino-fundamental/educ-jovens-adultos/documentos/projeto-politico-pedagogico-do-SEJA.pdf>

LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS - LIBRAS

Ementa: Utilização instrumental da Língua Brasileira de sinais (LIBRAS). Aspectos lingüísticos da Língua Brasileira de Sinais - fonologia, morfologia e sintaxe. Uso da língua em contextos reais de comunicação.

Bibliografia Básica:

KOJIMA, Catarina Kiguto; SEGALA, Sueli Ramalho. **LIBRAS V.1 : Língua Brasileira de sinais a imagem do pensamento**. São Paulo : Livros Escala, 2008.

QUADROS, Ronice Muller de. **Educação de Surdos: A aquisição da linguagem**. Porto Alegre: Artmed, 1997.

ALBRES, Neiva de Aquino. **Ensino de libras: Aspectos historicos**. São Paulo: Appris, 2009.

Bibliografia Complementar:

GESSER, Audrei. **Libras?: que língua e essa? Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais**. Parábola, 2009.

PEREIRA, Maria Cristina da Cunha. **Libras – conhecimento além dos sinais**. São Paulo: PEARSON, 2011.

FRIZANCO, Mary Lopes E. **Livro ilustrado de língua Brasileira de Sinais**. São Paulo: Ciranda Cultural, 2008.

Humberto Bueno Gonçalves. **METODOLOGIA DO PROFESSOR NO ENSINO DE ALUNOS SURDOS**. São Paulo: Autor, 2013.

Acesso Link.

<http://www.opet.com.br/faculdade/revista-pedagogia/pdf/n6/ARTIGO-PRISCILA.pdf>

Audrei Gesser. **Metodologia de Ensino em LIBRAS como L2**. Florianópolis: Autor, 2010.

Acesso Link.

<http://www.opet.com.br/faculdade/revista-pedagogia/pdf/n6/ARTIGO-PRISCILA.pdf>

OFICINA PEDAGÓGICA V

Ementa: Desenvolvimento de estratégias educacionais por meio de trabalhos com jogos educativos. Uso de softwares de jogos educativos. Uso de material alternativo. Adequação dos temas transversais. Uso de materiais didáticos e para-didáticos. Simulações de atividade docente.

Bibliografia Básica:

FIANI, Ronaldo. **Teoria dos jogos**. Rio de Janeiro: Campus, 2015.

SCANNELL, Mary. Grande livro de jogos de motivação de equipes. Rio de Janeiro: Editora Qualitymark, 2014.

JURADO, Juan José. **101 Jogos para motricidade limitada e espaço reduzidos**. São Paulo: Vozes, 2016.

Bibliografia Complementar:

CASTRO, Javier. **Um Mundo de Jogos**. Rio de Janeiro: TodoLivro, 2016.

ALVES, Lynn. **Jogos digitais e aprendizagem: fundamentos para uma prática baseada em evidências**. São Paulo: Papyrus, 2016.

ALVES, Paulo Vicente. **Jogos de simulação de empresas**. São Paulo: Alta Books, 2015.

TONELLI, Pedro Aladar. **Um Minicurso sobre Teoria dos Jogos**. Londrina: Autor, 2006.

Acesso Link.

<https://www.ime.usp.br/~tonelli/mae515/minislides1.pdf>

STOMAYOR, Marilda Antônia de Oliveira. **LIÇÕES DE TEORIA DOS JOGOS**. São Paulo: Autor, 2007.

Acesso Link.

<https://bugarinmauricio.files.wordpress.com/2014/03/livrolicoesjogos2013conceitosbc3a1sicos.pdf>

OPTATIVAS

TRABALHO E EDUCAÇÃO

Ementa: Conceituações de Trabalho e Educação e suas relações num (re)significar seus contextos na sociedade. As mudanças ocorridas na trajetória do trabalho, destacando a Revolução Industrial e suas implicações nos contextos sócio-

econômico-político e educacional. Taylorismo, Fordismo, Toyotismo, Teoria do Capital Humano: a ideologia de falsear a realidade organizando consciências alienadas. A organização do trabalho na prática dos profissionais, como processo de libertação/alienação. Trabalhadores e escola: uma relação a construir. Relações desta prática com as necessidades concretas da população em suas condições de vida e trabalho: crise do trabalho, relações sociais e currículo. As mudanças tecnológicas e a qualificação para o trabalho. Revendo a necessidade do trabalho como princípio educativo no desenvolvimento das competências e habilidades.

Bibliografia Básica:

ALVES, E. (Org.). **Modernização Produtiva e Relações de Trabalho**. Perspectivas de Políticas Públicas. Petrópolis: Editora Vozes, 2007.

BRUNO, L. (Org.). **Educação e Trabalho no capitalismo contemporâneo**. São Paulo, Editora Atlas, 2006.

SANTOS, B. de S. (Org.). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

Bibliografia Complementar:

ABRAMO, L. W. **A inserção da mulher no mercado de trabalho: uma força de trabalho secundária?** São Paulo: Catálogo USP, 2007.

ACKER, M. T. V. Van . **A reflexão e a prática docente: considerações a partir de uma pesquisa-ação**. São Paulo: Catálogo USP, 2010.

ALLAN, L. M. V. **Formação continuada de professores em programa de informática educativa: o diálogo possível revelado na pós-formação**. São Paulo: Catálogo USP, 2011.

BANKS, L. L. **Piaget: 100 anos**. Rio de Janeiro: Educ. Soc, 1998.

CAMARGO, J. (Org). **Flexibilidade do mercado de trabalho no Brasil**. Rio de Janeiro, FGV, 2006.

CAMPOS, A. et al. **Atlas da exclusão no mundo**. São Paulo: Cortez, 2004.

HENRIQUES, R. **Desigualdade e pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000.

OLIVEIRA, M. A. de (Org.). **Reforma do Estado e políticas de emprego no Brasil**. Campinas: UNICAMP, 2008.

POCHMANN, M. **Desenvolvimento, trabalho e solidariedade**. São Paulo: Cortez, 2013.

VANNUCHI, P.; NOVAES, R. (Org.). **Juventude e sociedade**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2014.

ADMINISTRAÇÃO DE CONFLITOS

Conceito e evolução da administração de conflitos. O processo de negociação. Competências de negociador. Perfil do negociador percepção do ambiente. Processo decisório. Métodos extrajudiciais de solução de controvérsias. As câmeras de mediação e arbitragem. Perspectivas e reflexos das relações interpessoais e comerciais.

Bibliografia Básica:

CARMONA, C. A. **Arbitragem e processo**. São Paulo: Atlas, 2004.

COLAIÁCOVO, J. L.; COLAIÁCOVO, C. A. **Negociação, Mediação e Arbitragem Teoria e Prática**. Rio de Janeiro: Forense, 2009.

MARTINELLI, D. P.; ALMEIDA, A. P. de. **Negociação e solução de conflito: do impasse ganha-ganha através do melhor estilo**. São Paulo: Atlas, 2008.

Bibliografia Complementar:

MELLO, J. C. M. F. de. **Negociação baseada em estratégia**. São Paulo: Atlas, 2003.

MORAIS, J. L. B. de. **Mediação e Arbitragem: alternativas à jurisdição**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2008.

PATTERSSON, J. G. **Como se tornar um excelente negociador**. Rio de Janeiro: Campus, 2012.

ROCHA, J. de A. **Lei de Arbitragem**. Uma avaliação Crítica. São Paulo. Editora Atlas, 2008.

VEZZULLA, J. C. **Teoria e Prática da mediação**. Curitiba: J. C., 2009.

WEISS, D. H. **Como resolver ou evitar conflitos no trabalho**. São Paulo: Nobel, 2012.

LITERATURA INFANTIL

Ementa: Fundamentos teóricos da literatura na educação infantil. Narrativa de contos, poesias, histórias e fábulas. O pensamento lúdico, gestos e movimentos como expressão de sentimentos. O uso da voz como ato criador. As várias

possibilidades de se contar histórias e multiplicidade de recursos para contar histórias. Enredo, personagens e repertórios infantis.

Bibliografia Básica:

COELHO, N. N. **A literatura infantil**. São Paulo: Moderna, 2012.

DOHME, V. **Técnicas de contar histórias**. São Paulo: Informal, 2015.

FARIA, M. A. **Como usar a literatura infantil na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 2014.

Bibliografia Complementar:

ABRAMOVICH, F. **Literatura infantil: gostosuras e bobices**. São Paulo: Scipione, 2007.

BARROS, M. **Cadê o Brincar: da educação infantil ao ensino fundamental**. São Paulo: Cultura acadêmica, 2009.

COELHO, B. **Contar histórias: uma arte sem idade**. São Paulo: Ática, 2005.

COELHO, N. N. **Panorama histórico da literatura infanto-juvenil**. São Paulo: Ática, 2012.

CUNHA, M.; ZIBERMAN, R. **Literatura infantil: teoria e prática**. São Paulo: Ática, 2014.

SILVA, B. M. S. **Dinamizando a sala de aula com a literatura infanto-juvenil**. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

HIGIENE E SAÚDE

Ementa: Refletir a relação saúde e educação. Debater as ações educativas na promoção da higiene e saúde nas unidades escolares e na comunidade. Conhecer os recursos presentes na sociedade para a promoção da saúde da criança e do adolescente. Refletir sobre as situações de risco à saúde das crianças.

Bibliografia Básica:

AUGUSTI, J. **Manual do agente de saúde**. Rio de Janeiro: Vozes, 2005.

FIOCRUZ. Fundação Oswaldo Cruz. **Doenças endêmicas: abordagens sociais, culturais e comportamentais**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2010.

FIOCRUZ. Fundação Oswaldo Cruz. **Manual de saúde para creches**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2010.

Bibliografia Complementar:

BRASIL. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para a educação infantil**. Brasília: MEC/SEF, 2001.

CARVALHO, P. S. **Bem-Vindo ao Mundo**. Rio de Janeiro: Instituto Avisa La, 2006.

PENTEADO, H. D. **Meio ambiente e formação de professores**. Coleção: questões de nossa época. São Paulo: Cortez, 2004.

SAÚDE, VIDA E ALEGRIA. **Manual para a educação**. Porto Alegre: Artes médicas, 2010.

VIGARELLO, G. **O limpo e o sujo: uma história da higiene corporal**. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

COMPORTEAMENTO ORGANIZACIONAL

Ementa: O novo ambiente das escolas. Comportamento humano nas organizações e a transformação da cultura organizacional escolar. Estratégias de renovação das escolas. Fatores de excelência. Responsabilidades Competitividade. Indivíduos, grupos, papéis e valores no trabalho. Disfunções das organizações. Conflitos. Liderança. Motivação. Aprendizagem e inovação organizacional nas escolas.

Bibliografia Básica:

MCSHANE, Steven; GLINOW, Mary Von. **Comportamento organizacional**. São Paulo: AMGH, 2014.

DENILSON, daniel. **A força da cultura/; organizacional nas empresas**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

FERREIRA, Victor Cláudio P.. **Gestão de pessoas na sociedade do conhecimento**. Rio de Janeiro: FGV, 2016.

Bibliografia Complementar:

FREITAS, M. E. **Cultura organizacional: Evolução e crítica**. São Paulo: Cengage Learning, 2008.

WAGNER III, J. A. **Comportamento organizacional**. 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

ACAMPORA, Beatriz; OLIVEIRA, João. **Jogos para gestão de pessoas: maratona para o desenvolvimento organizacional**. Rio de Janeiro: Editora WAK, 2014.

BOWDITCH, James L.. **Elementos de comportamento organizacional**. São Paulo: Pioneira, 2009.

BALLESTERO-ALVAREZ, Maria Esmeralda. **Manual de organização, sistemas e métodos**. São Paulo: Atlas, 2011.

INTRODUÇÃO AO MARKETING

Ementa: Administração de marketing: conceitos fundamentais, tipos de marketing, orientações de marketing, processo de marketing. Marketing estratégico: segmentação, definição de público alvo, posicionamento. Marketing tático: Marketing Mix, produto, preço, praça, promoção. Plano de marketing. Implementação e controle. Comunicação e Marketing na Escola. Imagem e Percepção da qualidade Educacional.

Bibliografia Básica:

KOTLER, P. **Marketing 3.0**. Rio de Janeiro: Campus, 2010.

LIMA, Miguel. **marketing**. São Paulo: FGV, 2012.

KOTLER, P. **Marketing 4.0**. São Paulo: SEXTANTE, 2017.

Bibliografia Complementar:

DAHER, Elias. **Administração de marketing: os caminhos e desafios do profissional**. Londrina: EDUEL, 2013.

KOTLER, P. **Marketing de crescimento: 8 estratégias para conquistar mercados**. Rio de Janeiro: Campus, 2013.

SOUZA, Francisco Alberto Madia de. **O grande livro do Marketing**. São Paulo: MBooks, 2014.

LACOMBE, Francisco; HEILBORN, Gilberto. **Administração princípios e tendências**. São Paulo: Saraiva, 2008.

Acesso Link.

https://drive.google.com/file/d/0B_BRPr2ArvcjNEppOUJIM01zanc/view?usp=sharing

ROSSÉS, Gustavo Fontinelli. **Introdução à administração**. Santa Maria - RS: E-TEC, 2014.

Acesso Link.

https://drive.google.com/file/d/0B_BRPr2ArvcjY0s5RnV4X3ppMGs/view?usp=sharing

GESTÃO DE PROJETOS

Ementa: Gerência de Projetos no contexto dos modelos e normas internacionais. O PMBOK - *A Guide to the Project Management Body of Knowledge*. Motivos que

levam os projetos a falhar. Indicadores internacionais e nacionais sobre o desempenho de projetos. Gerência de Escopo, Tempo, Risco, Integração, Comunicação, Custo, Recursos Humanos, Aquisição, Qualidade.

Bibliografia Básica:

BROOKS J.; FREDERICK P. **O Projeto do Projeto da Modelagem à realização**. 1º Edição. Ed. Campus. Rio de Janeiro. 2011.

MILAN, Gabriel Sperandio. **Gestão Estratégica da produção**. Caxias do Sul: Edusc, 2006.

MARQUES, André, **Laboratório de Ideias: em seleção e desenvolvimento**. Qualitymark. Rio de Janeiro. 2008.

Bibliografia Complementar:

DEMO, P. **Introdução à Metodologia da Ciência**. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2012.

GIL, ANTONIO CARLOS. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 5º Edição. Ed. Atlas. São Paulo. 2010.

ANDRADE, M.M; HENRIQUES A. **Língua Portuguesa – Noções básicas para cursos superiores**. 9ªed. São Paulo: Atlas, 2010.

BACELAR, Jorge. **A letra : comunicação e expressão**. Covilhão: GUBI, 1998.
Acesso Link.

https://drive.google.com/file/d/0B_BRPr2ArvcjQINsZ1R2dzQxSjg/view?usp=sharing

NÉLO, A. M. **Decisão de Mix de produtos**: comparando a teoria das restrições, o custeio baseado em atividades e o modelo geral com a utilização de custos discricionários. Tese de Doutorado. Escola Politécnica de São Paulo. Universidade de São Paulo, 2008.

Acesso link.

<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/3/3136/tde-30052008-155116/pt-br.php>

EMPREENDEDORISMO

Ementa: Definição, características e contexto do empreendedorismo. Paradigmas da gestão empreendedora. Escolas. A ativação empreendedora e o planejamento na geração de trabalho e renda. Trabalho formal e informal. Novos mercados e novos profissionais da área de negócios. Criatividade e sucesso em negócios. A superação dos obstáculos do dia-a-dia empresarial. O perfil e as estratégias do empreendedor. Estudo dos principais empreendedores e das ideias que revolucionaram o mercado.

Bibliografia Básica:

FARAH, Osvaldo Elias; CAVALCANTE, Marly. **Empreendedorismo estratégico: criação e gestão de pequenas empresas**. São Paulo: Cengage Learning, 2017.

MONICA, Paul R. La. **A cabeça de Rupert Murdoch: como pensa e age o homem que mudou a mídia mundial da Fox ao MySpace**. Rio de Janeiro: Agir, 2009.

PACEK, Nenad. **O futuro dos negócios nos mercados emergentes: estratégias para crescer com vigor nos países do futuro**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

Bibliografia Complementar:

ROGERS, Steven. **Finanças e Estratégias de Negócios para Empreendedores**. Rio de Janeiro: BookMan, 2011.

DORNELAS, José. **Empreendedorismo Corporativo - Como ser Empreendedor, Inovar e Diferenciar na sua Empresa**. São Paulo: LTC, 2015.

SERTEK, Paulo. **empreendedorismo**. Curitiba: IBpex, 2011.

Maria Luiza Trevizan Scherner. **EMPREENDEDORISMO E ESTRATÉGIA DE EMPRESAS DE PEQUENO PORTE 3Es2Ps**. Cuiaba: Champagnat, 2010.

Acesso Link.

<http://www.editorachampagnat.pucpr.br/ebook/ebook/978857292204.pdf>

José Dornelas. **Empreendedorismo**. Campo Grande: Autor, 2010.

Acesso Link.

http://www.josedornelas.com.br/wp-content/uploads/2009/09/manualdoprofessor_empreendedorismo.pdf

4.18. HORA-AULA

A seguir estão apresentados o aspecto legal e a ação institucional com respeito a duração da hora-aula na Gran Tietê.

4.18.1. Aspecto Legal

A Resolução do CNE/CES Nº 3, DE 2 de julho de 2007, dispõe sobre procedimentos a serem adotados quanto ao conceito de hora-aula e estabelece:

[...]

- Art. 1º A hora-aula decorre de necessidades de organização acadêmica das Instituições de Educação Superior.
- § 1º Além do que determina o *caput*, a hora-aula está referenciada às questões de natureza trabalhista.
- § 2º **A definição quantitativa em minutos do que consiste a hora-aula é uma atribuição das Instituições de Educação Superior**, desde que feita sem prejuízo ao cumprimento das respectivas cargas horárias totais dos cursos.
- Art. 2º Cabe às Instituições de Educação Superior, respeitado o **mínimo dos duzentos (200) dias letivos** de trabalho acadêmico efetivo, a definição da duração da atividade acadêmica ou do trabalho discente efetivo que compreenderá:
- I – preleções e aulas expositivas;
 - II – atividades práticas supervisionadas, tais como laboratórios, atividades em biblioteca, iniciação científica, trabalhos individuais e em grupo, práticas de ensino e outras atividades no caso das licenciaturas.
- Art. 3º A carga horária mínima dos cursos superiores é mensurada em **horas (60 minutos)**, de atividades acadêmicas e de trabalho discente efetivo.
- Art. 4º As Instituições de Educação Superior devem ajustar e efetivar os projetos pedagógicos de seus cursos aos efeitos do Parecer CNE/CES nº 261/2006 e desta Resolução, conjugado com os termos do Parecer CNE/CES nº 8/2007 e Resolução CNE/CES nº 2/2007, até o encerramento do ciclo avaliativo do SINAES, nos termos da Portaria Normativa nº 1/2007.
- Art. 5º O atendimento do disposto nesta resolução referente às normas de hora-aula e às respectivas normas de carga horária mínima, aplica-se a todas as modalidades de cursos – Bacharelados, Licenciaturas, Tecnologia e Sequenciais.
- Parágrafo único. Os cursos de graduação, bacharelados, cujas cargas horárias mínimas não estão fixadas no Parecer CNE/CES nº 8/2007 e Resolução CNE/CES nº 2/2007, devem, da mesma forma, atender ao que dispõe o Parecer CNE/CES nº 261/2006 e esta Resolução.
- Art. 6º As disposições desta Resolução devem ser seguidas pelos órgãos do MEC nas suas funções de avaliação, verificação, regulação e supervisão, no que for pertinente à matéria desta Resolução.
[...] (Resolução CNE/CES Nº 3, DE 2 de julho de 2007).

4.18.2. Ação Institucional

Segundo LDB a no seu Art. 47 “ Na educação superior, o ano letivo regular, independente do ano civil, tem, no mínimo, duzentos dias de trabalho acadêmico efetivo, excluído o tempo reservado aos exames finais, quando houver. Considerando que a legislação estabelece um mínimo 200 dias letivos (100 por

semestre) e a instituição estabelece hora-aula de 50 minutos tem-se uma diferença de 1.000 minutos ou 20 hora-aula (50 minutos).

Tabela 3. Comparativo – Hora-Aula.

Letivos dias	Hora-aula minutos	Hora-aula Total	Diferença minutos	Hora-aula diferença
100	60	6.000		
100	50	5.000	1000	20

Para clarificar, em cada disciplina tem-se que aumentar 20% das aulas para cumprir a carga horária prevista para cada disciplina.

Tabela 4. Carga Horária Efetiva Para Disciplinas De 40 E 80 Horas-Aula

	Carga Horária	Hora-aula minutos	Carga Horária Total	Diferença minutos	Hora-aula suplementares	Aulas Semestrais *
Disciplina A	40	60	2.400			
	40	50	2.000	400	8	48*
Disciplina B	80	60	4.800			
	80	50	4.000	800	16	96*

* Aulas efetivas e registradas no plano de aula e nos diários de classe de cada disciplina (com 20% de acréscimo nas aulas)

Dessa forma, a carga horária mínima do curso é mensurada em horas (60 minutos), de atividades acadêmicas e de trabalho discente efetivo. Serão 4 aulas por período (dia) (matutino, vespertino ou noturno – conforme o curso) de segunda a sexta-feira, **DEVENDO UTILIZAR OS SÁBADOS.**

Em conformidade com o regimento interno a instituição estabelece o horário das aulas distribuído da seguinte forma:

Horário das aulas para os cursos de graduação da Instituição

Horários das Aulas		Matutino	Vespertino	Noturno*
1ª Aula	Início	08h20min	14h00min	19h00min
	Término	09h10min	14h50min	19h50min
2ª Aula	Início	09h10min	14h50min	19h50min
	Término	10h00min	15h40min	20h40min

Intervalo	Início	10h00min	15h40min	20h40min
	Término	10h20min	16h00min	21h00min
3ª Aula	Início	10h20min	16h00min	21h00min
	Término	11h10min	16h50min	21h50min
4ª Aula	Início	11h10min	16h50min	21h50min
	Término	12h00min	17h40min	22h40min

*Turno previsto para o curso.

Quadro 14- Horário das aulas dos cursos da Instituição.

4.19. INFORMAÇÕES ACADÊMICAS

Informações acadêmicas em conformidade com PORTARIA NORMATIVA Nº 23, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2017, alterada pela Portaria Normativa nº 742, de 3 de agosto de 2018.

Após a autorização do curso, a instituição compromete-se a observar, no mínimo, o padrão de qualidade e as condições em que se deu a autorização, as quais serão verificadas por ocasião do reconhecimento e das renovações de reconhecimento.

Art. 99. A instituição deverá afixar, em local visível, junto à secretaria acadêmica, as condições de oferta do curso, informando especificamente:

I - o ato autorizativo expedido pelo MEC, com a data de publicação no Diário Oficial da União, observado o regime de autonomia, quando for o caso;

II - os dirigentes da instituição e coordenador de curso efetivamente em exercício;

III - a relação dos professores que integram o corpo docente do curso, com a respectiva formação, titulação e regime de trabalho;

IV - a matriz curricular de todos os períodos do curso;

V - os resultados obtidos nas últimas avaliações realizadas pelo MEC, quando houver; e

VI - o valor corrente dos encargos financeiros a serem assumidos pelos alunos, incluindo mensalidades, taxas de matrícula e respectivos reajustes e todos os ônus incidentes sobre a atividade educacional.

§ 1º A instituição manterá, em página eletrônica própria e também na secretaria acadêmica, para consulta dos alunos ou interessados, o registro oficial devidamente atualizado das informações referidas no caput, além dos seguintes elementos:

I - íntegra do PPC, com componentes curriculares,

sua duração, requisitos e critérios de avaliação;

II - conjunto de normas que regem a vida acadêmica, incluídos o estatuto ou regimento;

III - descrição da biblioteca quanto ao seu acervo de livros e periódicos, físico, virtual ou ambos, relacionada à área do curso, inclusive sobre o compartilhamento com outros cursos, política de atualização e informatização, área física disponível e formas de acesso e utilização;

IV - descrição da infraestrutura física e virtual destinada ao curso, inclusive sobre o compartilhamento com outros cursos, quais sejam: laboratórios, equipamentos instalados, infraestrutura de informática e redes de informação;

V - relação de polos de EaD, com seus respectivos atos de criação, cursos e vagas ofertados, em conformidade com as informações constantes do Cadastro e-MEC, e a descrição da capacidade de atendimento da comunidade acadêmica, da infraestrutura física, tecnológica e de pessoal, com comprovação por meio de fotos e vídeos; e

VI - relação dos ambientes profissionais, quando for o caso, com indicação dos cursos que os utilizam, explicitada a articulação com a sede e os polos EaD.

§ 2º O edital de abertura do vestibular ou processo seletivo do curso, a ser publicado no mínimo 15 (quinze) dias antes da realização da seleção, deverá conter pelo menos as seguintes informações:

I - denominação, grau e modalidade de cada curso abrangido pelo processo seletivo;

II - ato autorizativo de cada curso, informando a data de publicação no DOU, observado o regime da autonomia, quando for o caso;

III - número de vagas autorizadas, por turno de funcionamento ou por polo de EaD, de cada curso, observado o regime da autonomia, quando for o caso;

IV - número de alunos por turma;

V - local de funcionamento de cada curso constante no Cadastro e-MEC;

VI - normas de acesso; e

VII - prazo de validade do processo seletivo.

§ 3º As IES detentoras de prerrogativas de autonomia, bem como as faculdades que receberem prerrogativa para o registro de seus diplomas, determinarão o fluxo do respectivo processo de registro, dentro dos limites de sua autonomia e desde que observada a legislação vigente.

§ 4º A expedição e o registro do diploma e do histórico escolar final consideram-se incluídos nos serviços educacionais prestados pela instituição, não ensejando a cobrança de qualquer valor, ressalvada a hipótese de apresentação decorativa, com a utilização de papel ou tratamento gráfico especiais, por opção do aluno.

4.20. DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E PARA O ENSINO DE HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA E AFRICANA (RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 01 DE 17 DE JUNHO DE 2004)

A Lei 10639, o Parecer do CNE 03/2004 e a Resolução 01/2004 são instrumentos legais que orientam ampla e claramente as instituições educacionais quanto a suas atribuições. No entanto, considerando que sua adoção ainda não se universalizou nos sistemas de ensino, há o entendimento de que é necessário fortalecer e institucionalizar essas orientações.

Nesse sentido a instituição elaborou um “**Plano de Implementação da Educação das Relações Étnico-raciais e para o ensino de história e cultura Afro-brasileira e Africana**”. Este documento foi construído em consonância com a Lei 10.639 e o Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para educação das Relações Étnico-raciais e para o ensino de história e cultura Afro-brasileira e Africana que estabelece o ensino da História da África e da Cultura afro-brasileira nos sistemas de ensino.

Além disso, o conteúdo referente à Educação das Relações Étnico-raciais e para o ensino de história e cultura Afro-brasileira e Africana é abordado na disciplina de Sociologia Geral, conforme mostrado na ementa a seguir.

SOCIOLOGIA GERAL

Ementa: Sociologia geral. Estratificação social. O indivíduo e a organização. Organização formal e informal. Processo de organização do trabalho frente aos novos modelos de gestão. Mudança organizacional. **Cultura das organizações. Ideologia. Aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira. O estudo da história da África e dos africanos. A luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil. A cultura negra e indígena brasileira. O negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil.**

4.21. DIRETRIZES NACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS

Conforme consta no PARECER CNE/CP Nº:8/2012, ao considerar a Educação em Direitos Humanos, como um paradigma construído com base nas diversidades e na inclusão de todos(as) os(as) estudantes, deve perpassar, de modo transversal, currículos, relações cotidianas, gestos, “rituais pedagógicos”, modelos de gestão. Sendo assim, um dos meios de sua efetivação no ambiente educacional também poderá ocorrer por meio da (re)produção de conhecimentos voltados para a defesa e promoção dos Direitos Humanos. A Educação em Direitos Humanos envolve também valores e práticas considerados como campos de atuação que dão sentido e materialidade aos conhecimentos e informações.

Para o estabelecimento de uma cultura dos Direitos Humanos é necessário que os sujeitos os signifiquem, construam-nos como valores e atuem na sua defesa e promoção. A Educação em Direitos Humanos tem por escopo principal uma formação Ética, crítica e política. A primeira se refere à formação de atitudes orientadas por valores humanizadores, como a dignidade da pessoa, a liberdade, a igualdade, a justiça, a paz, a reciprocidade entre povos e culturas, servindo de parâmetro ético-político para a reflexão dos modos de ser e agir individual, coletivo e institucional. A formação crítica diz respeito ao exercício de juízos reflexivos sobre as relações entre os contextos sociais, culturais, econômicos e políticos, promovendo práticas institucionais coerentes com os Direitos Humanos.

Segundo o Regimento Geral da Instituição, as finalidades da IES, constantes, inclui o respeito e a difusão princípios universais dos direitos humanos:

[...]

Integrada por uma comunidade de professores, alunos e de pessoal técnico e de apoio administrativo, para a concretização de sua missão, tem por objetivos:

I - estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;

II - formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;

III - incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;

IV - promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;

V - suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos

que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;

VI - estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;

VII - promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.

No desenvolvimento de seus objetivos institucionais, em conformidade com os princípios da Entidade Mantenedora, respeitará e difundirá os princípios universais dos direitos humanos e da preservação do meio ambiente. A Gran Tietê garantiu na forma de Portaria da Direção Geral a inclusão da Educação em Direitos Humanos, de modo transversal, na construção dos Projetos Político-Pedagógicos (PPP); do Regimentos Interno; do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI); dos Projetos Pedagógicos de Curso (PPC).

Além disso, a IES optou na inserção dos conhecimentos concernentes à Educação em Direitos Humanos na organização curricular como um conteúdo específico da disciplina de Ética e Cidadania.

ÉTICA E CIDADANIA

Ementa: Ética e moral: problemática e conceituação. A liberdade e a independência. A necessidade do estudo da ética. O direito e o dever. Responsabilidade ética e consciência ética. Ética no Brasil. Responsabilidade Social. **Direitos Humanos. Princípios: I - dignidade humana; II - igualdade de direitos; III - reconhecimento e valorização das diferenças e das diversidades; IV - laicidade do Estado; V - democracia na educação; VI - transversalidade, vivência e globalidade; e VII - sustentabilidade socioambiental.**

4.22. POLÍTICA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

A Educação Ambiental (E. A.) é um ramo da educação cujo objetivo é a disseminação do conhecimento sobre o ambiente, a fim de ajudar à sua preservação e utilização sustentável dos seus recursos. É um processo permanente, no qual os indivíduos e a comunidade tomam consciência do seu meio ambiente e adquirem conhecimentos, habilidades, experiências, valores e a determinação que os tornam capazes de agir, individual ou coletivamente, na busca de soluções para os problemas ambientais, presentes e futuros, conforme a UNESCO.

Não há dúvidas de que o ser humano vem sistematicamente, ao longo dos séculos, consumindo os recursos naturais do planeta sem se preocupar com as

futuras gerações. Entretanto, nos últimos 50 anos, com a explosão demográfica que assolou o planeta, o consumo dos recursos naturais disponíveis na natureza vem crescendo de forma avassaladora e o seu impacto no meio ambiente, é cada vez mais evidente e contumaz. A dicotomia entre consumo e sustentabilidade é, sem dúvida, um dos principais desafios do século XXI. Trazer ao consumismo um nível de racionalidade que o torne sustentável e capaz de frear o seu déficit ecológico e que vem causando, sorrateiramente, a escassez dos recursos naturais, é sem dúvida, tarefa árdua imposta a cada operador de Educação Ambiental.

4.22.1. Princípios da Educação Ambiental

Entende-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.

A educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal.

A instituição estabelece como princípios básicos da sua proposta de educação ambiental:

- I - o enfoque humanista, holístico, democrático e participativo;
- II - a concepção do meio ambiente em sua totalidade, considerando a interdependência entre o meio natural, o sócio-econômico e o cultural, sob o enfoque da sustentabilidade;
- III - o pluralismo de ideias e concepções pedagógicas, na perspectiva da inter, multi e transdisciplinaridade;
- IV - a vinculação entre a ética, a educação, o trabalho e as práticas sociais;
- V - a garantia de continuidade e permanência do processo educativo;
- VI - a permanente avaliação crítica do processo educativo;
- VII - a abordagem articulada das questões ambientais locais, regionais, nacionais e globais;
- VIII - o reconhecimento e o respeito à pluralidade e à diversidade individual e cultural.

4.22.2. Objetivos da educação ambiental

São objetivos fundamentais da educação ambiental:

- I - o desenvolvimento de uma compreensão integrada do meio ambiente em suas múltiplas e complexas relações, envolvendo aspectos ecológicos, psicológicos, legais, políticos, sociais, econômicos, científicos, culturais e éticos;
- II - a garantia de democratização das informações ambientais;
- III - o estímulo e o fortalecimento de uma consciência crítica sobre a problemática ambiental e social;
- IV - o incentivo à participação individual e coletiva, permanente e responsável, na preservação do equilíbrio do meio ambiente, entendendo-se a defesa da qualidade ambiental como um valor inseparável do exercício da cidadania;
- V - o estímulo à cooperação entre as diversas regiões do País, em níveis micro e macrorregionais, com vistas à construção de uma sociedade ambientalmente equilibrada, fundada nos princípios da liberdade, igualdade, solidariedade, democracia, justiça social, responsabilidade e sustentabilidade;
- VI - o fomento e o fortalecimento da integração com a ciência e a tecnologia;
- VII - o fortalecimento da cidadania, autodeterminação dos povos e solidariedade como fundamentos para o futuro da humanidade.

4.22.3. Ações previstas para implantação na IES da educação ambiental

As ações previstas pelas IES devem seguir os seguintes propósitos:

- a) A educação ambiental será desenvolvida como uma prática educativa integrada, contínua e permanente em todos os níveis e modalidades do ensino formal.
- b) A dimensão ambiental deve constar dos currículos de formação de professores, em todos os níveis e em todas as disciplinas.
- c) Os professores em atividade devem receber formação complementar em suas áreas de atuação, com o propósito de atender adequadamente ao cumprimento dos princípios e objetivos da Política Nacional de Educação Ambiental.
- d) A integração da educação ambiental às disciplinas deve se realizar de modo transversal, contínuo e permanente.

e) A adequação dos programas já vigentes de formação continuada de educadores.

Para garantir a completa integração da educação ambiental às disciplinas do curso de modo transversal, contínuo e permanente a instituição construiu sua **“Política de Educação Ambiental”**.

Além das ações previstas pela IES na “Política de Educação Ambiental”, o conteúdo referente à Educação Ambiental é abordado na disciplina de Educação Ambiental, conforme mostrado na ementa a seguir.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Ementa: Histórico e evolução dos conceitos. Objetivos, princípios e estratégias para a educação ambiental formal e não formal. Sustentabilidade. A abordagem sócio-ambiental. Incorporação da dimensão ambiental nos currículos de ensino fundamental e médio. PCNs. Globalização, Meio ambiente e sustentabilidade. Considerações sobre legislação ambiental. Epistemologia Ambiental: Interdisciplinaridade e Transdisciplinaridade. Educação Ambiental. Meio ambiente em suas múltiplas e complexas relações, envolvendo aspectos ecológicos, psicológicos, legais, políticos, sociais, econômicos, científicos, culturais e éticos. Problemática ambiental e social. **Educação Ambiental. Projetos de Educação Ambiental.**

4.23. PROTEÇÃO DOS DIREITOS DA PESSOA COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA

Para o atendimento aos aspectos pertinentes, relacionados com a Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, conforme disposto na Lei N° 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que instituiu a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e que alterou o § 3o do art. 98 da Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990, a IES, por meio de PORTARIA da Direção Geral, estabeleceu as políticas institucionais referentes ao assunto.

No curso, a questão da Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista é tratada na disciplina Sociologia da Educação, cuja ementa é mostrada a seguir.

SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO

Ementa: Sociologia, sociedade e educação. Socialização, família e cultura. Tendências teóricas do pensamento sociológico e a sua influência na educação brasileira. Desigualdade e exclusão social e sua interferência na desigualdade e exclusão educacional. Estudo sociológico da política educacional brasileira. Análise sociológica do currículo e da escola. Sociologia dos pequenos grupos. Conhecimento e Sociedade. **Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.**

4.24. ATIVIDADES COMPLEMENTARES (TEÓRICO-PRÁTICAS)

Na Gran Tietê, o Curso de Pedagogia recebe atenção especial na realização de atividades complementares. Embora a existência curricular destas atividades seja um saudável estímulo para que o aluno complemente sua formação profissional em outros locais, que não o espaço estritamente acadêmico, a GRAN TIETÊ oferece oportunidades múltiplas para que o aluno integralize sua carga de atividades complementares na própria Faculdade, promovendo eventos, programas e projetos que estabelecem pontes entre Academia, Círculo Profissional e Comunidade, democratizando e enriquecendo de experiências a vida acadêmica do estudante. Contudo, tais atividades complementares devem ter **aderência à formação geral e específica do discente.**

A compreensão de que as atividades complementares traçam um espaço conceitual bastante amplo, mas que está limitado pela sua qualidade e relevância para a formação profissional do aluno permite ainda que a Coordenação de Atividades Complementares estabeleça regras e limites para seu aproveitamento, expressas em Regulamento específico. As Atividades Complementares são componentes curriculares que possibilitam o reconhecimento, por avaliação, de habilidades, conhecimentos e competências do aluno, inclusive adquiridas fora do ambiente escolar, incluindo a prática de estudos e atividades independentes, transversais, opcionais, de interdisciplinaridade, especialmente nas relações com o mundo do trabalho e com as ações de extensão junto à comunidade.

As Atividades Complementares se constituem componentes curriculares enriquecedores e implementadores do próprio perfil do formando, sem que se confundam com estágio curricular supervisionado. As Atividades Complementares visam articular a relação teoria-prática e promover a interdisciplinaridade e a

transversalidade. Para concretizar sua finalidade o Conselho de Curso juntamente com o Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE) regulamentaram as Atividades Complementares, determinando formas de controle das atividades que deverão possuir como norte: monitoria, visitas monitoradas, iniciação científica, projetos e cursos de extensão, publicação de produção científica, participação em seminários, congressos, simpósios, entre outras atividades definidas no plano acadêmico do curso e de acordo com as Diretrizes Curriculares.

4.24.1. Regulamento das Atividades Complementares (teórico-práticas)

Na sequência está apresentado o Regulamento das Atividades Complementares.

[...]

I - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art.1º O presente regulamento integra os Projetos Pedagógicos dos Cursos de Graduação da Gran Tietê, na condição de anexo, e têm por finalidade normalizar as Atividades Complementares que o compõem, sendo o seu integral cumprimento indispensável para a colação de grau.

Art. 2º As Atividades Complementares dos Cursos de Graduação da Gran Tietê envolvem atividades de ensino, pesquisa e extensão e têm como objetivos:

- Buscar a interdisciplinaridade e transdisciplinaridade pela efetiva integração entre os conteúdos de ensino que compõem os currículos dos cursos;
- Integrar teoria/prática, por meio de vivência e/ou observação de situações reais;
- Propiciar a contemporaneidade do currículo, ensejando o desenvolvimento de temas emergentes da área, decorrentes das transformações da sociedade e de seus avanços;
- Articular o trinômio: ensino, pesquisa e extensão;
- Promover a contextualização do currículo a partir do desenvolvimento de temas regionais e locais, julgados significativos para a formação profissional pretendida;

–Adequar o currículo aos interesses individuais dos alunos e ampliar a dimensão do Currículo Pleno pela pluralidade e diversificação das atividades que podem ser vivenciadas pelo aluno;

–Possibilitar aos alunos exercitarem o seu livre arbítrio e a sua cidadania, atuando como sujeitos ativos, agentes do seu próprio processo histórico, capazes de selecionar os conhecimentos mais relevantes para os seus processos de desenvolvimento.

II – DA COMPOSIÇÃO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Art. 3º Compõem o currículo pleno dos cursos de graduação da GRAN TIETÊ, em um máximo de dez por cento da carga horária curricular.

Art. 4º A carga horária mínima destinada as Atividades Complementares a ser desenvolvida ao longo do Curso será indicada no Projeto Pedagógico de cada Curso, não podendo ser preenchida com menos de três tipos de atividades, sendo que o seu cumprimento integral deverá ocorrer até o último período do curso, em qualquer época e constitui condição indispensável para a colação de grau.

§ 1º As Atividades Complementares poderão ser realizadas na própria Instituição ou fora dela, podendo ser à distância ou presencial.

§ 2º Nenhuma atividade poderá ultrapassar quarenta por cento (40%) do total da carga horária de Atividades Complementares.

§ 3º No anexo deste regulamento encontra-se a tabela com a distribuição da carga horária por tipo de atividade.

Art. 5º Todas as Atividades Complementares deverão ser aprovadas pelos Conselhos dos respectivos Cursos.

Art. 6º São consideradas atividades que podem integrar as Atividades Complementares:

–Monitorias em disciplinas que compõem o currículo pleno do curso;
–Estágios extracurriculares desenvolvidos com base em convênios firmados pela Faculdade;

–Participação em projetos de pesquisas e/ou de iniciação científica orientados por docente da Faculdade;

–Atividades de extensão;

–Participação em cursos de línguas estrangeiras, informática, etc.;

–Disciplinas cursadas em outros Cursos de graduação ou pós-graduação;

–Disciplinas pertencentes a cursos superiores de outras instituições de ensino superior, independentemente de área, desde que cursadas regularmente pelo aluno, conforme comprovação oficial da respectiva Instituição;

–Eventos diversos (participação em jornadas, simpósios, congressos, seminários, encontros, conferências, fóruns, debates, cujos temas sejam relacionados ao curso, realizados nas Faculdades ou fora dela);

–Eventos culturais e sociais;

–Representação e administração em entidades estudantis, atividades de representação e participação em Conselhos;

–Trabalhos comunitários e voluntários;

–Publicação de artigos coordenados por docente da Faculdade;

–Visitas técnicas ou viagem de estudo que não componham o programa de Estágio Supervisionado ou de disciplinas do Curso;

–Participação em empresas juniores, agência, escritórios, laboratórios, etc., desde que não componham o programa de Estágio Supervisionado ou de disciplinas do Curso;

–Participação em grupo de estudos;

–Monografia, desde que não seja componente curricular do Projeto Pedagógico;

III – DA ATRIBUIÇÃO DO PROFESSOR ORIENTADOR

Art. 7º Cada Curso terá um professor com carga horária semanal definida de acordo com o número de turmas a serem atendidas para atuar como professor orientador de Atividades Complementares.

Art. 8º Funções do professor orientador de Atividades Complementares:

- Identificar e divulgar eventos da área do Curso em conformidade com o Art. 6º deste regulamento;
- Organizar, quando for o caso, a participação de alunos em eventos;
- Analisar documentos apresentados pelos alunos para comprovar a realização de cada Atividade Complementar e, se considerar suficiente, rubricar indicando a validade do documento para o cômputo geral;
- Orientar, acompanhar e controlar por aluno o desenvolvimento das Atividades Complementares;
- Intervir junto a alunos que se encontram em atraso no desenvolvimento de Atividades Complementares;
- Elaborar a programação de Atividades Complementares a serem ofertadas pelo curso no semestre seguinte;
- Elaborar relatório das Atividades Complementares realizadas pelo curso ao final de cada semestre letivo.

IV – DOS REGISTROS

Art. 9º Todas as atividades objeto deste Regulamento serão comprovadas pelo próprio aluno, ao professor orientador de Atividades Complementares por meio de formulário próprio, relatórios e comprovação documental própria.

Art. 10. À vista da documentação comprobatória própria, compete a cada Coordenação de Curso, supervisionada pelo Coordenador de Atividades Complementares, caso houver, ou por meio do professor orientador de Atividades Complementares, encaminhar no final do semestre à Secretaria da Faculdade, o relatório final indicando a situação de cada aluno e especificando a carga horária total para os devidos registros.

§ 1º A Secretaria procede ao registro no histórico escolar do aluno indicando o número de horas já desenvolvidas e se está concluída ou em curso.

§ 2º A carga horária total cumprida pelo aluno em Atividades Complementares, será quantificada em campo próprio de seu histórico escolar.

§ 3º Só serão computadas as atividades realizadas durante o período em que o aluno estiver matriculado no curso e frequentando regularmente. Excetua-se da condição de frequência somente os casos de Exercício Domiciliar.

§ 4º O registro do rendimento acadêmico em Atividades Complementares se fará por meio da indicação de carga horária, não sendo passível de nota numérica.

V - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 11. Compete ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão dirimir dúvidas referentes à interpretação deste Regulamento, bem como suprir as lacunas constatadas durante a sua aplicação, pela expedição das normas complementares necessárias.

§ 1º O presente Regulamento só pode ser alterado pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da GRAN TIETÉ.

§ 2º Os casos omissos neste Regulamento serão resolvidos pela Diretoria Acadêmica da Faculdade, ouvido o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão.

Art. 12. Este Regulamento entra em vigor após o parecer do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão e aprovação da Diretoria Geral.

4.24.2. Mecanismos efetivos de acompanhamento e cumprimento das atividades

O Curso de Pedagogia dispõe de coordenação para atividades

complementares, que compreende seu planejamento, execução e acompanhamento, dispendo de estrutura administrativa própria. Os mecanismos de acompanhamento disponíveis são o regulamento específico, com previsão e equivalência em horas das atividades, a abertura de procedimentos administrativos para aproveitamento de atividades realizadas fora da IES, para integralização de carga-horária obrigatória em atividades complementares. Dispõe também de supervisão, por parte da coordenação de atividades complementares, da frequência e condições de participação nas atividades promovidas pela IES (relatórios), com determinação de carga-horária e sua comunicação oficial para o controle acadêmico.

4.24.3. Oferta regular de atividades pela IES

A carga horária das atividades complementares (teórico-práticas) a ser integralizada no curso de Pedagogia é de **200h**, correspondentes a **5,61%** do currículo. É um componente curricular obrigatório e obedece ao Regulamento das Atividades Complementares da GRAN TIETÊ.

O incentivo à realização de atividades fora da própria IES consiste basicamente de previsão específica em regulamento para aproveitamento integral ou parcial de carga horária pelo exercício de variadas modalidades de atividades, nos níveis de ensino, pesquisa e extensão. Além dessa diretriz fundamental, busca-se, ainda, informalmente ou mediante convênio, incentivar a realização de atividades fora da IES, seja mediante benefício financeiro para tanto, ou mesmo, reconhecendo e divulgando eventos, projetos e programas no espaço acadêmico.

4.25. ESTÁGIO SUPERVISIONADO

A aprendizagem baseada na prática é priorizada no projeto de Pedagogia da Gran Tietê, reservando-se períodos para desenvolvimento dos estágios básicos e profissionalizantes supervisionados, distribuídos ao longo de seis semestres letivos. A inserção precoce dos estudantes na realidade é fator decisivo para que o olhar de cada estudante se detenha no exame do contexto que o circunda.

Assim, são apresentadas múltiplas oportunidades de interação na, com e para

a comunidade, centrando a atenção de cada estudante para uma área de abrangência dos serviços ao longo dos anos de graduação, permitindo a criação de um vínculo que legitima a atuação do acadêmico em um local de referência. Na concepção do curso, a matriz curricular refere-se ao conjunto de disciplinas obrigatórias e optativas e o estágio a um conjunto de atividades supervisionadas, de cunho profissionalizante, que legalmente o aluno deve cumprir para completar seu currículo acadêmico.

O estágio, como necessária qualificação para o discente, deve propiciar a complementação do ensino e da aprendizagem, a ser planejado, executado, acompanhado e avaliado em conformidade com o currículo, constituindo-se em instrumento de integração e de aperfeiçoamento humano e técnico-científico do aluno.

4.25.1. Carga Horária de Estágio

A carga horária do Estágio a ser integralizada no curso de Pedagogia é de **400 horas**, correspondentes a **11,24% do currículo**. É um componente curricular obrigatório e obedece ao Regulamento de Estágio da Gran Tietê e as normas fixadas pelo Colegiado do Curso de Pedagogia juntamente com o Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE).

As atividades de estágio são obrigatórias e preponderantemente práticas e devem proporcionar ao aluno a participação em situações reais de vida e trabalho, nas profissões da área dos cursos que integram, além das práticas simuladas. Para isso a IES possui convênios que proporcionam integração entre ensino e mundo do trabalho.

Os estágios curriculares supervisionados de ensino se desenvolverão da seguinte forma:

- Estágio supervisionado I - 100 horas – 5º Termo
- Estágio supervisionado II – 100 horas – 6º Termo
- Estágio supervisionado III – 100 horas – 7º Termo
- Estágio supervisionado IV – 100 horas – 8º Termo

Os Estágios são, necessariamente, supervisionados por professores do curso e técnicos das instituições conveniadas. O aluno do curso conta com o apoio do

Núcleo de supervisão de Estágios, que tem por finalidade, orientá-lo em suas necessidades de estágios, bem como manter uma ligação entre aluno e a organização. Outra finalidade do setor do Núcleo de Supervisão de Estágios é a de fornecer informações e documentos necessários, tanto para as empresas e organizações como para os alunos, visando à celebração de estágios entre ambos.

As atividades de estágio serão documentadas por meio de relatórios de atividades (parciais e finais) que identificarão a natureza e as características da unidade concedente de estágio, a estrutura organizacional, as rotinas de trabalho e, de maneira mais específica, as atividades desenvolvidas pelo estagiário. Os relatórios de atividades, bem como a ficha de frequência serão apresentados ao professor orientador, obedecendo aos critérios, datas e metodologia de expressão escrita previamente estabelecidas para que seja desenvolvida a orientação e avaliação. Além da atuação do professor orientador, o aluno tem ainda o acompanhamento do supervisor de campo (profissional da área de abrangência do curso ou em áreas correlatas).

4.25.2. Sistema de acompanhamento e avaliação de Estágio

O acompanhamento do estágio em toda sua abrangência será realizado diretamente pelas seguintes instâncias: Supervisor Local, quando houver, e o professor-orientador de estágio por domínio de atuação. Em todo local de estágio deverá existir o registro da frequência do estagiário, esta informação deverá também estar disponível para acompanhamento do professor-orientador de estágio.

4.25.3. Sistema de Avaliação do Estágio

A avaliação é feita pelo professor-orientador de estágio, pelo Coordenador Técnico e, no caso de estágio realizado em outra instituição além da Faculdade, a avaliação é feita em conjunto com o Supervisor Local. Os critérios de avaliação são: interesse, participação e desempenho do aluno no estágio, assiduidade e trocas de conhecimento na supervisão semanal, organização no preenchimento de prontuários e apresentação de relatórios.

O estagiário será acompanhado permanentemente e avaliado formalmente ao

final de cada bimestre do período. Durante a realização do estágio o aluno deverá organizar o Diário de Campo registrando todas as suas atividades, seu desempenho e dificuldades encontradas. O Diário de Campo é um instrumento de avaliação do estágio a ser apresentado formalmente, ao final de cada bimestre, aos avaliadores. Os professores-orientadores e Supervisor Local receberão do Coordenador de cada área de estágio o formulário para realização da avaliação do estagiário ao final de cada bimestre.

O estagiário receberá o formulário para realizar a auto avaliação ao final dos bimestres do período acadêmico. A nota obtida pelo estagiário em cada bimestre corresponde à média obtida entre três instâncias, de acordo com critérios a serem estabelecidos. O estagiário que for afastado do local de estágio, por iniciativa da instituição e encaminhado à instituição formadora, estará automaticamente reprovado no período em curso, devendo cumprir novamente o estágio em outro semestre.

4.25.4. Relatórios de Atividades de Estágio

As atividades de estágio serão documentadas por meio de relatórios de atividades (parciais e finais) que identificarão a natureza e as características da unidade concedente de estágio, a estrutura organizacional, as rotinas de trabalho e de maneira mais específica as atividades desenvolvidas pelo estagiário. Os relatórios de atividades, bem como a ficha de frequência, serão apresentados ao professor-orientador mensalmente, obedecendo aos critérios, datas, metodologia de expressão escrita estipulada, objetivando a orientação e avaliação.

4.25.5. Participação em atividades reais conveniadas

O Estágio Supervisionado será formalizado a partir da realização de convênios, entre a unidade concedente de estágio e a Faculdade, observando os dispositivos legais que definem a prática de estágio. Para tanto, serão mantidos contatos com as organizações da região. O aluno, ao definir o campo de estágio, firmará um termo de compromisso com a unidade concedente que estipulará entre outros itens, prazos, carga horária, sistema de bolsas e atividades a serem

desenvolvidas.

4.25.6. Regulamento do Estágio Supervisionado

[...]

DAS DISPOSIÇÕES LEGAIS

Art. 1º O Estágio Curricular Supervisionado (ECS) do curso de Licenciatura em Pedagogia da GRAN TIETÊ, componente curricular obrigatório, é disciplinado pela seguinte legislação: Decreto n. 87.497/1982, LDBEN n. 9394/1996, Pareceres CNE/CP 9/2001, 28/2001, 5/2005, Resoluções CNE/CP n. 27/2001, 1/2002, 2/2002, 1/2006 e Lei n. 11.788/2008, RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 02/2015, é parte integrante do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) em consonância com o Regimento Interno e o Projeto de Estágio, devidamente aprovados em Colegiado de Curso.

Art. 2º O Estágio Supervisionado é uma atividade acadêmica que objetiva associar os conceitos teóricos à vivência profissional e reforçar os conhecimentos construídos ao longo dos períodos letivos.

Parágrafo único. O Estágio Supervisionado é uma atividade exercida em situações reais de trabalho, de caráter obrigatório, para a conclusão do Curso de Pedagogia, realizadas ao longo do curso e no turno oposto ao de aulas, conforme explicitado no PPC e inclui atividades destinadas ao planejamento, orientação e avaliação.

Capítulo II

DA APRESENTAÇÃO

Art. 3º O presente regulamento disciplina o processo de planejamento, organização, execução, acompanhamento e avaliação do Estágio Curricular Supervisionado (ECS) do curso de Pedagogia da GRAN TIETÊ em todas as suas fases de desenvolvimento.

§ 1º. O ECS é responsabilidade da GRAN TIETÊ, a qual planeja, organiza, acompanha e avalia todo o processo e os produtos através da Comissão de Estágio Supervisionado (CES), formada por um coordenador (designado pelo conselho acadêmico) e professores orientadores, ouvido o Diretor da Faculdade.

§ 2º. O ECS pressupõe atividades pedagógicas efetivadas em um ambiente institucional de trabalho, reconhecido por um sistema de ensino, que se concretiza na relação interinstitucional com a mediação de um professor orientador.

Capítulo III

DOS OBJETIVOS

Art. 4º É objetivo geral do ECS proporcionar ao estagiário (a) a vivência de situações educativas (observação, planejamento, participação, pesquisa, intervenção) nas quais, com base no conhecimento teórico das diferentes disciplinas do curso, possa buscar a interação teoria-prática, possibilitando uma reflexão teórico-metodológica, ético-política e histórico-cultural, a partir da investigação das práxis pedagógicas em distintos ambientes educacionais.

Parágrafo único. Objetiva-se também com a inserção curricular das atividades de Estágio:

I - Proporcionar ao estagiário uma reflexão contextualizada, conferindo-lhe condições para que se forme como autor de sua prática;

II - Preparar o estagiário para enfrentar os desafios das rápidas transformações da sociedade, do mercado de trabalho e das próprias condições de exercício profissional;

III - propiciar meios de atender à individualidade e à subjetividade do estagiário, uma vez que ele poderá optar por diferentes atividades e estudos independentes;

IV - Fornecer ao estagiário, adequada orientação acadêmica, para que possa utilizar-se das oportunidades que lhe são oferecidas com o maior proveito possível para sua formação;

V - Criar oportunidade de reconhecimento de habilidades, competências e conhecimentos adquiridos fora das atividades e disciplinas estabelecidas no currículo do curso;

VI - Valorizar a interdisciplinaridade e a transversalidade;

VII - fortalecer a articulação entre teoria e prática na consecução curricular;

VIII - promover estímulo à autonomia do acadêmico.

Capítulo IV

DAS EXIGÊNCIAS ACADÊMICAS E DOS PROCEDIMENTOS

Art. 5º São considerados estagiários alunos devidamente matriculados no curso de Pedagogia e nas disciplinas de Estágio Supervisionado I, II, III e IV.

Parágrafo único. É imprescindível, na execução dos Estágios Supervisionados, que o estudante preze por detalhes que valorizem a si mesmo bem como a representação que fazem da instituição onde estudam. Além disso, que também demonstrem respeito pela instituição na qual realizam seu estágio bem como pelas pessoas deste lugar. Assim, o estagiário deve ser zeloso quanto ao seu linguajar, evitando palavras e expressões que ofendam, comentários que desmereçam, usando apenas palavras e comentários que valorizem o ambiente e as pessoas que o acolhem para a prática do estágio. Também, significa trajar-se adequadamente usando vestimentas que denotem respeito a si próprio, à instituição que representam, bem como ao local de estágio e às pessoas nele envolvidas (estudantes, professores, corpo administrativo, pais, outros)

Art. 6º Durante o Estágio Supervisionado o acadêmico deve, obrigatoriamente, realizar tarefas compatíveis com a sua formação acadêmica, conforme perfil profissional gráfico e as ações determinadas pelo Curso de Pedagogia, e pelo Coordenador de Estágio, tendo como base as Diretrizes Curriculares Nacionais de Pedagogia, e demais legislações vigentes.

Capítulo V

DA ESTRUTURA DO ESTÁGIO

Art. 7º O ECS de Pedagogia acontece em três etapas consecutivas a partir 5º semestre do curso perfazendo uma carga horária de 400 horas, assim distribuídas:

I - Etapa 1 – Estágio Supervisionado I - 5º semestre: 100 horas na Docência da Educação Infantil;

II - Etapa 2 - Estágio Supervisionado II - 6º semestre: 100 horas na Docência dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental;

III – Etapa 3 - Estágio Supervisionado III – 7º semestre: 100 horas na Docência da Educação de Jovens e Adultos e Educação Especial;

IV - Etapa 4 - Estágio Supervisionado IV - 8º semestre: 100 horas na Gestão da Educação Básica ou Sistemas e Gestão das Organizações não Governamentais.

Art. 8º O estagiário em efetivo exercício regular da atividade docente da educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental, poderá ter a carga horária de estágio reduzida em até 50% das horas previstas por etapa, conforme sua área de atuação, mediante solicitação ao Colegiado de Curso, apresentando documentos comprobatórios que definem a sua situação.

Capítulo VI

DOS CAMPOS DE ESTÁGIO

Art. 9º. Constituirão campo/núcleo de Estágio, ambientes educativos (públicos e/ou privados), tais como unidades escolares, sistemas, organizações de ensino e outros que se caracterizem como tal vinculadas e/ou conveniadas com a GRAN TIETÉ, que firmem termo de cooperação para esta finalidade.

§ 1º. O estágio acontecerá, prioritariamente, no sistema público de ensino e, preferencialmente, em instituição distinta do local de trabalho do estagiário.

§ 2º. O número de estagiários por campo será definido considerando as condições de trabalho existentes nos mesmos.

Art. 10. Os campos/núcleos de estágio deverão apresentar como características básicas:

I - Assinar o termo de cooperação técnica de estágio;

II - Assumir as propostas de trabalho dos estagiários do Curso de Pedagogia como ações integradas à sua estrutura e dinâmica de funcionamento;

III - observar as normas contidas no Projeto de estágio supervisionado;

IV - Possuir infraestrutura didático-pedagógica, física, administrativa e de pessoal adequadas ao desenvolvimento das atividades de campo.

Capítulo VII

DA COMISSÃO DO ESTÁGIO

Art. 11. A comissão do estágio supervisionado é constituída pelos seguintes membros:

I. coordenador de estágio;

II. professores orientadores.

Capítulo VIII

DA COORDENAÇÃO DO ESTÁGIO

Art. 12. Denomina-se Coordenador de Estágios o profissional pedagogo responsável por organizar os estágios e acompanhar o bom andamento dos mesmos, conforme projeto pedagógico do curso.

Art. 13. Compete ao Coordenador de estágio:

I - Acompanhar, sistematicamente docentes que se encontram na condição de orientadores;

II - Estabelecer contato com a direção dos campos designados para realização do estágio, com vistas à integração estagiário/equipe da instituição;

III - cadastrar os estabelecimentos de ensino que se propuserem a colaborar para a realização do estágio;

IV - Definir os núcleos e campos de estágio;

V - Coordenar as atividades de estágio, visando a otimização de seu desenvolvimento;

VI - Decidir com a coordenação geral do curso e com os professores-orientadores medidas a serem tomadas referentes a problemas surgidos durante a realização do estágio;

VII - desenvolver mecanismos operacionais que facilitem a condução dos estágios com segurança, seriedade, ética e aproveitamento;

VIII - elaborar relatório de atividades finais;

IX - Manter vigilância com relação aos aspectos legais dos convênios/termos de cooperação técnica de estágio;

X - Organizar reuniões de caráter técnico-pedagógico com os professores-orientadores a fim de discutir normas e diretrizes para o desenvolvimento das atividades do mesmo;

XI - participar do programa de avaliação institucional, coordenando as atividades de avaliação da área de estágios, visando aprimorar sua dinâmica em função dos objetivos propostos;

XII - reunir-se periodicamente com os professores-orientadores para avaliação e replanejamento das atividades;

XIII - socializar entre os estudantes critérios para a dinâmica de procura, seleção de campos de estágio, tendo em vista a incidência de estagiários em cada cidade que se constituirá polo.

Parágrafo único. Eventualmente, o coordenador de Curso poderá assumir a função de Coordenador de Estágio.

Capítulo IX

DAS ATRIBUIÇÕES DO ESTAGIÁRIO

Art. 14. Compete ao estagiário:

I - Acatar as determinações contidas neste regulamento, no Projeto de estágio e demais orientações da Coordenação de Estágio;

II - Comparecer à instituição indicada pela coordenação de estágio onde desenvolverá as atividades educativas nos dias e horários previamente fixados;

III - cumprir integralmente as horas de atividades previstas no projeto pedagógico de curso;

IV - Discutir com a coordenação de estágio as dificuldades surgidas durante a realização do mesmo;

V - Elaborar e apresentar todos os requisitos solicitados no prazo acordado;

VI - Estar regularmente matriculado no curso e no período onde o estágio aparece como disciplina/atividade curricular;

VII - fazer permanente auto avaliação do trabalho desenvolvido, tendo em vista o constante aprimoramento das atividades de Estágio;

VIII - não divulgar, para terceiros, dados observados ou informações fornecidas pela Instituição de estágio;

IX - Observar as normas e regulamentos da instituição em que estagiará, prezando pela ética e discricção profissionais;

X - Preparar e realizar as atividades de estágio previamente definidas.

Capítulo X

DAS ATRIBUIÇÕES DO PROFESSOR

Art. 15. Compete ao (s) Professor (es) orientador (es) de Estágio:

I - Acompanhar a frequência do estagiário nas atividades de campo, através do instrumento de acompanhamento e frequência (IAF);

II - Assistir à atuação do estagiário no ambiente de estágio para orientação e avaliação do seu desempenho, respeitadas as limitações e possibilidades de cada realidade;

III - comunicar, de imediato, à coordenação as deficiências apresentadas pelo estagiário no decorrer de seu desempenho;

IV - Contribuir com o estagiário no aprofundamento dos conhecimentos sistematizados no decorrer de sua formação, a partir da realidade encontrada e das experiências vivenciadas;

V - Definir, juntamente com o estagiário e os profissionais da instituição, as atividades a serem desenvolvidas;

VI - Elaborar relatório final das atividades;

VII - entregar ao estagiário a carta de apresentação e oficialização de estágio;

VIII - esclarecer ao estagiário o processo de estágio estabelecendo linhas gerais;

IX - Participar, juntamente com o coordenador, de reuniões técnico-pedagógicas;

X - Planejar, acompanhar e avaliar o desempenho do estagiário durante as atividades de estágio;

XI - proceder à avaliação sistemática do estagiário sob sua orientação, com a colaboração dos profissionais e do próprio aluno, tendo como base critérios, procedimentos e instrumentos previamente definidos;

XII - receber, nas datas previstas, os registros finais de estágio, encarregando-se de sua análise, correção e avaliação final;

XIII - registrar e comunicar ao coordenador e estagiário o resultado da avaliação final do trabalho de cada um.

Art. 16. O Coordenador de Estágio e os Professores Orientadores deverão ter formação específica na área de atuação do curso.

Capítulo XI

DO PROCESSO DE AVALIAÇÃO

Art. 17. De acordo com a proposta pedagógica da GRAN TIETÊ, a avaliação deverá:

I - Abracar toda a dinâmica do estágio, compreendendo procedimentos e critérios peculiares às especificidades de cada curso e seus conteúdos curriculares;

II - Acompanhar todo o processo, de forma diagnóstica e formativa, fornecendo subsídios para melhoria da atuação do estagiário;

III - constituir processo diagnóstico, reflexivo e de leitura crítica das atividades desenvolvidas e dos progressos alcançados pelo estagiário, em habilidades, competências e atitudes;

IV - Fornece indicadores para a melhoria das instituições-campo de estágios, bem como para a orientação pessoal e profissional do estagiário;

V - Ser feita pelo professor orientador, de forma sistemática, com a incorporação das avaliações feitas pelos profissionais supervisores do campo de estágio e de dados provenientes da autoavaliação do estagiário.

Art. 18. A avaliação final do estágio será registrada em documento próprio.

Capítulo XII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 19. O estagiário que não entregar os documentos comprobatórios de estágio ou que não se apresentar para a realização total das atividades previstas será automaticamente reprovado, podendo requerer nova matrícula, somente no semestre letivo seguinte, de acordo com o calendário acadêmico. É preciso lembrar que o estagiário com resultado inferior a 7,0 (sete) nas atividades de estágio será considerado reprovado. Não há exames finais para as horas de estágio.

Parágrafo único. O Colegiado de Curso fixará normas para o caso previsto neste artigo.

Art. 20. Os casos omissos e as interpretações deste regulamento devem ser resolvidos pelo Colegiado de Curso, com recurso, em instância final, pelo o Conselho Acadêmico da GRAN TIETÊ.

Art. 21. Este regulamento entra em vigor na data de sua aprovação pelo Colegiado de Curso.

4.26. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC) - TRABALHO DE CURSO

A estrutura curricular ainda prevê a realização de um Trabalho de Conclusão de Curso que os estudantes do curso de Pedagogia realizarão sob orientação docente. Esta atividade abordará áreas de conhecimento, habilidades, atitudes e valores éticos, fundamentais ao exercício docente. O professor-orientador será o articulador desse mecanismo de aprendizagem, viabilizando o equilíbrio teórico-prático, desvinculado da visão tecnicista, permitindo em sua elaboração a aprendizagem da arte de aprender.

O Trabalho de Conclusão de Curso versará sobre conteúdos inerentes às

atividades profissionais de forma integrada, favorecendo o domínio de conhecimentos essenciais ao exercício da profissão, bem como o desenvolvimento científico e a busca do avanço técnico associado ao bem-estar, à qualidade de vida e ao respeito aos direitos humanos, possibilitando ainda a consolidação de conhecimentos, permitindo a progressiva autonomia intelectual dos estudantes. A carga horária das atividades de conclusão de curso a ser integralizada no curso de **Pedagogia** é de **120 horas, correspondentes a 3,37% do currículo**. É um componente curricular obrigatório e obedece ao Regulamento do Trabalho de Conclusão de Curso da GRAN TIETÊ e as normas fixadas pelo Colegiado do Curso de Graduação em Pedagogia.

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é um processo pedagógico de elaboração acadêmica conforme o regulamento próprio. Ele aborda temáticas pertinentes a sua graduação com orientação de docente de ensino superior. O TCC visa o aprofundamento dos estudos acadêmicos, com estímulo à produção científica, para o aprimoramento das competências de análise, de redação e de crítica científica e de apresentação e divulgação de resultados de estudos superiores. Implica em elaboração textual, monográfica de ensaio ou artigo. Todo o processo contará com professor regente, responsável pelos TCC. O trabalho final será defendido, e deverá ser aprovado, perante banca composta por três professores universitários, em seminário de TCC.

O Trabalho de Curso I, com 40 horas ocorrerá no sétimo semestre letivo do Curso de Pedagogia. O Trabalho de Curso II, com duração de 80 horas, ocorrerá no oitavo semestre letivo do referido curso. O TCC dispõe de regulamentação específica, o Regulamento do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). A carga horária das atividades de conclusão de curso a ser integralizada no curso de Pedagogia é de 120 horas, ou seja, 3,37% da carga horária total.

4.27. SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO ENSINO APRENDIZAGEM

Na sequência estão apresentados os aspectos que envolvem a avaliação do ensino-aprendizagem na Gran Tietê e no Curso de Pedagogia.

4.27.1. Formas de Avaliação do Ensino Aprendizagem

A Gran Tietê assume a posição teórica segundo a qual a avaliação é uma operação descritiva e informativa nos meios que emprega. Formativa na intenção que lhe preside e independente face à classificação, em âmbito mais vasto e conteúdo mais rico, demonstrando assim que a avaliação constitui uma operação indispensável em qualquer sistema escolar. Há sempre, no processo de ensino-aprendizagem, um caminho a seguir entre um ponto de partida e um ponto de chegada. Naturalmente, é necessário verificar se o aluno está caminhando em direção à meta, se alguns pararam por não saber o caminho ou por terem enveredado por um desvio errado. É essa informação, sobre o progresso de grupos e de cada um dos seus membros, que a avaliação tenta recolher e que é necessária a professores e alunos.

A avaliação é um procedimento que descreve quais conhecimentos, atitudes ou aptidões os alunos adquiriram, ou seja, que objetivos do ensino já atingiram num determinado ponto do percurso e que dificuldades apresentam em relação a outros. Esta informação é necessária ao professor para procurar meios e estratégias que possam ajudar os alunos a resolverem essas dificuldades e é necessária aos alunos para se aperceberem delas (não podem os alunos identificar claramente as suas próprias dificuldades num campo que desconhecem) e tentarem ultrapassá-las com a ajuda do professor e com o próprio esforço. Por isso, a avaliação tem uma intenção formativa. A avaliação proporciona também o apoio a um processo, contribuindo para a obtenção de produtos ou resultados de aprendizagem. A avaliação aqui apresentada enquadra-se em três grandes categorias: avaliação diagnóstica, formativa e somativa. Um sistema de avaliação como qualquer outro sistema, se assenta em determinados pressupostos que, por um lado, o justificam e, por outro, o tornam exequível.

No contexto de ensino-aprendizagem, não tem sentido falar de avaliação de resultados se não se assumir um planeamento de todo o processo. Por intermédio dessa operação de planeamento, identifica-se o que se pretende atingir (os objetivos de aprendizagem), concebe-se o processo de chegar até lá (os métodos, meios e materiais) e, finalmente, a maneira de saber se conseguiu, ou não, o pretendido (tipos e instrumentos de avaliação).

Neste contexto, a definição de objetivos adquire uma grande importância na avaliação. Assim, além de formular objetivos, convém que o professor os classifique, isto é, que decida em que domínio de comportamento humano se inscreve e em que nível de atuação se situa. É neste ponto que o professor tem de estabelecer prioridades para efeitos de avaliação de aprendizagem, salientando certos comportamentos e conteúdos e planejando cuidadosamente, assim, a avaliação dos objetivos selecionados.

A avaliação de um segmento – maior ou menor – de aprendizagem não pode ser deixada à inspiração de momento ou improvisado quando chega à ocasião de proceder à "avaliação dos alunos". Na verdade, não são os alunos em si mesmos os objetos da avaliação – embora sejam os visados – mas sim os resultados da aprendizagem que, se manifestando por meio deles, não deixam de representar em grande parte o produto do trabalho do professor.

Desta forma, na avaliação de resultados, é difícil dizer se quem está mais em foco é o professor ou são os alunos, sendo certo que, sejam os resultados bons ou maus, se refletem tanto sobre um como sobre os outros. Assim, o sistema de avaliação adotado pela Instituição e seus docentes atende aos seguintes pressupostos gerais:

- Contribuir para uma aprendizagem mais rica, na quantidade de aptidões adquiridas e no grau de proficiência com que cada uma é denominada;
- Fornecer indicadores que levem a um ensino de maior qualidade e eficácia;
- Proporcionar informações que, em conjunto com outras, possam construir uma base para a apreciação do trabalho do aluno, para a atribuição de classificações quando tal é necessário e para a tomada de decisões relativas à promoção para a etapa seguinte.

Na explicitação das práticas referentes à avaliação da aprendizagem, a orientação é dada, ainda, pelas disposições contidas no Regimento da Faculdade. Tem-se presente que os resultados da avaliação dos alunos têm uma função importante que é a de fornecer elementos para orientação do processo educativo.

4.27.2. Coerência do sistema de avaliação

A avaliação vem assumindo importância crescente em todos os domínios, e,

ao mesmo tempo, apresenta-se como um desafio ao tentar romper modelos tradicionais tecnicistas, que utilizam a avaliação única e exclusivamente para obter medição, em termos de rendimento. A tendência é a de que a avaliação amplie seus domínios para além do seu âmbito tradicional, ou seja, da avaliação da aprendizagem, estendendo-se agora, de modo cada vez mais consciente, sistemático e fundamentado Cientificamente, às políticas educacionais, às reformas e inovações do sistema educacional, dos projetos pedagógicos, dos currículos e dos programas.

O desafio que a avaliação representa para o docente é que, apesar de ser vista como um comportamento comum aos seres humanos, porque estes estão constantemente se avaliando, não é tão óbvia quanto aparenta. O conceito de avaliação recebe conotações mais ou menos particulares, de acordo com o seu contexto, mas em sua essência avaliar é julgar algo ou alguém quanto a seu valor. A avaliação é, sem dúvida, um julgamento, valoração, pois ela não tem significado fora da relação com um fim, e de um contexto em que o avaliador se pronuncia sobre o objeto avaliado quanto ao seu sucesso ou fracasso.

A participação do acadêmico na avaliação se dá pela autoavaliação que deve se realizar de forma crítica e reflexiva. Ela revela conhecimentos, habilidades e valores, encoraja a reflexão do aluno, atende as diversidades de interesses e facilita o diálogo entre alunos e professores. A avaliação do desempenho escolar deve ser entendida como um diagnóstico do desenvolvimento do aluno em relação ao processo ensino-aprendizagem na perspectiva de seu aprimoramento, tendo por objetivos:

- diagnosticar a situação de aprendizagem do aluno para estabelecer objetivos que nortearão o planejamento da prática docente;
- verificar os avanços e dificuldades do aluno no processo de apropriação, de construção e de recriação do conhecimento, em função do trabalho desenvolvido;
- fornecer aos professores elementos para uma reflexão sobre o trabalho realizado, tendo em vista o planejamento constante;
- possibilitar ao aluno tomar consciência de seus avanços e dificuldades, visando ao seu envolvimento no processo ensino-aprendizagem;
- embasar a tomada de decisão quanto à promoção ou retenção dos alunos.

A avaliação do desempenho escolar far-se-á por meio de elementos que

comprovem eficiência nos estudos, trabalhos escolares e pesquisas. É realizada por disciplina, conjunto de disciplinas ou área de conhecimento, conforme as atividades curriculares, abrangendo os aspectos de frequência e aproveitamento, sendo considerado reprovado o aluno que não cumprir o mínimo estabelecido pela legislação vigente.

4.27.3. Avaliação do processo ensino-aprendizagem

A avaliação é concebida como um momento da aprendizagem, feita a partir de um acompanhamento sistemático, visando à verificação e o monitoramento dos objetivos pretendidos, permitindo diagnosticar e configurar o real aproveitamento discente durante o curso. Porém, na medida em que a avaliação é um instrumento dotado de reversibilidade (isto é: avalia o próprio avaliador), serve também de meio para o aprimoramento do ensino.

Trata-se, portanto, de um precioso instrumento de mão dupla: permite diagnosticar o nível de aproveitamento dos alunos e corrigir as falhas existentes no método de ensino. No que se refere aos procedimentos de avaliação do processo ensino-aprendizagem, as normas regimentais da Gran Tietê determinam que o aproveitamento escolar seja avaliado mediante verificações parciais, durante o período letivo, e eventual exame final, expressando-se, o resultado de cada avaliação, em notas de zero a dez, permitindo-se apenas uma casa decimal.

São atividades curriculares as preleções, pesquisas, exercícios, arguições, trabalhos práticos, seminários, excursões, estágios, provas escritas e orais previstos nos respectivos planos de ensino, aprovados pela coordenação de curso. O professor deverá aplicar duas avaliações parciais por escrito, por semestre, sendo esta impreterivelmente realizada na Semana de Prova, conforme o calendário acadêmico.

O professor, a seu critério ou a critério da respectiva coordenação, pode promover trabalhos, exercícios e outras atividades em classe e extraclasse, que podem ser computados nas notas ou conceitos das verificações parciais, nos limites definidos pelo Conselho de Curso. A apuração do rendimento escolar é feita por disciplina, incidindo sobre a frequência e o aproveitamento. Cabe ao docente a atribuição de notas de avaliação e responsabilidade do controle de frequência dos

alunos.

É atribuída nota zero ao aluno que usar meios ilícitos ou não autorizados pelo professor, quando da elaboração dos trabalhos, de verificações parciais, exames ou qualquer outra atividade, que resulte na avaliação de conhecimento, por atribuições de notas, sem prejuízo da aplicação de sanções cabíveis por ato de improbidade. A cada verificação de aproveitamento é atribuída uma nota, expressa em grau de zero a dez.

É atribuída nota zero ao aluno que deixar de se submeter à verificação prevista na data fixada. O aluno que deixar de comparecer às avaliações de aproveitamento, nas datas fixadas, pode requerer uma prova substitutiva para cada disciplina, de acordo com o calendário acadêmico, cabendo a decisão ao Diretor Acadêmico. O aluno poderá, também, requerer ao Diretor Acadêmico uma prova substitutiva para substituir a menor nota em uma das avaliações parciais do bimestre. Pode ser concedida revisão de nota, por meio de requerimento, dirigido ao Diretor Acadêmico, no prazo de cinco dias úteis, após a divulgação do resultado. O professor responsável pela revisão da nota pode mantê-la ou alterá-la, devendo, sempre, fundamentar sua decisão.

Poderá o aluno, desde que justifique em requerimento próprio, solicitar ao Diretor Acadêmico que submeta seu pedido de revisão à apreciação de outros professores do mesmo Curso. Na revisão da nota, se os professores concordarem em alterar, esta decisão é a que prevalece; não havendo unanimidade, prevalece a nota atribuída pelo professor da disciplina que avaliou a prova.

Atendida, em qualquer caso, a frequência mínima de setenta e cinco por cento (75%) às aulas e demais atividades escolares programadas, o aluno é aprovado:

I - Independente de exame final, quando obtiver nota de aproveitamento não inferior a sete (7,0), correspondente à média aritmética das notas parciais realizadas durante o período letivo; e

II - mediante exame final, quando tenha obtido nota de aproveitamento inferior a sete (7,0) e igual ou superior a quatro (4,0) e obtiver média final não inferior a cinco (5,0), correspondente à média aritmética entre a nota de aproveitamento e a nota de exame final.

Conforme previsto no regimento, as médias são expressas em números

inteiros ou em números inteiros mais uma casa decimal, não havendo arredondamento.

É considerado reprovado o aluno que:

- I - não obtiver frequência mínima de setenta e cinco por cento (75%) das aulas e demais atividades programadas, em cada disciplina;
- II - não obtiver, na disciplina, média final igual ou superior a cinco (5,0); e
- III - obtiver média parcial inferior a quatro (4). Neste caso, não poderá, inclusive, realizar exame final.

O aluno, reprovado por não ter alcançado frequência ou a média mínima exigida, deve repetir a disciplina em Regime de Dependência ou poderá requerer o Regime Especial de Recuperação (RER).

O aluno reprovado na disciplina e, com frequência mínima de setenta e cinco por cento (75%) e nota não inferior a dois (2,0), poderá requerer o Regime Especial de Recuperação (RER). O regime de que trata o artigo correspondente da norma, será concedido quando atendidas as seguintes condições:

- I - desde que seja cursada no semestre subsequente;
- II - uma única vez na mesma disciplina e em apenas duas, em cada semestre, reservado ao aluno o direito de escolha quando ocorrerem reprovações em mais de duas disciplinas.

Os programas de atividades e de orientação bem como as formas de avaliação relativas ao Regime Especial de Recuperação (RER), deverão ser elaborados pelo professor responsável pela disciplina e encaminhados à Coordenadoria de Curso para manifestação. O professor responsável deverá acompanhar o aluno no processo de RER, tanto nos casos de disciplinas teóricas quanto nas disciplinas práticas, orientando-o para as provas, trabalhos e/ou outros instrumentos de avaliação a que será submetido.

O aluno que, reprovado, não cursar a disciplina em Regime Especial de Recuperação (RER) e desde que obedecidas às normas aplicáveis, somente poderá repetir a disciplina em Regime de Dependência. É promovido, ao período letivo seguinte, o aluno aprovado em todas as disciplinas do período cursado, admitindo-se, ainda, a promoção com dependência. O aluno, promovido em Regime de Dependência, deve matricular-se em período seguinte e nas disciplinas de que depende, observando-se a compatibilidade de horário e aplicando-se, a todas as

disciplinas, as mesmas exigências de frequência e aproveitamento estabelecidas nos artigos anteriores. Podem ser ministradas aulas de dependência e de adaptação de cada disciplina, em horário ou período especial, a critério da coordenadoria de cada curso.

O aluno que tenha extraordinário aproveitamento nos estudos, demonstrado por meio de provas e outros instrumentos de avaliação específicos, disciplinados pelo CONSEPE, aplicados por banca examinadora especial, pode ter abreviada a duração do seu curso, de acordo com a legislação e normas vigentes. TODOS OS CRITÉRIOS DO PROCESSO DE AVALIAÇÃO DE ENSINO-APREDIZAGEM ESTÃO DEFINIDOS NO REGIMENTO INTERNO DA GRAN TIETÊ.

4.27.4. Sistema de Autoavaliação do Curso

O fim último da avaliação é atingir a Qualidade em Educação. Falar de Qualidade em Educação é uma tarefa não muito fácil, no entanto, é imprescindível, dado que representa um conceito eminentemente desgastado pela vulgaridade de uso, e que ainda não foi adequadamente atingido em sua essência.

Sabe-se que qualidade é o objeto e o objetivo de todo processo avaliativo. Aquilatar, apreciar criticamente, fazer recomendações e potencializar as condições para desenvolver Qualidade, é tudo o que queremos quando se trata de Avaliação. Definir qualidade é fundamental para a garantia de um processo de interpretação avaliativa pertinente, coerente e relevante, que não incorra, nem no viés, nem no reducionismo, nem na repetição cíclica e permanente. A qualidade é o fiel da excelência acadêmica, da pertinência e da relevância social universitária. Este é o seu alicerce, e seus critérios são construídos em bases sociais, históricas, culturais, políticas, filosóficas, éticas, epistemológicas e de comunicação, sendo, portanto, educativas. Essa qualidade refere-se à sociedade que queremos e produz-se de acordo com o sistema de valores dos grupos humanos.

Qualidade de ensino só se obtém por meio de gestões que se orientam por planejamentos globais e competentes que ousam articular o compromisso com os índices de produtividade, com a escolha produtiva e ética dos melhores caminhos ou atalhos a serem seguidos para, simultaneamente, responder ao mercado e à

sociedade a quem prioritariamente se deve prestar contas. Essa parece ser a condição básica para entender e superar os mitos e dilemas contidos no uso da avaliação como instrumento decisivo na busca da qualidade.

Nesta perspectiva, compreende-se que a finalidade última da avaliação não se esgota no âmbito da instituição, mas pode se constituir em uma estratégia para construir uma ponte efetiva entre está e a realidade social, uma ponte que concretize o compromisso com a reconstrução do espaço social pelo cumprimento de sua missão institucional. A avaliação é um instrumento de mudança da cultura das instituições de ensino superior. É uma intervenção política, ética e pedagógica que supõe uma apurada análise da realidade das escolas dedicadas ao ensino superior. É um processo de reflexão sistemática, metódica, organizada, intencional, teleológica. É um voltar-se para si mesmo, com um olhar também para fora e para longe, vislumbrando o efeito, a consequência do quanto, do quando, do que, do como, do por que, do para quê se está fazendo este tipo de ensino.

Em outras palavras, a avaliação é um momento de autoeducação: um pensar a própria instituição, sobre o que se tem feito ou deixado de fazer. É um perguntar-se constante e consciente. É um pensar livre, porém crítico. É um acompanhar do processo de construção. É uma comparação entre o que se pretendeu e os resultados obtidos. É a atribuição de um juízo de valor. A avaliação é o processo que a instituição empreende na direção da autorreflexão sobre suas finalidades, seus processos e seus resultados.

A avaliação é o caminho, a estratégia e o horizonte para averiguar, conservar e aprimorar a qualidade do projeto de ação pedagógica da instituição. Este paradigma de avaliação acena para o compromisso de envolvimento, de legitimidade e de globalidade do diagnóstico a ser realizado gradualmente, percorrendo todas as dimensões e atores envolvidos no processo de construção da qualidade da instituição.

Como se percebe, nesse modelo, a comunidade interna se apropria dos resultados da avaliação e deles se vale para o aprimoramento da proposta educacional que juntos constroem e refazem solidariamente. A avaliação abrange as diferentes dimensões do ensino, da pesquisa, da extensão e da gestão da Instituição. Constitui-se em processo de contínuo aperfeiçoamento do desempenho acadêmico, do planejamento da gestão da instituição e de prestação de contas à

sociedade. A auto avaliação do curso está inserida no processo de avaliação da Gran Tietê.

4.28. AÇÕES ACADÊMICO-ADMINISTRATIVAS DECORRENTES DAS AUTOAVALIAÇÕES E DAS AVALIAÇÕES EXTERNAS

Conforme previsto no PDI e no **Projeto da Autoavaliação institucional**, anualmente, todos os coordenadores de curso deverão apresentar para a CPA as ações acadêmico-administrativas decorrentes das auto-avaliações e das avaliações externas (avaliação de curso, ENADE, CPC e outras). Inclusive com um **PLANO DE MELHORIAS** aprovado pelo Colegiado de Curso. Essas ações serão analisadas e balizadas pela CPA.

A avaliação é processo complexo e configura-se essencial enquanto instrumento de autoconhecimento e orientação da missão do Curso. Caracteriza-se enquanto processo contínuo e permanente que norteia as políticas institucionais. A avaliação foi um processo desenvolvido pela comunidade acadêmica com a finalidade de melhorar a qualidade do ensino oferecido pelo Curso, dentre outros pontos esse processo busca:

- I. Implementar um processo de avaliação contínuo;
- II. Planejar e remodelar as ações a partir dos dados colhidos por este processo;
- III. Garantir a qualidade no desenvolvimento do ensino, pesquisa e extensão;
- IV. Construir um planejamento institucional democrático e autônomo e
- V. Consolidar o compromisso social.

As orientações e instrumentos propostos na avaliação baseou-se na Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9.394/96 e no Decreto 10.861, que instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES. Em vista disso, construiu seu Programa Permanente de Avaliação Institucional – que definiu os critérios para realização da avaliação institucional. Assim foi constituída a Comissão Própria de Avaliação – CPA, órgão responsável pela condução desse processo. Este órgão mantém contato com todos os seguimentos da comunidade acadêmica e procura fazer diagnóstico permanente das atividades curriculares e extra-curriculares a fim de verificar se atendem às necessidades da sociedade local. Além disso, propõe mudanças no projeto político-pedagógico, ouvindo os alunos, professores e

funcionários estimulando-os a participarem ativamente do processo de avaliação. As intenções da CPA , são:

- I. Avaliar todos os seguimentos internos a fim de promover a atualização do projeto institucional;
- II. Estimular e promover a participação da comunidade acadêmica num processo democrático e participativo de avaliação;
- III. Identificar pontos que ainda necessitam de melhorias;
- IV. Avaliar planejamentos e programas pedagógicos e administrativos;
- V. Diagnosticar a adequação do curso ao contexto da sociedade na qual ele se insere;
- VI. Conhecer necessidades emergentes e indicar ações que as complementem;

Neste sentido, a avaliação tanto em nível quantitativo como qualitativo engloba atores que atuam diretamente no processo de ensino-aprendizagem como alunos, professores e funcionários como a comunidade circunvizinha, que de alguma forma faz parte da vida institucional. Este sistema de avaliação fomenta cultura avaliativa e envolve toda a comunidade acadêmica na discussão sobre a qualidade do ensino oferecido, bem como a função social do Curso. É acima de tudo instrumento de identificação de fatores que interferem positivamente e negativamente na qualidade do ensino e em todas as dimensões da ação pedagógica e administrativa. A IES preza pela utilização das avaliações realizadas pelo Ministério da Educação como padrão de referência para atualizações no projeto pedagógico do curso, pois, esperasse contribuir de forma efetiva para o desenvolvimento e a formação de profissionais competentes tecnicamente e ao mesmo tempo éticos, críticos, responsáveis socialmente e participantes das mudanças necessárias à sociedade. O ENADE, como parte do SINAES (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior), tem por objetivo aferir o desempenho dos estudantes em relação aos conteúdos programáticos previstos nas diretrizes curriculares dos respectivos cursos de graduação, às suas habilidades para ajustamento, às exigências decorrentes da evolução do conhecimento e às suas competências para compreender temas exteriores ao âmbito específico de sua profissão, ligados às realidades brasileira e mundial e a outras áreas do conhecimento. O resultado do ENADE é utilizado como referencial para o aprimoramento do curso no que tange a comparação da media brasileira e a do curso, para identificar corretamente o perfil dos discentes

juntamente com o do curso. As questões contidas na autoavaliação serão propostas em conformidade com a Lei 10.861/2004 que definiu as dez dimensões institucionais para a avaliação das IES, contempladas no Roteiro de Autoavaliação Institucional, publicação da CONAES/INEP. A auto avaliação obedecerá à seguinte lógica:

- I. Planejamento das atividades, sensibilização da comunidade para reflexão sobre o processo de auto-avaliação pela coordenação da CPA e equipe;
- II. Envolvimento dos funcionários de todos os setores na construção das dimensões a serem avaliadas;
- III. Participação ativa dos dirigentes da faculdade em relação ao apoio institucional necessário à seriedade do processo;
- IV. Processamento dos dados coletados por equipe especializada em assegurar a validade da informação;
- V. Utilização dos resultados na implementação de melhorias sinalizadas, sendo estas melhorias transformadas em ações a serem alcançadas em curto, médio e longo prazo destinadas à superação das dificuldades e ao aprimoramento institucional;
- VI. Divulgação dos resultados.

Para cada uma das 10 Dimensões previstas a Gran Tietê estabeleceu, para o período de vigência do PDI, os objetivos, as metas e as ações a serem desenvolvidas bem como os respectivos indicadores de desempenho e os setores responsáveis por cada ação prevista. As atividades previstas possuem características diversas sendo algumas de caráter permanente e outras que, por suas características, possuem um fim em si mesma. Considerando os diversos atores da instituição, o processo de autoavaliação envolverá:

a - Avaliação da Instituição pelos discentes

- I. Desempenho docente;
- II. Atuação do Coordenador;
- III. Atuação dos gestores;
- IV. Serviços de Secretaria;
- V. Infraestrutura de laboratório;
- VI. Infraestrutura, acervo e serviços da Biblioteca; e,
- VII. Serviços gerais, limpeza, segurança.

b - Avaliação do desempenho dos alunos durante o curso das atividades de

Ensino e de aprendizagem

I. Disciplinas;

II. Estágio;

III. Atividades Complementares;

IV. TCC;

V. Participação em eventos;

VI. Participação em projetos de iniciação científica, e

VII. Participação em projetos e atividades de extensão.

c - Avaliação docente sobre a Instituição e sobre o corpo discente

I. Atuação do coordenador de curso;

II. Participação dos alunos na disciplina e nas diversas atividades referentes ao Curso e a Instituição;

III. Serviços de secretaria,

IV. Laboratórios;

V. Biblioteca (inclusive acervo),

VI. Orientação pedagógica; e,

VII. Infraestrutura.

d - Avaliação institucional sob a ótica do egresso

Para conhecer a opinião dos egressos sobre a formação recebida, tanto curricular quanto ética, será realizada pesquisa no momento da conclusão do curso e após um ano de inserção no mercado, quando o mesmo estará apto a fornecer informações sobre a satisfação das necessidades, expectativas e desejos em relação à promessa realizada pela Instituição sobre a prestação de serviços contratada. A pesquisa poderá ser realizada através de questionários on-line com abordagem quali-quantitativa. A análise dos dados e informações fornecidos por egressos, empregadores e mercado será considerada para a revisão dos planos e programas da Instituição, com vistas à atualização dos cursos, bem como antecipação de tendências das carreiras profissionais.

e - Avaliação dos sistemas e processos administrativos

A avaliação dos sistemas e processos administrativos visa a melhoria do atendimento acadêmico, pedagógico e administrativo da Instituição, com estratégias para o planejamento, operacionalização e viabilização dos mesmos. Nos instrumentos tanto dos discentes quanto dos docentes aferissem os processos

administrativos diretamente envolvidos com estes seguimentos do corpo social da Faculdade. Aprovado, o PDI passa a ser o documento de referência para a gestão. Periodicamente, os responsáveis designados para as diversas ações programadas, seguindo o princípio da gestão por resultados, comparecerão frente à CPA, ao Diretor e demais órgãos gestores para a avaliação dos resultados alcançados e definição de

novas ações. Formas de participação da comunidade acadêmica, técnica e administrativa, incluindo a atuação da Comissão Própria de Avaliação – CPA, em conformidade com o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES.

Como um processo contínuo, democrático, de caráter participativo, envolverá todos os segmentos da comunidade universitária (docente, discente, técnicoadministrativo) e representantes de segmentos da comunidade externa. Todos serão responsáveis pela condução do processo, ora participando das discussões, estudos, construção de materiais e instrumentos, ora avaliando e sendo avaliados.

Formas de utilização dos resultados das avaliações Apuração e Análise dos dados depois de obtidos os dados das dimensões avaliadas, a CPA efetuará uma primeira análise e emitirá relatório analítico sobre a etapa cumprida. Com base nesse relatório será desenvolvido um fórum de discussão com as partes envolvidas no aprofundamento da análise, identificação de causas e efeitos e soluções de melhoria (quando for o caso) gerando um relatório final da etapa a ser encaminhado para homologação da CPA e Diretoria, com atividades e ajustes que deverão ser implementados.

Formas de divulgação

Os relatórios de CPA bem com as ações sugeridas e as ações desenvolvidas serão divulgados no site institucional.

A Avaliação dos Projetos de Curso acontecerá em várias instâncias no âmbito institucional:

- I. no Núcleo Docente Estruturante, ao qual competirá a observação mais contínua da manutenção do processo de qualidade e adequação do curso;
- II. no Colegiado de Curso, ao qual competirá, conforme Regimento, Planejar, Acompanhar a execução e Avaliar todos os procedimentos regulares do curso;
- III. na CPA, a qual competirá a avaliação institucional nas 10 dimensões orientadas

pelo SINAES;

IV. No Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da Gran Tietê.

Ações decorrentes dos processos de avaliação do curso No âmbito dos cursos, os Projetos Pedagógicos são estudados constantemente ao surgimento de novas recomendações dos seus respectivos Conselhos, assim como de legislações que dizem respeito ao curso. No âmbito acadêmico, a constante avaliação crítica e contextualizada dos conteúdos curriculares e sua atualização sejam por meio dos relatórios da Comissão Permanente de Avaliação, através do NDE, geram reflexões e alterações para uma melhor adequação de conteúdo, carga horária, metodologia ou bibliografia. Reuniões pedagógicas, reuniões com os órgãos Colegiados são ações de autoavaliação existentes nos cursos onde são discutidas outras formas de utilização dos resultados de avaliações externas (ENADE, CPC, avaliações para regulação do curso), assim como as metodologias de planejamento que subsidiam as mudanças do curso. A Faculdade também capacita seus docentes através dos constantes Seminários de Cooperação Profissional oportunizando discussão e aprofundamento do processo de ensino-aprendizagem, e a atualização pela oferta gratuita aos docentes do curso de Pós-Graduação lato sensu em Docência do Ensino Superior. Tantos os resultados da avaliação interna quanto da externa em seus diversos modelos, passam a ser objetos de estudos da Diretoria da Instituição e da sua Mantenedora sendo imediata a incorporação, pela IES, de medidas capazes de atender e até esmo superar os principais anseios levantados, conforme os relatórios recebidos. As medidas mais emergentes, de caráter estrutural, são imediatamente tomadas. Outras precisam de um pouco mais de estudo e pesquisa no que diz respeito às ações a serem levadas a cabo, o que é feito por um conjunto de ideias da Diretoria Geral, Coordenadoria Acadêmica e Coordenadoria de Curso. Assim a Instituição incorpora dentro de seu planejamento organizacional as demandas levantadas nos processos avaliativos, bem como a elaboração de ações, de estratégias e de políticas a fim de atender tais demandas. Os processos avaliativos têm servido como subsídios para o redirecionamento das ações e formulação de políticas para a gestão da IES. Sobre o uso da gestão e tomadas de decisão institucionais em relação às finalidades educativas, a IES tem procurado investir na melhoria do apoio acadêmico-administrativo.

Nesse sentido, a instituição busca a melhoria contínua dos seus cursos.

Assumindo a busca pela melhoria da qualidade de ensino como um processo multivariado, complexo e dinâmico. E, entendendo que a melhoria contínua de cada curso pode ser definida como um processo envolvendo toda a organização. Seus pequenos passos, alta frequência e pequenos ciclos de mudanças vistos separadamente têm pequenos impactos, mas somados podem trazer uma contribuição significativa para o desempenho dos cursos da instituição.

São observadas, em muitas instituições, atividades denominadas de "combate a incêndios", que visam o restabelecimento do desempenho ao nível crônico anterior, caracterizando apenas um caráter de controle de processo em um nível reativo.

Contudo, as atividades de melhoramento não se restringem apenas ao controle do processo, muito pelo contrário, são ações que visam à criação organizada de mudanças benéficas; a obtenção de níveis inéditos de desempenho. Para vencer a cultura de "apagar incêndios", a organização deve desenvolver uma cultura interna que promova a aprendizagem por meio de ações que visem à melhoria contínua dos processos. Assim, busca-se um nível proativo de ações e com objetivo claro pela busca da **excelência de ensino**.

4.29. ADMINISTRAÇÃO ACADÊMICA

A coordenação acadêmica do curso é realizada pelo coordenador do curso conforme descrito a seguir.

4.30. ATUAÇÃO DO COORDENADOR

A Coordenação acadêmica do curso de **Pedagogia** é feita mediante contratação de profissionais específicos para cada área pelo regime de trabalho da CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas – em regime de tempo integral ou parcial.

A Faculdade tem como norma que os coordenadores sejam aqueles de maior titulação, em regime de tempo integral, portadores de experiência profissional e acadêmica e não acadêmica adequadas. Avalia ainda o potencial interdisciplinar dos docentes dando preferência àqueles de maior adequação neste quesito para ocuparem a função de coordenação.

São atribuições do Coordenador de Curso:

- I. Superintender todas as atividades da Coordenadoria;
- II. Representar a coordenação junto às autoridades e aos órgãos da Gran Tietê;
- III. Supervisionar e fiscalizar a execução das atividades programadas no âmbito do seu campo, bem como a assiduidade dos professores e alunos;
- IV. Convocar e presidir as reuniões do Conselho de Curso;
- V. Apresentar, semestralmente à Diretoria Acadêmica, relatório de suas atividades e das de sua Coordenadoria;
- VI. Sugerir a contratação ou dispensa do pessoal docente, técnico-administrativo e monitores;
- VII. Encaminhar à Secretaria Acadêmica, nos prazos fixados pelo Diretor Acadêmico, os relatórios e informações sobre avaliações e frequência de alunos;
- VIII. Promover, periodicamente, a avaliação das atividades e programas do Curso, assim como dos alunos e do pessoal docente e técnico-administrativo nele lotado;
- IX. Propor ou encaminhar proposta, na forma deste Regimento, para a criação de cursos sequenciais, de pós-graduação e o desenvolvimento de projetos de pesquisa e programas de extensão ou eventos extracurriculares, culturais ou desportivos;
- X. Delegar competência; e
- XI. Exercer as demais atribuições que lhe sejam previstas em lei e no Regimento.

4.31. COLEGIADO DE CURSO

O Regimento Interno define que a Coordenadoria de Curso é a unidade básica da Faculdade, para todos os efeitos de organização administrativa e didático-científica, sendo integrada pelos professores e pelos alunos. A Coordenadoria de Curso é exercida por um Coordenador, aprovado em processo seletivo e homologado pelo Diretor Geral, para o exercício de um mandato de dois (2) anos, permitida a sua recondução.

A Coordenadoria de Curso é integrada pelo Conselho de Curso, para as funções deliberativas, e pelo Coordenador de Curso, para as tarefas executivas. O Conselho de Curso é integrado pelos seguintes membros:

- I. O Coordenador de Curso, que o preside;
- II. Cinco representantes do corpo docente do curso, escolhidos por seus pares, com mandato de dois anos; e

III. Um representante do corpo discente, indicado por seus pares, com mandato de um ano, sem direito a recondução.

Compete à Coordenadoria de Curso:

I. Distribuir encargos de ensino, pesquisa e extensão entre seus professores, respeitadas as especialidades;

II. Deliberar sobre os programas e planos de ensino das disciplinas;

III. Emitir parecer sobre os projetos de ensino, pesquisa e de extensão que lhe forem apresentados, para decisão final do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE);

IV. Pronunciar-se sobre aproveitamento de estudos e adaptações de alunos;

V. Opinar sobre admissão, promoção e afastamento de seu pessoal docente;

VI. Opinar sobre o plano e o calendário acadêmico, elaborado pelo Diretor Acadêmico;

VII. Exercer as demais competências que lhe sejam previstas em lei e neste Regimento.

AS REUNIÕES DO COLEGIADO DEVERÃO SER REGISTRADAS EM ATAS E SUAS DECISÕES IMEDIATAMENTE ENCAMINHADAS AOS ÓRGÃOS COMPETENTES. ESTAS REUNIÕES DEVERÃO SER REALIZADAS **MENSALMENTE**.

4.32. REGULAMENTO DO COLEGIADO DE CURSO

Art. 1º. O Colegiado de Curso é a instância básica dos cursos de graduação, responsável pela estruturação administrativa, incluindo a execução das políticas voltadas às atividades de ensino, pesquisa e extensão, decididas pelo NDE com vistas a sua efetiva integração no âmbito comunitário e do desempenho de cada um deles, no cumprimento de suas obrigações, tendo como finalidade assessorar a implementação do projeto pedagógico discutir temas ligados ao curso, planejar e avaliar as atividades acadêmicas do curso. Da Constituição do Colegiado.

Art. 2º. O Conselho de Curso é integrado pelos seguintes membros:

I. O Coordenador de Curso, que o preside;

II. Cinco representantes do corpo docente do curso, escolhidos por seus pares, com mandato de dois anos; e

III. Um representante do corpo discente, indicado por seus pares, com mandato de um.

Art. 3º. Compete ao Conselho de Curso:

I. Distribuir encargos de ensino, pesquisa e extensão entre seus professores, respeitadas as especialidades;

II. Deliberar sobre os programas e planos de ensino das disciplinas;

III. Emitir parecer sobre os projetos de ensino, pesquisa e de extensão que

Ihe forem apresentados, para decisão final do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE);

IV. Pronunciar-se sobre aproveitamento de estudos e adaptações de alunos;

V. Opinar sobre admissão, promoção e afastamento de seu pessoal docente;

VI. Opinar sobre o plano e o calendário acadêmico, elaborado pelo Diretor Acadêmico; e

VIII. Exercer as demais competências que lhe sejam previstas em lei e neste Regimento.

Art. 4º. São atribuições do Presidente, além de outras expressas neste Regulamento, ou que decorram da natureza de suas funções:

I. Coordenar a elaboração da proposta da estrutura e organização administrativa e pedagógica do respectivo curso e sua implantação, de acordo com o regimento acadêmico, e atualizá-la quando necessário;

II. Promover, ao início de cada semestre, o planejamento das atividades acadêmicas, envolvendo o ensino, a pesquisa e a extensão e prevendo as necessidades e os meios, dentre os parâmetros definidos pela faculdade;

III. Representar como coordenador o curso em todas as instâncias da instituição e fora dela;

IV. Convocar e presidir as sessões;

V. Cumprir e fazer cumprir este Regulamento;

VI. Submeter à apreciação e à aprovação do Colegiado a ata da sessão anterior;

VII. Decidir as questões de ordem;

VIII. Submeter à discussão e, definidos os critérios, à votação a matéria em pauta e anunciar o resultado da votação;

IX. Organizar, sob a sua responsabilidade e direção, a pauta da sessão seguinte e anunciá-la, se for o caso, ao término dos trabalhos;

X. Convocar sessões extraordinárias.

Art. 5º. O Colegiado de Curso reunir-se-á, ordinariamente, no mínimo, uma vez por mês durante o semestre letivo, e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo Presidente ou por 2/3 (dois terços) dos seus membros. O colegiado do curso, quando julgado conveniente pelo coordenador do curso, realizará as reuniões conjuntas com o Núcleo Docente Estruturante.

§ 1º - O Colegiado do Curso, salvo quórum estabelecido por lei ou por este Regimento, funciona e delibera, normalmente, com a presença da maioria absoluta de seus membros;

§ 2º O Presidente, além do seu voto, tem, também, direito ao voto de qualidade, em caso de empate independentemente do previsto no parágrafo anterior;

Art. 6º. É obrigatório, prevalecendo a qualquer outra atividade acadêmica, o comparecimento dos membros às sessões do Colegiado de Curso.

Art. 7º. As reuniões do Colegiado de Curso são secretariadas por um de seus membros, designado pelo Presidente.

Art. 8º. De cada sessão do Colegiado de Curso, lavra-se a ata, que, após lida e aprovada, é assinada pelo Presidente, pelo Secretário e pelos presentes.

§ 1.º As atas do Colegiado, após sua aprovação, são publicadas e arquivadas na Coordenação do curso, com livre acesso aos membros do Colegiado.

Art. 9º. Todo membro do Colegiado de Curso tem direito à voz e ao voto, cabendo ao Presidente o voto de qualidade.

Art. 10 - Este regulamento poderá sofrer modificações quando se fizerem necessárias, mediante proposta de qualquer membro do colegiado, que após aprovada será submetida à apreciação e aprovação do CONSEPE

Art. 11 - O presente Regulamento entra em vigor na data de publicação do ato normativo da IES.

4.33. APOIO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO E DIDÁTICO-PEDAGÓGICO AOS DOCENTES

A Gran Tietê, que procura oferecer um ensino de alto padrão, tem como prioridade dar apoio e suporte a todos os seus professores para que, desta forma, possibilitem aos seus alunos uma excelente aprendizagem. O presente curso se adéqua a esse objetivo.

A instituição contratará professores altamente qualificados em cada área, que, além de excelentes no domínio do conteúdo das disciplinas, são também bons didatas. Tendo presente este objetivo, a Faculdade mantém em sua estrutura um serviço de apoio à atuação do professor na sala de aula.

Isto implica um trabalho direcionado para os cursos e para os professores, prioritariamente. Entretanto, são também endereçadas atividades para melhorar o desempenho dos funcionários, bem como atividades para desenvolver valores, habilidades, comportamentos e atitudes dos mesmos.

4.34. ORGANIZAÇÃO ACADÊMICO-ADMINISTRATIVA

A seguir está descrita a organização acadêmico-administrativa que atende ao curso.

4.34.1. Organização do controle acadêmico

A organização do controle acadêmico segue as normas estabelecidas e todo sistema de matrícula, trancamento, frequência, notas, aprovação e reprovação, bem como os demais procedimentos de secretaria contam com pessoal qualificado e com um sistema de informação apropriado.

O sistema de controle acadêmico prima pela organização das informações referentes ao conteúdo curricular oferecido aos alunos, bem como a sistematização dos dados referentes ao horário e cronograma de atividades, incluindo a elaboração de toda a documentação pertinente à vida acadêmica, tendo presente à legislação educacional em vigor. A Gran Tietê adota o regime seriado semestral de matrícula por disciplina. A cada semestre o aluno renova sua matrícula em disciplinas do

currículo do seu curso, conforme horário de aulas preparado para aquele semestre. Durante o semestre, sempre que interessar, o aluno pode solicitar histórico escolar contendo resultados das disciplinas cursadas em semestres anteriores. A documentação de alunos e os registros acadêmicos são administrados pela Secretaria Geral.

Documentos e informações são fornecidos continuamente pela Secretaria, atendendo solicitação de toda comunidade acadêmica. Os requerimentos de solicitação desses documentos são protocolados na própria Secretaria.

4.34.2. Pessoal técnico e administrativo

A Gestão do pessoal técnico administrativo está a cargo dos dirigentes da Faculdade, auxiliados pelos coordenadores de cursos, bibliotecária, secretário(a) acadêmico(a) e tesouraria.

4.35. ATENÇÃO AOS DISCENTES

Os discentes da Gran Tietê são apoiados constantemente em várias situações. A todos os alunos será disponibilizado um apoio pedagógico dos professores, em função de alguns possuírem horário de atendimento ao aluno. Todos os cursos possuem uma coordenação a quem cabe orientar os alunos com relação aos problemas que enfrentarão no dia-a-dia do curso.

A Gran Tietê possuirá um Núcleo de Apoio Pedagógico que orienta os professores no que diz respeito às questões pedagógicas e didáticas assim como atende os alunos quando professores e coordenação de curso não conseguirem solucionar os problemas. O aluno tem acesso a todas as informações acadêmicas relevantes no *site* da Instituição na Internet. Além disto, no primeiro dia de aula o acadêmico recebe o Manual do Aluno com todas as informações relevantes a respeito da sua futura vida acadêmica, além do próprio Coordenador do curso proferir uma palestra sobre o assunto a cada início de semestre letivo.

Existe uma política que dá suporte ao estágio e que compõe o currículo de todos os cursos de graduação. Todas as empresas da região, instituições com potencial de absorção do profissional formado serão contatadas para contribuir na

constituição do curso e estabelecerem convênios pelos quais são oferecidas vagas para estágio. A Gran Tietê manterá, ainda, sistema de acompanhamento psicopedagógico ao alunado, com o intuito de auxiliar o estudante nas dificuldades naturais encontradas no processo de aprendizagem e de sua adaptação às atividades de ensino, pesquisa e extensão. Está estruturada um acompanhamento do desempenho do aluno, de forma a possibilitar o oferecimento de medidas alternativas que favoreçam a aprendizagem adequada.

4.35.1. Apoio pedagógico

A Gran Tietê implementará um sistema de acompanhamento ao alunado, com o intuito de auxiliar nas dificuldades naturais encontradas no processo de aprendizagem e de sua adaptação às atividades de ensino, pesquisa e extensão. Está estruturado para o acompanhamento do desempenho do aluno, de forma a possibilitar o oferecimento de medidas alternativas que favoreçam a aprendizagem adequada.

4.35.2. Acompanhamento psicopedagógico

A Faculdade disponibilizará um profissional qualificado com formação necessária a este tipo de apoio, objetivando auxiliar sua comunidade acadêmica para um melhor desempenho em suas atividades, sejam relacionadas ao processo de aprendizado como também fatores psicopedagógicos que influenciam o desenvolvimento emocional do indivíduo.

4.35.3. Mecanismos de nivelamento

O Processo Seletivo é o primeiro ato pedagógico da Instituição e, por isso, é visto como um momento de análise diagnóstica do perfil do recém-ingressante. Da mesma forma, a avaliação em sala de aula é vista como um instrumento diagnóstico que aponta e corrige os rumos do processo de ensino e aprendizagem. A partir disso, será planejado o nivelamento dos alunos. A Faculdade busca identificar e vencer os obstáculos estruturais e funcionais ao pleno desenvolvimento do processo

educacional com o auxílio dos colegiados de cursos, propiciando ao corpo discente atendimento de apoio, ou suplementar, às atividades de sala de aula. Busca tal modalidade para desenvolver trabalho de nivelamento dos acadêmicos ingressantes com a oferta de Cursos Básicos de Matemática, Português e Informática.

Outros mecanismos de nivelamento são acionados, como:

- criação do Grupo de Trabalho de Orientação Didática, constituído por professores das disciplinas básicas, supervisionado e orientado pelo Núcleo de Apoio Psicopedagógico;
- atividades didáticas preventivas e terapêuticas presenciais ou não, coordenadas por professores e executadas por alunos monitores ou estagiários;
- oferta de cursos de extensão em Língua Portuguesa, Matemática básica e outros que tratem de habilidades específicas, como raciocínio lógico;
- estímulo aos alunos do primeiro período, recém-ingressantes na Faculdade, a participarem de eventos promovidos pela Instituição que vislumbrem a sua integração e seu desenvolvimento;
- outros, para o âmbito institucional, recomendados pelos colegiados de cursos.

Após a conclusão das atividades propostas, verifica-se melhor adequação e aproveitamento para o aluno das aulas programadas para integração das disciplinas.

4.35.4. Programas de Apoio Financeiro

O Programa de Apoio Financeiro da Gran Tietê está descrito a seguir.

4.35.4.1. Programa Motivacional

O regulamento do Programa Motivacional da Gran Tietê tem por objetivo geral estabelecer um programa de motivação que atinja todos os alunos de maneira equitativa, valorizando os aspectos meritocráticos do corpo discente. São objetivos específicos desse programa:

- a) Comunicar com clareza ao corpo discente e toda comunidade universitária e regional a política de concessão de Bolsas da Gran Tietê;
- b) Incentivar com instrumentos objetivos o melhor desempenho acadêmico;

- c) Reduzir o índice de absenteísmo, rotatividade e inadimplência do corpo discente;
- d) Fortalecer o pensamento grupal, direcionando e utilizando-o como instrumento de auxílio e busca de qualidade de ensino e apoio para o melhor rendimento individual e coletivo dos discentes.

As bolsas são concedidas semestralmente, sendo válidas por cinco meses, nos seguintes períodos:

- a) no primeiro semestre, de primeiro de fevereiro até trinta de junho; e,
- b) no segundo semestre, de primeiro de agosto até trinta e um de dezembro.

As bolsas são distribuídas no semestre subsequente ao semestre avaliado e são cumulativas. Caso o aluno já possua algum convênio, será aplicado primeiro o desconto do convênio e sobre o valor obtido, o desconto da bolsa. Não serão concedidas bolsas nos períodos de matrículas. Os alunos contemplados com bolsas, que estão inseridos no FIES - Financiamento Estudantil têm que ser calculado sobre o valor inteiro da mensalidade e subtraída do valor pago pelo aluno à Instituição.

As bolsas possuem caráter de desconto de pontualidade, assim, no caso de impontualidade no pagamento, o aluno a perderá no respectivo mês. Nos casos dos descontos acumulados ultrapassarem a cem por cento, não será devido qualquer valor, em devolução ao aluno.

As bolsas serão concedidas para todos os alunos, nas seguintes condições:

- a) Aos alunos que obtiverem no semestre referido a média e a frequência estabelecida pela Instituição para a contemplação das bolsas;
- b) Aos alunos que forem aprovados no semestre, não tendo ficado em dependência;
- c) Aos alunos que não tenham sofrido durante o semestre referido advertência escrita ou suspensão por motivos disciplinares, aplicados pela direção.

As quotas das bolsas de estudos são:

- a) Dez por cento de desconto: quando obtiver média aritmética simples das disciplinas cursadas igual ou superior a nove e frequência superior a oitenta e cinco por cento em cada disciplina;
- b) Cinco por cento de desconto: quando obtiver média aritmética simples das disciplinas cursadas igual ou superior a oito e frequência superior a oitenta e cinco por cento em cada disciplina.

A bolsa contemplada com seu respectivo percentual de desconto será

referente à mensalidade vigente no período de contemplação, no valor estabelecido com o desconto da mensalidade paga em dia, e terá caráter de desconto de pontualidade. Se o aluno estiver inadimplente por trinta dias, a contar da data de vencimento, perderá o direito a bolsa nos meses subsequentes.

Ao término de cada semestre será reavaliado o programa, com os respectivos tópicos:

- a) alcance de seus objetivos;
- b) mensuração e evolução dos resultados;
- c) redução no índice de absenteísmo e de inadimplência;
- d) aumento no grau de satisfação do corpo discente;
- e) diagnóstico e proposta de mudanças de adaptação do programa.

Para os alunos do quinto ao oitavo termo, o programa motivacional concede ainda Bolsas de Estudo àqueles de cada turma que se destacam na avaliação ensino-aprendizagem que é realizada duas vezes em cada semestre. Nesta avaliação é abrangido todo o conteúdo interdisciplinar de cada bimestre, sendo possível acompanhar o desempenho discente, assim como suprir algumas deficiências que por ventura venham a ocorrer em determinada disciplina.

4.35.4.2. Programa Parceria – Desconto e Premiação

A Gran Tietê estabeleceu um programa de parceria no qual o aluno que indicar uma pessoa para o processo seletivo, e caso seja aprovada e efetue matrícula, terá dez por cento de desconto na mensalidade durante todo o semestre, possibilitando maiores descontos quanto mais indicações fizerem, conforme o quadro abaixo:

Número de Indicações (c/ matrícula)	1	2	3	4	5	6	7	8	9
% de Desconto na Mensalidade	10%	20%	30%	40%	50%	60%	70%	80%	90%

Quadro 15- Percentual de desconto – Programa parceria.

Para participar deste programa, o aluno deverá fazer pessoalmente a inscrição da pessoa indicada, na sede da Gran Tietê. Este programa de desconto não é cumulativo e, assim, caso o aluno participe do plano de indicações e tenha

bolsa de estudo, este terá direito ao benefício que lhe conceder maior vantagem. Neste programa o aluno da Gran Tietê que trazer outro aluno, mas porventura este não efetuar a sua matrícula, o aluno receberá no final do processo seletivo uma premiação referente ao número de inscrições realizadas.

4.35.4.3. Bolsas de Trabalho ou de Administração

Há na Gran Tietê a política de Bolsas para funcionários que pretendem realizar a graduação ou a pós-graduação em um dos cursos da Gran Tietê. Os critérios para distribuição das bolsas e os funcionários contemplados são definidos na política de capacitação do corpo técnico-administrativo.

4.35.4.4. Convênios

A Gran Tietê possui convênios com instituições e empresas para parceria e concessão de descontos. Para a obtenção de tais descontos os alunos deverão, no ato da matrícula, efetuar requerimento à Gran Tietê, anexando ao mesmo documento comprobatório de sua ligação com a instituição/empresa conveniada. Para manutenção do desconto, o aluno ainda com ligações com a empresa ou instituição conveniada deverá efetuar, impreterivelmente em sua matrícula, o mesmo procedimento descrito anteriormente, isto é, requerimento e documento comprobatório. Sendo deferido o requerimento, o desconto será concedido na mensalidade seguinte.

Os descontos provenientes dos convênios acima descritos não são cumulativos entre si, sendo, neste caso, considerado o maior desconto. Não incidem também sobre mensalidades de alunos beneficiados com o FIES bem como na matrícula e matrícula.

4.35.4.5. Bolsas Acadêmicas Fornecidas pela Mantenedora

A Gran Tietê instituiu uma Comissão Especial para analisar a conveniência, os objetivos e a viabilidade em consolidar um Fundo de apoio e incentivo aos

alunos, visando possibilitar a captação de recursos alternativos e o desenvolvimento de um programa de bolsas acadêmicas. A concessão de bolsas visa ainda oferecer oportunidade de complementação acadêmica a alunos de graduação, bem como o desenvolvimento de outras atividades acadêmicas, estimulando a integração ensino-pesquisa-extensão e a interdisciplinaridade.

O número de bolsas depende da disponibilidade orçamentária da Gran Tietê, bem como dos recursos captados. Fica a cargo da comissão a determinação de valores, prazos de vigência e demais critérios e especificidades.

4.35.4.6. Financiamento ao Estudo do Ensino Superior – FIES

É um programa do MEC em conjunto com a CAIXA ECONÔMICA FEDERAL que visa financiar, a juros baixos, até 100 % da mensalidade (dependendo da renda familiar) de alunos matriculados em instituições de ensino superior particulares credenciadas ao programa, como é o caso da Gran Tietê. Para participar o aluno deverá aguardar a abertura das inscrições que será comunicada pela Gran Tietê.

4.35.4.7. Bolsa do Programa Escola da Família

Programa do Governo Estadual/Secretaria Estadual da Educação que concede bolsa de 50% para alunos matriculados em instituições de ensino superior particulares credenciadas. Estas instituições devem, para credenciar-se ao programa, conceder aos alunos participantes a bolsa dos outros 50 % da mensalidade.

Os alunos participantes, por sua vez, deverão atuar aos fins de semana nas escolas públicas estaduais como Educadores Universitários.

4.35.4.8. Programa Universidade para Todos - Prouni

É um programa do Ministério da Educação, criado pelo Governo Federal em 2004, que oferece bolsas de estudos em instituições de educação superior privadas,

em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, a estudantes brasileiros de baixa renda sem diploma de nível superior. Tem como finalidade a concessão de bolsas de estudos integrais e parciais a estudantes de baixa renda, em instituições privadas de educação superior, oferecendo, em contrapartida, isenção de alguns tributos àquelas que aderirem ao Programa.

4.35.4.9. Estágio Não Obrigatório

A Faculdade Gran Tietê tem como uma das principais preocupações, o desenvolvimento profissional do discente, devido a isso, a instituição oferece total apoio ao aluno, para que ele possa estagiar de forma não obrigatória, na sua área de formação.

A modalidade, prevista no projeto pedagógico do curso de Pedagogia, é compreendida como espaço para a ampliação e consolidação de aprendizagens e vivência de situações de trabalho em diversos ambientes. Com isto, espera-se que o estudante possa ir clareando caminhos para um aprofundamento de estudos e se adaptando, psicológica e socialmente, às condições das futuras atividades profissionais. Do ponto de vista do apoio ao aluno, a Faculdade oferece convênios com empresas e instituições governamentais e não governamentais para oferta de campos de estágio, efetivando, também, o encaminhamento do estudante com melhor desempenho acadêmico a empresas diversas, para realização de estágio remunerado. Além disso, a Faculdade abre oportunidades de estágio não obrigatório nas coordenadorias de curso ou em setores técnicos institucionais, de acordo com as necessidades apresentadas.

4.35.4.10. Intercâmbio Acadêmico e Cultural

A Instituição manterá convênios com Instituições de Ensino Superior (IES), além de outras organizações - com finalidades diversas:

- Cooperação técnica, cultural, acadêmica, científica, administrativa e de intercâmbio de interesses interinstitucionais;
- Ações de titulação;
- Intercâmbio nacional e internacional de estudantes, dentre outros.

4.36. ACOMPANHAMENTO DE EGRESSOS

A Gran Tietê manterá um cadastro para registro da atuação profissional dos egressos do curso de Pedagogia, sempre que possível atualizado e com dados que lhe permita traçar o perfil da inserção de seus ex-alunos no mercado de trabalho. Esses dados serão valiosos também para que o curso possa repensar e rever seus objetivos, de acordo com a efetiva demanda verificada pelo mercado de trabalho, adequando-o à vocação regional verificada.

Contudo, não é somente esta modalidade de acompanhamento de egressos que se pretende implantar. Como forma de dar continuidade à consolidação e aplicação dos conhecimentos adquiridos na graduação, a Faculdade implantará um programa de acompanhamento de recém-graduados. Este acompanhamento se dará nas áreas descritas a seguir.

a) Apoio ao Egresso

O bacharel em Pedagogia, recém-formado, que pretenda exercer a profissão, até um ano após a colação de grau, poderá se utilizar de toda a estrutura da Faculdade (orientação técnica pelo professores, utilização da biblioteca e dos recursos de informática disponíveis etc.), como suporte para o início de suas atividades profissionais.

b) Incentivo à Pesquisa e à Docência

O bacharel em Pedagogia, recém-formado, que pretenda se dedicar à docência e à pesquisa, terá todo o suporte acadêmico para desenvolver suas atividades ou dar continuidade às atividades que já vinha desenvolvendo na graduação, até um ano após a colação de grau.

Estarão disponíveis a biblioteca, os recursos de informática e orientação pelos professores da área de pesquisa de opção do aluno, para elaboração de monografias, artigos ou qualquer outro tipo de trabalho acadêmico.

Haverá até mesmo possibilidade de alguns desses bacharéis virem a compor, futuramente, o quadro de docentes da GRAN TIEÊ, se prosseguirem na capacitação e qualificação acadêmicas, realizando cursos de pós-graduação em nível de mestrado e doutorado, contando até mesmo, em alguns casos, com o fomento da entidade mantenedora.

c) Preparação para Concursos Públicos

O objetivo aqui é dar continuidade às atividades desenvolvidas durante toda a graduação, voltadas para informação e orientação dos alunos sobre as funções desempenhadas nas carreiras públicas e sobre a natureza do processo seletivo para ingresso nos quadros de cada uma delas.

Para preparar os alunos para os concursos públicos (ingresso na carreira), a Faculdade estimulará seus alunos, particularmente com apoio da disciplina "Metodologia da Pesquisa", a buscar métodos eficientes de organização de estudo, que lhes facilite a aprendizagem.

O aluno será orientado a "aprender a aprender", aproveitando melhor seu tempo de estudo, organizando seus horários, criando hábito de estudo constante e disciplinado. Será trabalhada a idéia de que a otimização da aprendizagem é resultado de esforço, disciplina e constância. Esta atividade deverá ajudar a formar no aluno a consciência da necessidade do estudo constante durante toda a graduação e do estudo contínuo e autônomo após se tornar bacharel.

A experiência vem demonstrando que os alunos que conquistam as vagas nos vestibulares das universidades mais concorridas não são aqueles que depois de concluírem o ensino médio, se debruçam sobre os livros dez ou doze horas por dia, estudando a exaustão, para recuperar o tempo perdido. Os aprovados que obtêm as melhores classificações são aqueles que têm uma história de escolarização.

Proporcionando e disponibilizando estes recursos, a GRAN TIETÊ estará não apenas cumprindo sua missão de formar novos e competentes profissionais, como também lhes oferecendo meios para viabilizar o início da carreira e sua integração ao mercado de trabalho.

d) Bolsas de trabalho

A Instituição instalará uma coordenadoria de estágio que encaminhará os alunos para o desenvolvimento de atividades práticas em outras instituições externas à escola e oferecerá bolsa de ajuda de custo para os alunos que participarem de estágios de extensão dentro da GRAN TIETÊ.

e) Serviço de integração escola x empresa (encaminhamento profissional)

Dentro da GRAN TIETÊ há setores responsáveis por contatos e convênios com empresas, escolas, órgãos públicos e privados para o encaminhamento de estagiários ou contratos de trabalho. Existem também atividades de preparação para o trabalho que possibilita ao aluno vivenciar em laboratório situações corriqueiras da

vida real de uma empresa.

4.36.1. Meios de divulgação de trabalhos e produções de alunos

Como meio de estimular e divulgar os trabalhos de pesquisa e demais atividades acadêmicas, o curso manterá uma revista científica, de publicação periódica. A revista destina-se à divulgação das atividades de ensino, pesquisa e extensão da Faculdade, bem como ao intercâmbio com outros cursos do Brasil e do exterior, pela colaboração de professores e alunos. O seu conselho editorial é integrado pelos docentes mais titulados da própria instituição, e de professores de conceito notório, especialmente convidados. Na revista, que tem periodicidade semestral, a Faculdade promove também a editoração dos trabalhos científicos, de reconhecido valor, resultante de monografias, dissertações ou teses de seus professores, apresentados em eventos científicos ou aprovados em programas de pós-graduação ou resultantes de pesquisas realizadas.

Atente-se que a GRAN TIETÉ encaminhará ao IBICT a solicitação do ISSN para a indexação da revista em tela, fato que valoriza a produção científica da comunidade acadêmica da Faculdade.

4.36.2. CRIATIVIDADE E INOVAÇÃO

- **PROJETO INTEGRADOR**

O Projeto Integrador é um projeto inovador que integra os conhecimentos nas áreas específicas dos cursos e a prática organizacional, promovendo o desenvolvimento de competências, ou seja, a capacidade pessoal de mobilizar, articular e colocar em ação conhecimentos, habilidades, atitudes e valores necessários para o desempenho eficiente e eficaz de atividades requeridas pela natureza do trabalho e pelo desenvolvimento tecnológico.

O estreitamento do relacionamento entre o ambiente profissional e os alunos do curso de Pedagogia, será efetivamente realizado através destes projetos, ou seja, as experiências providas por estas atividades facilitarão a articulação das competências desenvolvidas ao longo do curso com o mercado de trabalho. O

projeto integrador reforça esta prática pedagógica, os objetivos gerais deste projeto, são:

- ✓ Ambientação com o mercado de trabalho;
- ✓ Legitimação dos conceitos face às práticas organizacionais;
- ✓ Oportunizar reflexão sobre as competências em desenvolvimento;
- ✓ Desenvolver habilidades de pesquisa e interpretação de dados e informações;
- ✓ Despertar o senso prático e o interesse pela pesquisa no exercício profissional;
- ✓ Promover integração e cooperação tecnológica entre a universidade e o mercado de trabalho;
- ✓ Incentivar a criatividade e os talentos pessoais e profissionais;
- ✓ Identificar oportunidades de negócios e novas alternativas para a gestão empresarial;
- ✓ Interação com os conhecimentos acadêmicos e a aplicação no trabalho.

5. CORPO DOCENTE

5.1. PERFIL DO CORPO DOCENTE

A profissão do magistério é imprescindível na estrutura social de todos os povos, requerendo por isso mesmo, adequada e cuidadosa seleção e

preparo para a mesma.

Sendo o professor de Pedagogia, também um educador, tem diante de si uma sociedade cheia de desafios e desigualdades acentuadas. O trabalho do professor de Pedagogia diante do contexto em que vive a sociedade mundial é desafiador, já que os problemas são extremamente complexos e o entendimento deles tem uma relação direta com as ciências gerenciais. Que perfil deve ter um professor, de forma a auxiliar o aluno a constituir-se como cidadão, dando oportunidade para que ele conheça melhor as relações que se estabelecem no interior das organizações e da sociedade.

Com estas reflexões e, ainda outras pertinentes ao ensino, o Curso de Pedagogia estabelece um perfil desejado para o professor da graduação ao entender que o conhecimento produzido na Faculdade, fundamentado em pesquisa de campo, de laboratório, levantamento bibliográfico e, dominado pelo professor, deve ser o instrumental teórico a ser elaborado e recriado, para se transformar em saber escolar, ou seja, um saber a ser trabalhado pelo egresso do curso.

Nesse perfil traçado pelo curso, há uma relação direta entre o professor e os novos paradigmas da Educação. Isso se registra da seguinte forma:

- A aprendizagem é considerada como processo;
- É dada prioridade à auto-imagem como geradora de desempenho;
- Valorização da igualdade no relacionamento, entre os sujeitos do processo educativo;
- A relação é entre pessoas e não em funções;
- A autonomia é encorajada;
- A Experiência interior e os sentimentos são encarados como fatores importantes para potencializar a aprendizagem;
- Enfatiza-se a busca do todo, complementando teoria com prática;
- A aprendizagem vista como processo para a vida toda;
- A interdisciplinaridade é fundamental para o processo de aprendizagem;
- O professor também é um aprendiz;
- Há preocupação com o ambiente favorável à aprendizagem.

Sob essa ótica, o professor precisa ter uma formação continuada. Propõe-se, dessa forma, juntamente com o professor, desvendar e utilizar os conhecimentos,

tendo como embasamento metodológico a dialética. Além disso, pretende-se desenvolver atividades orientadas de leitura e discussões, reflexão constante da prática pedagógica, bem como uma postura investigativa de forma a entender a estrutura e organização do espaço.

Na medida em que o professor se assume como sujeito do seu próprio trabalho na sala de aula, em que propicia condições para o aluno tornar-se co-produtor de conhecimentos, o pedagógico e o político saem fortalecidos. Para ser professor do Curso de Pedagogia não é necessário apenas dominar o conhecimento a ser repassado, mas ter uma visão holística. “Esse perfil envolve um professor que tem conhecimentos na área da psicologia de ensino e aprendizagem; didática; de linguagem e métodos a serem utilizados em sala de aula”.

Nessa perspectiva, o perfil adequado dos professores de Pedagogia da GRAN TIETÊ deve atender as qualidades ou condições para o magistério superior consubstanciam-se em duas direções: a vocação pedagógica e as condições profissionais.

1. **Vocação pedagógica:** o professor deve pertencer ao tipo de criatura humana social, isto é, aquele que é dominado pela tendência de servir aos seus semelhantes. A vocação pedagógica desdobra-se em amor pedagógico, sentido de valores e consciência de responsabilidade.
2. **Condições profissionais:** é necessário estar reforçado por certas qualidades profissionais, como erudição crítica e atitude inquisitiva, probidade magisterial, alegria e bom humor e tato pedagógico.

5.2. CONTRATAÇÃO DOS PROFESSORES

A formação do quadro de docentes do curso de Pedagogia é feita mediante contratação de profissionais específicos para cada área pelo regime de trabalho da CLT - Consolidação das Leis Trabalhistas. Os professores serão contratados em tempo integral, parcial ou horista – atendendo plenamente as exigências legais.

5.3. POLÍTICA E PLANO DE CARREIRA

O Plano de Carreira Docente – PCD regula as condições de admissão,

dispensa, direitos, vantagens, deveres e responsabilidades dos membros do magistério da GRAN TIETÊ.

5.3.1. Critérios de admissão e de progressão na carreira

O pessoal docente da **Faculdade GRAN TIETÊ** será contratado pela Mantenedora, de acordo com o processo seletivo, após indicação da Direção Acadêmica e aprovação pelo Diretor Geral.

Em sua indicação, deve a Direção Acadêmica comprovar a necessidade da contratação do professor. Após aprovação do Diretor Geral, cabe ao Departamento de Recursos Humanos promoverem o recrutamento e seleção do professor, nos termos das normas vigentes. O professor, contratado ou aqueles que já fazem parte do corpo docente da Instituição serão enquadrados, de acordo com sua titulação, em uma das categorias, classes e níveis do Plano de Carreira Docente da Faculdade **GRAN TIETÊ**.

5.3.2. Ações de Capacitação

A **Faculdade GRAN TIETÊ** valoriza seus docentes e, promove constantemente a capacitação dos mesmos. A política de capacitação dos docentes está claramente definida no Plano de Capacitação Docente.

5.3.3. Plano de Cargos e Salários

O plano de cargos e salários da instituição contempla tanto o corpo docente quanto o corpo técnico-administrativo. O corpo de funcionários é fundamental para o bom andamento das atividades da Instituição. Assim, a **Faculdade GRAN TIETÊ** desenvolve uma política de valorização de seus funcionários, enquadrando-os em um Plano de Cargos e Salários que visa contemplar o desempenho e formação dos mesmos, oferecendo também oportunidades de qualificação/capacitação profissional.

Dentro desta política são destacadas as seguintes diretrizes:

- ✓ Incentivo à formação continuada;
- ✓ Oferta de cursos voltados à atuação específica;

- ✓ Oferta de cursos de relações interpessoais para o bom desempenho profissional;
- ✓ Estímulo à participação em eventos sociais, culturais e científicos promovidos pela Instituição e outras entidades;
- ✓ Atualização de conhecimentos na área da informática;
- ✓ Implementação do Plano de Cargos e Salários adequando-o à realidade de mercado e de gestão;
- ✓ Elaboração da matriz de capacitação e treinamento do pessoal administrativo do nível técnico e operacional, revisando-a a cada ano;
- ✓ Seleção de profissionais já titulados e disponíveis no mercado, mediante chamada por edital, concurso ou outro expediente;
- ✓ Implementação da oferta de programas de qualificação próprios;
- ✓ Atração, desenvolvimento e retenção de talentos;
- ✓ Aumento do nível de valorização das pessoas;
- ✓ Criação de sistema de remuneração que reconheça méritos e valores;
- ✓ Criação de agentes integradores do ambiente interno, que aumentem a sinergia entre todos os funcionários da instituição.

5.4. ESTÍMULOS PROFISSIONAIS

5.4.1. Apoio à produção científica, técnica, pedagógica e cultural

Visando à contínua qualificação do seu corpo docente, a Gran Tietê incentiva, de várias formas, o progresso intelectual dos professores. Uma delas é a publicação de trabalhos de seus docentes na Revista Científica da Faculdade.

Outra forma de contribuir para o aperfeiçoamento dos seus docentes é assegurar apoio ao professor que se afastar de suas funções para:

- aperfeiçoar-se em instituições nacionais ou estrangeiras;
- prestar colaboração a outras instituições de ensino superior ou de pesquisa;
- participar de cursos, congressos, seminários e outros eventos de natureza científica, cultural ou técnica, relacionados com as suas atividades acadêmicas na Gran Tietê.

Especificamente, a política de recursos humanos, para o período do seu Plano de Desenvolvimento Institucional, contempla várias iniciativas e diretrizes, a saber:

- estabelecimento de incentivos funcionais, sob a forma de acréscimo percentual aos salários, mediante progressões horizontais, por merecimento, para a produção científica e tecnológica dos docentes, expressa em livros e artigos publicados, patentes obtidas e comunicações apresentadas em congressos e outros eventos assemelhados;
- permissão e encorajamento a um número crescente de professores, para que façam cursos de pós-graduação, especialmente os de *stricto sensu*;
- ampliação do leque de ofertas de cursos de especialização e atualização destinados a docentes;
- estabelecimento de convênios, com entidades públicas e particulares, do país e do exterior, que permitam a oferta de cursos, estágios e treinamentos aos professores;
- aumento e diversificação dos cursos que visem à capacitação e ao aprimoramento didático-pedagógico do docente;
- oferta de cursos e de estágios que permitam o aumento do número de professores engajados, como coordenadores ou simples pesquisadores, nos projetos de pesquisa e extensão da Gran Tietê.

5.4.2. Apoio à participação em eventos

A Faculdade estimula a participação dos seus professores em eventos de natureza cultural, técnica e científica, especialmente pela apresentação de trabalhos produzidos individualmente ou em grupo. Com o intuito de aprimorar a atividade docente a **Faculdade GRAN TIE TÊ** contempla em sua política de capacitação o apoio à participação dos docentes em eventos.

5.4.3. Incentivo à formação/atualização pedagógica dos docentes

A Gran Tietê, preocupada com a formação pedagógica de seus docentes, tem como política promover o desenvolvimento, aprimoramento e qualificação do ser humano como agente de transformação social, contribuindo com uma alternativa de atendimento educacional flexível e que elimina barreiras, facilitando o acesso ao conhecimento por meio da educação à distância e presencial. Uma de suas

principais diretrizes está em facilitar o acesso à formação pedagógica de profissionais graduados, habilitando-os, assim, para o exercício da docência.

Na Política de Capacitação Docente estão descritas todas as ações institucionalizadas de incentivo à formação/atualização pedagógica dos docentes. A Gran Tietê acredita que o grande diferencial de uma Instituição de ensino é o seu quadro de docentes, visto que as mudanças ocorrem com velocidade ímpar, tornando necessário a atualização constante, quer no aspecto específico das disciplinas, quer no aspecto didático pedagógico.

5.5. NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE - NDE

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) é um conjunto de professores, de elevada formação e titulação, contratados em tempo integral e parcial, que respondem mais diretamente pela criação, implantação e consolidação do Projeto Pedagógico do Curso. Dessa forma, o Núcleo é o órgão consultivo responsável pela concepção do Projeto Pedagógico do Curso e tem, por finalidade, a atualização, revitalização do mesmo.

As atribuições do Núcleo Docente Estruturante consistem em:

- I. Estabelecer o perfil profissional do egresso do curso;
- II. Atualizar periodicamente o projeto pedagógico do curso;
- III. Conduzir os trabalhos de reestruturação curricular, para aprovação no Colegiado de Curso, sempre que necessário;
- IV. Supervisionar as formas de avaliação e acompanhamento do curso definidas pelo Colegiado;
- V. Analisar e avaliar os Planos de Ensino dos componentes curriculares;
- VI. Promover a integração horizontal e vertical do curso, respeitando os eixos estabelecidos pelo projeto pedagógico;
- VII. Acompanhar as atividades do corpo docente, recomendando ao Colegiado de Curso a indicação ou substituição de docentes, quando necessário.

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) do respectivo curso segue a **Resolução n.º 01, de 17 de JUNHO de 2010**, conforme os parâmetros a seguir:

- I. ser constituído por um mínimo de 5 professores pertencentes ao corpo docente do curso;

- II. ter pelo menos 60% de seus membros com titulação acadêmica obtida em programas de pós- graduação *stricto sensu*;
- III. ter todos os membros em regime de trabalho de tempo parcial ou integral, sendo pelo menos 20% em tempo integral;
- IV. assegurar estratégia de renovação parcial dos integrantes do NDE de modo a assegurar continuidade no processo de acompanhamento do curso.

5.6. INTERDISCIPLINARIDADE NA PRÁTICA DOCENTE

Entre os princípios pedagógicos que estruturam as áreas de conhecimento destaca-se como eixo articulador, a **interdisciplinaridade**. Para observância da interdisciplinaridade é preciso entender que as disciplinas resultam de recortes e seleções, historicamente constituídos.

A forma de inserção e abordagem das disciplinas num currículo escolar é em si mesma indicadora de uma opção pedagógica de propiciar ao aluno a construção de um conhecimento fragmentário ou orgânico e significativo, quanto à compreensão dos fenômenos naturais, sociais e culturais.

É importante deixar claro que a prática docente, ao adotar a interdisciplinaridade como metodologia no desenvolvimento do currículo escolar, não significa o abandono das disciplinas nem supõe para o professor uma “pluri-especialização” bem difícil de imaginar, com o risco do sincretismo e da superficialidade.

Para maior consciência da realidade, para que os fenômenos complexos sejam observados, vistos, entendidos e descritos torna-se cada vez mais importante a confrontação de olhares plurais na observação da situação de aprendizagem. Daí a necessidade de um trabalho de equipe realmente pluridisciplinar e que impossibilite a fragmentação do conhecimento.

O projeto pedagógico em seus conteúdos programáticos busca a interdisciplinaridade e a instituição coloca à disposição dos professores e coordenadores o coordenador pedagógico, que possui como objetivo principal o eixo articulador do curso e suas nuances.

A flexibilidade, a interdisciplinaridade, a acessibilidade pedagógica e atitudinal e a articulação da teoria com a prática estão presentes em toda a estrutura curricular

do curso de Pedagogia, com carga horária compatível e suficiente para o alcance dos seus objetivos.

A estrutura curricular oferece um rol de 8 (oito) disciplinas optativas, numa perspectiva interdisciplinar e de flexibilização, respeitando os interesses e aptidões dos alunos que optarão por áreas de conhecimento que considerem relevantes à sua futura atuação profissional. No curso ora proposto, as disciplinas optativas incluídas realizam esta função, constituindo a formação em campos específicos de atuação que proporciona a livre escolha do aluno para construir competências e habilidades diferenciadas.

As disciplinas apresentadas para escolha do aluno demonstram claramente a possibilidade de flexibilização de seu currículo e de uma formação interdisciplinar. São disciplinas eletivas previstas na matriz curricular, por exemplo: “Empreendedorismo”, “Trabalho e Educação”, “Literatura Infantil”, “Higiene e Saúde”, dentre outras.

Além disso, não se pode esquecer que a interdisciplinaridade e flexibilidade são inerentes ao Trabalho de Curso, ao estágio supervisionado, e às atividades complementares, também presentes na matriz curricular, o mesmo ocorrendo com a iniciação científica e as atividades de extensão, ambas previstas neste projeto pedagógico.

O Trabalho de Curso, nos moldes de seu regulamento próprio, é um trabalho de caráter científico de livre escolha do aluno que se caracteriza como multi, trans ou interdisciplinar, elaborado sob a orientação de um docente e que se constitui em requisito indispensável à conclusão do curso, assim como o estágio supervisionado e a participação em atividades complementares.

Embora a interdisciplinaridade deva estar presente em todas as disciplinas, resultando inclusive de uma postura docente, a matriz curricular também tem disciplinas obrigatórias que a reforcem. É o que ocorre, por exemplo, com as disciplinas “Projeto Integrador” (I, II, III, IV e V) e “Oficina Pedagógica” (I,II, III, IV e V).

A organização curricular proposta para o curso em questão é resultado da reflexão sobre a missão, concepção, objetivos e perfil desejado do egresso estabelecidos para o curso. Por outro lado, a multiplicidade de funções desempenhadas pelo profissional da Pedagogia justifica a oferta de um leque maior

de opções ao estudante, no que se refere à sua formação, para que ele, já na graduação, possa, simultaneamente a uma formação de caráter geral, investir na carreira para a qual se sente mais vocacionado, demonstrando aptidão específica. Em todas as discussões ocorridas ao longo do processo de construção curricular do curso ficaram evidentes algumas questões, conforme relatadas a seguir.

Primeiramente, a preocupação em formar profissionais com conhecimentos amplos o suficiente para atuarem nos mais diversos lugares e situações. O limite desta amplitude dar-se-á pela efetiva possibilidade de existir o aprofundamento dos conhecimentos oferecidos.

Estes conhecimentos, por sua vez, terão por parâmetros uma perspectiva científica, o que garante a apropriação do conhecimento, a sua crítica e caminhos para a produção de outros novos saberes. Em outras palavras, o curso propiciará condições para o exercício de duas grandes habilidades complementares traduzidas como o "pensar cientificamente" e o "saber fazer pesquisa", a partir das atividades de iniciação científica e outros momentos que serão planejados ao longo da formação.

Estão presentes inquietações quanto à postura ética dos alunos e dos professores em relação ao próprio conhecimento e à própria formação. As condições requeridas para que esta formação possa materializar-se estão relacionadas à capacitação docente, à fundamentação teórica e às condições estruturais do currículo.

Reitera-se que a formação generalista abrangendo conhecimentos teóricos e metodológicos, consistentes e sólidos, não deve ser entendida como aprender de tudo um pouco, numa tentativa de atender direta e exclusivamente ao mercado de trabalho, e tampouco pode ser entendida como aquela que confere conhecimentos superficiais. Esta diz respeito ao profissional com conhecimento e competências para levantar necessidades, analisá-las segundo referenciais teóricos e, em função dos diferentes fatores envolvidos, planejar intervenções em qualquer lugar em que vá trabalhar. Subjacentes a essa compreensão encontram-se indicadores da necessidade de uma formação conectada com as demandas sociais e, portanto, não restrita às demandas do mercado de trabalho. É importante também ressaltar que a interdisciplinaridade e/ou a multidisciplinaridade será possível se o conhecimento for interpretado não como disciplinaridade pura, mas sim como um conhecimento que

se produz a partir de concepções de homem e de sociedade, articulado com outras áreas do conhecimento.

Outro ponto fundamental na construção da proposta pedagógica do curso é a superação da dicotomia entre teoria e prática. Nesse contexto, identifica-se a articulação ensino-pesquisa-extensão como orientadora da produção de um novo saber e momento privilegiado no rompimento dessa dicotomia, oportunizando, com isto, o exercício da crítica fundamentada teórica e eticamente. Pelo exposto, é possível identificar que a concepção de currículo aqui preconizada é incompatível com a ideia de somatória de disciplinas, na medida em que se busca uma estrutura curricular que rompa com a linearidade e a fragmentação do conhecimento.

5.7. COORDENADAÇÃO ACADÊMICA

A Coordenação acadêmica do curso de **Pedagogia** é feita mediante contratação de profissionais específicos para cada área pelo regime de trabalho da CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas – em tempo integral.

A Faculdade tem como norma que os coordenadores sejam aqueles de maior titulação, em regime de tempo integral, portadores de experiência profissional e acadêmica e não acadêmica adequadas. Avalia ainda o potencial interdisciplinar dos docentes dando preferência àqueles de maior adequação neste quesito para ocuparem a função de coordenação.

5.7.1. Atuação do coordenador

As competências da Coordenadoria de Curso estão dispostas no Art. 21 do Regimento da Faculdade, desta forma:

- I. Distribuir encargos de ensino, pesquisa e extensão entre seus professores, respeitadas as especialidades;
- II. Deliberar sobre os programas e planos de ensino das disciplinas;
- III. Emitir parecer sobre os projetos de ensino, pesquisa e de extensão que lhe forem apresentados, para decisão final do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE);
- IV. Pronunciar-se sobre aproveitamento de estudos e adaptações de alunos;

V. Opinar sobre admissão, promoção e afastamento de seu pessoal docente;

VI. Opinar sobre o plano e o calendário acadêmico, elaborado pelo Diretor Acadêmico; e

VII. Exercer as demais competências que lhe sejam previstas em lei e no Regimento.

São atribuições do Coordenador de Curso (Art. 22 do Regimento):

I. Superintender todas as atividades da Coordenadoria;

II. Representar a coordenação junto às autoridades e aos órgãos da Gran Tietê;

III. Supervisionar e fiscalizar a execução das atividades programadas no âmbito do seu campo, bem como a assiduidade dos professores e alunos;

IV. Convocar e presidir as reuniões do Conselho de Curso;

V. Apresentar, anualmente, à Diretoria Acadêmica, relatório de suas atividades e das de sua Coordenadoria;

VI. Sugerir a contratação ou dispensa do pessoal docente, técnico-administrativo e monitores;

VII. Encaminhar à Secretaria Acadêmica, nos prazos fixados pelo Diretor Acadêmico, os relatórios e informações sobre avaliações e frequência de alunos;

VIII. Promover, periodicamente, a avaliação das atividades e programas do Curso, assim como dos alunos e do pessoal docente e técnico-administrativo nele lotado;

IX. Propor ou encaminhar proposta, na forma deste Regimento, para a criação de cursos sequenciais, de pós-graduação e o desenvolvimento de projetos de pesquisa e programas de extensão ou eventos extracurriculares, culturais ou desportivos;

X. Delegar competência; e

XI. Exercer as demais atribuições que lhe sejam previstas em lei e no Regimento.

6. INSTALAÇÕES PARA O CURSO

6.1. ESPAÇO FÍSICO DO CURSO

O espaço físico disponibilizado pela Gran Tietê aos seus alunos, professores e funcionários foi projetado de tal maneira que atenda, da maneira mais satisfatória possível, dentro dos critérios estabelecidos pelo MEC, aos seguintes requisitos:

- a) Dimensão – espaço físico adequado para o número de usuários e para o tipo de atividade;
- b) Acústica – isolamento de ruídos externos e boa audição interna, com uso de equipamentos, se necessário;
- c) Iluminação – luminosidade natural e/ou artificial;
- d) Ventilação – adequada às necessidades climáticas locais ou com equipamentos, se necessário;
- e) Mobiliário e aparelhagem específica – adequado e suficiente;
- f) Limpeza – áreas livres são varridas e sem lixo, os pisos são lavados regularmente, mantendo-os sem sujeira, poeira e lixo. O depósito e as cestas de coleta de lixo estão disponibilizados em lugares estratégicos, como próximos às salas de aulas na cantina, na biblioteca, nas salas de estudo etc. A GRAN TIE TÊ mantém, também, suas instalações sanitárias com pisos, paredes e aparelhos lavados e desinfetados, contando para isso com pessoal adequado e material de limpeza disponível.

6.1.1. Salas de Aula

A IES possui salas de aulas disponíveis para o curso. Estão equipadas segundo a finalidade e atendem, plenamente, aos requisitos de dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, conservação e comodidade necessária à atividade proposta. Apresentam manutenção periódica, conforto, disponibilidade de recursos de tecnologias da informação e comunicação adequados às atividades a serem desenvolvidas. O espaço para as aulas ainda contempla uma flexibilidade

relacionada às configurações espaciais, oportunizando distintas situações de ensino-aprendizagem, e possuem outros recursos cuja utilização é comprovadamente exitosa.

6.1.2. Sala coletiva de professores

A instituição possui sala coletiva de professores implantada para os docentes do curso. A sala é adequada à finalidade e atende aos requisitos de dimensão, disponibilidade de equipamentos de informática, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, acessibilidade, conservação e comodidade necessária à atividade proposta. Possui ainda recursos de tecnologias da informação e comunicação apropriados para o quantitativo de docentes, permite o descanso e atividades de lazer e integração e dispõe de apoio técnico-administrativo próprio e espaço para a guarda de equipamentos e materiais.

6.1.3. Instalações administrativas

Na Gran Tietê, em suas instalações, existem salas destinadas especificamente para as funções administrativas da Instituição e dos cursos oferecidos (secretaria, tesouraria, almoxarifado, patrimônio etc.). A GRAN TIETÊ considera que o espaço físico reservado para esses setores é adequado para o número de usuários e para o tipo de atividade desenvolvida. Tais espaços atendem satisfatoriamente as condições de iluminação, ventilação, acústica, limpeza, mobiliário e equipamentos.

6.1.4. Espaço de trabalho para o coordenador

A GRAN TIETÊ possui espaço de trabalho implantado para o coordenador de curso. O mesmo está adequado à finalidade e atendem aos requisitos de dimensão, disponibilidade de equipamentos de informática, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, acessibilidade, conservação, funcionários, atendimento aos alunos e comodidade necessária à atividade proposta. O mesmo ainda permite o atendimento de indivíduos ou grupos com privacidade e dispõe de infraestrutura tecnológica diferenciada que possibilita formas distintas de trabalho.

6.1.5. Auditórios e Salas de Conferência

A Gran Tietê dispõe de um (1) auditório, onde a Instituição realiza vários eventos relacionados aos seus cursos, servindo também como sala de conferência. O auditório apresenta um espaço físico adequado para o número de usuários e para o tipo de atividade que se destina e atende, adequadamente, aos requisitos de iluminação, ventilação, acústica, limpeza, mobiliário e equipamentos.

6.1.6. Espaço de trabalho para docentes em tempo integral

O curso de Pedagogia da GRAN TIETÊ tem a previsão de 5 professores em regime de trabalho de tempo integral, sendo que a instituição possui espaço de trabalho implantados para tais professores. Estão adequados à finalidade e atendem aos requisitos de dimensão, disponibilidade de equipamentos de informática, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, acessibilidade, conservação e comodidade necessária à atividade proposta. Esse espaço conta com acesso à internet de alta velocidade para utilização dos professores no acompanhamento das disciplinas, atividade e demais necessidade em suas atividades de cunho pedagógico, na extensão ou ainda para pesquisa. O espaço viabiliza as ações acadêmicas no planejamento didático, atende às necessidades institucionais, possui recursos de tecnologias da informação e comunicação apropriados, garantem privacidade para uso desses recursos, para o atendimento a discentes e orientandos, e para a guarda de material e equipamentos pessoais, com segurança.

6.1.7. Condições de acesso para portadores de necessidades especiais

A GRAN TIETÊ - Faculdade GRAN TIETÊ se preocupa em garantir os requisitos mínimos de acessibilidade para pessoas portadoras de necessidades especiais que estudam ou venham a estudar na Instituição, tendo como referência a Norma Brasil 9050, da Associação Brasileira de Normas Técnicas, que trata da Acessibilidade de Pessoas Portadoras de Deficiências e Edificações, Espaço, Mobiliário e Equipamentos Urbanos. Atendendo tais normas, e também à Portaria nº 3.284, de 7 de novembro de 2003 (que dispõe sobre requisitos de acessibilidade de

peças portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições) a instituição adota os seguintes procedimentos:

Para alunos com deficiência física:

- ✓ eliminação de barreiras arquitetônicas para circulação do estudante, permitindo o acesso aos espaços de uso coletivo;
- ✓ reserva de vagas em estacionamentos nas proximidades das unidades de serviços;
- ✓ construção de rampas com corrimãos ou colocação de elevadores, facilitando a circulação de cadeira de rodas;
- ✓ adaptação de portas e banheiros com espaço suficiente para permitir o acesso de cadeira de rodas;
- ✓ colocação de barras de apoio nas paredes dos banheiros;
- ✓ instalação de lavabos, bebedouros e telefones públicos em altura acessível aos usuários de cadeira de rodas.

Para alunos com deficiência visual:

Compromisso formal da instituição de proporcionar, caso seja solicitada, desde o acesso até a conclusão do curso, sala de apoio contendo:

- ✓ máquina de datilografia *Braille*, impressora *Braille* acoplada a computador, sistema de síntese de voz;
- ✓ gravador e fotocopiadora que amplie textos;
- ✓ plano de aquisição gradual de acervo bibliográfico em fitas;
- ✓ *software* de ampliação de tela;
- ✓ equipamento para ampliação de textos para atendimento a aluno com visão subnormal;
- ✓ lupas, régua de leitura;
- ✓ *scanner* acoplado a computador;
- ✓ plano de aquisição gradual de acervo bibliográfico dos conteúdos básicos em *Braille*.

Para alunos com deficiência auditiva:

Compromisso formal da instituição de proporcionar, caso seja solicitada, desde o acesso até a conclusão do curso:

- ✓ quando necessário, intérpretes de língua de sinais/língua portuguesa, especialmente quando da realização de provas ou sua revisão, complementando a avaliação expressa em texto escrito ou quando este não tenha expressado o real conhecimento do aluno;
- ✓ flexibilidade na correção das provas escritas, valorizando o conteúdo semântico;
- ✓ aprendizado da língua portuguesa, principalmente na modalidade escrita (para o uso de vocabulário pertinente às matérias do curso em que o estudante estiver matriculado);
- ✓ materiais de informações aos professores para que se esclareça a especificidade linguística dos surdos.

6.1.8. Infraestrutura de segurança

O Sistema de Segurança atua no sentido de garantir a prevalência das normas de segurança no que se refere às suas atribuições de prevenção e segurança às pessoas. Quanto à segurança patrimonial, a Faculdade dispõe de corpo próprio de vigilantes que garante este serviço e assegura a guarda da estrutura patrimonial (prédios, móveis, equipamentos).

6.2. EQUIPAMENTOS

A seguir estão descritas as considerações sobre os equipamentos disponibilizados para o curso.

6.2.1. Acesso a equipamentos de informática pelos docentes

Os equipamentos de informática são disponibilizados para os docentes em diversos setores, tais como: sala de atendimento, biblioteca, sala de professores, além dos laboratórios de informática.

6.2.2. Acesso a equipamentos de informática pelos alunos

Os equipamentos de informática estão disponibilizados para todos os alunos dos cursos da **GRAN TIETÊ**, em laboratórios específicos, na biblioteca e nos terminais de consulta.

6.2.3. Recursos audiovisuais e multimídia

A **Faculdade GRAN TIETÊ** se preocupa em garantir os requisitos mínimos de acessibilidade para pessoas portadoras de necessidades especiais que estudam ou venham a estudar na Instituição, tendo como referência a Norma Brasil 9050, da Associação Brasileira de Normas Técnicas, que trata da Acessibilidade de Pessoas Portadoras de Deficiências e Edificações, Espaço, Mobiliário e Equipamentos Urbanos. Atendendo tais normas, e também à Portaria nº 3.284, de 7 de novembro de 2003 (que dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições) a instituição adota os seguintes procedimentos: disponibiliza equipamentos audiovisuais (retroprojetor, multimídia, projetores de slides, videocassete e tv, fitas de vídeo etc.), que podem ser utilizados pelos professores e alunos do curso. Tais recursos existem em quantidade adequada às necessidades de professores e alunos, disponíveis mediante agendamento, para os cursos atualmente oferecidos, com vistas a facilitar a rotina acadêmica.

6.3. SERVIÇOS

As considerações sobre os serviços estão descritas a seguir.

6.3.1. Manutenção das instalações físicas

Todas as instalações físicas são bem conservadas. A Instituição possui setores destinados à limpeza, conservação e manutenção dos espaços físicos e das instalações diversas. Os espaços externos são limpos e ajardinados.

6.3.2. Manutenção dos Equipamentos

Os equipamentos da Gran Tietê foram adquiridos recentemente, e por este motivo a instituição está voltada para a otimização do uso e atualização dos

mesmos. Os responsáveis providenciam a manutenção preventiva e corretiva, bem como a expansão e atualização sempre que houver necessidade, evitando assim que os laboratórios se tornem obsoletos.

Faz parte do plano de expansão e atualização:

- Administrar a utilização dos equipamentos de uso comunitário e reorganizar os itens de consumo e produtos periodicamente;
- Analisar mudanças e melhorias realizadas nos softwares adquiridos e efetuar divulgação através de documentos, palestras e cursos;
- Apoiar os usuários na utilização dos equipamentos e das ferramentas existentes na unidade;
- Elaborar projeto de instalação de máquinas e equipamentos de processamento de dados e das redes de comunicação de dados;
- Especificar e acompanhar o processo de compra de equipamentos de informática, de softwares e demais equipamentos necessários aos laboratórios específicos;
- Instalar, acompanhar e controlar a performance dos equipamentos e das redes de comunicação de dados;
- Planejar e implantar rotinas que melhorem a operação e segurança no uso dos equipamentos;
- Planejar e ministrar cursos internos sobre utilização de recursos computacionais e dos demais equipamentos.

6.3.3. Aquisição, atualização e manutenção de equipamentos de informática e softwares

Em consonância com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), faz parte da política de aquisição, atualização e manutenção de equipamentos de informática:

- ✓ Administrar a utilização dos equipamentos de uso comunitário e reorganizar os itens de consumo e produtos periodicamente;
- ✓ Analisar mudanças e melhorias realizadas nos softwares adquiridos e efetuar divulgação através de documentos, palestras e cursos;

- ✓ Apoiar os usuários na utilização dos equipamentos e das ferramentas existentes na unidade;
- ✓ Elaborar projeto de instalação de máquinas e equipamentos de processamento de dados e das redes de comunicação de dados;
- ✓ Especificar e acompanhar o processo de compra de equipamentos de informática, de softwares e demais equipamentos necessários aos laboratórios específicos;
- ✓ Instalar, acompanhar e controlar a performance dos equipamentos e das redes de comunicação de dados;
- ✓ Planejar e implantar rotinas que melhorem a operação e segurança no uso dos equipamentos;
- ✓ Planejar e ministrar cursos internos sobre utilização de recursos computacionais e dos demais equipamentos.

Todos os equipamentos de informática necessitam de manutenções preventivas periódicas para que o seu rendimento seja eficiente e o seu ciclo de vida possa aumentar. De modo semelhante, a aquisição e atualização de aplicativos são fundamentais para a continuidade da oferta de ensino de qualidade. Sob esta ótica, a política de atualização de equipamentos e softwares que deve ser implementada no âmbito da Instituição, de modo que a IES possa manter todos seus serviços educacionais e administrativos em funcionamento adequado, utilizando-se sempre de equipamentos e softwares atualizados e condizentes com as exigências e necessidades para atender adequadamente sua proposta.

A Instituição possui uma **“Política de aquisição, atualização e manutenção de equipamentos de informática e softwares.**

6.4. TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TICS) PREVISTAS PARA O CURSO

As Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) são definidas como os recursos didáticos constituídos por diferentes mídias e tecnologias, síncronas e assíncronas. Isto envolve ambientes virtuais e suas ferramentas, redes sociais e suas ferramentas, fóruns eletrônicos, *blogs*, *chats*, tecnologias de telefonia, teleconferências, videoconferências, TV convencional, TV digital e interativa, rádio,

programas específicos de computadores (*softwares*), objetos de aprendizagem, conteúdos disponibilizados em suportes tradicionais (livros) ou em suportes eletrônicos (CD, DVD, Memória *Flash*, etc.), entre outros.

As tecnologias de informação e de comunicação (TIC) podem constituir um elemento valorizador das práticas pedagógicas, já que acrescentam, em termos de acesso à informação, flexibilidade, diversidade de suportes no seu tratamento e apresentação. As TIC valorizam, ainda, os processos de compreensão de conceitos e fenômenos diversos, na medida em que conseguem associar diferentes tipos de representação que vão desde o texto, à imagem fixa e animada, ao vídeo e ao som. Contudo, o entusiasmo e a esperança que se deposita nas tecnologias, não podem ser tomados, por si só, como o elixir para todos os males de que a educação padece.

A tecnologia deve ser usada não porque está disponível ou porque se mostrou efetiva em alguns casos. Deve ser usada para possibilitar o processo de ensino e aumentar a aprendizagem. O uso desapropriado de tecnologia pode ter efeitos negativos.

Os professores devem escolher bem a tecnologia e justificar:

- porque é necessária para o tema;
- qual a mais-valia do seu uso; e
- como a tecnologia pode apoiar o processo de ensino.

Alguns autores sugerem o seguinte para o uso racional da tecnologia:

- a) aumentar a motivação;
- b) capacidades de ensino únicas, tais como ajudar os alunos a visualizar os dados e/ou o problema ou a seguir o seu progresso na aprendizagem;
- c) apoiar abordagens de ensino inovadoras tais como a aprendizagem colaborativa e a aprendizagem baseada em problemas;
- d) aumentar a produtividade do professor e a construção de conhecimento pelo aluno.

A INSTITUIÇÃO CONTA COM UM SOFTWARE 100% WEB QUE GERENCIA A FACULDADE COMO UM TODO, TRAZENDO UMA GRANDE INOVAÇÃO NA MANEIRA COMO OS ALUNOS E PROFESSORES SE RELACIONAM, E UM DIFERENCIAL EM AGILIDADE ATRAVÉS DO SEU APP.

6.5. BIBLIOTECA

6.5.1. Espaço Físico

Como órgão suplementar, a Biblioteca está vinculada à Diretoria Geral da Faculdade, mantendo relacionamento sistêmico com os demais setores e constituindo-se em ferramental de apoio às atividades fins de ensino, pesquisa e extensão da **Faculdade GRAN TIE TÊ**. Assim, oferece à comunidade acadêmica o suporte informacional necessário ao desenvolvimento de seus cursos. A Biblioteca apresenta condições adequadas quanto a espaços, mobiliários, equipamentos, infraestrutura e condições ambientais (luminosidade, umidade e sistema de prevenção contra fungos, insetos e qualquer tipo de micro-organismo). Dispõe de sistema de proteção contra incêndio e sistema antifurto para a armazenagem, preservação e funcionamento do acervo bibliográfico disponível.

A Biblioteca não apresenta qualquer tipo de barreira arquitetônica, permitindo que todos tenham condições de acesso a suas edificações, espaços, mobiliário e equipamentos. O espaço físico abaixo discriminado indica as instalações do acervo para estudos individuais e em grupo, leitura, consulta, processamento técnico, atividades administrativas e demais áreas necessárias na Biblioteca para o melhor atendimento ao seu usuário.

6.5.2. Instalações para o acervo

A área para acomodar o acervo da Biblioteca da **Faculdade GRAN TIE TÊ** é ampla e oferece condições adequadas quanto à área física, acervo de livros, periódicos especializados, softwares, fitas de vídeo e CD-ROMs, nas áreas do curso oferecidos, bem como moderna gestão e informatização para o acesso não somente ao acervo interno, mas também às redes de informação. O mobiliário é adequado e moderno, atendendo os princípios recomendados para as bibliotecas universitárias. O acervo está acomodado em estantes, devidamente distribuído de acordo com a especificidade de cada material bibliográfico e bem sinalizado.

6.5.3. Instalações para estudos individuais

Na Biblioteca da GRAN TIETÊ existem áreas reservadas para estudos individuais com espaço e mobiliário adequados, oferecendo boxes para os usuários, proporcionando comodidade e facilidade para o acesso. Os espaços para estudo são bem iluminados, com refrigeração adequada, sem interferências sonoras, além de permanentemente conservados e limpos.

6.5.4. Instalações para estudos em grupos

A Biblioteca da GRAN TIETÊ possui salas para estudo em grupo. As salas para estudo em grupo estão devidamente instaladas e climatizadas, tendo cada uma delas mesa circular com seis cadeiras. Os espaços proporcionam a reserva necessária para o tipo de atividades que neles são desenvolvidas. Por estarem inseridos no corpo da Biblioteca, estão atendidos os aspectos de iluminação, refrigeração, acústica e limpeza.

6.5.5. Acervo Geral

O acervo geral da Biblioteca está distribuído nos mais diversos suportes de informação como livros, periódicos, fitas de vídeos, CD-ROMs, fitas K-7, bases de dados, DVDs, folhetos, informativos, mapas, jornais e revistas não científicos, entre outros. Todo este material está devidamente distribuído nas estantes, tendo sido etiquetado e preparado de acordo com os padrões bibliográficos de catalogação (Código de Catalogação Anglo Americano - AACR2) e classificação (Classificação Decimal de Dewey - CDD), para que sua recuperação no acervo seja imediata.

A Biblioteca da GRAN TIETÊ também pratica a Política de Desenvolvimento de Coleções tendo como finalidade atender apropriadamente as funções de ensino, pesquisa e extensão, acompanhando o desenvolvimento e crescimento da Instituição.

6.5.6. Periódicos Específicos do Curso de Pedagogia

A instituição possui assinaturas e acesso aos periódicos especializados,

indexados e correntes, sob a forma impressa ou virtual, **maior que 20 títulos** distribuídos entre as principais áreas do curso, a maioria deles com **acervo atualizado** em relação aos últimos 3 anos.

1. REVISTA INTERAÇÃO

A revista Inter-Ação, que circula desde 1975, é uma publicação semestral da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da FE/UFG.

ACESSO:

<http://www.revistas.ufg.br/index.php/interacao>

2. PHILÓSOPHOS - REVISTA DE FILOSOFIA

A Revista Philosophos tem como objetivo publicar material bibliográfico inédito na área de filosofia e promover o debate filosófico.

ACESSO:

<http://www.revistas.ufg.br/index.php/philosophos>

3. ESTUDOS

A revista Estudos já com 36 anos de existência, é uma publicação bimestral da Universidade Católica de Goiás.

ACESSO:

<http://revistas.ucg.br/index.php/estudos>

4. EDUCATIVA

A revista Educativa é uma publicação semestral do Departamento de Educação da UCG. Está aberta à publicação de trabalhos que tomem como objeto de suas reflexões o estudo do fenômeno educativo, tendo como referência fundamental os seguintes eixos: práticas pedagógicas, história da educação e políticas educacionais, formação de professores, sociedade, educação e cultura.

ACESSO:

<http://revistas.ucg.br/index.php/educativa>

5. SER

A Revista Ser é uma publicação on-line de periodicidade semestral do Ser - Núcleo de Pesquisa em Comunicação e Cidadania da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, orientada para a divulgação científica em torno da temática Comunicação, Cultura e Cidadania.

ACESSO:

<http://revistas.ucg.br/index.php/ser>

6. EDUCAÇÃO E PESQUISA

a. Educação e Pesquisa é uma publicação quadrimestral da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo FEUSP. Publicada desde 1975, a revista aceita artigos em português, francês, espanhol e inglês.

b. ACESSO:

c. <http://www.scielo.br/revistas/ep/paboutj.htm>

7. EDUCAÇÃO E SOCIEDADE

Planejada como instrumento de incentivo à pesquisa acadêmica e ao amplo debate sobre o ensino, nos seus diversos prismas, a revista aceita colaborações de artigos e resenhas na área de Ciência da Educação.

ACESSO:

http://www.scielo.br/scielo.php/script_sci_serial/pid_0101-7330/Ing_pt/nrm_iso

8. REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO

Publicada pela ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, dedica-se à publicação de artigos acadêmico-científicos, fomentando e facilitando o intercâmbio acadêmico no âmbito nacional e internacional.

ACESSO:

<http://www.ibict.br/revistainclusaosocial/index.php>

9. REVISTA DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO

É uma publicação semestral da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo — FEUSP (fundada em 1969). Edita artigos e relatos de pesquisa inéditos na área de educação e afins, bem como resenhas de livros, documentos especiais e traduções de autoria de docentes e pesquisadores da USP e de outras instituições.

ACESSO:

<http://www.scielo.br/revistas/rfe/paboutj.htm>

10. REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS SOCIAIS

A Revista Brasileira de Ciências Sociais (RBCS), de periodicidade quadrimestral, é publicada desde junho de 1986 pela ANPOCS - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais.

ACESSO:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_serial&pid=0102-6909&lng=pt&nrm=iso

11. REVISTA PRO-POSIÇÕES

A Revista **Pro-Posições**, criada em 1990, é uma publicação quadrimestral de editoria da Faculdade de Educação da Unicamp e publica artigos, resenhas e traduções sobre temas relacionados à área das Ciências da Educação, expressando a investigação, os debates e a produção da área.

ACESSO:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_serial&pid=0103-7307&lng=en&nrm=iso

12. CURRENT ISSUES IN EDUCATION

Revista eletrônica publicada pela Faculdade de Educação da Universidade do Arizona.

ACESSO:

<http://cie.ed.asu.edu/>

13. REVISTA MUY INTERESANTE (EM ESPANHOL)

Revista mensal de divulgação e interesse geral mais lida na Espanha. Trata de ciência, tecnologia, história, corpo humano, saúde, meio-ambiente etc.

ACESSO:

<http://www.muyinteresante.es>

14. A PÁGINA DA EDUCAÇÃO

Jornal mensal especializado em educação, ensino, sociedade e cultura. Estão disponíveis as edições a partir de janeiro de 1998.

ACESSO:

<http://www.a-pagina-da-educacao.pt/arquivo/Artigo.asp?ID=2033>

15. EDUCATIONAL POLICY ANALYSIS ARCHIVES

Revista eletrônica publicada pelo Laboratório de Estudos de Política Educacional da Universidade do Arizona.

ACESSO:

<http://olam.ed.asu.edu/epaa/>

16. EDUCATIONAL RESEARCHER

Publicação da associação de pesquisa educacional americana.

ACESSO:

<http://www.aera.net/pubs/er/>

17. RETHINKING SCHOOLS

Publicação independente com matérias educacionais.

ACESSO:

<http://www.rethinkingschools.org/>

18. CUADERNOS DE PEDAGOGÍA

Revista online sobre educação.

ACESSO:

<http://www.cuadernosdepedagogia.com>

19. REVISTA PORTUGUESA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

É uma publicação, em suporte eletrônico, do Instituto Nacional de Acreditação da Formação de Professores (INAFOP) com o objetivo de contribuir para a reflexão, debate e intercâmbio de ideias e práticas no domínio da formação profissional de professores.

ACESSO:

<http://www.inafop.pt/revista/apresentacao.html>

20. REVISTA MUY INTERESANTE (EM ESPANHOL)

Revista mensal de divulgação e interesse geral mais lida na Espanha. Trata de ciência, tecnologia, história, corpo humano, saúde, meio-ambiente etc.

ACESSO:

<http://www.muyinteresante.es>

21. A PÁGINA DA EDUCAÇÃO

Jornal mensal especializado em educação, ensino, sociedade e cultura. Estão disponíveis as edições a partir de janeiro de 1998.

ACESSO:

<http://www.a-pagina-da-educacao.pt/arquivo/Artigo.asp?ID=2033>

22. REVISTA PORTUGUESA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

É uma publicação, em suporte eletrônico, do Instituto Nacional de Acreditação da Formação de Professores (INAFOP) com o objetivo de contribuir para a reflexão, debate e intercâmbio de ideias e práticas no domínio da formação profissional de professores.

ACESSO:

<http://www.inafop.pt/revista/apresentacao.html>

23. CURRENT ISSUES IN EDUCATION

Revista eletrônica publicada pela Faculdade de Educação da Universidade do Arizona.

ACESSO:

<http://cie.ed.asu.edu/>

24. EDUCATIONAL POLICY ANALYSIS ARCHIVES

Revista eletrônica publicada pelo Laboratório de Estudos de Política Educacional da Universidade do Arizona.

ACESSO:

<http://olam.ed.asu.edu/epaa/>

PERSPECTIVA (UFSC)

<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/issue/archive>

25. RETHINKING SCHOOLS

Publicação independente com matérias educacionais.

ACESSO:

<http://www.rethinkingschools.org/>

26. CUADERNOS DE PEDAGOGÍA

Revista online sobre educação.

ACESSO:

<http://www.cuadernosdepedagogia.com>

27. EDUCATIONAL RESEARCHER

Publicação da associação de pesquisa educacional americana.

ACESSO:

<http://www.aera.net/pubs/er/>

OUTROS PERIÓDICOS

28. ETD. EDUCAÇÃO TEMÁTICA DIGITAL: UNICAMP -
<http://www.fae.unicamp.br/revista/index.php/etd/issue/archive>
29. INVESTIGAÇÕES EM ENSINO DE CIÊNCIAS : UFRGS
<http://www.if.ufrgs.br/ienci/>
30. PRÁXIS EDUCATIVA; UEPG (UEPG. ONLINE) -
<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa/issue/archive>
31. PRÓ-POSIÇÕES: UNICAMP. (ONLINE) -
<http://mail.fae.unicamp.br/~proposicoes/edicoes/home66.html>
32. REISTA DE EDUCAÇÃO PÚBLICA:UFMT
<http://www.ie.ufmt.br/revista/>
33. REVISTA DIÁLOGO EDUCACIONAL: PUCPR -
<http://www2.pucpr.br/reol/index.php/DIALOGO?dd99=olds>
34. REVISTA EDUCAÇÃO EM QUESTÃO :UFRN.
<http://www.revistaeduquestao.educ.ufrn.br/colecaocompleta.htm>
35. REVISTA BRASILEIRA DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS: IF/USP -
<http://www.cienciamao.if.usp.br/tudo/index.php?midia=rab>
36. REVISTA BRASILEIRA DE POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO: ANPAE -
<http://www.anpae.org.br/website/publicacoes/revista-da-anpae>
37. AMERICAN SCHOOL BOARD JOURNAL
<http://www.asbj.com>
38. AMERICAN SCHOOL & UNIVERSITY MAGAZINE
<http://www.asumag.com>
39. CREATIVE CLASSROOM ONLINE
<http://www.creativeclassroom.org>
40. EDUCATION UPDATE ONLINE
<http://www.educationupdate.com>
41. NEWSWEEK EDUCATION PROGRAM
<http://school.newsweek.com>
42. PERIÓDICOS EM EDUCAÇÃO, SELECIONADOS PELA BIBLIOTECA VIRTUAL DE EDUCAÇÃO
http://bve.cibec.inep.gov.br/pesquisa/gr_categ.asp?cat=218&nome=Tipologia
43. T.H.E.JOURNAL ONLINE, TECHNOLOGICAL HORIZONS IN EDUCATION (EM INGLÊS)
<http://www.thejournal.com/magazine>
-

6.5.7. Informatização do acervo

A informatização da Biblioteca merece especial destaque no projeto global da Gran Tietê, dando origem a uma política voltada para a aquisição de equipamentos (computadores e periféricos) e contratação de pessoal técnico e operadores qualificados, em benefício dos padrões de desempenho institucional e do público usuário, o qual recebe treinamento para a utilização de tais equipamentos.

Os usuários têm à disposição serviços informatizados para busca e localização de material informacional como:

- Conexão com outras instituições, via Internet, para facilitar pesquisas bibliográficas;
- Programa de Comutação Bibliográfica – COMUT;
- Serviço de consulta às bases de dados;
- Programa de automação dos catálogos para localização da informação no acervo por autor, título e assunto.

A Biblioteca também tem todos os seus serviços internos informatizados (registro, catalogação, indexação etc.), bem como os serviços diretamente ligados aos usuários (identificação, empréstimo/devolução, reserva etc.).

6.5.8. Política de aquisição, expansão e atualização

A **Faculdade GRAN TIETÊ** pratica uma Política de Aquisição, Expansão e Atualização em sua Biblioteca com o objetivo principal de mantê-la sintonizada com a proposta pedagógica dos seus cursos. A Instituição adota, para aplicação dessa Política, critérios definidos para aquisição de seu acervo (livros, periódicos, bases de dados, multimeios etc.). Um dos principais critérios aplicados leva em consideração a proposta pedagógica dos cursos e as prioridades para a bibliografia básica e complementar para tomada de decisão. A Biblioteca identifica a existência ou não, em seu acervo, da bibliografia básica e complementar das disciplinas oferecidas pelos cursos da **Faculdade GRAN TIETÊ** por meio de um inventário. Uma vez constatada a inexistência de algum título ou, mesmo fazendo parte do acervo esteja em quantidade inadequada em relação ao número de alunos matriculados na disciplina que o indicou ou sem condições de uso por qualquer tipo de deteriorização, é solicitado aos órgãos administrativos da **Faculdade GRAN TIETÊ** sua aquisição imediata.

Em relação aos periódicos, a Biblioteca da **Faculdade GRAN TIETÊ** sempre renova as assinaturas de títulos correntes que são de interesse para os cursos e, ainda, promove a aquisição de novos títulos por meio de contatos frequentes com empresas especializadas em periódicos nacionais e estrangeiros ou por indicação de usuários.

Por diversas razões, muitos periódicos podem se tornar ultrapassados, não sendo mais de utilidade para cursos das áreas que abrangem. Nestes casos, a Biblioteca, em parceria com os coordenadores de curso, deve selecionar novos títulos, para que seja feita a aquisição. A Biblioteca da **Faculdade GRAN TIETÊ** sempre toma o cuidado de verificar nestes novos títulos a serem adquiridos, se não houve interrupção em seus fascículos ou se sua edição não está em vias de encerramento.

Os multimeios são, geralmente, indicados pelas coordenações de curso. Muitas vezes uma informação contida em um determinado suporte de informação pode servir para diversas disciplinas em vários cursos; assim, a Biblioteca, na medida do possível, adquire mais de uma cópia para atingir o maior número de usuários.

As bases de dados, *on-line* ou não, compreendem, em sua maioria, quase todas as disciplinas de um mesmo curso e, muitas vezes, podem abranger vários cursos pertencentes a uma mesma área. São grandes depósitos de informação atualizada e por esta razão são fundamentais no acervo da Biblioteca da **GRAN TIETÊ**. Para o cumprimento da Política de Aquisição, Expansão e Atualização a mantenedora prevê em seu orçamento a destinação um percentual de sua receita anual – conforme prevê o PDI.

6.5.9. Horário de funcionamento

A Biblioteca da **Faculdade GRAN TIETÊ** tem um horário de funcionamento que dá oportunidade ao aluno de utilizá-la no turno de funcionamento do seu curso e em outros horários, inclusive aos sábados, com a preocupação de que permaneça pelo menos um bibliotecário durante todo o período de seu funcionamento.

6.5.10. Serviço de acesso ao Acervo

A Biblioteca atende ao público interno: alunos, professores e funcionários da GRAN TIETÊ; e também o público externo, mas, este último, apenas para consultas em suas dependências. A Biblioteca possui acesso restrito, porém, está nos planos da GRAN TIETÊ a sua ampliação física, bem como, o acesso livre. A leitura na Biblioteca é franqueada aos usuários, devendo as obras consultadas serem deixadas sobre o balcão de atendimento para que um funcionário da Biblioteca as devolva às estantes. Estas consultas também são computadas para fins estatísticos.

O acesso ao acervo pode se dar também por meio da página que a GRAN TIETÊ tem na Internet. Nela, existe um espaço para a Biblioteca no qual os títulos do acervo estão discriminados e podem ser pesquisados. O sistema de informação da Biblioteca da GRAN TIETÊ possibilita o acesso remoto ao acervo na própria Faculdade e fora dela, tanto para consulta como para seus serviços.

A Biblioteca da **Faculdade GRAN TIETÊ** oferece os seguintes serviços:

Empréstimos

Domiciliar

- ✓ permitido a docentes, discentes, técnico-administrativos e usuários visitantes, desde que cadastrados;
- ✓ o tempo de empréstimo varia de três a quinze dias, dependendo do tipo de material emprestado e do usuário;
- ✓ o limite de material emprestado também é variável, de acordo com o usuário;
- ✓ existe a possibilidade de renovação de empréstimo e reserva, por telefone e via Internet.

Entre Bibliotecas

O objetivo é fornecer aos usuários da Biblioteca da **Faculdade GRAN TIETÊ** originais ou reproduções de periódicos, teses, dissertações, monografias ou trabalhos que não estejam disponíveis no acervo. Igualmente, proporciona a outras instituições que solicitem os documentos existentes no acervo e requeridos.

Serviço de Comutação Bibliográfica

O Serviço de Comutação Bibliografia recupera documentos não localizados no Sistema de Biblioteca da GRAN TIETÊ. Realiza também empréstimo de livros, artigos, teses e dissertações entre Bibliotecas nacionais por meio do COMUT.

Treinamento de usuários

É oferecido ao usuário um treinamento para melhor utilização do acervo e dos serviços oferecidos pela Biblioteca.

Auxílio na busca da informação

O usuário pode agendar um horário para que um bibliotecário o ajude a localizar informações via Internet ou em bases de dados. Este tipo de atendimento mais personalizado é muito utilizado na Biblioteca da GRAN TIETÊ.

Alerta bibliográfico

Este serviço mantém informado e atualizado o usuário da Biblioteca da GRAN TIETÊ sobre conteúdos das publicações periódicas especializadas de seu interesse. Periodicamente, a Biblioteca expõe em seu quadro de avisos listas de editoras, sumários correntes, eventos, cursos e novas aquisições.

Reprografia

O serviço de fotocópia funciona nas dependências da Faculdade e obedece a Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, que trata dos direitos autorais e proíbe a reprodução total de livros e outros materiais.

6.5.10.1. Filiação institucional a entidade de natureza científica

A GRAN TIETÊ entende que o acesso adequado e atualizado à informação técnico-científica é essencial para o desenvolvimento econômico e social, especialmente para apoiar os processos de tomada de decisão na planificação, formulação e aplicação de políticas ou para apoiar o desenvolvimento e a prática profissional.

O resultado da pesquisa científica é comunicado e validado principalmente por meio da publicação em periódicos científicos. Esse processo é válido para os países desenvolvidos ou em desenvolvimento. Ainda assim, os periódicos científicos dos países em desenvolvimento enfrentam graves barreiras de distribuição e disseminação, o que limita o acesso e o uso da informação científica gerada

localmente. Por isso, a **Faculdade GRAN TIE TÊ** tem a preocupação em associar-se a fontes de comunicação científica em rede.

6.5.10.2. Apoio na elaboração de trabalhos acadêmicos

A Biblioteca, por meio de seus recursos técnicos e talentos humanos, auxilia e oferece treinamento aos seus usuários quanto à normalização técnica e bibliográfica, baseando-se nas normas da ABNT, quanto à elaboração de fichas catalográficas segundo o Código de Catalogação Anglo-Americano AACR2, bem como orientação quanto à recuperação de informação.

Está disponibilizado, para auxílio aos usuários, o Manual para Elaboração e Apresentação de Trabalhos Acadêmicos, elaborado pela Coordenadoria de Pesquisa e Monografia. Este Manual tem por base as normas da ABNT, as quais estão também disponíveis no acervo.

6.5.11. Pessoal técnico-administrativo

A Biblioteca está sob a responsabilidade de profissionais devidamente habilitadas e inscritas no Conselho Regional de Biblioteconomia, além de auxiliares contratados pela entidade mantenedora.

6.6. LABORATÓRIOS

Na sequência estão apresentadas as informações detalhadas sobre os laboratórios do Curso de Pedagogia da Gran Tietê.

6.6.1. Laboratório de Informática

Este laboratório terá por objetivo dar noções introdutórias, teóricas e práticas, sobre Informática, com uma visão de futuro do uso da informática não apenas como uma ferramenta de grande auxílio para o currículo, como também preparando o futuro profissional para acompanhar os segmentos do mercado, pois a Internet e a Web estão tendo um louvável efeito de aumentar a consciência da comunidade

sobre o valor do acesso à informação, da educação continuada que está dentro da linha do aprender a aprender e da mudança radical de paradigmas que a presença universal desta grande rede está trazendo a todos os aspectos da sociedade.

6.6.2. Política de Aquisição, atualização, e manutenção dos equipamentos

Os laboratórios são espaços destinados ao suporte técnico das funções universitárias. embora centrados nas atividades práticas de ensino, os laboratórios também devem operacionalizar outras necessidades advindas da prática de investigação e da extensão.

Os laboratórios são planejados segundo as necessidades didático-científicas dos projetos pedagógicos de cada curso de graduação, no que se refere à área física, às instalações específicas, às condições de biossegurança e aos equipamentos e aparelhos identificados pelos professores responsáveis pelas práticas e pelos projetos de pesquisa e programas de extensão. cada laboratório tem um professor responsável pelas atividades nele realizadas, auxiliado por técnicos e instrutores ligados às disciplinas e atividades que o utilizam.

Para manutenção e conservação das instalações e equipamentos, a instituição terceiriza tais serviços, utilizando-se de profissionais de reconhecida competência em sua área, para a manutenção preventiva. a manutenção contínua e corretiva é realizada pela equipe de técnicos e instrutores de cada laboratório. a atualização tecnológica é promovida, periodicamente, mediante levantamento das necessidades de cada laboratório, pelos professores e técnicos responsáveis, com a assessoria de especialistas de cada área.

6.6.3. Área Acadêmicas Atendidas

Os laboratórios e instalações especiais da **Faculdade GRAN TIETÉ** atendem às necessidades de atividades práticas do ensino, práticas de investigação e extensão desenvolvidas na Instituição. De uma maneira geral, todos os cursos oferecidos contam com laboratórios e equipamentos que permitem o pleno desenvolvimento das atividades práticas propostas nas disciplinas que exigem atividades laboratoriais.

À medida que novos cursos venham a ser implantados, novas instalações serão construídas para atender ao alunado e professorado de cada um dos cursos.

6.6.4. Normas de Segurança

A **Faculdade GRAN TIETÊ** tem como uma das suas principais preocupações, oferecer aos seus alunos, professores e demais funcionários, todas as condições de segurança para o perfeito e tranquilo andamento das atividades acadêmicas. A instituição passa, periodicamente, por uma avaliação/auditoria do corpo de bombeiros da cidade, para a correta manutenção de seus dispositivos contra incêndio (extintores) e de suas instalações em geral. Nessas avaliações/auditorias, os pareceres sempre foram de aprovação aos dispositivos existentes.

Seus laboratórios, embora não tenham equipamentos de risco, possuem afixados em lugar visível, os procedimentos básicos de conduta no caso de ocorrência de algum sinistro. Além disso, a **Faculdade GRAN TIETÊ** conta um grupo de funcionários (vigias) que são responsáveis pela segurança do patrimônio da instituição e de seus clientes internos.

6.6.5. Pessoal Técnico

Os Laboratórios existentes contam com funcionários capacitados responsáveis pela sua utilização. O pessoal técnico-administrativo para os demais laboratórios específicos (dos futuros cursos previstos no PDI) serão contratados na medida em que os mesmos entrarem em funcionamento.

6.6.6. Laboratórios didáticos especializados

Como previsto no PDI a Instituição entende que deve acompanhar as necessidades de atendimento da área acadêmica e administrativa oferecendo espaço físico destinado aos laboratórios. Estes devem atender plenamente as necessidades dos cursos qualificando o atendimento aos seus professores e alunos. As principais políticas para os laboratórios se referem a:

- ✓ Atender totalmente as necessidades de atividades práticas de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas na Instituição;
- ✓ Equipar os laboratórios, de modo a possibilitar sua modernização e efetivo funcionamento;
- ✓ Assegurar a manutenção dos equipamentos e fornecimento regular do material de consumo específico, imprescindíveis à continuidade dos trabalhos nos laboratórios;
- ✓ Assegurar condições adequadas de iluminação, ventilação, instalações hidráulicas e elétricas e limpeza;
- ✓ Manter os equipamentos em perfeitas condições de funcionamento, adequação e atualização;
- ✓ Manter mobiliário adequado e suficiente para arquivo, guarda e exposição de material de consumo, reagentes, vidrarias e equipamentos em geral;
- ✓ Estabelecer normas e prover equipamentos de segurança mantendo-os em plenas condições de funcionamento;
- ✓ Contratar e qualificar pessoal técnico em quantidade suficiente para executar as atividades laboratoriais;
- ✓ Destinar de 2% a 8% de sua receita líquida auferida para a atualização das instalações de laboratório.

A Instituição possui diversas normas e regulamentos que balizam o funcionamento dos Laboratórios Didáticos: “**Normas de Segurança no âmbito do campus**”; “**Normas de segurança nos espaços de aprendizagem e Laboratórios**” e “**Regulamento e Funcionamento dos Laboratórios Didáticos**”.

6.6.7. Laboratórios – descrição

A seguir estão descritos cada um dos laboratórios existentes / previstos para o curso.

Laboratório Informática	
Área Total	50 m ²

Objetivos	
<ul style="list-style-type: none"> ✓ Práticas relacionadas à editoração de texto, planilhas, banco dados, gráficos, softwares específicos e apresentações. ✓ Práticas relacionadas com desenho, desenho geométrico, geometria descritiva e desenho técnico com a utilização de instrumentos de uso computacional. 	
Descrição	
<ul style="list-style-type: none"> ✓ 25 computadores dispostos em bancadas ✓ Lousa – com pincel 	
Softwares	
<ol style="list-style-type: none"> 1. W2MO: SIMULAÇÃO 3D ANIMAÇÃO E OTIMIZAÇÃO Simulação 3D animação e otimização é um complemento para o Google Chrome, o qual serve como atalho para um serviço online que oferece recursos para a criação de planos de logística. O aplicativo conta com ferramentas capazes de tornar a sua interação com os projetos criados ainda mais imersiva, incluindo simulações 3D e animações. Por meio dessas ferramentas disponibilizadas, você pode reproduzir os processos da sua empresa, podendo identificar possíveis gargalos e falhas na cadeia produtiva. http://www.baixaki.com.br/download/w2mo-simulacao-3d-animacao-e-otimizacao.htm 2. QUERO FRETE Quero Frete é um serviço online que busca criar uma ponte entre caminhoneiros autônomos e empresas que precisam do transporte de cargas. Dessa maneira, é possível atender tanto a demanda de entregas, pois os profissionais podem procurar itens que estejam no seu roteiro, quanto aos caminhoneiros, evitando que eles fiquem com o veículo vazio. http://www.baixaki.com.br/download/quero-frete.htm 3. SIMUTRANS O Simutrans é um jogo de simulação muito semelhante ao SimCity, em que você constrói cidades e proporciona ferramentas necessárias para o seu desenvolvimento. A grande diferença dele, no entanto, é que você deverá tomar conta das logísticas de transporte da cidade. O jogo foca sua atenção na infraestrutura de transporte presente nos centros urbanos, levando você a desafios complexos à medida que a cidade cresce e se desenvolve. O game é muito simples em aspectos técnicos, mas agrada a quem é aficionado pelo gênero. http://www.baixaki.com.br/download/simutrans.htm 4. HIVE.CLOUD CTE - EMISSOR DE CONHECIMENTO DE TRANSPORTE ELETRÔNICO 0.31.0 O Hive.cloud CTe é uma aplicação para a emissão de Conhecimento de Transporte Eletrônico (CTe), um documento emitido e armazenado eletronicamente, com o intuito de documentar, para fins fiscais, uma prestação de serviços de transporte de cargas entre duas empresas. O Sistema Hive.cloud CTe atende integralmente aos requisitos fiscais definidos suportando às operações de emissão, cancelamento, inutilização, bem como todos os diferentes tipos de CTe (Normal, Complementar, Substituição, Anulação, etc) e os vários ambientes de autorização (Homologação, Produção e Contingência). http://www.baixaki.com.br/download/hive-cloud-cte-emissor-de-conhecimento-de-transporte-eletronico.htm 5. TRANSPORT EMPIRE Transport Empire é um jogo no qual você assume o papel de um pequeno investidor do ramo de transporte de carga que tem a pretensão de construir o seu próprio império mercantil. O jovem empresário vê sua oportunidade ao ser levado até uma área ainda pouco explorada que foi recentemente descoberta e liberada para ser comercializada. Para isso, você tem uma rotina cheia de atividades, com tarefas bem variadas. A primeira coisa a ser observada é que nenhuma cidade se ergue sem os materiais necessários para isso. Portanto, seu objetivo básico é coletar recursos naturais, como madeira, metal, pedra, cristal, carvão, entre outros elementos encontrados no ambiente e outros produzidos pelo avanço tecnológico. 	

<http://www.baixaki.com.br/windows-8/transport-empire.htm>

6. TRAFI

TRAFI é o site de transporte público mais avançado e preciso do mundo. Até mais preciso que a autoridade de trânsito da sua cidade! TRAFI utiliza algoritmos científicos de última geração que ajudam a prover os resultados mais corretos baseados em cálculos sobre o trânsito em tempo real na cidade. Já pensou chegar no horário que planejou com mais confiança? Estamos aqui para isso! Use todo tipo de meio de transporte público em um só lugar! TRAFI, diferente de outros sites de transporte público, só mostra dados precisos e atualizados de ônibus, metrô, balsa, mini ônibus entre outros tipos de transporte. Nós inclusive localizamos onde seu ônibus se encontra em tempo real, o que nos permite detectar congestionamentos e faz com que o site te ofereça sempre a melhor rota para seu destino.

<http://www.baixaki.com.br/download/trafi.htm>

7. SID MEIER'S RAILROADS PATCH 1.1

Este patch para o famoso construtor de ferrovias 3D, Sid Meier's Railroads, tornará sua aventura com este simulador ainda mais real e excitante. Com várias características novas, quem gosta de jogos estilo Tycoon e Simulador não pode ficar sem ele. Com um editor de terreno, rotação de câmera livre e opção de desabilitar as nuvens nas opções de tela, a interface do game ficará ainda mais clara e as novas cidades, rotas e túneis paralelos aumentarão seu potencial empreendedor. Você ainda conta com todos os trens disponíveis no jogo e muitas outras características novas.

<http://www.baixaki.com.br/download/sid-meier-s-railroads-patch.htm>

8. VIRTUALBUS A6C RC3

Não há neste mundo quem já não tenha andado de ônibus ao menos uma vez na vida. E também é difícil encontrar quem já não tenha reclamado, mesmo que mentalmente, da perícia e habilidade de direção do condutor de um busão público. Mas, no fim das contas, você já parou para pensar o quão difícil é dirigir um veículo de transporte público? Não? Pois é para prover essa experiência curiosa que uma equipe de desenvolvedores russos tiveram a ideia de lançar o VirtualBus. Trata-se de um game de código-aberto (ou seja, qualquer pessoa pode criar e distribuir modificações ou versões customizadas do próprio) no qual você encarna um motorista de um ônibus e deve atender os passageiros de uma pequena e pacata cidade. Obviamente, você deve respeitar todas as leis que existem no mundo real, respeitando os horários de partida e pausa em cada um dos pontos e tomando cuidado para não infringir nenhuma lei de trânsito.

<http://www.baixaki.com.br/download/virtualbus.htm>

9. HIVE.CLOUD TMS - SISTEMA DE GESTÃO DE TRANSPORTES 0.9.0

Hive.cloud TMS é uma aplicação para gestão de transportadoras. Encontre em um único lugar as informações relevantes para analisar a produtividade da sua transportadora. Acompanhe o faturamento, performance de entrega, prazo médio de recebimento e muitas outras informações em um painel totalmente dinâmico. Com este sistema de gerenciamento de transportes você tem o controle dos resultados e o histórico de sua operação.

<http://www.baixaki.com.br/download/hive-cloud-tms-sistema-de-gestao-de-transportes.htm>

10. RIGS OF RODS

Rigs of Rods é um simulador de direção em que você controlará caminhões, caminhonetes, guinchos, tratores, ônibus e aviões. Você precisa selecionar o terreno, escolher seu veículo e então sair pilotando por aí. Contudo não é somente acelerar para se locomover, pois este game é realmente um simulador. No caso dos veículos terrestres, terá que utilizar embreagem para trocar de marchas e ficar atento para os marcadores do seu painel. Ao pilotar aviões, deverá ativar todos os comandos e também tentar entender aquele complexo painel de controle, enorme, cheio de luzes e botões.

<http://www.baixaki.com.br/download/rigs-of-rods.htm>

11. TRUCK DISMOUNT 1.0.1

Ser atropelado por um caminhão é pior do que ser o motorista que bate de frente contra

uma parede? Se você é um dos muitos que se perguntam sobre isto com frequência está na hora de conhecer Truck Dismount. Trata-se de um simulador de atropelamentos e acidentes com caminhão tão simples quanto divertido. Prepare-se para muitos ossos quebrados, mas felizmente, quem vai sentir dor aqui não é você.

<http://www.baixaki.com.br/download/truck-dismount.htm>

12. GESTÃO DE CLIENTES - CRM 2.11

* Cadastramento completo de pessoas físicas ou jurídicas, referências comerciais, classificação do cliente quanto ao conceito, zona geográfica ou grupo, cadastramento de vendedores;

* Cadastramento, visualização e edição dos documentos relacionados ao cliente;

* Envio de mala direta por e-mail, emissão de vários relatórios (com diversos filtros), cadastro das visitas realizadas, relação de aniversariantes;

* Sistema de follow-up / atendimento a clientes com a possibilidade de registrar fatos ou ocorrências, permitindo o acompanhamento de pendências;

* Implantação de vendas realizadas por cliente e vendedor;

* Consultas de vendas realizadas no período ou por cliente;

* Ranking de Vendas por diversos critérios através de gráficos estatísticos;

* Comissões dos vendedores;

* Cadastro de Usuários, restrição de acessos.

<http://www.baixaki.com.br/download/gestao-de-clientes-crm.htm>

13. BLING

Este serviço online visa simplificar as atividades necessárias para quem administra uma pequena ou média empresa. Trata-se de um sistema com o qual é possível controlar finanças e estoques, além de emitir notas fiscais e executar várias outras tarefas essenciais para o bom andamento de um empreendimento. As funções do Bling podem trazer benefícios para donos de diferentes tipos de empreendimento. Se o seu estabelecimento é comercial, um dos destaques é a integração com lojas virtuais e a emissão de notas fiscais eletrônicas. Já se você faz parte do ramo da indústria, pode utilizar o Bling para acompanhar pedidos de venda e de representantes, tudo feito online. Para prestadores de serviços, os destaques incluem ordens de serviço e contratos de cobrança.

<http://www.baixaki.com.br/download/bling.htm>

14. GESCOM ENTERPRISE EXPRESS

O Gescom Enterprise Express é um software de gestão empresarial que procura reunir em um só local as principais informações necessárias para administrar com eficiência o local de trabalho. Através do programa é possível ter o controle completo sobre compras e vendas realizadas, além de um banco de dados com as informações completas de todos os clientes.

<http://www.baixaki.com.br/download/gescom-enterprise-express.htm>

15. CODECHARGE STUDIO 5 5.0.0.16254

CodeCharge Studio 5 é um aplicativo que facilita a vida dos programadores em geral, seja você um iniciante na área, seja alguém que já entende um pouco mais do assunto e até mesmo para os bem experientes. O software traz diversas possibilidades de criação de interfaces organizacionais e voltadas para gestão de projetos. Cada nova tela que for gerada a partir das ferramentas do programa, pode ser criada seguindo uma linguagem de programação específica, como ASP ou PHP. O papel de CodeCharge Studio 5 é apenas criar a base para você, sendo que o restante da interface criada pode ser totalmente personalizada e comandada pelo dono do projeto.

<http://www.baixaki.com.br/download/codecharge-studio-5.htm>

16. APOIOERP GESTÃO INTEGRADA

O Apoio ERP® atende as necessidades de empresas que atuam no atacado, varejo, representação e prestação de serviços, com recursos que cobrem todo o processo operacional, comercial e financeiro.

<http://www.baixaki.com.br/download/apoioerp-gestao-integrada.htm>

17. SGD – SISTEMA DE GESTÃO DE DEMANDAS
<p>O SGD – Sistema de Gestão de Demandas é um software livre que foi desenvolvido visando melhorar a qualidade do atendimento do serviço público. Seu principal objetivo é transformar as demandas internas em projetos que podem ser controlados por um escritório de projetos. O sistema utiliza técnicas voltadas à orientação de objetos, adotando linguagem de programação livre e arquitetura de sistema estruturada em três camadas, indo ao encontro da política de software livre adotada pelo Governo Federal. Por sua flexibilidade, pode ser utilizado por qualquer área, órgão público ou empresa que deseje o efetivo controle das suas demandas.</p> <p>http://www.baixaki.com.br/download/sgd-sistema-de-gestao-de-demandas.htm</p>
18. TIME SHEET MAGIC 1.0
<p>Tornou-se muito comum nas empresas contratarem serviços terceirizados, como zeladores, porteiros, técnicos, entre outros. A grande vantagem é que a empresa deixa de se preocupar tanto com o funcionário, em muitos casos até mesmo pode extinguir sua área de RH. Caso o funcionário fique doente ou tenha algum compromisso e não possa comparecer ao trabalho, automaticamente a prestadora do serviço envia outro funcionário de reserva, eximindo assim qualquer problema com falta de pessoal. Se você tem uma empresa prestadora de serviços, Time Sheet Magic é perfeito para você. Você pode adicionar clientes, empregados, e projetos com velocidade incrível, e controlar gastos de cada um deles.</p> <p>http://www.baixaki.com.br/download/time-sheet-magic.htm</p>
19. TCMD - CONTROLE DE ESTOQUE 2.04
<p>O Tcmd - Controle de Estoque foi desenvolvido em uma plataforma multi-usuário (rede), podendo haver vários terminais compartilhando as mesmas informações ao mesmo tempo. Além da plataforma multi-usuário local, consta também com uma funcionalidade On-Line onde uma empresa pode compartilhar suas informações com a outra, podendo assim gerenciar duas empresas ao mesmo tempo.</p> <p>http://www.baixaki.com.br/download/tcmd-controle-de-estoque.htm</p>
20. SMASH CONTROLE DE ESTOQUE
<p>Smash é um programa simples executável, muito recomendado para empresas de pequeno porte que não tem muitos equipamentos em estoque.</p> <p>http://www.baixaki.com.br/download/smash-controle-de-estoque.htm</p>

Quadro 16- Descrição do Laboratório de Informática

BRINQUEDOTECA	
Área Total	50 m ²
Descrição	
Lousa – com pincel	
Equipamentos/Brinquedos	
Bambolê	3
Fantoches	5
Cavalinhos com rodinhas	2
Livros grandes para colorir	8
Livros pequenos	23
Pinos de boliche	6
Bolinhas pequenas de boliche	2
Bolas de plástico mole	5
Mesa de plástico	1
Cadeiras de plástico	5
Talreada de Madeira	1
Lousa magnética	1
Bonecas	4

Quebra cabeça com formas didáticas para empilhar	1
Quebra cabeça com formas didáticas (letras)	1
Quebra cabeça com formas didáticas (árvore)	1
Quebra cabeça com formas didáticas (fazenda)	1
Panelinhas e utensílios	1
Animais da fazenda (musical)	1
Livros Infantis	7
Cadeiras coloridas plásticas	8
Cestas coloridas	6
Cestas grandes	3
Mesas plásticas brancas retangular	6
Peças de tatame	15
Jogo da memória de animais e filhotes	2
Jogo da memória de frutas, legumes e hortaliças	2
Jogo da memória de sílabas	2
Dominó de adição	2
Dominó de figuras geométricas	2
Dominó de multiplicação	1
Dominó de frases	1
Dominó de associação de ideias	2
Dominó caixa de madeira (28pç)	1
Abstração das partes	1
Divisão silábica (28pç)	2
Sacolas Alfanuméricas	2
Tabuadas de madeira grande	2
Ler e colorir Pinóqui	1
Ler e colorir Bonecas	1
Disney Princesa Bela	1
Disney Princesa Cinderela	1
Disney Pixar Atividades Fantásticas	3
Ler e colorir Turma da Mônica	4
Clássicos - 101 Dalmátas	1
Clássicos - Dumbo	2
Clássicos – Peter Pan	1
Clássicos – Alice no País das Maravilhas	1
Max Steel	1
Marvel Thor	1
Puzle Mana Fazenda (9pç)	1
Puzle Mana Letras (16pç)	1
Puzle Mana Doo baby (10pç)	1
Puzle Mana Árvores (16pç)	1
Alfabetos Móveis Degrau	2
Mesas plásticas com pé de ferro quadrada	2
Play Ground	1
Caixa com brinquedos soltos	
Saco de tecido (cachorrinho)	
Livros didáticos	

Quadro 17- Descrição da Brinquedoteca.

6.6.7.1. BRINQUEDOTECA

Com a brinquedoteca pretende-se ampliar os conhecimentos na área de Educação Infantil e dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, trabalhando a

ludicidade enquanto ciência, tendo o brinquedo, o jogo e as brincadeiras como elementos facilitadores do processo ensino-aprendizagem, que proporcionam o crescimento da criança como um ser em constante desenvolvimento, buscando-se a evolução do saber fazer na práxis pedagógica e o aprimoramento das habilidades cognitivas, afetivas e psicomotoras dos educandos. Ao considerar a prática educativa, no âmbito escolar, como uma possibilidade de professores e alunos estabelecerem relações mais profundas entre o fazer e o compreender, a brinquedoteca atende as perspectivas da educação infantil e dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, seus princípios metodológicos, o desenvolvimento humano, o desenvolvimento da inteligência e ainda uma ampla abordagem da importância do brincar, dos brinquedos e dos jogos, na construção do conhecimento da criança.

Também faz parte deste trabalho o envolvimento dos acadêmicos e professores do Curso de Pedagogia na tarefa de proporcionar às crianças, desde muito cedo, diferentes jogos como estratégias facilitadoras da construção do conhecimento, não esquecendo de um planejamento prévio dessa ação, auxiliando assim, o raciocínio da criança, pois o jogo sendo bem direcionado faz deste ato de jogar por si só, suficientes para cumprir objetivos próprios e essenciais (predeterminados) para o desenvolvimento biopsicossocial da criança, porque ao jogar, a mesma está movimentando todos os músculos, o seu cognitivo (memória, percepção, etc.) e todo o envolvimento social, pois estará em contato com outras crianças, aprendendo também a perder e a ganhar, caracterizando uma situação de iniciativa em poder brincar com aquilo que é de seu interesse e de sua própria habilidade.

O jogo é um fenômeno cultural com múltiplas manifestações e significados que variam conforme a época ou o contexto. A brincadeira é a ação que a criança desempenha ao concretizar as regras do jogo, ao mergulhar na ação lúdica. Os jogos, principalmente na Educação Infantil (Brinquedoteca), significam a possibilidade de auxiliar o professor na tarefa de ensinar, dando-lhe condições de trabalho para a ampliação do conhecimento da criança de forma lúdica, prazerosa, agindo e interagindo com o objeto de conhecimento e com o outro, tomando iniciativa, sendo capaz de rever ações e desenvolver em outros aspectos.

A articulação Faculdade e comunidade é essencial para oportunizar o desenvolvimento das interações sociais, das múltiplas inteligências, dos limites

básicos indispensáveis para o convívio em grupo, da responsabilidade coletiva, do prazer de brincar, explorar, descobrir, criar.

A brinquedoteca é um espaço de aprendizagens significativas, prazerosas e cooperativas. A criança aprende pelo manuseio de materiais, de cores, de tamanhos, de formas, de sons, de texturas e resistências diferentes. Com a riqueza do material lúdico e de sucata, reconhece, identifica as semelhanças e diferenças, abstrai, classifica, simboliza. Um ambiente lúdico tão rico, com certeza contribuirá para o desenvolvimento de experiências de sucesso no espaço escolar possibilitando à criança a oportunidade de desenvolver a iniciativa, a autonomia e enriquecer as interações sociais.

A Brinquedoteca oferece condições para favorecer o processo de aprendizagem, através da utilização dos recursos lúdicos disponíveis em seu acervo tornando o processo mais atraente, dinâmico e prazeroso, desenvolvendo as múltiplas inteligências dos alunos, assegurando experiências de sucesso no ambiente escolar.

Objetivos da brinquedoteca

- ✓ Criar um espaço de convivência que propicie interações espontâneas e prazerosas;
- ✓ Desenvolver habilidades criativas, expressivas e motoras através de atividades lúdicas;
- ✓ Criar um espaço democrático de acesso ao brinquedo, jogos e brincadeiras, permitindo formas de expressão livre e de representação do mundo, na visão da própria criança, através de um atendimento não direcionado, tendo os educadores como "mediadores" das suas brincadeiras e construções imaginadas;
- ✓ Promover a utilização do objeto lúdico enquanto atividade facilitadora do desenvolvimento cognitivo global da criança;
- ✓ Proporcionar um equilibrado desabrochar da personalidade da criança para que venha a ser um adulto livre, lúcido, crítico e interveniente;
- ✓ Promover a liberdade de expressão nas suas diferentes vertentes;
- ✓ Proporcionar níveis equilibrados de convivência;
- ✓ Ensinar 'jogando' regras de civismo e convivência;
- ✓ Descobrir laços culturais entre diversos grupos;

✓ Incentivar a troca de vivências e/ou experiências de modo a que se desencadeie um maior enriquecimento cultural;

✓ Possibilitar a todos os alunos o acesso ao jogo, aos brinquedos e as brincadeiras.

A brinquedoteca disponibiliza de um acervo diversificado de livros didáticos e de Literatura Infantil, bem como de CDs, DVDs e fitas para atividades pedagógicas lúdicas.

7. BIBLIOGRAFIA CONSULTADA / REFERENCIADA

ALLAL, L.; CARDINET, J.; PERRENOUD, P. **A avaliação formativa num ensino diferenciado**. Coimbra: Almedina, 1986.

ALVES, R. **A alegria de ensinar**. Poética: S. Paulo, 1994.

ALVES, R. **Conversas com quem gosta de ensinar**. Cortez: São Paulo, 1992.

AMORIN, L.M.E. et. all. **Ensino de Pedagogia: Condições e Diretrizes**, Comissão de Especialistas de Ensino de Pedagogia. Brasília/DF: SESu-MEC, 1994.

BERBEL, N. A. N. **Conversando sobre duas propostas metodológicas inovadoras: a Aprendizagem baseada em Problemas e a Metodologia da Problematização**. Notícia: Universidade Estadual de Londrina, p. 1-2, dez. 1997.

BERTOL, D. **Designing digital space and architects guide to virtual reality**. Ed. Wiley, 1997.

BORDENAVE, J, D.; PEREIRA, A, M. **Estratégias de ensino-aprendizagem**. 13ª

- ed. Petrópolis: Vozes, 1977.
- BRANDÃO, C. **O que é o método Paulo Freire**. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- BRASIL. **Lei nº 5194/66** - Regula a profissão de Pedagogo.
- CHOAY, Françoise (1965). **L'Urbanisme, utopies et réalités**. Seuil, Paris. Ed. espanhola: **El urbanismo, utopias y realidades** (Trad.: Luis del Castillo). Lúmen, Barcelona, 1970.
- DEL RIO, V. **Projeto de Arquitetura: entre criatividade e método** in Del Rio, V. (org.) *Arquitetura Pesquisa e Projeto*. Coleção Proarq. Pro-editores: S. Paulo, 1998.
- DELORS, J. (coord.). **Educação: um tesouro a descobrir – Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI**. 4. ed. São Paulo: Cortez - Brasília: MEC/UNESCO, 1999.
- DOLL, W. E. **Currículo**. Porto Alegre: Artes Médicas. 1997.
- DURAND, J. C. G. **A Profissão de Pedagogo**. Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia da 5a. região: Guanabara, 1972.
- ENRICONE, D., GRILLO M. **Avaliação uma discussão em aberto**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.
- FREIRE P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 14ª edição, São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- HOFFMANN, J. M. L. **Avaliação mediadora: uma prática em construção da pré-escola à Universidade**. Porto Alegre: Mediação, 2003.
- LIBÂNEO, J. C. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1994.
- LÜCK, H. **Pedagogia Interdisciplinar: fundamentos teórico-metodológicos**. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.
- MAMEDE, S. et al. **Aprendizagem Baseada em Problemas: anatomia de uma nova abordagem educacional**. Fortaleza: Hucitec, 2001.
- MARTINEZ, A. C. **Ensaio sobre o Projeto**. UNB: Brasília, 2000.
- MEC. Ministério da Educação. Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES). **Diretrizes para a avaliação das instituições de educação superior**, 2004.
- MEC. Ministério da Educação. Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES) / SINAES - Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior. **Orientações gerais para o roteiro da autoavaliação das instituições**. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), 2004a.

MEC. Ministério da Educação. **Parecer CNE/CES nº 255/2009**, aprovado em 2 de setembro de 2009 - Proposta de alteração da Resolução CNE/CES nº 6/2006, que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Pedagogia, em decorrência de expediente encaminhado pela SESu/MEC.

MEC. Ministério da Educação. **Portaria Nº 2.051, de 9 de julho de 2004**. Regulamenta os procedimentos de avaliação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), instituído na Lei no 10.861, de 14 de abril de 2004. Publicado no D.O.U em 12.07.2004

MEC. Ministério da Educação. **Portaria Nº 3.284, de 7 de novembro de 2003**. Dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições. Publicado no D.O.U de 11.11.2003.

MEC. Ministério da Educação. **Resolução nº 2, de 18 de junho de 2007 do Ministério da Educação** – Carga horária mínima e tempo de integralização.

MEC. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CP nº 1, de 15 de maio de 2006** - Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Pedagogia.

MEC. Ministério da Educação. **PORTARIA NORMATIVA Nº 23, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2017**, alterada pela **Portaria Normativa nº 742, de 3 de agosto de 2018** - Dispõe sobre os fluxos dos processos de credenciamento e credenciamento de instituições de educação superior e de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos superiores, bem como seus aditamentos.

MORETTO, V. P. **Construtivismo, a produção do conhecimento em aula**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

MURAMOTO, H. M. S. **Ação/Reflexão/Diálogo: O Caminhar Transformador** – disponível em www.crmariocovas.sp.gov.br.

PERRENOUD, P. **Avaliação: da excelência à regulação das aprendizagens entre duas lógicas**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul,

PORTAL da Rede UNIDA. **Diversificação de cenários de ensino e trabalho sobre necessidades / problemas da comunidade**. Disponível em www.redeunida.org.br.

WEISHAR, P. **Digital space, designing virtual environments**. McGraw Hill. 1998.